UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
HISTÓRIA SOCIAL

MARISTELA BLEGGI TOMASINI

SEGREDOS DE ARQUIVO

Etiqueta social e cotidiano nas cartas de amor de Francisco para Maria
(1922 a 1937)

Versão corrigida

MARISTELA BLEGGI TOMASINI

SEGREDOS DE ARQUIVO

Etiqueta social e cotidiano nas cartas de amor de Francisco para Maria
(1922 a 1937)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

T655s Tomasini, Maristela

SEGREDOS DE ARQUIVO: etiqueta social e cotidiano
nas cartas de amor de amor de Francisco para Maria (1922 a
1937) / Maristela Tomasini ; orientador Ana Maria
Camargo. – São Paulo, 2017.

388 f. : il.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de
São Paulo, São Paulo, 2017.

Orientação: Profª. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo.

1. Arquivos pessoais. 2. Cartas. 3. Cartas de
amor. 4. Etiqueta social. 5. Cotidiano. I. Camargo,
Ana Maria, orient. II. Título.

TOMASINI, M. B. Segredos de arquivo: etiqueta social e cotidiano nas cartas de amor de Francisco para Maria (1922 a 1937). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor de História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Para o Rogério

AGRADEÇO

A Ana Maria, pela luz e pelo caminho

A Vera, pela amizade

A Angela, pelo apoio

A Lysia, pelo que guardou

A Francisco, pelo que sentiu

A Maria, pelo que inspirou

A São Paulo, pelo que me deu

La lettre, document de l'absence, ne nous renvoie, déformé par l'alchimie de la séparation, qu'un reflet de ce que n'est pas, de ce que l'on ne peut vivre. Elle est ce qui a été, ce qui n'est plus, miroir de sentiments exaspérés, edulcurés, de mots d'attente conventionnels que l'on se doit dire à l'autre pour s'apaiser soi-même quand il n'est plus là.

Marie-Claire Grassi (1990, p.30)

RESUMO

TOMASINI, M. B. Segredos de arquivo: etiqueta social e cotidiano nas cartas de amor de Francisco para Maria (1922 a 1937). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor de História Social.

Arquivos pessoais, pela abundância de informações que contêm, por sua diversidade, complexidade e caráter intimista dão lugar a considerações interdisciplinares, na perspectiva histórica, social, arquivística, linguística, literária, inclusive. Esta pesquisa tem por objeto cartas de amor escritas nas décadas de 1920 e 1930, pertencentes ao arquivo pessoal de uma pessoa comum, e visa contribuir para uma melhor compreensão dos arquivos privados. Partindo de uma introdução ao assunto, passa-se a uma abordagem interdisciplinar dos arquivos pessoais e das unidades que os compõem nos dois primeiros capítulos. Os objetivos específicos consistem em apresentar um estudo sobre cartas, no caso, o epistolário franciscano, no terceiro capítulo, explorando, após, os temas etiqueta social e cotidiano nos dois capítulos finais. A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem qualitativa e exploratória das referências bibliográficas, com reprodução de imagens de unidades do arquivo de Lysia, um arquivo pessoal, bem como de trechos das cartas pesquisadas que, ao longo do texto, são colocados na perspectiva dos referenciais bibliográficos utilizados, buscando pertinências e conexões. Imagens das cartas cujos trechos foram transcritos nos quadros são reproduzidas integralmente no anexo desta pesquisa, no segundo volume, na mesma ordem em que aparecem no texto.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Cartas. Cartas de amor. Etiqueta social. Cotidiano.

ABSTRACT

TOMASINI, M. B. *File Secrets: social etiquette and daily life in the love letters of Francisco to Maria (1922-1937)*. Thesis presented to the Postgraduate Program of the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo as a partial requirement to obtain the degree of Doctor of Social History.

Personal archives, because of the abundance of information they contain, because of their diversity, complexity and intimate character give rise to interdisciplinary considerations, from a historical, social, archival, linguistic, and literary perspective. This research deals with letters of love written in the 1920s and 1930s, belonging to the personal archive of an ordinary person, and aims to contribute to a better understanding of private archives. Starting from an introduction to the subject, an interdisciplinary approach is taken to the personal archives and the units that compose them in the first two chapters. The specific objectives are to present a study of letters, in this case the Franciscan epistolary, in the third chapter, exploring after the themes social etiquette and daily life in the two final chapters. The methodology used consisted of a qualitative and exploratory approach of the bibliographical references, with reproduction of images of units of the Lysia archive, a personal archive, as well as excerpts of the letters searched that, throughout the text, are placed in perspective of bibliographical references used, searching for pertinences and connections. Images of the letters whose excerpts were transcribed in the tables are reproduced integrally in the annex of this research, in the second volume, in the same order as they appear in the text.

Keywords: Personal archives. Letters. Love letters. Social etiquette. Daily life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Receita médica e respectivo cupom de aviamento, Porto Alegre, 14/01/1937	68
Figura 2 Resultado de exame médico, frente e verso, Porto Alegre, 14/01/1937	69
Figura 3 Detalhe ampliado da figura 2	69
Figura 4 Envelope e parte de carta de Maria para Lysia, Petrópolis, RJ, 1º/04/1950	70
Figura 5 Envelope de carta de Maria para Lysia, São Lourenço, RS, 15/05/1954	70
Figura 6 Conta de eletricidade e gás, Porto Alegre, 12/02/1952	71
Figura 7 Cabograma <i>Western</i> , frente e verso, Porto Alegre, 18/03/1954	72
Figura 8 Envelope de negativos para revelação, São Paulo, 23/04/1930	73
Figura 9 Envelope de negativos para revelação, Porto Alegre, 04/05/1929	73
Figura 10 Bilhete, provavelmente Porto Alegre, 28/05/1952	74
Figura 11 Fotografia autografada, 1943	75
Figura 12 Anotações pessoais, provavelmente Porto Alegre, sem data	76
Figura 13 Cartão fúnebre respectivo envelope, Porto Alegre, 1958	78
Figura 14 Santinho fúnebre, Porto Alegre, 08/03/1958	78
Figura 15 Doação em memória de pessoa falecida, Porto Alegre, 07/02/1958	79
Figura 16 Santinho	80
Figura 17 Envelope e carta, Porto Alegre, 29/09/1933	80
Figura 18 Bilhete escrito em Porto Alegre, 12/07/1950	81
Figura 19 Bilhete escrito em Porto Alegre, 28/07/1949	82
Figura 20 Bilhetes escritos em Porto Alegre, década de 1950	82
Figura 21 Duas fotografias, sem data	87
Figura 22 Fotografia, provavelmente Porto Alegre, sem data	88
Figura 23 Rascunho de requerimento, Porto Alegre, sem data	89
Figura 24 Cupons de sorteio, Porto Alegre, sem data	90

Figura 25 Rascunho de felicitações e anotações de aulas de francês, Porto Alegre, s/d	90
Figura 26 Envelope com mensagem de parabéns, Porto Alegre, 17/06/1947	93
Figura 27 Negativo, provavelmente Porto Alegre, sem data	98
Figura 28 Entrada de teatro, Porto Alegre, 05/01/1925	98
Figura 29 Detalhe de carta de 1936, Herval, RS, reprodução quadro 19 do anexo	158
Figura 30 Telegrama de felicitações de 03/11/1922, Encantado, RS	160
Figura 31 Participação de noivado de Maria e Francisco em 03/11/1932	161
Figura 32 Cartão de felicitações pela passagem do Ano Novo, P. Alegre, 1º/01/1937	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Tipologia dos documentos existentes no arquivo de Lysia	96
Tabela 2 Parâmetros de nomeação de arquivos virtuais	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Trecho de carta de 19/04/1932	101
Quadro 2 Trecho de carta de 30/09/1924	101
Quadro 3 Trecho de carta de 2/10/1932, Santo Ângelo, RS	102
Quadro 4 Trecho de carta de 19/04/1932	102
Quadro 5 Trecho de carta de 12/05/1932	103
Quadro 6 Trecho de carta de 04/05/1932	103
Quadro 7 Trecho de carta da década de 1930	104
Quadro 8 Trecho de carta de 7/04/1936	105
Quadro 9 Trecho de carta de 09/03/1925	106
Quadro 10 Trecho de carta de 17/05/1932	107
Quadro 11 Trecho de carta da década de 1930	108
Quadro 12 Trecho de carta de fevereiro 1933	108
Quadro 13 Trecho de carta da década de 1930	109
Quadro 14 Trecho de carta de 18/08/1933, Porto Alegre	109
Quadro 15 Carta de 13/12/1932	113
Quadro 16 Trecho de carta de 22/03/1936, a bordo do Itaquera	114
Quadro 17 Trecho de carta de 25/11/1932	115
Quadro 18 Trecho de carta da década de 1930	115
Quadro 19 Trecho de carta da déc. de 1930	116
Quadro 20 Trecho de carta de 31/08/1924	116
Quadro 21 Carta de 18/11/1925	116
Quadro 22 Trecho de carta da déc. de 1930	118
Quadro 23 Trecho de carta da déc. de 1930	118

Quadro 24 Trecho de carta de 10/01/1932	119
Quadro 25 Trecho de carta de 05/03/1925	119
Quadro 26 Trecho de carta de 03/10/1924	119
Quadro 27 Trecho de carta da década de 1920	120
Quadro 28 Trecho de carta da década de 1920	120
Quadro 29 Carta de 08/1924	121
Quadro 30 Trecho de carta de 30/10/1924	122
Quadro 31 Trecho de carta de 03/04/1936, Herval, RS	122
Quadro 32 Trecho de carta de agosto de 1924	123
Quadro 33 Trecho de carta de 23/05/1932	123
Quadro 34 Trecho de carta de 1º/08/1924	124
Quadro 35 Trecho de carta de 12/06/1932	124
Quadro 36 Trecho de carta de 28/08/1932	132
Quadro 37 Trecho de carta de 02/06/1932	132
Quadro 38 Trecho de carta de 06/04/1936, Herval, RS	134
Quadro 39 Trecho de carta da década de 1930	136
Quadro 40 Trecho de carta de 07/04/1936	156
Quadro 41 Trecho de carta de 22/08/1925	157
Quadro 42 Trecho de carta de 18/08/1924	158
Quadro 43 Trecho de carta de 22/08/1925	159
Quadro 44 Trecho de carta da década de 1930	159
Quadro 45 Carta de 17/03/1926	162
Quadro 46 Carta da década de 1920	164
Quadro 47 Carta da década de 1920	165
Quadro 48 Carta de 24/10/1925	165

Quadro 49 Carta de 07/11/1924	166
Quadro 50 Carta de 15/12/1924	166
Quadro 51 Trecho de carta da década de 1920, Porto Alegre	169
Quadro 52 Trecho de carta de 15/12/1924	170
Quadro 53 Trecho de carta da década de 1930	171
Quadro 54 Carta de 09/10/1924	173
Quadro 55 Trecho de carta de 05/03/1925, Porto Alegre	173
Quadro 56 Trecho de carta de 31/10/1925	174
Quadro 57 Trecho de carta de 17/05/1932	176
Quadro 58 Trecho de carta de 12/05/1932	176
Quadro 59 Telegrama, Porto Alegre	182
Quadro 60 Trecho de carta de 1932, Santa Maria, RS	183
Quadro 61 Trecho de carta de 1º/04/1936, Herval, RS	183
Quadro 62 Trecho de carta da década de 1930, Porto Alegre	184
Quadro 63 Trecho de carta da década de 19/04/1932	184
Quadro 64 Trecho de carta de 20/01/1933	185
Quadro 65 Trecho de carta da década de 1930, Porto Alegre	186
Quadro 66 Trecho de carta de 22/09/1933, Porto Alegre	187
Quadro 67 Trecho de carta da década de 1930	18
Quadro 68 Trecho de carta de 28/05/1936, Herval, RS	188
Quadro 69 Trecho de carta de 13/04/1936, Herval, RS	189
Quadro 70 Trecho de carta de 14/03/1933, Herval, RS	190
Quadro 71 Trecho de carta de 1932, Santa Maria, RS	192
Quadro 72 Trecho de carta de 08/04/1936, Herval, RS	193
Quadro 73 Trecho de carta de 15/04/1936, Herval, RS	193

Quadro 74 Trecho de carta de 16/12/32	194
Quadro 75 Trecho de carta de 19/04/36, Herval, RS	195
Quadro 76 Trecho de carta de 6/5/1932	196
Quadro 77 Trecho de carta de 15/10/1925	199
Quadro 78 Trecho de carta de 25/07/1933, Porto Alegre	199
Quadro 79 Trecho de carta de 19/05/1936	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

URL	Uniform Resource Locator
v. g.	Verbi gratia

SUMÁRIO

VOLUME UM

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Objetivos gerais e específicos	21
1.2 Problemas de pesquisa	22
1.3 Multirreferencialidade: da metodologia e suas implicações	23
1.4 Referenciais bibliográficos e sua aplicação	25
1.4.1 <i>Arquivos pessoais</i>	25
1.4.2 <i>Unidades arquivísticas</i>	29
1.4.3 <i>Cartas</i>	33
1.4.4 <i>Etiqueta social</i>	38
1.4.5 <i>Cotidiano</i>	40
1.5 Considerações e perspectivas	42
2 LIDANDO COM ARQUIVOS PESSOAIS	44
2.1 Da multiplicidade de olhares	44
2.2 Arquivos pessoais: abordagem e princípios	47
2.3 O arquivo de Lysia: trajetória de um arquivo pessoal de gente comum	49
2.4 O universo das irrelevâncias	53
2.5 Arquivos pessoais na história e as histórias nos arquivos pessoais	56
2.6 Descendo ao infraordinário: um passeio pela literatura	60
3 UNIDADES ARQUIVÍSTICAS: COERÊNCIA NA DISPERSÃO	67
3.1 Em busca de uma razão de ser: função e destino	67
3.2 Arquivos que diferem muito: o pessoal e o institucional	74
3.3 Dados plurais: a variedade na unidade, a unidade na variedade	79
3.4 Arquivos pessoais: evidências de memória e reflexos do cotidiano	83
3.5 Do material ao virtual: como nomear e “salvar como” uma imagem?	91
3.5.1 <i>Nomear: nem tão simples quanto parece</i>	91
3.5.2 <i>A produção de imagens virtuais</i>	94
4 ALGUÉM A CARTEAR-SE	101
4.1 Uma conversa entre ausentes	101
4.1.1 <i>Eles e elas</i>	105
4.1.2 <i>A significação das insignificâncias</i>	106
4.2 O objeto carta	109

4.2.1 <i>Cartas na história e a história nas cartas</i>	109
4.2.2 <i>O que as cartas têm a dizer? Dimensão historiográfica das cartas</i>	112
4.2.3 <i>Devassando intimidades</i>	117
4.3 Afinal, o que é uma carta de amor?	120
4.4 Cartas de amor: de Francisco às celebridades	125
4.5 As cartas não mentem? Reflexões sobre a verdade	130
5 RÉPONDEZ S'IL VOUS PLAÎT	138
5.1 Norteamentos	138
5.2 Em que consiste a etiqueta social?	140
5.2.1 <i>Muito discretamente: os manuais</i>	140
5.2.2 <i>Protocolos Epistolares: formas, fórmulas e estilo como expressão de distinção e requinte</i>	145
5.2.3 <i>A retórica epistolar do amor</i>	152
5.3 Espontaneidade, informalidade e originalidade em um longo romance epistolar	156
5.4 Em sociedade, pela sociedade, para a sociedade: com licença, por favor, perdão, muito obrigado	163
5.5 Civilizadamente à francesa: ser como se deve ser	174
6 O DIA A DIA É PARA SEMPRE	178
6.1 Norteamentos	178
6.2 Se e quando	181
6.3 Cotidiano e história	185
6.4 Cotidiano como invenção	192
6.5 Uma cidade epistolar: a propósito daquela Porto Alegre	195
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	209

VOLUME DOIS

ANEXO — AS CARTAS DE AMOR DE FRANCISCO PARA MARIA (1922-1936)

1 INTRODUÇÃO

As cartas de Francisco para Maria são um dos segredos do arquivo de Lysia, e é desta liberalidade poética que nasce o título desse trabalho. Mesmo pessoas comuns, — e Lysia foi uma pessoa comum —, têm seus arquivos, seus documentos privados, personalíssimos, dos mais variados tipos. Tais objetos, multirreferenciais por excelência, desafiam uma abordagem interdisciplinar: eis, em poucas palavras, o eixo em torno do qual se elabora esta tese. Diante da multiplicidade das informações que se desprendem dos assim chamados arquivos pessoais, não se poderia pura e simplesmente proceder à abordagem das cartas de Francisco (epistolário franciscano) à revelia do todo maior que as contém e, sobretudo, que as autentica, ao fixar-lhes uma origem que se soma e que se sobrepõe mesmo à sua condição epistolar. É a natureza arquivística dessas cartas que lhes confere o seu principal atributo, qual seja, o de sua autenticidade, marco elementar do território histórico e social. Daí não se poder tratar dessas cartas sem considerar, em primeiro lugar, sua condição arquivística.

Fazendo uso de lentes interdisciplinares, esse estudo se debruça sobre um caso concreto materializado no arquivo de Lysia e seu conteúdo, particularmente, nas cartas de amor que Francisco enviou a Maria entre 1922 e 1937. Dessa forma, vai se procurar seguir bem de perto, para construção desta pesquisa, a dinâmica que o próprio objeto sugere: de um lado, a experiência arquivística, pano de fundo desse trabalho; de outro, a experiência epistolar: uma escrita que, por tanto tempo, como que presidiu as relações humanas no território da vida real.

Arquivos privados, mesmo e principalmente, como é o caso, aqueles pertinentes a gente comum, adquiriram uma posição de destaque nas práticas historiográficas, pelo reservatório documental em que se constituem e pela abundância de informações que neles se contêm. Tal abundância, todavia, não raramente resulta de um acúmulo de unidades que, à primeira vista, se apresenta como assistemático e até caótico. Sua diversidade, complexidade e seu caráter intimista dão lugar a considerações que se refletem em diversas áreas do saber, na perspectiva histórica, arquivística, linguística, literária e até jurídica, inclusive. Cartas, por sua vez, não suscitam menos interesses, mormente quando são cartas de amor. Justamente por isso, ainda mais aproximadas daquilo que Grassi (1990) descreveu no trecho tomado por epígrafe a este trabalho. Porque uma carta pode ser, sim, o documento, — a prova —, de uma ausência refinada pela separação, entregando a seu destinatário o reflexo daquilo que ele não tem.

Preenchendo as ausências que ali se deixam representar, cartas também sinalizam esse tão delicado sentido das distâncias sociais, hierarquicamente estruturadas, e que, por séculos, os manuais estabeleceram e enfatizaram. Examinando as cartas de Francisco, a partir de

trechos de sua própria fala, experimenta-se, muito de perto, o território epistolar, onde a vida social ocupa um lugar circunscrito pelo discurso. São cartas que expõe em detalhes um modo de amar que ora se adéqua, ora refoge aos regramentos e às expectativas sociais. Além disso, elas nos apontam para estruturas hierárquicas, jogos de interesse, ao mesmo tempo em que nos aproximam da cotidianidade, falando a partir de uma primeira pessoa do singular: de um eu para um tu, ergue-se uma voz que nos fala a partir do núcleo mais elementar da esfera privada: o íntimo epistolar.

E é justamente esta dinâmica que vai coordenar e sugerir os caminhos desta pesquisa, estudo que se propõe como auxiliar nas abordagens exploratórias de arquivos pessoais e de seus conteúdos, sobretudo, de cartas. Partindo de um objeto concreto — o Arquivo de Lysia —, busca fixar parâmetros de aproximação por parte do pesquisador, dirigindo-se a este, particularmente, a quem é oferecido como o resultado de uma pesquisa que se desenvolve ao longo de anos e que se confunde com a história do próprio objeto da pesquisa e de sua relação com a pesquisadora.

1.1 Objetivos gerais e específicos

Como objetivos gerais, pretende-se, — além de contribuir para uma melhor compreensão dos arquivos pertinentes à esfera privada —, proceder a um estudo voltado a arquivos pessoais da assim chamada gente comum, não raramente destinados ao descarte, e aos objetos ou, antes, às unidades arquivísticas que os compõem. Os objetivos específicos consistem em apresentar um estudo sobre cartas, voltado à modalidade cartas de amor e pautado em trechos extraídos do epistolário franciscano, além de explorar os temas etiqueta social e cotidiano tal como se dão a ver nesse epistolário.

Os objetivos gerais foram desenvolvidos nos dois capítulos que se seguem a esta introdução. O primeiro volta-se às diferentes dimensões epistemológicas e historiográficas dos arquivos pessoais, explorando as representações que suscitam como produto de descarte, inclusive, e como objetos pertinentes a pessoas comuns, mostrando o quão profundamente eles diferem dos arquivos institucionais. O segundo procura enfrentar o problema consistente na aparente dispersão e incoerência que costuma caracterizar as unidades arquivísticas, apresentando elementos do arquivo de Lysia. Os capítulos subsequentes foram desenvolvidos à vista dos objetivos específicos, na abordagem de cartas, especialmente cartas de amor, seguidos de dois estudos, a saber, no quarto capítulo, à etiqueta social; no quinto, cotidiano.

1.2 Problemas de pesquisa

Os objetivos gerais propostos induzem à formulação dos problemas de pesquisa que consistem em buscar respostas a questões não sem complexidade às vezes. As primeiras, ligadas aos objetivos de ordem geral voltados à condição arquivística do objeto são: qual o grau de complexidade de um arquivo privado? Que diferentes abordagens eles suscitam? Qual a trajetória do arquivo de Lysia? Como aquilatar o grau de relevância de documentos semelhantes ao arquivo de Lysia? Como se apresenta a trajetória histórica dos arquivos pessoais? O que a literatura teria a dizer sobre o universo das coisas comuns? Quanto aos elementos presentes em arquivos de pessoas comuns, as questões propostas consistem em buscar respostas à razão de ser, à função e destino dos arquivos. Saber também porque diferem tanto os arquivos pessoais dos institucionais. Saber ainda o quanto variam e diferem os elementos que podem ser encontrados em um arquivo pessoal. E mais: o que representam os arquivos pessoais em termos de memória e práticas cotidianas? E, finalmente, saber se haveria uma forma simples e razoavelmente eficaz para nomear, elaborar e salvar imagens virtuais de elementos de um arquivo pessoal.

Os objetivos específicos, desenvolvidos nos três capítulos subsequentes reclamam que se responda, primeiramente, sobre cartas: o que se pode dizer sobre cartas e em que as cartas de Francisco, por si mesmas em seu conteúdo, se ajustam à própria condição epistolar como cartas que falam de cartas? Em que as cartas de Francisco refletem o universo do feminino e do masculino? O que se pode dizer do universo íntimo? O que é uma carta de amor? Como se apresentam as cartas de amor de pessoas célebres? E as de Francisco? Qual o grau de verossimilhança que se pode esperar de documentos extraídos da esfera pessoal? A seguir, especificamente, sobre etiqueta social, o tema foi norteado para busca de respostas às seguintes questões: Em que consiste a etiqueta social? Como se mostram suas regras e valores nos manuais, no trato epistolar e na retórica do amor? Como se apresenta o epistolário franciscano frente ao romance epistolar do qual dão testemunho? O que dizer sobre o funcionamento das normas do bom-tom, em termos de socialidade e civilidade, modos de ser e de amar no mundo, e como eles se refletem nas cartas de Francisco? Como se explicaria a ação das normas de etiqueta no comportamento social? Como se explica a influência francesa na construção dos ideais da etiqueta? Essa influência se verifica nas cartas de Francisco? E sobre cotidianidade, os norteamentos direcionaram-se a responder se é possível *recuperar* vivências cotidianas de Francisco? O que suas cartas dizem dessa vivência? Como se relacionam cotidiano e história? O que dizer do cotidiano como invenção? É possível explorar

o epistolário franciscano para daí recuperar visões de Porto Alegre como cidade onde o romance começou?

1.3 Multirreferencialidade: da metodologia e suas implicações

A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem qualitativa e exploratória das referências bibliográficas. Elementos do arquivo de Lysia tiveram imagens reproduzidas no capítulo dedicado às unidades arquivísticas. Houve seleção de 79 trechos destacados das cartas¹ em quadros numerados inseridos ao longo do texto a partir do terceiro capítulo ou quarta seção. Para manter o máximo de fidelidade ao texto, eles foram transcritos na grafia original. Nas respectivas legendas, fez-se referência à classificação atinente, segundo critério cronológico (década ou data: dia, mês e ano, quando referidos) e critério social (lugar de onde partiu a carta, quando referido). Tais trechos são colocados na perspectiva dos referenciais bibliográficos utilizados, buscando pertinências e conexões a partir das quais a realidade refletida na escrita se prestaria à generalização, dando a ver um sentir comum experimentado talvez por outros agentes contemporâneos a Francisco. Imagens das cartas cujos trechos foram transcritos nos quadros são reproduzidas integralmente no anexo desta pesquisa, — volume dois — na mesma ordem em que aparecem no texto. Foram suprimidos, das transcrições e das imagens geradas virtualmente, dados relacionados à identidade de remetente, da destinatária e de terceiros eventualmente mencionados na correspondência.

Os problemas formulados suscitam respostas a questões não sem relevância, onde a primeira delas, de implicações metodológicas, consiste em saber em que condições a pesquisa em ciências sociais tem lugar, e como ela deve ser conduzida em presença de objetos multirreferenciais como é o caso. Importa, assim, dar uma palavra voltada ao objeto da pesquisa e à própria pesquisa frente à problemática que ela suscita. Uma reflexão que passa por questionamentos indispensáveis a sua compreensão — cartas de amor integrantes de arquivo pessoal — desde sua dimensão histórica até sua delimitação. “Pesquisar a pesquisa” seria ir além da pesquisa, realizando o que Magali Uhl (2005) chamou de metaprocura, algo que compreenderia certos requisitos que ela trouxe à luz, em perspectiva autorreflexiva, logo na abertura de seu ensaio de metassociologia que trata de subjetividade e ciências humanas. Sob o título de “Argumentos”, Magali Uhl apresenta-nos o que chama de a questão da origem de seu livro intitulado “Subjectivité et sciences humaines” (Beauchesne éditeur, 2005). Trata-

¹ Cinco das cartas de Francisco foram integralmente reproduzidas nos quadros 15, 21, 29, 45 e 54.

se de um preâmbulo onde a autora evidencia o que chama de *circularidade do conhecimento*, que assim como a circularidade da própria vida implicaria em uma reciprocidade dialética a envolver sujeito e objeto no terreno das ciências humanas. Haveria — diz ela (idem, p. 9) — pelo menos quatro pontos a fixar. Em primeiro lugar viriam os *processos institucionais de legitimação*, diretamente ligados ao pesquisador e a sua habilitação. A seguir, os *pressupostos teóricos*, as pertinências disciplinares, as referências paradigmáticas e epistemológicas, os quadros metodológicos. Em terceiro lugar, as *implicações temporais*, de ordem dialética, especialmente no que concerne ao pesquisador no tempo. Finalmente, o *campo de pesquisa*, simultaneamente disciplinar e temático e que, ao mesmo título que qualquer obra literária, se situaria ou se classificaria dentro de dado gênero de escrita.

Com inspiração nesse modelo, procurou-se fixar a origem do arquivo, sua relação com a pesquisadora, à guisa de legitimação do processo de pesquisa. Como pressupostos teóricos, a incidência de várias disciplinas resulta em paradigmas distintos para abordagem do que seria a evolução historiográfica dos arquivos pessoais, bem como de sua pertinência a pessoas comuns, seu descarte e seu resgate, fixando-se assim uma temporalidade inerente ao objeto a partir das sucessivas trocas de titularidade que sofreu. Depois disso, e só então, a delimitação do campo de pesquisa, interdisciplinar e multitematizado, por assim dizer, porque parte do arquivo continente para só depois chegar ao conteúdo, às cartas e ao que elas nos mostram a propósito de etiqueta social, pelo viés epistolar, e do cotidiano vivenciado pelo homem comum de então.

Qualquer trabalho de pesquisa, quando tomado como gênero — diz Magali Uhl (2005, p. 11) — ao pressupor critérios de forma, de argumentação e de rigor já coloca, por si só, uma dificuldade, mormente sendo o caso de uma tese. Como qualquer outra designação de gênero, esta também seria performativa, pois suas denominações se constituiriam igualmente em qualificações ou em desqualificações. Quando se pensa na incidência de diferentes disciplinas, todas aplicáveis a um mesmo objeto, todas dispostas a dele nos entregar como que uma parcela de *verdade*, porém em franca disputa metodológica, é preciso lembrar a estreita ligação que une todos os campos do saber. Citando Habermas², ela faz ver que, em ciências humanas as teorias dependem de interpretações, e estas últimas nem sempre podem ser

² Jürgen Habermas rappelle que dans les sciences humaines — où le sujet connaissant se rapporte nécessairement à des champs culturels qui participent eux-mêmes de la subjectivité et où l'esprit se rencontre toujours dans ses objectivations, ne serait-ce qu'à travers le langage e les autres formes symboliques de intersubjectivité — les théories dépendent «de interprétations générales qui ne peuvent être confirmées ou infirmées selon des critères immanents, du type de ceux des sciences empiriques» (UHL, 2005, p. 13).

infirmadas ou confirmadas segundo os mesmos critérios aplicáveis às ciências empíricas. Nelas, o sujeito *que conhece* se relaciona sempre a campos culturais que participam de sua subjetividade. Trata-se, sobretudo, de uma escolha metodológica. Dessa sorte, é a partir do arquivo continente que se deve chegar até as cartas de Francisco, porque a natureza arquivística destas se sobrepõe ao seu caráter epistolar, sem anulá-lo, todavia. Não se podem omitir as variantes do objeto, que é assim tomado em sua totalidade, em sua complexidade e em suas múltiplas referências. É preciso, pois, um tipo especial de conhecimento que se mostre capaz de compilar o todo e suas partes, conjuntamente.

Por tudo isso, não se hesitou em recorrer a outros campos do saber, a outras disciplinas, e mesmo à literatura, para a construção de um espaço operacional, — verdadeiro ambiente onde se processa a pesquisa —, onde, sobretudo, o objeto não rompe com as pertinências que lhe impregnam a existência desde o seu aparecimento no mundo, e onde é pressuposta, sobretudo, a existência de um “*sujet de recherche*, autrement dit un chercheur vivant, qui n’est pas un être de fiction ou un agent épistémique abstrait, mais une personne en chair et en os, impliquée par tout son être dans sa recherche” (UHL, 2005, p. 21)”. Há ainda em tudo isso uma atitude do próprio pesquisador, a designação de uma escolha sua, ao traçar um caminho que leva até as cartas, porém, necessariamente, passando pelo arquivo de Lysia.

1.4 Referenciais bibliográficos e sua aplicação

A bibliografia utilizada partiu de Magali Uhl (2005), que aborda a subjetividade em ciências sociais, bem como o caráter multirreferencial que apresentam certos objetos de pesquisa, circunstância que desaconselharia uma aproximação monodisciplinar, que não daria conta da complexidade do objeto (idem, p. 136). Além de Uhl, foram consultadas obras de Ana Maria de Almeida Camargo, Richard Cox, Ulpiano Meneses, Le Goff, Halbwachs, Baudrillard, Artières e Kalifa e outros, conforme se verá a seguir na apresentação detalhada de cada capítulo. De registrar também a pesquisa efetuada sobre referenciais de contingência, obras literárias, manuais e secretários, mormente aqueles dedicados à etiqueta social e ao assim chamado estilo epistolar.

1.4.1 Arquivos pessoais

O primeiro capítulo desta tese intitula-se “Lidando com arquivos pessoais”. Trata-se de um panorama geral do tema, onde, de início, se vai realçar o elemento surpresa que, muitas

vezes, acompanha o exame desses arquivos, mormente os pessoais, pelo pesquisador. Uma imensa variedade de elementos costuma se achar ali em acúmulo, de maneira incoerente, porque se ignora a lógica que presidiu o ato de arquivar. Assim, a abordagem, a avaliação, a análise desse tipo de arquivos requer uma aproximação cuidadosa por parte do pesquisador que pretenda sondar sua realidade polissêmica.

A seguir, na primeira seção secundária intitulada “Da multiplicidade de olhares”, parte-se de Foucault (1966) (2009) e Derrida (2001), em rápidas pinceladas, para referenciar a heterogeneidade desconcertante dos arquivos aí colocada em pauta, para, simultaneamente, explorar-se, com Luciana Duranti (2007), as origens dos arquivos e sua relação constante com a ideia de custódia, ideia reforçada por Sue Mckemmish (1996), na feliz expressão que emprega ao ressaltar tratarem-se, os arquivos, de uma verdadeira evidência de nós. Ainda assim, persiste a necessidade de se buscar uma lógica arquivística que não se dá a ver desde logo, e que nos desafia constantemente, inclusive, na nomeação das unidades arquivísticas, problema que será aproximado no capítulo seguinte. Toda essa multiplicidade caleidoscópica de elementos não escapa a Luciana Duranti (1996), que a qualifica como desafiadora. Na esfera pessoal, mais ainda. Porque, do nascimento à morte do homem, existirão sempre registros dos mais diversos acontecimentos que se sucedem no tempo, e justamente este ser e acontecer no tempo é realçado Cencetti, citado por Bellotto (2008), ao salientar a utilidade da crítica diplomática e de seus métodos. No mesmo diapasão, Bruno Delmas (2010), muito a propósito, lembra a inflação documental, hipertrofiando-se há século e meio, a desafiar a criação de soluções que, por sua vez, dependem de critérios, critérios que podem ser aqueles discutidos na seção subsequente.

A segunda seção secundária intitula-se “Arquivos pessoais: abordagem e princípios”, onde, em Camargo e Goulart (2007), encontramos os indicadores fundamentais de *quando* e de *como*, a sugerir-nos dois eixos situacionais: o eixo da temporalidade, bem como o das condições, tanto da produção quanto do acúmulo do documento pesquisado, do que resulta um método funcional. Segue-se disso, a observância a princípios fundamentais que devem presidir a toda proximidade com arquivos, princípios que nos são apontados por Bellotto (2008): proveniência, unicidade, organicidade, indivisibilidade, a impor que nenhuma unidade arquivística seja isolada de seu ambiente de origem, pena de despojamento de seu significado. No âmbito dos arquivos pessoais e familiares, Cox (2008) não nos deixa esquecer das razões de ordem sentimental e emocional que determinam sua criação. Há, pois, um proceder ideal a ser observado, não obstante os desvios. Esses desvios de rota, afastamentos de um *dever ser*, seriam aquelas soluções inadequadas no procedimento de abordagem. Delmas (2010), muito a

propósito, já enfatizou o quanto diferem e mesmo divergem historiadores e arquivistas. No mesmo sentido, Camargo e Goulart (2007), fazem ver que o contexto de produção e o vínculo arquivístico não devem ser negligenciados, porque consistem em verdadeiros paradigmas para a compreensão de um documento de arquivo.

A terceira seção secundária do primeiro capítulo intitula-se “O Arquivo de Lysia: trajetória de um arquivo pessoal de gente comum”. Embora as cartas de Francisco consistam no foco desta pesquisa, sendo elas documentos pertencentes ao arquivo de Lysia, dele, como visto, não deverão ser separadas. Assim, a trajetória do arquivo vai iluminar o contexto das cartas, cuja aproximação será procedida mais adiante. Essa pequena história, que une o arquivo e cartas, vem pautada pela simplicidade, tanto que se tratavam de documentos destinados ao descarte. O arquivo de Lysia e outros tantos arquivos de pessoas comuns não escapam, em geral, a esse destino, sobretudo, pela falta de expressão de seus titulares. Assim, depois de fixar sua trajetória e de enfatizar seu vínculo com esta pesquisadora, restou explícita a presença do que se chamou de imponderável ação do destino, ao menos no que concerne à vida de gente tão anônima quanto foram Lysia, Maria e Francisco. De gizar, porém, que Le Goff (2003) já alertava sobre e essa nova hierarquia documental. A propósito, Christine Nougaret (2006a) também menciona que a Europa do século XIX conferiu atributo de soberania aos arquivos, inclusive arquivos particulares, em relação aos quais ela, citando Filangieri, sublinha o possível conflito a se estabelecer entre o interesse privado e o público. No caso do arquivo de Lysia, é dentro do que se pode apurar a partir de sua trajetória, de seu contexto e de seu conteúdo que extraímos o eixo norteador da própria pesquisa, em que pese o *imponderável* e o *quase descarte*, autêntico paradoxo que tornaria supostamente questionável o seu aproveitamento pela história social.

Até que ponto, afinal, esse “Universo das irrelevâncias” — título dado à terceira seção secundária —, será de real interesse para a história? Com Meneses (1992), fez-se o contraponto desse risco iminente de tudo dever ser guardado, arquivado, classificado, tido como histórico, não obstante sua banalidade assinada desde a origem, como a que lhes conferir um caráter marginal. Após, com Baudrillard (1968), é colocada a questão relativa a tantos objetos que a sociedade de consumo inflaciona e que, assumindo novas funções, mudam de sentido, respondendo a outras necessidades. Especula-se a partir daí que a condição arquivística, — que se sobrepôs à condição epistolar das cartas de Francisco —, também lhes assinou uma nova função, transformadas que foram as cartas em unidades de arquivo ao serem ali anexadas. E mais: uma vez o epistolário Franciscano tornado elemento arquivístico, sua funcionalidade original não se transformaria em historialidade? Essa

irrelevância que se assina às coisas marginais e descartáveis, contudo, pode sempre mudar, e foi Le Goff (2003) que, tratando do passado, de seus documentos e monumentos, alertou que a história resulta de uma escolha do historiador que recai, preferencialmente, sobre produtos da escrita. Não obstante isso, importante lembrar, mais uma vez com Meneses (1998), que objeto histórico e documento histórico consistem em duas categorias: a primeira estaria contaminada exteriormente por uma realidade transcendente; a segunda categoria, servindo de suporte a informação, chamaria a si o ofício do historiador que sobre ela realizaria uma operação de ordem retórica. Esta operação, bem poderia consistir naquela escolha que Le Goff (2003) já acentuara, em que pese haja sobrevivendo uma mudança a partir da qual os próprios documentos teriam se monumentalizado. A recente entrada em cena dos indivíduos ordinários — Marias, Lysias e Franciscos — é referenciada por Artières e Kalifa (2002) e sua análise da relação entre o historiador e os arquivos pessoais e sua valorização, passando pela chamada micro-história e pela construção de objetos históricos pela escrita. Qual seria aí o lugar desse “eu” de onde derivam tantos escritos autobiográficos, diários, memórias, arquivos pessoais, enfim, e todo esse universo liliputiano?

Parte-se, então, para a quinta subseção reservada aos “Arquivos pessoais na história e as histórias nos arquivos pessoais”. Ainda com Artières e Kalifa (2002), distinguem-se três momentos que marcaram a exploração de tais fontes documentais, verdadeiros objetos históricos. A primeira, de sacralização, com valorização acentuada dos arquivos, com publicação de autobiografias e o destaque das minorias, em especial, dos indivíduos marginalizados. A segunda, de problematização, voltada aos silêncios, traz à luz as práticas cotidianas, a correspondência e os arquivos pessoais, os quais, não obstante sua assimetria, sua aleatoriedade e seu estatuto ficcional, desempenham papel crucial em função de seu conteúdo discursivo e das condições de sua produção. A terceira, enfim, que resultou numa relação mais crítica, que deu visibilidade inclusive aos arquivos judiciais. Chega-se assim a uma proposta de compreensão do minúsculo, singular e individual, homens e mulheres do povo, essa gente comum. Na sequência, e mesmo em homenagem à postura crítica que caracterizaria esta terceira fase de aproximação dessas fontes documentais, observou-se, com Camargo (2009a) que especialmente o documento de arquivo, nascendo de uma causalidade específica, por si mesmo já materializaria um fato, conferindo-lhe atributo de corporeidade. Além disso, a pertinência a um arquivo será determinante de seu convívio junto a outras unidades, ocupando um mesmo lugar físico, espécie de endereço, salvo conduto preventivo de uma fatídica desvinculação, perda ou extravio.

A sexta e última seção da segunda parte intitula-se “Descendo ao infraordinário: um passeio pela literatura”. Parte-se do universo comum que Perec (1989) chamou de infraordinário, habitat dessa gente simples, massificada, que o romance moderno buscou retratar no personagem geral e anônimo identificado por Certeau (1998). Em exame, a historicidade do espaço ocupado por este homem comum, bem como a descartabilidade dos objetos, — destacada por Baudrillard (1968) —, dos quais se cercou a sua existência, o espaço onde ele exerce seu poder material, como observou Halbwachs (1968). O que é feito de tantas coisas, cuja descartabilidade tangencia o conteúdo prosaico de outras tantas e tantas existências que elas acompanharam? Onde vão parar todas essas coisas? Numa visita ao belchior que comanda o *bric-à-brac* resgata-se mesmo uma parte real da história do arquivo de Lysia, achado na loja “O Pé da Múmia”, nome que deve sua inspiração a Gautier (1957) e seu romance homônimo — não como obra de referência, diga-se — mas como referencial de contingência. No mesmo diapasão virão Balzac (1950) e Umberto Eco (2011), em digressões cuja precisão descritiva pareceu-nos perfeitamente adequada para narrar uma espécie de história das coisas que se perdem.

Licença poética, com vênias que se foi buscar em Le Goff (2003). Porque, ainda que história não deva ser literatura, ainda assim ela seria literária, essencialmente.

1.4.2 Unidades arquivísticas

Vimos de falar de arquivos e do que eles podem conter. É hora, pois, de examinar mais de perto seu conteúdo, sem perder de vista, todavia, sua perspectiva com o todo do arquivo. Para tanto, o segundo capítulo, “Unidades arquivísticas: coerência na dispersão” tem a pretensão de ser uma espécie de exercício proposto a nossa sensibilidade e inaugura-se com a subseção intitulada “Em busca de uma razão de ser: função e destino”. Trata-se, basicamente, da apresentação de alguns dos elementos encontrados no arquivo de Lysia. Embora diversos em sua natureza, porque produzidos em diferentes contextos, sua variedade mantém um vínculo de coerência, graças ao fato de terem sido acumulados por alguém, no caso Lysia, pelos mais diversos motivos. Com Nougaret (2006b), veremos que os papéis pessoais acompanham a vida dos indivíduos e que sempre ou quase sempre se farão presentes, em maior ou menor quantidade. São lembranças pessoais ou lembranças de família que dão conta de hábitos e costumes. Ilustrações são utilizadas para compor o cenário dessa subseção que trata de acontecimentos no tempo, hábitos sociais que se dão a ver em documentos simples: um *Western*, uma conta de luz, exames médicos, envelopes para recepção de negativos

encaminhados para revelação. Uma visita ao infraordinário, desta vez não pela via literária, mas com inspiração iconográfica recortada à realidade cotidiana tomada à vida real. Não obstante o caráter irrelevante desses recortes, de registrar que tudo depende, em grande parte, de nossos olhares sobre os arquivos, e da escala de valores a partir da qual examinamos o eventual objeto de nossos estudos.

A seguir, uma insistência, para marcar estes “Arquivos que diferem muito: o pessoal e o institucional”, onde os primeiros conformam-se de maneira única, especialmente porque bem mais expostos à imprevisibilidade que caracteriza a própria vida do acumulador, enquanto os segundos são obedientes a uma pré-determinação planejada de modo conforme aos seus objetivos sociais. Com vistas a exemplificar a emergência de algumas dessas excepcionalidades, — excepcionais, bom registrar, no sentido de sua não ocorrência no âmbito institucional —, a imagens de um bilhete escrito em francês, a de uma foto autografada ou de anotações que tinham em vista a correção da indumentária masculina, feminina e infantil (figuras 10, 11 e 12, respectivamente) no que concerne à combinação de cores. É a expressividade de um dia-a-dia vivido de modo conforme a regras que permeiam esse reduto onde a vida e a morte do comum dos homens têm lugar. Morte, para a qual também são prescritos ritos, como bem exemplificam um cartão, um santinho fúnebre e ainda o comprovante de uma doação feita em memória do extinto (figuras 13, 14 e 15, respectivamente). De lembrar, a propósito, que Cox (2008) bem sinalou que tradições sociais dão causa a registros documentais. Assim, com base em exemplos concretos tomados ao arquivo de Lysia, essa subseção pretende chamar a atenção do pesquisador, sobretudo, para que se abra às possibilidades do inesperado em matéria de arquivos pessoais e dos elementos que os compõem.

A terceira subseção intitula-se “Dados plurais: a variedade na unidade, a unidade na variedade” ressalta que, por mais que difiram entre si os componentes de um arquivo pessoal, — por exemplo, um santinho e uma carta cujo envelope denuncia que foi enviada pelo serviço aéreo da Panair (figuras 16 e 17, respectivamente) —, é preciso que se os considere como partes integrantes de uma mesma constelação. Houve, anteriormente à integração do elemento ao arquivo, um significado memorável, uma lembrança, um sentir que determinou cada inclusão, resultando disso a própria estrutura do arquivo à qual o arranjo obedece. As unidades se somam. Obedecem a uma coerência interna. Exemplo? Dois bilhetes infantis com um ano de diferença, e ainda outros semelhantes escritos na década de 1940 e 1950 (figuras 18, 19 e 20, respectivamente).

Eis aí aspectos ligados à memória e no que esta pode dialogar com arquivos. Tendo como título “Arquivos pessoais: evidências de memória e reflexos do cotidiano”, na quarta subseção encontramos em Hobbs (2001), o reconhecimento do valor desses registros individuais, que reclamariam mesmo uma nova teoria arquivística, na medida em que não devem ser tratados da mesma forma como são tratados os arquivos institucionais, dos quais diferem organicamente. Além disso, acrescenta-se que, embora não sejam raros, — na medida em que quase todas as pessoas mantêm lembranças —, eles raramente escapam ao descarte. Seu valor documental, porém, reside no fato de que, muito embora singulares, porque resultantes de uma prática individual, espelham modos de agir e pensar obedientes a uma memória que não operou arbitrariamente sobre este *conteúdo memorável*, conforme observou Eclea Bosi (2003). Nesse contexto, uma palavra de Halbwachs (1968), quando afirma que a reconstrução de eventos opera sobre elementos comuns, presentes em nosso espírito assim como no dos demais. E, se for assim, mesmo lembranças estritamente individuais, como são muitas daquelas que se materializam nos arquivos pessoais, precisariam de dados e de noções comuns para que pudessem ser reconhecidas e reconstituídas. Todas essas operações de memória, que antecedem e que determinam o acúmulo arquivístico, se dão em um contexto diário, portanto, cotidiano, tendo lugar no espaço e no tempo que limitam o reduto do homem comum em sua faina diária. É em Certeau (1998), — autor que reencontraremos no último capítulo desta tese dedicado à cotidianidade —, que buscamos evidenciar esse espaço organizado onde o homem é o criador de sua própria existência, fazendo dialogar a atividade arquivística com a própria materialização desse cotidiano prosaico, expressão social de Lysias, Marias e Franciscos. Suas ações, cujo anonimato, como regra, é proporcional à sua irrelevância, consistem em atribuir importância a certos fatos em detrimento de outros, os indignos de serem lembrados, quem sabe. O resultado, assim, é um acúmulo de documentos que cria seu próprio espaço, íntimo e privado, verdadeiro objeto biográfico do qual o pesquisador, ao aproximar-se, operaria como *voyeur*, como bem disse Violet Morin (1969). Cabe-lhe ainda, no mister da pesquisa, desvendar a ordem original que presidiu a esta operação da memória, espécie de estrutura conceitual, como frisou Meehan (2010), a fim de que os registros arquivísticos possam ser compreendidos de acordo com a forma como foram criados, mantidos, transmitidos e utilizados ao longo do tempo, razão a mais para que sua constelação não se disperse, mantendo-se todos os elementos que a compõem. Tênuo vínculo, na verdade, onde cada registro corresponderia a uma atividade. Basta que se subtraia do conjunto um só desses itens, para que este, tomado então em sua singularidade, sofra com isso substancial decréscimo, seja do ponto de vista de sua autenticidade, seja daquele atinente à

atividade da qual ele é o registro. Por outro lado, do ponto de vista do arquivo, essa intervenção e o consequente desfalque de um ou mais elementos também implicaria em um impacto sofrido pelo conjunto como um todo. Observados como parte de um todo, os elementos podem ser mais bem aproximados. Exemplo dessa operação fez-se com as fotografias que correspondem às imagens das figuras 21 e 22, exploradas a partir de referências tomadas a Baudrillard (1968) quanto ao mobiliário das casas. Tratam-se de cenários e de personagens reais que nos aparecem concretamente. Suas necessidades e práticas, não menos. Na figura 23, um rascunho de requerimento, que busca obediência a formalidades. Cupons de sorteio (figura 24) convivem com anotações (figura 25) referentes a aulas de francês, dando a ver o ensaio de parabéns que a professora talvez recebesse um dia. Como desprover de razão a Nougaret (2006b) quando afirmou que arquivos se estendem a todos os domínios das atividades humanas?

E se, finalmente, esse domínio é tão amplo, os desafios que propõem ao pesquisador não são menores, especialmente quando se trata de lidar com imagens virtuais tomadas a um arquivo, como se fez até agora. Assim, antes de encerrar a terceira parte desta tese, voltada à discussão de seus objetivos gerais, a quarta subseção intitula-se “Do material ao virtual: como nomear e ‘salvar como’ uma imagem?” divide-se em duas partes. A primeira — chamada “Nomear: nem tão simples quanto parece” — é voltada às dificuldades que a nomeação de um documento de arquivo coloca, citando o caso referido por Camargo (1998) que envolveu uma participação de casamento que se confunde com um livro de poesias. Como exemplo de dificuldade, embora bem menor, buscamos exemplificar com um bilhete de felicitações pela passagem de aniversário que foi escrito usando como suporte um envelope. O envelope é facilmente identificável. Adivinha-se que seu conteúdo pudesse consistir em uma importância em dinheiro do avô para o neto. Sendo assim, a função de envelope se cumpriria por um lado. Mas e a de bilhete? E quanto às felicitações? A saber como nomear a unidade que corresponde à ilustração que aparece na figura 26, especialmente quando precisamos identificar imagens virtuais produzidas em função desta pesquisa.

“A produção de imagens virtuais” é, em resumo, a solução que se buscou especificamente para responder a problemas aqui enfrentados. Um sistema muito simples, — que deve pecar por sua simplicidade, aliás —, mas que respondeu adequadamente à carência de meios mais bem adequados ao trato arquivístico. Tal sistema consiste em “salvar” cada imagem virtual a partir de uma sequência de onze campos separados pelo símbolo *underline*, indicando, respectivamente, proveniência (1), data (2), lugar (3), tipologia (4), gênero (5), suporte (6), forma (7), elementos internos (8), indicador de dois algarismos que traduzem a

relação entre a imagem em foco e a quantidade de outras imagens sequenciais inerentes à unidade arquivística à qual se refere (9), a subclasse do arquivo (10) e, finalmente (11), a indicação do local onde a unidade arquivística material é guardada, bem como a ordem numérica de seu arquivamento. O uso das tabelas 1 e 2 permite que o trabalho seja executado com certa rapidez. A tabela 1 consiste em nomes de documentos existentes na maioria dos arquivos pessoais; a tabela 2, um parâmetro de nomeação. Para exemplificar a utilização desse sistema, as figuras 27 (negativo) e 28 (entrada de teatro) foram *nomeadas como*. A criação de um arquivo virtual a partir de um arquivo real coloca muitos problemas, e a solução aqui proposta não se pretende como inovadora, mas apenas prática, na medida em que teve em vista a solução dos problemas implicados nesta pesquisa, dentre os quais também o da intervenção nas imagens, operada com a finalidade de preservar a intimidade das pessoas envolvidas. De qualquer sorte, o uso de imagens permite ao leitor uma aproximação maior do objeto da pesquisa e justifica, — espera-se —, todos os desvios das regras arquivísticas aqui cometidos sem dúvida.

1.4.3 Cartas

A quarta seção intitula-se “Alguém a cartear-se”. Trata-se de um pequeno ensaio sobre cartas, com a peculiaridade da utilização de 2 cartas e de 37 trechos de cartas de Francisco, ao qual, com a devida licença poética, é dada a palavra. Muitos dos trechos tratam de cartas e, dessa forma, o capítulo alinha o discurso epistolar ao acadêmico, procurando aproximá-los.

A primeira subseção é “Uma conversa entre ausentes”. O título parte de uma recorrência conceitual, uma vez que cartas são escritas em função de ausências, ausências sentidas, e que devem ser supridas pela via do gesto epistolar. Parte-se de Roquette (1860), um clássico que, com seu “Novo Secretário Portuguez ou código epistolar contendo regras e advertências para escrever com elegancia toda sorte de cartas”, já em 1860 enriquecia a literatura, aconselhava missivistas e registrava a importância das cartas, cujo sentido ia sempre além do interesse direto que gera seu aparecimento. Com Chartier (1995), dá-se relevo a aspectos particulares, adentrando ao território das sensibilidades que estariam sempre “à flor da carta”. Com Bossis (1997), tratamos das dificuldades, ou antes, dos desafios representados pela exploração do vastíssimo território epistolar com seus dois eixos: um sincrônico, que respeita a um período histórico determinado, e outro diacrônico, pelo qual se pode acompanhar a carta desde que surge na história contemporaneamente à própria escrita. Conceitos de cartas são explorados no repertório Dalloz (1906) e em Roquette (1860), ambos

sempre insistindo, com Suard (1858), que cartas, além de retratarem uma conversação entre ausentes, refletem gostos pessoais, potenciais criativos e mesmo idiossincrasias, traçando retratos íntimos pelos testemunhos que guardam.

Essa subseção divide-se ainda em outras duas seções terciárias. A primeira — “Eles e elas” — apresenta uma especulação de Suard (1858) que já se preocupava com a escrita de homens e de mulheres, ao indagar sobre quem escreveria melhor. Uma curiosidade, aliás, que se buscou enriquecer com passagens escritas pelo próprio Francisco a propósito do assunto. A segunda — “Significado das insignificâncias” — parte de Bossis (1997) que, referindo-se ao surgimento de uma literatura dita menor que floresce no XIX, observa que, simultaneamente ao seu aparecimento, foi também trazida luz, pelos antropólogos, sobre toda uma documentação ordinária, desprezada e ignorada até então. Os mais variados modos de expressão ali contidos, todavia, caracterizam-se pela espontaneidade, dando mostras também de criatividade ao documentarem verdadeiros clichês de comportamento, por exemplo. Some-se a isso os retratos do cotidiano, o mais corriqueiro, caráter que é evidenciado por Dauphin (2002) ao ressaltar o que chama de os pequenos nada da vida. Ainda na esteira das escritas ordinárias, com Bossis (1997), ressaltamos a importância da escrita epistolar na perpetuação das relações sociais. Nessa primeira subseção já se visualiza a etiqueta epistolar, aqui compreendida em sentido amplo, como protocolo de relações sociais que se dão entre ausentes, com realce para a cotidianidade em seus aspectos mais corriqueiros, mais próximos da realidade vivida pelo homem comum. Ou seja: adianta-se aqui a matéria que será especificamente tratada nas duas seções subsequentes a esta que vai se deter ainda sobre o objeto carta, tomado em três aspectos: o histórico, o historiográfico e o íntimo; sobre a carta de amor, sobre cartas de amor de pessoas célebres e, finalmente, vai permitir-se fazer algumas especulações sobre a verdade.

“O objeto carta”, tratado na segunda seção, analisa, em primeiro plano, “Cartas na história e a história nas cartas”. O assunto aqui também é introduzido a partir de uma bibliografia de contingência, mostrando como o manual epistolar de Lea Silva (1962) conta a história das cartas, pontuando os mais variados tratamentos que ela recebeu em diferentes tempos e lugares. A esse panorama informal segue-se a contribuição de Corbin Alain (1994), que resalta uma dupla mão de modelos da Antiguidade: um de sacralidade e outro retórico, referindo-se a Paulo e Tarso e a Cícero, respectivamente. O Medievo teria estabelecido o molde hierárquico da correspondência e apenas com a chegada do XIX teria havido uma mudança sensível no trato epistolar, com os manuais, as normas de polidez. Em Jovicic (2010), são ressaltados períodos: a Antiguidade, com Cícero; a Idade Média, religiosa e

monástica; a Renascença, erudita e humanista. A partir do XVII, emerge o mundano, ajustado à retórica praticada nos salões. Com as Luzes, a carta filosófica e a íntima, que se afirma como expressão de si. Apenas no XIX, segundo ela, teríamos a carta como lugar de intimidade graças à sua privatização com o reconhecimento do direito à intimidade.

Em “O que as cartas têm a dizer? Dimensão historiográfica da carta” começamos com Bossis (1997) que adverte sobre os cuidados que a exploração desse tipo de objeto requer, não obstante o fascínio que exerce sobre muitos de nós. Artefato complexo e variado, a carta se desdobraria simultaneamente como gesto, objeto, discurso e documento, quatro campos que não comprometem sua totalidade, valendo referir que no caso específico das cartas de Francisco ter-se-ia ainda um quinto campo, a saber, a condição arquivística dessas cartas, que se sobrepõe à sua condição epistolar. Além disso, impende dissociar sempre escrita e leitura, pois, ainda segundo Bossis (1997), no caso da pesquisa, haveria a introdução de uma terceira pessoa, cuja competência é questionável à vista da própria opacidade do contexto das cartas que não raramente se alterna com sua transparência.

Em “Devassando intimidades”, Dauphin (2002) nos conduz aos bastidores do privado frente ao qual o pesquisador não refoge à condição de *voyeur*, nem sempre compreendendo, nem sempre decifrando os códigos epistolares muitas vezes conhecidos apenas pelo remetente e pelo destinatário. Nesse sentido, ressalta-se as variações que o sentimento de intimidade comportaria ao longo do tempo, o que é bem observado por Brigitte e José-Luis Díaz (2009), razão pela qual o material epistolar pode se apresentar lacunoso. No mesmo diapasão, sua ambiguidade é sinalada por Simonet-Tenant (2009), para quem segredos encobririam silêncios de uma intimidade compartilhada. Em sentido diverso, Dauphin (2002) vai abordar o íntimo de modo inusitado, como a coisa mais partilhada do mundo, impondo sua presença nas chamadas escritas de si e desafiando o pesquisador a iniciar-se em suas fórmulas, socialmente construídas, e adstritas a espaços muitas vezes bem compartimentados, como são, por exemplo, os reservados aos gêneros, com seus diferentes usos do íntimo.

Mas “Afinal, o que é uma carta de amor?” — pergunta-se. Barthes (1981) nos provoca com a exibição de seu sujeito amoroso, e Jovicic (2010) nos responde explorando Grassis e Bossis: a carta de amor, para a primeira, contaria com certos ingredientes — presente e futuro estariam combinados em seu tempo verbal, modos imperfeitos evocariam sentimentos exigentes —, sempre a falar de amor, exagerada e insistentemente; a segunda, enfatiza-nos o contexto amoroso dentro do qual estes ingredientes se combinariam; as duas posições, no entanto, se mostrariam inconciliáveis para Jovicic (2010), que propõe uma concepção cenográfica da carta de amor. De tudo isso resultariam, a nosso ver, definições culturais,

porque, mesmo para determinar seja a estrutura, seja a função de uma carta de amor, é fundamental o domínio dos códigos que determinam, em última análise, tanto a cenografia quanto seus protagonistas. Ou seja: para definir, conceituar, compreender o que seja uma carta, é fundamental iniciar-se nos códigos prevalentes à época de seu aparecimento. É do manejo desses códigos que resulta a escrita que lemos, suas transparências, que o trato formal não esconde e que a etiqueta social orienta, além de suas opacidades, decorrentes de assuntos que podem ou não ser tratados claramente, compreensíveis justamente no trato cotidiano. Este pode se mostrar em cenários tão variados quanto são os seus protagonistas: uns simples, outros célebres. Contudo, simples ou célebres, os homens, em sua maioria, escrevem cartas de amor.

Cedendo à curiosidade de saber como seriam as cartas de amor escritas por pessoas célebres, e com inspiração no sujeito amoroso que Barthes (1981) construiu a partir de múltiplos discursos, buscou-se, na sequência, apresentar “Cartas de amor: de Francisco às celebridades”, com o objetivo de dar a ver uma linguagem que é, sim, definitivamente nucleada no íntimo, não obstante o grau de protagonismo de seus autores. Dirigida ao ser amado, ela apresenta o sentimento do amante e, em termos semióticos, ritualiza uma escrita do amor, seduzindo, prometendo, desesperando. Flaubert (2009) confessa seu amor por Louise Colet; em Brockway, Winer (1949) encontramos diversas cartas célebres: a decepção de Benjamim Franklin, rejeitado por Madame Helvetius, o pedido de perdão de Desmoulins na véspera de sua execução, as últimas palavras de Néelson a Lady Hamilton, uma troca epistolar entre Carlyle e Jane Welsh. Roquette (1860) nos brinda com uma carta de Plínio para Calpúrnia, que dizia ler as obras do esposo para matar as saudades que dele sentia. E para que não faltassem os amores proibidos, tão célebres quanto polêmicos, Júlio Brandão (s/d), em obra sem data, nos fala de Mariana de Alcoforado, que merece alguns parágrafos a ela dedicados. Tampouco a polêmica levada aos tribunais se faz faltar. Devilleneuve (1850) em sua *Pasicrisie* descreve a repercussão que teve o caso que envolveu a tentativa publicação de cartas de Benjamim Constant a Senhora de Recamier, caso que mereceu comentários da parte de Miconnet (2012). A divulgação de conteúdo privado ainda resta polêmica. Nesse sentido, Lejaune (2008). Por fim, não se poderiam fazer ausentes Bernardo e Heloísa, talvez os mais célebres interlocutores em termos de epistolário amoroso. Com Villenave (1865), nos aproximamos desses personagens, apresentando uma seleção de trechos dessas cartas que nem a passagem dos séculos obscureceu.

Mas até que ponto as cartas são confiáveis? Afinal, “As cartas não mentem? Reflexões sobre a verdade”. Trata-se aqui de uma digressão acerca de diferentes aspectos que a verdade pode tomar, especialmente no âmbito da História, sempre tão próxima da memória, que não se dispensa de ostentar atributos de legitimidade e de autenticidade. A história, assim como o direito, exige provas e justificativas racionais, no que a crítica documental é imprescindível. Com relação a isso, Camargo (2004) observa a existência de uma dupla perspectiva: “a da documentação e a dos sentidos que lhe emprestam os seus usuários, sejam eles historiadores ou não” (CAMARGO, 2004, P. 24). No entanto, dadas as cartas que temos sob exame, lida-se com fatos humanos, algo que Bloch (2001) considera como fenômenos muito delicados que refojem à quantificação, de sorte que é preciso atentar àquilo que sugerem. Seguindo a pauta que relaciona verdade e história, é com Prost (1996) que chegamos a duas posturas que caracterizariam aqueles que desejassem escrever sobre história: o inovador e o desmistificador. O primeiro quer fazer de outra maneira, enquanto o segundo pretende que a história não passaria de um discurso mais ou menos interessante. Essa última categoria origina duas correntes, onde estaria inserido Foucault, que analisa as relações de poder, e também os adeptos da virada linguística, cujos métodos são buscados junto à crítica literária, à linguística, à semiótica, aplicando-os aos textos históricos, forjando um processo retórico no qual a história assume caráter de ficção. O abandono das grandes sínteses que disso resulta tem como efeito o desencanto. As verdades assumem um caráter provisório. Decifra-se a sociedade, descobrindo suas práticas, pontuando acontecimentos obscuros ou notórios, narrativas de vida e suas práticas, enfim, o sentido que os homens conferem ao mundo. Evitando as posturas hipercríticas tanto quanto as niilistas, chega-se a um relativismo recomendável, aliás. Dizer a verdade com verdades não absolutas, pois a objetividade em história é tão impossível quanto é em matéria de sociologia ou de antropologia. Distanciamento e imparcialidade são recomendáveis ao historiador assim como ao jurista. Ambos investigam para estabelecer fatos que sistematizam para enunciar verdades. Com Ginzburg (1989), nos iniciamos no trato dos indícios, pistas, detalhes que desvendam o social, adentrando nas zonas privilegiadas que podemos assim decifrar. É o paradigma indiciário. Recomendando um rigor que se mostre flexível, Ginzburg (1989) atreve-se a sugerir que se esteja atento aos elementos imponderáveis. Seria preciso ter faro, golpe de vista, intuição, diz.

Seja como for, cartas permanecem como um território aberto a todas às perspectivas, pois refletem a consciência humana. Simples ou complexas, formais ou informais, sua materialidade é cheia de sentidos que se oferecem à nossa decifração. Bem assim o rico epistolário Franciscano, cujas verdades, se não se prestam às grandes revelações, deixam-se

ao menos impregnar de uma estética afetiva, espécie de belo amoroso capaz de embelezar até o cotidiano mais prosaico e comezinho.

1.4.4 Etiqueta social

“Répondez s’il vous plaît” foi o título escolhido para a quinta seção desta tese e que vai procurar responder em que consiste a etiqueta social, como se mostram suas regras e valores nos manuais, no trato epistolar e na retórica do amor. Abre-se com os “Norteamenos” dedicados a estabelecer os objetivos específicos deste capítulo. Vai-se também verificar como se apresenta o epistolário franciscano, como as normas do bom-tom, socialidade e civilidade, modos de ser e de amar nele se refletem. Além disso, trata-se de buscar explicar a ação das normas de etiqueta nos comportamentos sociais, essa tensão entre o ser e dever ser. Por fim, explicar a influência francesa na construção dos ideais da etiqueta, verificando sua presença nas cartas de Francisco. Buscou-se em Norbert Elias (2011) justificar a complexidade de um tema ao qual poucas obras foram dedicadas. Apenas recentemente, segundo Abrutyn e Carters (2015) teriam surgido algum interesse no assunto. Também o fato de as cartas de Francisco não obedecerem aos rigores formais da prática epistolar acabou por não oportunizar um exame de seus aspectos formais.

Todavia, são cartas que se mostram ricas em ilustrações de um dever ser situado no terreno existencial, refletindo as exigências sociais impostas pela etiqueta então vigente, revelada pelos manuais. Para tanto, o de Carmen D’Ávila (1958), com onze edições em 1958; o de Lea Silva (1962), quatro edições em 1962; José Tavares de Miranda (1965); Paul Guth e Michelle Maurois (1959), com “Le Savoir-Vivre Actuel, Dictionnaire”, seis edições em 1959. Embora o período explorado abranja as décadas de 1920 e 1930, de registrar que são raros manuais anteriores à II Guerra. Todavia, a aplicabilidade dos manuais pesquisados ao caso em exame resulta do fato de a etiqueta ser conservadora por excelência. Por outro lado, manuais antigos e tradicionais também foram consultados, para o estabelecimento das bases da etiqueta social e para o exame da etiqueta e do estilo epistolar.

A primeira subseção intitula-se “Em que consiste a etiqueta social?”, cujo matiz de suavidade não disfarça as implicações hierárquicas que resultam de sua ação sobre os espíritos. Isso se buscou demonstrar na subseção terciária dedicada aos manuais — “Muito discretamente: os manuais” — que, por eles mesmos, tentam justificar sua razão de ser.

Para o exame dos “Protocolos Epistolares: formas, fórmulas e estilo como expressão de distinção e requinte”, que Corbin Alain (1994) dá como repletos de significação, foram consultadas obras tradicionais de Roquette (1845-1997) e (1860), de Biscarrat (1835) e de Suard (1858), para estabelecer um paralelo com as normas editadas pelos manuais contemporâneos.

Já para o exame de “A retórica epistolar do amor” buscou-se em Jelena Jovicic (2010) dados sobre o discurso amoroso, algo que assume diferentes matizes, e que se apresenta ainda em modelos consagrados pelos chamados *secretários amorosos*, citados por Luhmann (1986), inclusive, que também explora a origem das concepções do amor (2010), pertinentes à sociabilidade a que Leenhardt (2010) se dedicou, aí encontrando a construção histórica de um saber viver.

Afora esses referenciais teóricos, no plano das contingências extraiu-se dos manuais já citados aspectos relativos à etiqueta amorosa, com atenção, inclusive, aos modelos de cartas de amor oferecidos ao público em geral. Somente após assentados tais parâmetros, passa-se a examinar o epistolário Franciscano, verificando como ele se apresenta ao longo do tempo.

Chega-se à terceira subseção intitulada “Espontaneidade, informalidade e originalidade em um longo romance epistolar”, evidenciando não só essas características formais do conjunto das cartas, mas também as contrariedades ao romance que parece ter exigido de seus protagonistas não poucos sacrifícios, evidenciando o que Luhmann (1986) já teria observado no que concerne à reciprocidade de expectativas individuais nos relacionamentos que envolvem não apenas seus protagonistas, mas também terceiros, no que corresponderiam a verdadeiros sistemas sociais.

A quarta subseção intitula-se “Em sociedade, pela sociedade, para a sociedade: com licença, por favor, perdão, muito obrigado” e vai explorar os custos da civilidade, evidenciando trechos das cartas que são colocados em paralelo com observações tomadas à sociologia. Assim Abrutyn e Carter (2015) que sugerem a noção de uma espécie de ética menor na etiqueta com normas e valores que tenderiam à generalização e à abstração, algo que Durkheim, segundo eles, já teria deduzido ao analisar a organização do trabalho. Tais autores também observaram que, ao longo do tempo, teria ocorrido um abrandamento das sanções impostas pela violação das normas de etiqueta e seus marcadores de status. Mas, se Abrutyn e Carter (2015) remetem à sociologia de Durkheim, não menos oportuna nos pareceu trazer à tona a imitação preconizada por Gabriel Tarde (2001), opositor de Durkheim com quem polemizou. Não sem interesse ainda, acrescentar que Luhmann (2006), que tratou de amor e de paixão, também propôs a concepção de sociedade mundo, baseada na ação e na

comunicação. Enfim, a interpretação dos ritos tais como eles são prescritos pelas normas de etiqueta desafia um método de aferição. De certo modo, a punição se dá pela vergonha, ou mesmo pela chamada gafe, pecado inconsciente que não se deixa de analisar, ainda que com brevidade, assim como o trato das novidades, o campo das conveniências, onde dramas e comédias se alternam.

Finalmente, a quinta seção intitula-se “Civilizadamente à francesa: ser como se deve ser” e vai examinar, à luz do que foi estudado por Elias (2001), razões pelas quais a influência francesa tanto se faz sentir na etiqueta, justificando assim o próprio título dado à quinta seção desta tese, apontando também para o fato de tal influência se fazer presente nas cartas de Francisco.

1.4.5 Cotidiano

O último capítulo intitula-se “O dia a dia é para sempre”. Seu objetivo consiste na recuperação de vivências cotidianas de Francisco. Quatro eixos foram discricionariamente construídos com o propósito de focar, primeiramente, a variedade temática que as cartas apresentam e os condicionamentos de ordem contingencial, descritos pelo próprio Francisco como determinantes do conteúdo histórico e social de sua vida privada, daí o subtítulo de “Se e quando”. Na sequência, o eixo “Cotidiano e história”, voltado à estrutura da vida cotidiana na historiografia e, após, “Cotidiano como invenção”, voltado à sociologia do cotidiano. Por fim, erigido sobre conteúdos da ordem imaginária que as cartas dão a ver com relação à cidade, o quarto eixo, “Uma cidade epistolar: a propósito daquela Porto Alegre”.

Como ressalva, foi registrado o elevado grau de representatividade das cartas, onde elementos de memória e subjetividade predominam, determinam que ora nitidez, ora opacidade, tal e qual ocorre nos quadros da vida cotidiana, elementos que sugerem a elaboração de um quadro conceitual flexível, até mesmo para dar contas da ordem intuitiva das práticas cotidianas. A partir de um esquema de Lefebvre (1991), foi esboçada uma escala que pudesse graduar níveis da realidade que, do território conceitual e teórico chegaria à base da cotidianidade, atravessando o ideológico e o imaginário. Por imposição da natureza dessas fontes, pratica-se aqui uma microscopia histórica, possível em presença do reagente adequado: uma sensibilidade habilitada a perceber a disputa de interesses individuais no quadro existencial comum dos homens. Trata-se de ouvir o que Francisco tem a dizer. Trata-se de dar-lhe a palavra, para que o seu discurso calibre a nossa percepção de historicidade e de sociabilidade, numa tentativa de unir — quem sabe — níveis de realidade teoricamente

concebidos como tão distantes um do outro. De que serviria dar a voz a quem não tem voz se esta voz não pudesse ressoar e repercutir fora da alçada da cotidianidade?

Presidida pelo *se* e pelo *quando*, a vida de Francisco concretiza o que Certeau (1998) identificou como tempo acidentado. Imprevistos que desafiam a criatividade humana. Imprevistos que as cartas testemunham muito de perto, como que permitindo diferenciar o indiferenciado de um presente que aproximamos, a partir de vivências de um sujeito que se quer generalizável, uma vez redimensionado o protagonismo de sua história. Porque na experiência da sensibilidade individual, — e sob a égide do privado aprofundada até o íntimo epistolar —, podem estar guardadas e resguardadas representações culturais inerentes ao passado e ao imaginário coletivo que lhe foi peculiar. Cabe descobri-las, sem nos esquecermos, contudo, de que são tão múltiplas quanto fragmentárias, assim como as respostas que fornecem.

É que os *ses* e os *quandos* da vida cotidiana realçam o território histórico. Por isso eles foram usados como primeiro eixo, precedendo “Cotidiano e história”, aonde, com Agnes Heller (2000) vai se identificar imanência e objetividade. O homem, portador da objetividade social, é substância da história. Dessa sorte, sua vida, que ele frui com inteireza, é sempre, de algum modo, representativa. Realçando a importância na imitação, Heller (2000), embora não se refira a Gabriel Tarde, — a quem nós mencionamos no capítulo precedente —, condiciona fortemente toda vida social à capacidade imitativa, uma vez que o homem chega a um mundo constituído. Reconhecendo o cotidiano como fundamento da historiografia, Heller (1993) encontra em todo homem um filósofo da história, por ser dela o destinatário final, observação que Lukács (2000) não desmente, encontrando-a, inclusive, na origem dos épicos. Se a história está no fluir do tempo, ela está também no fluir dos dias e dos meses, na monotonia e no desejo de vencê-la, superá-la na heterogeneidade de seus conteúdos, fazendo frente, — e às vezes driblando —, estruturas hierárquicas, elementos que Heller (2000) encontra presentes e capitais para viabilizar a normalidade da produção e da reprodução de rotinas, com intercâmbio de formas em movimentação simultânea. O cotidiano não está fora da história, porque a generalidade de todo homem é inerente à sua substância, ao que tem de humano e de genérico ao mesmo tempo. A quebra da cotidianidade, para Heller (2000), estaria na ciência, na arte e no amor paixão, e dependeria de três fatores: homogeneização, emprego integral de nossa individualidade humana reforçada ainda por uma consciência capaz de dissolver nossa individualidade em uma atividade humano-genérica. A superação do cotidiano seria assim sempre excepcional. Reservada talvez aos grandes estadistas, aos artistas e aos cientistas. Além de heterogênea, a vida cotidiana acontece espontaneamente e, para Heller (2000), é

justamente esta espontaneidade que permitiria a assimilação de comportamentos, modismos, regramentos sociais, de modo que tanto a fé quanto a confiança desempenhariam importante papel na vida cotidiana. Age-se por analogia e isso também explica a persistência dos preconceitos.

O terceiro eixo, — “Cotidiano como invenção” —, inspira-se em Certeau (1998). Porque é preciso superar os *ses e os quandos* para aplinar o futuro que dará lugar a um passado do qual somos os artífices, desenvolvendo habilidades *táticas* e *estratégicas* para superar obstáculos. Se a tática for a arte do fraco, como o próprio Certeau (1998) observou, na ausência de propósito é mister agir com cálculo. Nessas ações constantes estariam os fundamentos de uma sociologia do cotidiano capaz de descortinar o comum, não como indiferente ou indiferenciado, mas como repleto de originalidade, mesmo na monotonia e na repetição. Porque o conformismo é inquieto, e Francisco nos dá provas disso, aliás, quando colocado na perspectiva de personagem geral, ator que se move em um cenário que ganha colorido com suas cartas, e nos permite viajar pelo passado, experimentando-o muito de perto, conduzidos por sua sensibilidade.

Finalmente, como marco limite dessa incursão ao cotidiano, o último eixo temático, aportamos em “Uma cidade epistolar: a propósito daquela Porto Alegre”. Quatro cartas de Francisco foram selecionadas para que, com seus retalhos, se pudesse traçar um panorama afetivo da cidade na qual ele, por nela haver encontrado o amor, coloca encanto e poesia. Buscando junto à municipalidade e junto a anúncios e notícias publicadas em um antigo periódico que por aqui circulou nas décadas de 1920 e 1930, colheram-se fragmentos sobre a cidade. Junto a Maria Izilda Santos de Matos (1996), buscamos justificar o propósito não convencional de uma abertura do discurso histórico convencional na direção das experiências e das aspirações nas histórias dessa gente sem história. E com Sandra Pesavento (2007), indicações sobre o caminho que leva até a fonte de onde brotam os imaginários das cidades, nas quais podemos nos naturalizar, também pela compreensão de seus conteúdos particulares, tão ao gosto, aliás, da chamada história cultural.

1.5 Considerações e perspectivas

É preciso, finalmente, fazer uma colocação de suma importância. Reconhecidamente esta tese se propõe a uma abordagem que refoge quase que completamente à estrita observância dos falares acadêmicos. Não se hesitou diante do emprego das figuras de linguagem. Tampouco se deixou de explorar certos campos bibliográficos nada ortodoxos,

como os secretários e manuais aqui trazidos. Deixar-se levar pelas cartas, objeto sugestivo nesse sentido, que foi trazido à luz tanto quanto possível, porque, como objeto, sujeitou-se a ser explorado, mas, como singularidade de uma escrita de si, teve sua individualidade destacada nas falas de Francisco.

Nossa perspectiva é de que este trabalho cumpra uma função social. Que ele contribua para com uma melhor compreensão dos arquivos privados e do que neles se contém, atraindo olhares sobre o que há de raro e valioso em sua suposta banalidade. Que ele contribua também para com uma melhor compreensão das cartas, das cartas de amor, sobretudo, e de seus autores, inconscientes das lições que nos prodigalizam, a nós que nos apropriamos de suas escritas, tornando-nos também destinatários de suas pequenas verdades. E se estas últimas por acaso não puderem desempenhar o alto papel reservado às grandes verdades propulsoras da História, que ao menos desempenhem bem o pequeno papel social destinado a tudo aquilo que desperta, no fundo de cada um de nós, o sentido profundo que nos leva a produzir e a apreciar o belo.

2 LIDANDO COM ARQUIVOS PESSOAIS

“Arquivos são uma realidade complexa, movediça, difícil de imaginar”, disse, com toda razão, Bruno Delmas (2010, p. 79). E, sendo assim, seria possível saber tudo o que se pode encontrar, notadamente, em arquivos pessoais? Difícil responder. É bem verdade que alguns até podem ser previsíveis, mas outros sempre serão, para dizer o mínimo, absolutamente surpreendentes. Existe, sem dúvida, uma disciplina no ato de arquivar, mas não raramente nos espanta a aparente incoerência das coisas arquivadas, de guardados tão diversos, todos enredados em uma lógica que quase nunca se dá a conhecer de plano.

A saber como abordar e avaliar esses conjuntos inusitados e como identificar suas unidades, sem perder de vista o propósito do arquivo, sob pena do comprometimento da relação epistemológica que interpenetra, simultaneamente, o conjunto e cada uma das unidades que o compõe. Eis aí um desafio a nossa objetividade, não obstante seja tentador enveredar pelas ideias românticas que tais conjuntos documentais, especialmente quando privados, suscitam, ao menos em alguns de nós.

2.1 Da multiplicidade de olhares

Ao lidarmos com arquivos pessoais não é raro que nos deparemos com uma ordem pela qual não se esperava e que, por isso mesmo, pode nos parecer caótica. Assim foi encontrar, no arquivo de Lysia, cartas de amor que alguém chamado Francisco escrevera para uma Maria. Fica-se a indagar da pertinência disso, de sua reciprocidade em relação aos outros componentes do conjunto, da relação entre as unidades e o todo, em que pese certa tendência à mera contemplação desses conjuntos tão heterogêneos e, até mesmo, tão desconcertantes às vezes. Isso explica a razão pela qual já tenham sido comparados àquela estranha taxonomia contida “em certa enciclopédia chinesa” que Foucault (1966, p.7) comentou em “As palavras e as coisas³”. A questão assim como por ele colocada sugere que se estaria diante de uma suposta impossibilidade de perceber de plano a linha epistemológica relativa a dado arquivo,

³ Em “Les mots et les choses”, Foucault (1966, p.7) conta que esse seu livro nasceu de um texto de Borges que faz alusão a uma estranha biossistemática. Dentre as categorias elencadas, a divisão dos animais compreenderia, — além dos incluídos naquela mesma classificação da qual se trata —, grupos tais como os pertencentes ao imperador, os embalsamados, os domésticos, os leitões, as sereias, os fabulosos, o cães em liberdade, os que agem como loucos, os que de longe se parecem a moscas e até mesmo os desenhados com pelo de camelo muito fino. São rubricas singulares, sob as quais se inscreveriam impossibilidades repentinamente tornadas possíveis em razão de sua nomeação. A monstruosidade ali apontada — diz o autor — em nada altera o bestiário da imaginação.

o que se deveria, porém, mais à ruína do espaço comum do que propriamente ao caráter inusitado das unidades em si. A impossibilidade, diz ele, não estaria na vizinhança das coisas, mas no próprio lugar onde elas se avizinhariam. É desta relação entre conteúdo e continente que resultaria a incômoda — não obstante cômica — incongruência, típica das utopias, dos não lugares e talvez — dir-se-ia — de uma silenciosa não história. Quando se tem um encontro, — não raramente fortuito —, com o arquivo de alguém, especialmente quando esse alguém não é ninguém em especial, percebe-se todo um leque de possibilidades, toda uma gama de potenciais surpresas. De certo modo, seu conteúdo quase sempre nos sugere que se pode estar em face de algum segredo, um mal de arquivo, talvez, como já disse Derrida (2001) na obra de mesmo nome, não obstante a “messianidade espectral que atravessa o conceito de arquivo e o liga, como a religião, como a história, como a própria ciência, a uma experiência muito singular da promessa” (idem, p. 51). Porque se trataria mesmo do futuro, das perguntas ainda não pensadas nem formuladas que seriam respondidas amanhã.

Relacionar arquivos pessoais com textos que apresentam qualidades emotivas, — assim como ocorre com as ricas figuras empregadas por Foucault (1966) em “As palavras e as coisas” ou mesmo com as ilações ocultas dos arquivos, sua pertinência ou sua impertinência com a psicanálise, exploradas por Derrida (2001) —, tornam o assunto decididamente atraente, porque lançam, sobre os arquivos, notas de mistério e de segredo que atijam nossa perplexidade. Foucault (1966, p.143-4), contudo, reconhece e ressalta a importância, na ordem metodológica, que foi concedida, no século XVIII, a certos espaços ditos *naturais* para a classificação também dos arquivos, — assim como das palavras, línguas, raízes, documentos —, todos concorrendo para a constituição de um meio ambiente da história, no qual o século XIX encontraria renovada a possibilidade de falar sobre as palavras, abordando-as tal e qual abordaria elementos da história natural. Assim, a conservação do escrito, bem como a instauração de arquivos, bibliotecas, catálogos, repertórios e inventários desse tipo vão introduzir, ao final da idade clássica, uma ordem semelhante àquela que se estabelece entre os seres vivos, na perspectiva de um vir a ser quadrilhado e especializado onde, aliás, os historiadores do século XIX escreveriam, enfim, uma história *verdadeira*. Já Derrida (2001) desce à origem da palavra arquivo, — explorando seu conteúdo arcaico, arqueológico, não obstante sua corrente redução à experiência do memorável. Porque a palavra arquivo deriva de *arkhê*, vocábulo que designa simultaneamente *começo* e *comando*, coordenando, assim, dois princípios: “[...] o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* [...], mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social [...]”, diz Derrida (idem, p. 11). De notar, todavia, como tais

abordagens, — olhares, diríamos —, se complementam reciprocamente. Luciana Duranti (2007, p. 447), por exemplo, afirma que o conceito de arquivo teria sua gênese no ordenamento jurídico da antiga Roma. Este, por sua vez, servirá de fundamento ao *common law* europeu, influenciando sobre a formação dos diversos ordenamentos jurídicos da civilização ocidental. No Código de Justiniano um arquivo é definido como lugar público onde as ações são depositadas, o que daria, segundo ela, nítida ideia de custódia, pela memória contínua das ações das quais dão testemunho, sob a jurisdição de autoridades públicas. A toda prova, evidências de uma memória social⁴.

Não obstante o interesse público que suscitem em nível pessoal, o acúmulo de registros ao longo do tempo fornece um testemunho de vida em conformidade com a ordem sistemática como se dá esse acúmulo. A saber, todavia, quais arquivos pessoais poderão ser considerados como tendo valor social, de sorte a merecerem ser, no dizer de Sue Mckemmish (1996), “incorporado[s] ao acervo da sociedade, constituindo, portanto, uma porção acessível da memória da sociedade, de seu saber e de sua cultura identitária — evidência de nós” (idem, p. 28).

Não obstante o viés que acentua a não rara dramaticidade implicada nesses acúmulos que sabem a memória e, — por que não? —, a saudade, é preciso avaliar seu conteúdo, aproximá-lo metodologicamente, nomeá-lo, inclusive. Porque, — como veremos mais adiante —, por mais que se possa dispor de nomes para dar às coisas, dificilmente esses conjuntos complexos e heterodoxos, bem como o seu incerto destino, poderão entrar na órbita das coisas previsíveis que, para serem tornadas previsíveis, devem poder ser pensadas. O que se busca, então, nessas circunstâncias, na ausência de uma fórmula mágica — espécie de abre-te sésamo da arquivística — é estabelecer uma aproximação aberta a todas as possibilidades.

Luciana Duranti (1996) enfatiza o desafio representado pela multiplicidade de fontes de informação, quase sempre fragmentárias, que exigiriam mesmo o estudo da própria história administrativa. Na esfera pessoal, por sua vez, é preciso considerar que, do nascimento à morte, podemos encontrar escritos que marcam toda a vida das pessoas, circunstância que representaria verdadeiro desafio à crítica diplomática, — “estudo do ser e do acontecer de um documento”, como já disse Cencetti, citado por Bellotto (2008, p. vii). Seja como for, sem uma perspectiva sistemática, será sempre difícil pensar um documento arquivístico eivado de singularidades. Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que a diplomática, — cuja origem, segundo Bellotto (2008) “está ligada à questão da falsificação e das dúvidas sobre a

⁴ Bruno Delmas (2010, p. 41), a propósito, observa que lembrança social é memória, cuja função seria mais política e simbólica do que testemunhal.

autenticidade de documentos medievais” (idem, p. 2) —, se ocupa da estrutura e da finalidade do ato jurídico no que concerne à verdade. Já para Bruno Delmas (2010), a diplomática dita clássica poderia definir-se como uma disciplina de erudição que, a partir da crítica de documentos de arquivo, selecionaria as fontes científicas a guardar para pesquisa em história medieval. Segundo essa mesma linha, a diplomática dita contemporânea seria “a disciplina de erudição que estuda e permite indicar, pela crítica a partir dos arquivos, as fontes a conservar para constituir a memória de toda pesquisa científica” (idem, p. 15). Deve-se considerar ainda, — recomenda esse autor —, a evolução das condições nas quais a própria história se elabora, ampliando sua perspectiva às diversas disciplinas e técnicas. Além disso, visto a extraordinária quantidade, variedade e diversidade dos documentos de arquivo contemporâneos, enfrenta-se o que chamou de “inflação documental” (idem, p. 166) iniciada há século e meio, impondo soluções na ordem da avaliação.

De qualquer sorte, o crivo da seleção depende de critérios de avaliação que vão recomendar ou não que se preserve este ou aquele documento, descartando uma série de outros. No que toca a documentos institucionais, na ordem pública ou privada, embora complexos, a fixação de tais critérios não colocam grandes problemas. Todavia, quando o que se tem em vista são documentos pertinentes a gente comum, os critérios de avaliação necessariamente se ampliam, — ou devem ampliar-se —, de sorte a abrangerem até mesmo o campo das subjetividades. A razão de sua preservação não estaria irredutivelmente vinculada a um ato discricionário do acumulador, do titular do arquivo? Porque os “[...] arquivos, como as entidades que os acumulam, têm vida própria. Em sua trajetória, os homens demarcam etapas ou idades, e o mesmo se dá com os documentos”, diz Delmas (2010, p. 65).

2.2 Arquivos pessoais: abordagem e princípios

Camargo e Goulart (2007), em duas palavras, determinam o dever ser da abordagem arquivística. É estabelecendo o “quando” e o “como” (2007, p.21) que poderão ser evidenciados dois eixos. O primeiro, na ordem temporal, o segundo, na ordem situacional, ambos, porém, marcados por dificuldades, quanto mais no campo dos arquivos pessoais, onde os parâmetros temporais podem parecer conflitantes, pela variabilidade dos intervalos. Assim nas cartas, por exemplo, a data do documento nem sempre coincide com a da postagem e com a de sua recepção pelo destinatário. Já a resposta à pergunta “como” requer o exame das condições de produção e acúmulo, ambas definidoras de suas “circunstâncias”. Em resumo, tempo e circunstância, — título da publicação em apreço, aliás —, definem um método

funcional, capaz de fazer frente às dificuldades colocadas pela condição arquivística, mormente quando se tratam de documentos pessoais, território onde as fronteiras costumam ser “tênuas e imprecisas” (idem, p. 23). Tal condição que emerge do arquivo recomenda que se evite “a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias” (idem, p. 24). Já do ponto de vista da identificação tipológica do documento, mais particularmente, deve-se levar em consideração princípios fundamentais que, para Bellotto (2008, p. 17-20), como que presidiriam nossos olhares sobre os arquivos, tanto quanto nossa aproximação. Esses princípios são o da proveniência, da unicidade, organicidade e indivisibilidade. Em apertada síntese, pode-se dizer que a proveniência, como a própria palavra já diz, revela, identifica o documento em relação a sua origem, seja ela uma pessoa ou uma instituição. É em observância ao princípio da proveniência que documentos de origens diversas não devem ser misturados. Já a unicidade revela que um documento de arquivo é único em relação ao papel que desempenha no contexto do arquivo do qual é parte, bem como no de sua produção. A organicidade reflete a circunstância vivencial do documento: a estrutura, funções e atividades da entidade que o produziu, onde o documento aparece ora como causa, ora como resultado, ora como consequência dessa sua condição existencial. Finalmente, pelo princípio da indivisibilidade tem-se que, caso isolado do meio que o produziu, seu ambiente genético, o documento de arquivo é despojado de seu significado, daí sua derivação direta do princípio da proveniência.

É evidente que tais princípios, por si só, se mostram insuficientes para dar contas de um fiel retrato do documento de arquivo. Porque as unidades arquivísticas pedem também uma avaliação conforme a sua natureza diplomática ou jurídica, isto é, em conformidade com sua função, somatório que reúne assim seus elementos externos, estruturais ou formais, relacionados ao gênero, e seus elementos internos, intrínsecos ou substantivos, relacionados ao conteúdo. Ainda assim, excelentes norteadores, que bussolariam a prática arquivística em direção a bons resultados.

Muito embora enquanto indivíduos, certamente, seja necessário se estar atento à razão pela qual os registros são importantes, especialmente para as obrigações legais e regulamentares, tais não são, porém, as primeiras razões que vêm à mente, quando se pensa sobre arquivos pessoais e familiares, observa Cox (2008, p. 143). Tudo porque — prossegue ele — o que nos ocorre primeiramente são razões de ordem sentimental e emocional. Isso, sem dúvida, só acentua o fato de que sua aproximação como objeto de pesquisa deva se dar de modo cuidadoso, atento a tudo quanto neles houver de generalizável, sem descuidar, contudo de suas singularidades.

Em tudo isso, temos recomendações na ordem da idealidade do proceder do arquivista que, todavia, não coincide com o agir do historiador. Olhares diferentes levam o segundo, não raras vezes, e inclusive nesta, — *mea culpa, mea maxima culpa* —, a que se busque o que Camargo e Goulart (2007) chamaram de um “álibi para soluções inadequadas” (idem, p. 44). Objetivos e perspectivas contrastantes levam a procederes distintos de um e de outro, o que se reflete aqui, nitidamente, onde tantos aspectos do arquivo de Lysia refogem às generalizações.

Bruno Delmas (2010), aliás, muito a propósito, examinando o proceder do arquivista e o do historiador, destacou que “ao se tornarem objeto de estudos históricos, eles [documentos] demandam a elaboração de uma nova crítica” (idem, p.85). Daí haver-se incidido, em grande escala, numa organização e descrição que serve abertamente aos interesses da pesquisa, mas não sem levar em consideração a riqueza de olhares que tanto a Diplomática quanto a Arquivologia ensejam, especialmente quando municiam o pesquisador de ferramentas que facilitam seu trabalho, ricos ensinamentos e observações. Dentre esses últimos, Camargo e Goulart (2007) recomendam atentar ao chamado *status probatório* do documento de arquivo, que não coincide com a atribuição de sentido que lhe confere o historiador, tudo porque o documento de arquivo mantém, relativamente à sua origem, “um vínculo referencial estável e absolutamente alheio aos inesgotáveis sentidos que os pesquisadores, com diferentes recortes temáticos ou enfoques teóricos, podem lhes emprestar” (idem, p.47). Além disso, — prosseguem Camargo e Goulart (2007) — ao historiador não seria lícito ignorar o contexto arquivístico, em outras palavras: “a natureza contextual dos documentos de arquivo e o vínculo que os mantém ligados entre si e às ações que lhes são exteriores” (idem, p. 48), sob pena de incidir no erro de “tratar cada documento e cada parcela de seu conteúdo como entidades discretas, com existência independente e autônoma, cometendo interpretações equivocadas e anacronismos” (ibidem). O contexto arquivístico, dir-se-ia, coloca-se como verdadeiro paradigma de compreensão do documento de arquivo.

2.3 O Arquivo de Lysia: trajetória de um arquivo pessoal de gente comum

Como visto, as cartas de Francisco para Maria, embora tenham nascido como cartas de amor, apresentam a particularidade de terem se tornado, mais tarde, documentos pertencentes a um arquivo pessoal. Trata-se do arquivo de Lysia, e ele tem sua história. Uma história vinculada à de Maria, à de Francisco bem como à de outras pessoas. Por que chamá-lo assim, de arquivo de Lysia? Porque, embora a expressão “arquivos pessoais” seja admitida pela comunidade arquivística brasileira, tem-se, no caso, que “o mais correto,— como observa

Camargo (2009b) — , seria dizer arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente” (idem, p. 28)

Deve-se a Lysia a constituição de seu arquivo, e a consequente preservação das cartas que Francisco escreveu para Maria, integrantes do conjunto, assim como vários outros itens reunidos por ela durante boa parte de sua existência. Uma atividade à qual dedicou, por certo, muito tempo e cuidado, como costuma ser o caso, em se tratando de recordações pessoais. Cox (2008, p. X), aliás, já disse que falar, escrever, ler e manter recordações têm sido, desde há alguns milhares de anos, atividades humanas das mais fundamentais, fenômeno que persiste mesmo na chamada era digital, quando tudo muda rapidamente. Mas quando o acumulador de recordações desaparece, cessa a atividade de registro e, não raro, desaparecem também os próprios registros ou, melhor dizendo, o arquivo pessoal. Assim aconteceu com Lysia.

Uma vez falecida, todo o seu arquivo passou às mãos de um antiquário, Paulo Roberto Hernande, na década de 1980, pessoa que o teria conservado tal como se encontrava. Tratou-se, pois, na origem, de um negócio que envolvia a compra, por Paulo Roberto, da mobília do apartamento onde Lysia morou até morrer. Todos os móveis foram colocados à venda pelos herdeiros, os quais, na mesma ocasião, procederam ao descarte de diversos objetos pessoais da falecida. Dentre estes últimos, havia uma sacola plástica branca, opaca, que continha papéis. Embora fosse destinada ao lixo, a visão de tantos manuscritos naquela sacola fez com que Paulo Roberto a conservasse, mesmo em se tratando de objetos sem nenhum valor de mercado.

No início da década de 1990, já amigo e vizinho da autora, presenteou-a com a sacola, todo continente desta tendo permanecido sem dispersão. Presente especial, que nunca teve em vista nada que não fosse a contemplação de toda aquele conjunto tão heterodoxo de papeis, de onde sobressaíam as cartas. Estas simplesmente mesmerizavam quem quer que minimamente se abrisse à elegância de sua forma e à sensibilidade que emergia de seu conteúdo. À época, nenhuma perspectiva de pesquisa histórica existia no horizonte, e tampouco se sabia das recomendações inerentes à ciência arquivística, muito embora o respeito à verdade e ao trato documental já emergissem, seguramente, de nossa prática forense, que não só apregoa como ainda impõe o absoluto respeito àquilo que se investe da condição documental.

O arquivo de Lysia nem se chamava assim. Era referido como “as cartas”, tornadas as “minhas cartas” e por isso guardadas como um tesouro, onde se podia identificar o que foi — quem sabe? — uma “verdadeira” história de amor. Pouco importavam os seus protagonistas, já extintos, presumivelmente, pela passagem do tempo. A história de amor, contudo, o que ali

se contava e o que ali se omitia impunham uma espécie de culto àqueles objetos, complexos, inexplorados, reveladores de segredos. Vinculados à esfera do *eu* frente ao *outro*, investiam-se, porém, de uma sacralidade silenciosa, porque não compartilhada. Sem dúvida, o “Arquivo de Lysia”, ao ingressar na esfera patrimonial da pesquisadora, investiu-se, também ele, de outro caráter, tendo assinada outra função que mais nada tinha a ver com o seu contexto original, mas que nem por isso, quem sabe por obra e graça da sorte, o comprometeu do ponto de vista de sua representatividade.

Enfim, cartas escritas por Francisco remetidas a Maria foram conservadas por Lysia, foram salvas do descarte por Paulo Roberto, preservadas por ele, presenteadas à autora, conservadas por esta última. Não há como não ver em tantos imponderáveis insuspeitos a ação do destino, ao menos na possibilidade de agora poder-se compartilhar, tanto quanto possível, dessa riquíssima herança do passado à qual nos habilitamos⁵.

Discorrer sobre esses aspectos circunstanciais e temporais parece apropriado. Porque, em se tratando de documentos oficiais, organizacionais ou mesmo pessoais, mormente aqueles pertencentes a indivíduos de algum modo notáveis, existe, mesmo antes de seu aparecimento no mundo, uma intenção voltada à necessidade de sua preservação. O mesmo não ocorre, em regra, com documentos pertinentes a pessoas comuns. Tanto Francisco quanto Maria, assim como Lysia, foram todas pessoas comuns e, em tese, desinteressantes, sem expressão social, política ou artística. *Em tese*, evidentemente, porque os chamados grandes homens não monopolizam mais os interesses da história e da memória coletiva. Existe, ao contrário, um interesse que se volta a todos os homens, fato que, como acentuou Le Goff (2003), “suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos” (idem, p. 531). Documentos — dir-se-á — tais como são aqueles que foram guardados por Lysia.

Do ponto de vista institucional, a custódia de semelhante material certamente não interessaria a nenhum órgão público ou mesmo privado, fato que se poderia atribuir, unicamente, a essa pouca expressão dos protagonistas. Contudo, Christine Nougaret (2006a, p. 738) faz lembrar que, na Europa do século XIX, arquivos apareceriam como verdadeiros atributos de soberania, e que foi nesse mesmo contexto que surgiu a questão de poderem eles se constituir em elementos do patrimônio nacional. Citando Filangieri, mais adiante, ela sublinha o que seria um conflito de interesses que acompanharia, de perto, a

⁵ Em 2012, a autora concluiu seu Mestrado em Memória Social e Bens Culturais junto ao Centro Universitário La Salle, Unilassalle, Canoas, com dissertação intitulada “Memória Social em Cartas de Amor: Sensibilidades e Sociabilidades na Porto Alegre da Década de 1920”, sob orientação das professoras doutoras Nádia Maria Weber Santos e Cleusa Maria Graebin. O trabalho inseriu-se no campo da História Cultural, e teve como fonte cartas de Francisco.

institucionalização de arquivos particulares: de um lado, a propriedade privada; de outro, o interesse comum (idem, p. 749). Finalmente, sinala a aura de desconfiança que este tipo de documentação poderia suscitar, pelas falsidades que pudessem conter, em que pese seu valor primário, acrescentando, porém, que a “*notion d'intérêt historique (ou valeur secondaire), indissociable du développement des sciences historiques, a contribué à la reconnaissance de l'originalité de ces sources*” (idem, p. 750). Uma originalidade irreduzível, diga-se de passagem, profundamente identificada com fatos. Seja como for, trata-se de um arquivo pessoal, e, como bem asseverou Camargo (2009b), “arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos” (idem, p. 36).

Desse modo, no caso presente, importa não se perder de vista as circunstâncias que envolveram não apenas a produção do arquivo em si, o acúmulo de tantos elementos formadores ao longo de décadas, mas ainda as sucessivas trocas de titularidade que sofreu. Mesmo — e apesar — de a morte de Lysia ter como consequência o encerramento da atividade de acúmulo — ou de “produção orgânica” —, e de sua instrumentalidade, o fato de se tratar de um arquivo pessoal é determinante no sentido de que toda a informação que venha a resultar da exploração de um ou de alguns de seus elementos formadores deve sempre remeter à origem. Não se trata de radicalismo nem, como disse Camargo (2009b), de preciosismo, pois: “A ideia de que só se obtém informação qualificada quando se compreende seu significado no contexto em que foi produzida é, aliás, partilhada pelos praticantes de várias disciplinas” (idem, p. 31). Não obstante posicionamentos discordantes que flexibilizam, por assim dizer, este sentido norteador de fundo e forma, contexto e conteúdo, a heterogeneidade e a aparente falta de coerência reinante nos arquivos pessoais não dispensa sejam eles tratados como tais, ou seja, como arquivos⁶, circunstância que lhes retira autonomia:

Desprovidos de autonomia, os documentos de arquivo retiram sua autenticidade (vale dizer, seu caráter evidencial) do convívio que mantêm com as demais unidades do conjunto. Essa “relação escalonada” de mútua determinação constitui, por assim dizer, o cerne da teoria arquivística: nenhum documento prescinde do contexto para garantir sua capacidade probatória em relação à entidade que o produziu (CAMARGO, 2004, p. 22)

⁶ O pleonasmo — arquivos pessoais são arquivos — serve não apenas de reforço à afirmativa, como serviu de título ao artigo de Ana Maria Camargo. Ali são expostas dissonâncias e incompreensões por parte de alguns autores, como Frank G. Burke, que admite liberdade total a quem exerce a custódia, à vista das demandas de pesquisa, e Olga Gallego Dominguez, que entende que arquivos pessoais comportariam o mesmo tratamento dispensado a coleções, por conta de suas características, a saber, por se apresentarem heterogêneos, fragmentários e incoerentes (CAMARGO, 2009b, p. 31).

Que documentos de arquivo apresentem alto grau de representatividade, isso se deduz até mesmo, como afirma Camargo (2009a), da exígua proximidade que eles mantêm com os fatos. E deve-se aí pensar em fatos — prossegue — “entendendo-os como parcelas irreduzíveis da realidade” (idem, p. 430). Efetivamente, essa proximidade, — dir-se-ia — circunscreve o real, ainda mais quando nos permitimos pensar que um arquivo se constitui mediante o acúmulo de objetos, verdadeiros documentos. Com o passar do tempo instaura-se ali, nessa proximidade quase promíscua das coisas, uma espécie de reciprocidade estrutural. Embora bastante heterogêneo no que concerne à tipologia, o arquivo de Lysia corresponde a um todo. Bem verdade que não desfruta de nenhuma notabilidade, não se podendo atribuir relevância a qualquer uma das unidades que o compõem. Seja como for, trata-se de um arquivo pessoal. A pouca ou nenhuma expressão de sua titular, bem como das pessoas que sua produção envolveu é que deve agora ser mais bem apreciada, pois se poderia estar diante de material irrelevante, egresso da esfera privada ordinária, e que se mantém apenas porque escapou do descarte.

Do próprio fato de se tratar de material descartado poder-se-ia deduzir que se está diante de algo inaproveitável, pois a utilidade (proveito) dos arquivos deveria ser encontrada, de regra, quase sempre à luz do prestígio de seus protagonistas, titulares ou sujeitos. Não sendo este o caso, conseqüentemente, as cartas de Francisco, — bem como todo o resto do arquivo de Lysia —, nada representariam, ao menos do ponto de vista da história social. Isso é paradoxal. De um lado vê-se desaparecerem as hierarquias. Cada vez mais as diferenças são eliminadas e a igualdade se torna uma espécie de exigência política em termos de correção. Se todos são importantes, então tudo que lhes diz respeito é, da mesma forma, importante. À parte essa discussão a propósito do que é ou não relevante em matéria de arquivos pessoais, verdade é que muita coisa vem sendo acumulada, guardada com voracidade, sob o pretexto de servir aos interesses de uma *memória*.

2.4 O universo das irrelevâncias

Há um contraponto necessário. Há uma ressalva a fazer aqui, sob um aspecto já ressaltado por Meneses (1992). Para ele, guardar, arquivar, preservar tudo, desde o rascunho até o original tornou-se uma espécie de palavra de ordem, na medida em que qualquer coisa pode ser tomada como enunciativa de uma origem, como algo capaz de fazer adivinhar a própria gênese daquilo que precedeu. Muito a propósito, ele observa que esse excesso de preocupação com a conservação de um volume sempre crescente de materiais semelhantes

implica, na verdade, em ônus, impondo aos historiadores a codificação desse “simulacro de presente petrificado em memória” (idem, p. 13). Além disso, na ausência do que ele chama de orientação crítica, “o predomínio do descritivo, o descompromisso com qualquer problemática previamente delineada fazem com que essa massa enorme de documentos corra o risco de transformar-se num duplo fragmentado e parcelar do presente empírico” (ibidem). Seria preciso, pois, fugir ao que já foi designado por Michel Melot, — prossegue ele —, como possível efeito alucinógeno dos arquivos, algo capaz de gerar uma espécie de presente contínuo que eliminaria passado e futuro. Mister, assim, não apenas se acautelar da superficialidade, do prosaico pelo prosaico; é necessária ainda uma visão crítica, entendida esta como delimitação da fonte em seu contexto, além de se evitarem os excessos descritivos, no caso, as análises operadas pura e simplesmente sobre os conteúdos; finalmente, fazer frente aos problemas que tal tipo de material empírico suscita, a começar pelo próprio caráter banal que o sinala desde a origem.

Por sua singularidade, o arquivo de Lysia não se presta a uma função sistemática, exceto aquela que, no passado, lhe imprimiu sua empreendedora e que persiste ainda em sua organicidade⁷. A questão, parece, poderia estar relacionada ao que Baudrillard (1968, p. 103) observou com relação ao objeto marginal e ao objeto antigo, que escapariam a qualquer sistematização. Singulares, barrocos, folclóricos, exóticos, antigos — enumera ele — tais objetos contradiriam exigências de uma ordem funcional e responderiam a desejos de outra ordem: testemunho, lembrança, nostalgia, evasão. Tais objetos — acrescenta — por diferentes que eles sejam, também fariam parte da modernidade, tomando aí um duplo sentido. Isso ocorreria, particularmente, quando viessem a integrar um sistema cultural diferente daquele que lhes deu origem. Passariam assim a responder a outras necessidades, num processo equivalente à supressão do tempo, ao menos na ordem do imaginário.

A condição arquivística, quando adveio sobre os elementos que integram o arquivo de Lysia, assinou-lhes uma nova função. As cartas de Francisco, em que pese ainda abrigarem a condição epistolar, que assinalou seu aparecimento no mundo, não apresentam mais a mesma funcionalidade que manifestavam no sistema ao qual integravam na origem. Desde que o epistolário franciscano passou a fazer parte do arquivo de Lysia, somando-se aos demais elementos deste último, sua funcionalidade, pode-se dizer, transforma-se em historialidade.

⁷ “Organicidade é o termo que designa, na área arquivística, a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora, em suas relações internas e externas” (CAMARGO, 2009a, p. 430).

Esta historicidade estaria para a história assim como a naturalidade estaria para a natureza: ambas, para Baudrillard (1968, p. 104), em sua penetrante observação, sinalizariam para uma espécie de *desaprovação* que lhes seria inerente. Porque o que é natural prescindiria de *naturalidade*, assim como o histórico também prescindiria de *historicidade*. Baudrillard (1968), aliás, quando analisa a trajetória de objetos que refogem ao sistema, observa que tais objetos nem por isso se tornariam afuncionais, porque manteriam uma função no quadro do sistema, e uma função bastante específica por sinal: eles significariam o próprio tempo.

De notar, a partir desse cenário, que, não obstante o descarte sofrido, não obstante a inocuidade do arquivo de Lysia à época, que não interessou nem mesmo como coleção de manuscritos; não obstante sua marginalização e sua — assim digamos — supressão do sistema que até então integrara, ele pode ser, do ponto de vista da pesquisa, transformado em objeto histórico, documento (monumento), ainda que apenas e na exata medida em que, sobre ele, recaia um discurso. Foi Le Goff (2003, p. 525) quem observou, muito a propósito, aliás, que a história só se torna possível na medida em que o passado nos deixa traços, — monumentos —, suportes que o historiador costumava privilegiar ao fazer recair sobre um ou outro a sua escolha, dando preferência aos produtos da escrita.

A propósito das expressões *objeto histórico* e *documento histórico*, estariam aí duas categorias que, segundo Meneses (1998), devem ser cotejadas: a primeira, como sociológica; a segunda, cognitiva. O objeto histórico, — diz ele —, quaisquer que fossem os seus atributos intrínsecos, teria “um sentido prévio e imutável que o impregna, derivado, não desses atributos, mas de contaminação externa com alguma realidade transcendental” (idem, p. 93). Já o documento, — aduz mais adiante o mesmo autor — reduzido a uma expressão mínima, seria o suporte de qualquer de informação, definindo-se sempre em relação a um terceiro, colocado exteriormente à sua realidade material. O documento, assim, não traria em si a própria identidade, pois o historiador é que realizaria, sobre ele, documento, uma operação de ordem retórica.

Ocorreu, contudo, uma mudança. Hoje não mais se trataria de selecionar monumentos, mas de inserir, na categoria desses monumentos, os próprios documentos daí em diante tratados quantitativamente, com inserção, inclusive, em conjuntos formados por outros monumentos, dentre os quais, vestígios da cultura material, aí compreendidos também os objetos de coleção. O que sobrevive do passado, para Le Goff (2003) é, assim, resultado de uma “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (idem, p. 525). Trata-se, pois, de uma eleição. De uma opção, operação que

ordinariamente acontece com arquivos de pessoas influentes, mas que, em se tratando de gente comum, requer, e com muito maior insistência, a observância daqueles postulados que destacamos mais acima: análise crítica, problemática prévia, evitando-se os excessos descritivos.

Quanto aos chamados indivíduos ordinários, sejam eles Lysias, Franciscos ou Marias, é pertinente colocar que seu reconhecimento como atores da história, bem como o valor de seus arquivos como algo propício à compreensão do mundo social em sua complexidade, é relativamente recente. Artières e Kalifa (2002), ao proporem a análise *passo a passo* da relação entre o historiador e os arquivos pessoais, se referiram ao fato de que, há trinta anos, a historiografia francesa já se encontraria marcada por uma valorização crescente das fontes autobiográficas, mudança que atribuem à publicação, por Foucault, das memórias do parricida Pierre Rivière⁸.

Tais mudanças, — acentuam —, seriam devidas a inovações propostas ou mesmo operadas pela chamada micro-história, assim como a uma reavaliação do papel, bem como da competência, dos protagonistas da história, somados ainda à construção de objetos históricos pela escrita. Tudo isso teria contribuído para incrementar esse movimento. Contudo, observam Artières e Kalifa (2002), o lugar do “eu” permaneceria incerto, na medida em que, enquanto para uns os escritos autobiográficos, bem como os arquivos pessoais, manteriam uma relação sempre equívoca com a verdade, outros, ao contrário, aí encontravam um material privilegiado: “[...] voire unique, seul capable d’appréhender ‘infra-ordinaire’, de saisir les émotions, les sensibilités et les représentations sociales, de restituer les expériences dans toute leur discontinuité [...]” (idem, p. 8). Todavia, em que pesem as numerosas questões suscitadas pelo uso dessas fontes, seu emprego vem merecendo diferentes respostas do ponto de vista historiográfico, o que não impede, contudo, que, cada vez mais, a escrita autobiográfica se torne, de pleno direito — acentuam — um objeto histórico.

Tantôt valorisé, tantôt dévalué, l’immense et presque indélimitable continent des archives personnelles (correspondances, journaux intimes, Mémoires, autobiographies), auquel on peut adjoindre la masse grandissante des archives orales, différentes par leur nature, mais dont la mise en œuvre et l’usage historique croisent des préoccupations similaires, n’a donc cessé de questionner l’historien. Ce sont quelques-unes de ces interrogations que ce dossier entend explorer (ARTIÈRES ET KALIFA, 2002, p. 8)

2.5 Arquivos pessoais na história e as histórias nos arquivos pessoais

⁸ A obra foi publicada no Brasil em 1977. FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão:** Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault; tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1977

Para Artières e Kalifa (2002) haveria três momentos ou fases a distinguir relativamente à exploração dessas fontes documentais, e mesmo desses objetos históricos, algo que, embora sucessivo, não excluiria contemporaneidade. É o que veremos brevemente a seguir.

A primeira fase marcaria uma acentuada valorização dos arquivos pessoais, em especial, dos pertencentes aos chamados excluídos. Seriam estes últimos os que, privados da palavra, representaram, nos anos sessenta, uma bandeira política e ideológica. Trabalhadores, sobretudo, mas também indivíduos marginalizados poderiam ter sua palavra transformada em ferramenta de luta. Isso levou à publicação de autobiografias, de diários de trabalhadores, mesmo de diários de marginais, refletindo um lado militante da História⁹. Não foram poucos os casos, porém, em que tudo se limitava a uma publicação contextualizada com simplicidade. Seria a “parole vierge des individus aux identités minoritaires, une parole qui viendrait rétablir la vérité sur une série d’événements traumatisants” (idem, p. 10). Sim, porque, os titulares dessas identidades minoritárias, não raro vítimas do que os autores identificam como eventos traumatizantes, não teriam ainda tido a chance de se manifestarem através de uma palavra, até então, marcada pela virgindade. Como testemunhos dessa primeira fase, a reedição de obras dedicadas a memórias de escravos, dentre as quais mereceria destaque, por exemplo, “Incidents dans la vie d’une jeune esclave” de Harriet A. Jacobs¹⁰, publicada na França em 1992, com tradução de Viviane Hamy.

A segunda fase estaria marcada por uma investigação histórica que recairia sobre os silêncios, tomados então sob uma perspectiva antropológica, de um olhar voltado a práticas cotidianas, sobressaindo aí as histórias de mulheres a partir da ótica privada da intimidade. Nesse sentido, a história da correspondência poderia ser dada como exemplo adequado de todo esse conjunto de práticas de ordem individual e coletiva. Citando Michelle Perrot, Artières e Kalifa (2002) acentuam que, embora ricos como fontes, arquivos privados se apresentariam sem simetria e seu acesso estaria marcado pela aleatoriedade. A natureza das comunicações ali inseridas comportaria estatuto de ficção. Nada haveria de menos espontâneo que uma carta nem de menos transparente que uma autobiografia, escrita bem mais para esconder do que para revelar, acrescentam. Arquivos pessoais, nesse sentido,

⁹ Dessa fase, o já referido dossiê Rivière, trabalho coordenado por Foucault, que incluiu análise da memória escrita pelo próprio criminoso, além de peças processuais: perícias, testemunhos, etc.

¹⁰ Harriet A. Jacobs nasceu escrava, em 1813, na Carolina do Norte, EUA. Libertada em 1852, dedica-se a escrever suas memórias, publicadas pela primeira vez em Boston, 1861, e depois em Londres, 1862. Morreu em 1897.

desempenhariam um papel crucial, não apenas por seu conteúdo discursivo, mas pelas condições sob as quais ocorreria a sua produção:

De fait, dans cette seconde phase, l'intérêt des historiens commençait à se focaliser non plus seulement sur le contenu de ce discours, mais aussi sur leurs conditions de production, sur les gestes, les pratiques dont ces archives sont issues (ARTIÈRES e KALIFA, 2002, p. 10).

O que melhor daria testemunho dessa segunda fase, — prosseguem — seriam diários de moças. Nos anos 80, dois trabalhos se apresentariam como dignos de nota. O primeiro, margeando história, antropologia e literatura, refere-se a pesquisas sobre escritas comuns, as “Écritures Ordinaires” de Daniel Fabre e sobre o gênero autobiográfico, por iniciativa de Philippe Lejeune; o segundo, no quadro mais geral da história da leitura e da escrita, sob o impulso de Roger Chartier. No mais, acrescentam Artières e Kalifa (2002), um bom exemplo desse conjunto de práticas seria a história da correspondência, que teria saído das sombras (idem, p. 11) a partir da análise de fontes desse tipo.

A terceira etapa, finalmente, que se assiste de alguns anos para cá, estaria marcada por um olhar, ou melhor, por uma relação mais crítica com esses materiais. Primeiramente sacralizados, depois problematizados, os arquivos pessoais chegariam à banalização, aliás, como teria ocorrido com outras fontes, v. g., os arquivos judiciais¹¹, afirmam Artières e Kalifa (2002). Tratava-se, agora, de dar visibilidade aos eventos mais comuns, ao dia a dia mais ordinário. Uma compreensão voltada ao minúsculo, às práticas todas que, até então, teriam escapado ao historiador: o testemunho individual, singular, podendo vir a ser, nesta perspectiva, instrumentalizado:

[...] les gens du peuple, les « hommes infâmes », les femmes ; ce qui semble aujourd'hui intéresser l'historien est la richesse de ces matériaux pour appréhender tout ce qui procède de ce que Georges Perec appelait l'infra-ordinaire (ARTIÈRES e KALIFA, 2002, p. 10).

Sem perder de vista que as duas fases anteriores conferem, aos arquivos pessoais, ora a condição de instrumento ideológico, ora a de meio de valorização de si, de um eu que se

¹¹ François Dosse (2009), a propósito do assunto, refere-se aos estudos que Arlette Farge realizou sobre arquivos judiciais do XVIII, procurando encontrar aí características de homens comuns, atentando a pistas menores, vestígios insignificantes, por assim dizer. Atenta a detalhes tais como objetos encontrados junto a cadáveres de homens e de mulheres mortos à beira das estradas. Através desses objetos, cujo registro foi efetuado pelas autoridades, ela vai procurar reconstituir como que por uma “identidade oculta” esses indivíduos que, “graças a tais objetos, procuram desafiar sua identidade diante da morte” (DOSSE, 2009, p. 300).

expressa, seja por palavras, seja por silêncios, é nesta terceira fase que importa situar a fonte, as cartas de Francisco, e suas circunstâncias, dentre estas, precipuamente duas, a saber: a primeira, como já vimos, o fato de se tratarem de parte de um todo maior, de documentos de arquivo, fato que condiciona e chancela sua autenticidade; a segunda, o fato de se tratarem de produto de gente comum, que viveu num meio ordinário, e que terminou no descarte.

É preciso deixar claro que documentos de arquivo nascem a partir de uma causalidade muito específica, aparecem no mundo, — como observa Camargo (2009a, p. 426) —, como subprodutos de atividades, derivem estas últimas de instituições ou de indivíduos. Isso fez com que merecessem ser reconhecidos como “documentos de nascença” que não se confundiriam com os “de batismo”¹², (CHABIN apud CAMARGO, 2009a, p. 426). Dessa sorte, o documento de arquivo materializa um fato, empresta-lhe corporeidade. A tarefa de definir um documento de arquivo não é empresa fácil. Contudo, se dão conta de fatos, — afirma-se mesmo que existe aí uma relação de equivalência —, o fato de sua pertinência a determinado conjunto de documentos¹³, ou mesmo de documentos e outros objetos, poderia ser determinante para que se afirmasse que aquele documento de que se trata tem natureza arquivística, e que essa chancela o acompanhará sempre, salvo desvinculação, perda, extravio. Por isso, em presença de um arquivo, seja pessoal, seja institucional, mas, sobretudo, se privado, deve-se procurar preservar a união desse conjunto, na medida em que esta vai não apenas refletir-se sobre cada unidade em particular como ainda será a partir dela que se

¹² Com essa feliz expressão se quer significar que sua força probante deriva do olhar do historiador, do jurista, ou daquele que eventualmente precisa dele se servir com a intenção de comprovar a ocorrência de um fato ou de uma atividade, numa operação que se dá de forma retroativa, pois sua eficácia probante se atrela ao documento a partir de um presente na direção de um passado. É assim uma eficácia *ex tunc*, que tem lugar a partir de seu “batismo”. Imaginemos, por exemplo, que a fotografia de uma cerimônia de casamento possa servir para comprovar a ocorrência dessa cerimônia, e até pode, dependendo das circunstâncias, comprovar este fato. Todavia, a certidão de casamento que existe no arquivo da instituição onde este casamento teria tido lugar é o fato, daí, *corporificá-lo* na ordem material. Na ausência da certidão, pode-se especular que o casamento que se quer comprovar existe, sim, mas na ordem fenomenal, no passado, na consciência dos homens, etc. Porém, a prova por excelência, esta é a certidão, graças a toda uma conjuntura política, social, ideológica que cerca as instituições. Enfim, documentos de batismo são aqueles que “recebem estatuto probatório única e exclusivamente por força das operações a que são submetidos por juristas, historiadores e outros interessados” (CAMARGO, 2009a, p. 426).

¹³ Trata-se de um mesmo lugar físico. Seria um mesmo “endereço”, — como coloca Camargo —, que os vincula a alguém, daí “um mesmo invólucro ou prontuário, razão por que [...] é com base na articulação entre itens do conjunto que se garante seu efeito probatório” (CAMARGO, 2004, p. 428). Dessa proximidade decorre toda uma contextualização, toda uma ideia de ordem, e parece-nos mesmo que não seria arriscado, tomando o imaginário como paradigma, dizer que o mítico decálogo só se investiu mesmo nesta qualidade por força de ter sido cuidadosamente acondicionado na Arca da Aliança. Da mesma sorte, o conteúdo da caixa de Pandora nos sugere uma espécie de audaciosa atividade arquivística. E, para ir mais longe ainda, como a arte imita a realidade, inclusive no cinema, vale lembrar Amelie Poulain que, ao descobrir por acaso — em arte o acaso deixa de ser por acaso — uma caixinha escondida na parede do banheiro do apartamento onde morava, sai em busca de seu dono, deduzindo, pela natureza e pela disposição dos objetos, quem poderia ser, enfim, o autor daquela coletânea de lembranças da infância de alguém.

poderá descobrir o propósito da ordem que determinou a coleta e a manutenção daquele corpus em particular. A propósito da definição de documento de arquivo, Camargo (2009a) cita, entre outros, Geoffrey Yeo “que preferiu caracterizar o documento de arquivo como representação persistente de ‘ocorrentes’, termo escolhido para designar funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (idem, p. 428). Embora sejam muitas as definições que o documento de arquivo comporta, é importante realçar que sua preservação como conjunto se mostra fundamental, mais ainda quando se está diante de um arquivo pessoal, como o de Lysia, por exemplo. Vale lembrar que a maioria dos itens que o integram não possuem nenhum sinal externo que os caracterize como pertinentes àquele arquivo em especial. Não trazem, por exemplo, uma marca, um carimbo, um selo, um timbre, etc., de sorte que é pela manutenção de seu conjunto e, sobretudo, de seu ordenamento que se pode afirmar a pertinência de cada unidade àquele arquivo em especial. Afinal, estamos diante de gente comum. Mais ainda: de descarte.

2.6 Descendo ao infraordinário: um passeio pela literatura

Pois bem. Essa condição de produto de gente comum, que viveu uma vida comum e que produziu escritos que teriam por destino o lixo, remete a uma descartabilidade absoluta, e é isso o que vai conferir à fonte, em sua singularidade, a pertinência ao âmbito do que Péric (1989) chamou de infraordinário, algo que, não obstante sua trivialidade, mesmo sua futilidade, pode ser perfeitamente bem compreendido na perspectiva literária que este autor soube tão bem descrever a partir de sentimentos colocados em primeira pessoa. Perspectiva de alguém que nos fala dos jornais que o entediam, que nada lhe ensinam. De alguém que se pergunta onde estaria todo o resto, todo o resto que vivemos: o banal, o cotidiano, o que é comum, evidente, habitual. Esses pequenos nada, prosaicos, que não indagam nem respondem, teriam uma densidade talvez tão próxima de nós que, anestesiados, jamais somos levados a interrogá-los, pois aí vivemos sem pensar, como peixes que ignoram o aquário, sendo preciso dotá-los talvez de um sentido especial que lhes permitisse a sua descoberta. E como deveríamos proceder então para interrogar este habitual que nos anestesia, como se dormíssemos nossa própria vida em um sono desprovido de sonhos? Onde estaria nossa vida, nosso corpo e nosso espaço? Como falar das coisas comuns? Como persegui-las, desalojá-las, desencravá-las da ganga na qual restam incrustadas? Como dar-lhes um sentido e uma linguagem, na medida em que elas falariam, enfim, daquilo que é e daquilo que seríamos? Talvez fosse o caso — arrisca Péric (1989) — de se fundar uma nova antropologia capaz de

falar de nós e de procurar em nós aquilo que, por tanto tempo, pilhamos aos outros, abandonando o exótico pelo endótico (idem, p. 10-11)¹⁴.

É nesse infraordinário que se passa a vida de Lysias, de Franciscos, de Marias, seres dos quais um arquivo entrega esses vestígios que interrogamos. Questão a que Perec nos respondeu poeticamente, apontando-nos um cotidiano que Certeau (1998) inventou também a partir de cada um e de ninguém. Trata-se, para este último, do lugar comum que uma linguagem ordinária já vinha consagrando no romance moderno, de inspiração democrática, que paulatinamente se ocupa da desconstrução do extraordinário, resultado de uma sociedade que se massificava ao mesmo tempo em que se nivelava racionalmente. Protagonista corrente, personagem geral, não importa quem seja ele ou ela. Uma vez que todo mundo se torna lugar comum, disso resulta uma nova literatura, uma nova escrita, talvez “*vulgar* como travesti de uma metalinguagem sobre si mesma”, mas que “deixa igualmente transparecer aquilo que a desloca de seu privilégio e a aspira fora de si: um outro que não é mais um deus ou a musa, mas o anônimo” (idem, p. 61).

Esse homem comum, cujo destino já viria selado por uma sina, nasce, vive e morre nesse cotidiano do qual a literatura de Perec (1989) já se ocupou, desincumbindo-se de sua descrição poética. A esse espaço pode ser atribuída também uma historicidade, cujas fontes, todavia, seriam abundantes, em que pese sua descartabilidade, metáfora que procura disfarçar a condição de lixo, e que por isso mesmo, nos conduz a uma reflexão sobre a produção e consumo das coisas.

Ora, no âmbito específico do descarte, é muito comum a figura dos comerciantes dessas velharias, alguns deles tornados personagens literários, ainda que sua existência se deva a uma mera convenção ficcional. Eles procederiam, de certo modo, a uma corporificação de vazios

¹⁴ “Les journaux parlent de tout, sauf du journalier. Les journaux m'ennuient, ils ne m'apprennent rien; ce qu'ils racontent ne me concerne pas, ne m'interroge pas et ne répond pas davantage aux questions que je pose ou que je voudrais poser.

Ce qui se passe vraiment, ce que nous vivons, le reste, tout le reste, où est-il ? Ce qui se passe chaque jour et qui revient chaque jour, le banal, le quotidien, l'évident, le commun, l'ordinaire, le infra-ordinaire, le bruit de fond, l'habituel, comment en rendre compte, comment l'interroger, comment le décrire?

Interroger l'habituel. Mas justement, nous y sommes habitués. Nous ne l'interrogeons pas, il ne nous interroge pas, il semble ne pas faire problème, nous le vivons sans y penser, comme s'il ne véhiculait ni question ni réponse, comme s'il ne porteur d'aucune information. Ce n'est même plus du conditionnement, c'est de l'anesthésie. Nous dormons notre vie d'un sommeil sans rêves. Mais où est-elle, notre vie? Où est notre corps? Où est notre espace? Comment parler de ces “choses communes”, comment les traquer plutôt, comment les débusquer, les arracher à la gangue dans laquelle elles restent engluées, comment les donner un sens, une langue : qu'elles parlent enfin de ce qui est, de ce que nous sommes.

Peut-être s'agit-il de fonder enfin notre propre anthropologie : celle qui parlera de nous, qui ira chercher en nous ce que nous avons si longtemps pillé chez les autres. Non plus l'exotique, mais l'endotique” (PEREC, 1989, p. 11-12).

representados por recorrentes perdas materiais ou meramente perdas de sentido que afetariam determinados objetos, cuja natureza seria a mais variada que se possa imaginar. Consumo e descarte se alternariam em nossas vidas, afetando-nos, sobretudo, em relação a *aonde, como e com que* vivemos, este espaço ao qual Halbwachs (1968, p. 130) reconhece o poder material. A propósito, ele cita Augusto Comte, fazendo lembrar que este já atribuíra boa parte do que chama de “equilíbrio mental” aos objetos materiais com que estamos diariamente em contato e que, não mudando, nos ofereceriam uma imagem de permanência e de estabilidade. Tais objetos seriam como uma espécie de sociedade que, imóvel e silenciosa, permanecendo alheia a nossas alterações de humor, nos transmitiria uma sensação de ordem e de quietude. Tanta importância teriam que, uma vez obrigados a uma mudança, a adaptação ao novo seria precedida por um período de incerteza. “[...] comme si nous avions laissé derrière nous notre personnalité tout entière : tant il est vrai que les images habituelles du monde extérieur sont inséparables de notre moi” (idem, p. 130). Tão inseparáveis do eu quanto seriam, ainda com maior razão, arquivos amalhados durante anos, eles também objetos cotidianos, integrantes e integrados ao mobiliário que nos cerca e, tanto quanto este, sujeito a ciclos.

Baudrillard (1968), em seu ensaio intitulado “Le système des Objets”, observa que nossas sociedades pós-modernas se caracterizam como de consumo. Assim, objetos que antes compunham o mobiliário dos lares, servindo como base de sustentação a uma moral burguesa, — a tradicional casa materno-patriarcal —, fizeram-se substituir por outros, predominantemente brancos, — de uma brancura profilática —, modulados, feitos de vidro — material que muito bem poderia simbolizar a abstração. Práticos, refletem uma utilidade centrada, sobretudo, em sua materialidade. Para ele, na verdade, os objetos não teriam mais por destinação serem possuídos e utilizados, mas serem produzidos e comprados. Disso decorreria o fato de que não mais se estruturarem no mundo em função de uma racionalidade. Eles então se sistematizariam exclusivamente em função de uma ordem de produção e de integração ideológica. E mais: tal sistema, ao contrário do que ocorreria com a língua, — que se caracterizaria por certa estabilidade —, não poderia ser descrito cientificamente, a não ser quando considerado “no mesmo movimento” interativo de um sistema de práticas e outro de técnicas (idem, p. 16-17). Isso, de certa forma, nos leva a refletir sobre o destino de tantos objetos continuamente substituídos. Onde vão parar todas essas coisas?

Muitas delas, escapando ao descarte, vão parar em lojas que acabam refletindo esse universo confuso do que restou sem serventia. Inadequadas ao cumprimento das finalidades às quais sua criação as destinou, inaptas à realização de suas funções, essas coisas se desviam e como que se amontoam em certos tipos de estabelecimentos comerciais que terminam por se

parecerem profundamente entre si. A atividade desenvolvida por comerciantes desses objetos se situa numa espécie de final do ciclo das coisas.

Paulo Roberto, o belchior que salvou o arquivo de Lysia, não fez exceção. Ao contrário, fez a regra. Sua loja exibia, — além de discretos e silenciosos gatos e uma patética coruja empalhada, com uma asa quebrada, de grandes olhos dourados que observava os visitantes —, os mais diversificados objetos, acumulados ao longo de anos, empilhados sem ordem, numa mixórdia indefinível, todos convivendo em perfeito caos. Eram móveis, utensílios domésticos, enfeites, artigos de vestuário, grinaldas de noiva, — as mais antigas infalivelmente compostas de flores de laranjeira que se esfarelavam ao toque. E ainda livros, muitos deles sem capa, outros desfalcados de páginas, e fotografias, e documentos, e coisas curiosas, às vezes insólitas, que compunham aquele verdadeiro mercado de humanidades. Tantos e tão diferentes objetos que, em comum, talvez tivessem apenas o descarte sofrido, imposto pelas mais diferentes razões: uma momentânea opção pelo desapego, um óbito, uma mudança de domicílio, a falta de espaço, resoluções pessoais de livrar-se de coisas acumuladas, coisas quebradas, avariadas, coisas que perderam seu sentido ou sua razão de ser, coisas que, enfim, tiveram significado esgotado para seu possuidor. Foi memorável, a propósito, a doação, por uma senhora, — então recentemente convertida a uma religião de confissão evangélica —, de três valiosos santos esculpidos em madeira. Na loja, reinava um clima todo especial, pois nada se compara à desordem das coisas que deixaram de brilhar como miragens no horizonte do consumo: não eram mais decorativas nem utilitárias. Sua conservação se deu até o momento em que não mais respondiam, seja como ferramentas dotadas de utilidade, seja mesmo como objetos biográficos¹⁵. Os velhos relógios parados refletiam a eternidade, as pesadas máquinas de moer carne, — duas iguais, como gêmeas, de alumínio, que ninguém comprava, persistiam tomando lugar. Havia pentes feitos de osso, sebosos e desdentados, botões para todos os gostos, papéis de todos os tipos, tamanhos e formas, agendas, álbuns fotográficos. Faziam-se lá descobertas inusitadas. Millefiori veneziano e delicadas peças de marfim encontradas junto a miçangas ordinárias; uma imitação de Cristo, publicada em 1910, que continha uma folha desidratada, santinhos, orações, uma página de Bíblia dobrada, onde se via bem o Salmo 23. Não era excepcional que algo realmente valioso fosse parar naquele exílio.

Não por acaso a literatura já fez alusão a esses lugares, consagrando-os em páginas inesquecíveis juntamente com as singulares figuras dos negociantes de *bric-à-brac*, expressão retirada à gíria parisiense que Gautier assegura ser “perfeitamente incompreensível para o

¹⁵ Enquanto no objeto de consumo a promessa de satisfação opera *hic et nunc*, no objeto biográfico, para Violette Morin, seria possível reencontrar o dia de ontem e pressentir o de amanhã (MORIN, 1969, p. 134).

resto do mundo” (1957, p. 217). E também não por acaso, justamente aqui, a presença de Théophile Gautier (1957) pode ser invocada a este plano, seja porque se justifica, seja porque exista, para tanto, uma boa desculpa. É que, aberta na década de 1990, na mesma rua onde até hoje reside a pesquisadora, a loja de Paulo Roberto chamava-se “O Pé da Múmia”, fazendo lembrar o romance homônimo (no original, “Le roman de la momie”, 1857), no qual Gautier (1857) descreve o ambiente desses estabelecimentos como participando simultaneamente “da casa de ferro-velho, da loja do tapeceiro, do laboratório do alquimista e do *atelier* do pintor” (idem, p. 217). Seriam lugares impregnados de mistério, funcionando à meia luz, repletos de poeira, onde, às vezes, “as teias de aranha são mais autênticas que as *guipures*, e a madeira velha de pereira é mais nova do que o mogno que ontem chegou da América” (ibidem).

A par de Gautier, houve Balzac (1950) e Eco (2011). Ambos reforçam a mística que atribui a esses antros, e mesmo a seus administradores, um inegável fascínio. Balzac (1950), em “Pele de Onagro¹⁶”, coloca-nos diante um comerciante de antiguidades que ele descreve como um velhote magro e seco, encoberto por um roupão de veludo negro a quem era impossível enganar. Dotado da fineza de um inquisidor, adquirira “la tranquillité lucide d'un Dieu qui voit tout, ou la force orgueilleuse d'un homme qui a tout vu” (idem, p. 26). Ninguém melhor para estar à frente de um bazar que misturava obras humanas às divinas, com crocodilos, macacos e serpentes colocados frente a vitrais de igreja. Sem qualquer cerimônia, o princípio do mundo acercava-se do presente. Armas, punhais, pistolas junto a sopeiras de porcelana e pratos de Saxe. E assim, era como se todos os países da terra para lá houvessem aportado as sobras de suas ciências e ainda uma amostra de suas artes. “C'était une espèce de fumier philosophique auquel rien ne manquait, ni le calumet du sauvage, ni la pantoufle vert et or du sérail, ni le yatagan du Maure, ni l'idole des Tartares” (ibidem).

Nem mesmo Umberto Eco (2011) deixa de retratar essas cafuas, que se reiteram, parece, em toda parte, e que nos dão testemunho de uma espécie de disfuncionalidade que adviesse às coisas sem serventia, das quais é preciso se livrar, remetendo-as para longe de nós, descontextualizando-as, portanto. Para onde irão esses objetos arrancados ao sistema? É tentador aduzir que, se efetivamente foram suprimidos desse sistema, não haveria uma sistemática a ampará-los ou mesmo defini-los, não haveria uma racionalidade que nos permitisse sistematizá-los ao lado dos outros, que se adquirem, que se exibem em vitrines, compráveis, consumíveis, sistematicamente tentadores. Para explicá-los, assim, para dar conta do produto de um descarte, nada melhor que a literatura, sem convenção de veracidade, mas

¹⁶ *Le peau de chagrin* no original.

nem por isso menos verossímil em suas tintas e sombreados. E quando a tendência é que a função defina a serventia dos objetos, aos que se encontrassem sem uma função, não lhes restaria senão que ocupar espaços de cuja descrição ninguém melhor que o artista para desincumbir-se:

[...] “Se, como raramente acontecia, a porta estivesse aberta, quem entrasse iria entrever, à luz incerta que clareava aquele antro, dispostos sobre poucas estantes trôpegas e algumas mesas igualmente bambas, objetos em mixórdia e à primeira vista atraentes, mas que, a uma inspeção mais acurada, se revelariam totalmente inadequados a qualquer intercâmbio comercial honesto, mesmo que fossem oferecidos a preços igualmente esfarrapados. Por exemplo, um par de trasfogueiros que desonrariam qualquer lareira, um relógio de pêndulo em esmalte azul descascado, almofadas outrora bordadas em cores vivas, floreiras de pé com cupidos lascados, instáveis mesinhas de estilo impreciso, uma cestinha porta-notas em metal enferrujado, indefiníveis caixas pirogravadas, horrendos leques de madrepérola decorados com desenhos chineses, um colar que parecia de âmbar, dois sapatinhos de lã branca com fivelas incrustadas de pequenos diamantes da Irlanda, um busto desbeigado de Napoleão, borboletas sob vidros rachados, frutas em mármore policromado sob uma redoma outrora transparente, frutos de coqueiro, velhos álbuns com modestas aquarelas de flores, alguns daguerreótipo emoldurados (que naqueles anos sequer tinham aparência de coisa antiga) — de tal modo que quem se empolgasse depravadamente com um daqueles vergonhosos sobejos de antigas penhoras de famílias pobres e, encontrando à sua frente o suspeitíssimo proprietário, perguntasse o preço deles, escutaria uma cifra capaz de desinteressar até o mais perverso colecionador de teratologias antiquariais”. (ECO, 2011, p.10,11)

É, portanto, na literatura que se justifica uma tão extensa digressão a propósito desses objetos. Quando renomados artistas descem ao nível desses covis aos quais conferem verdadeira aura de sedução, o imaginário é manipulado; como se cada uma daquelas coisas desordenadamente misturadas, de tão diferente natureza, forma, textura, cheiro, cor, como se cada uma delas, ao atingir nossos sentidos, despertasse em nós alguma lembrança adormecida, mais impactante, todavia, que as madeleines de Proust (2004). Resta impossível, então, não arriscar uma palavra sobre o imponderável, travestido de destino, palavra que expressa toda inexatidão que se pode inferir de uma perda, de uma interrupção de ciclo para a qual concorrem as causas mais variadas.

É que toda precisão descritiva à qual se pudesse recorrer para contextualizar a história do arquivo de Lysia, em tudo semelhante à história de tantos outros arquivos descartados, de tantos objetos lançados para fora do sistema, seria insuficiente. Talvez porque aqui, a linguagem historiográfica deva corresponder a um gênero literário. Teria a história um caráter artístico? Seria “acima de tudo uma arte, uma arte essencialmente literária”, contudo, ainda

assim, “não deve ser literatura” (DUBY e LARDREAU apud LE GOFF, 2003, p. 38), isso porque não seria de todo livre, regida que é por uma convenção de veracidade¹⁷.

Seja. Com a devida licença poética, foi o destino que determinou que o arquivo de Lysia viesse parar justamente na loja de Paulo Roberto, ali ficando adormecido por tanto tempo, entesourando as cartas de Francisco que interessam a esta pesquisa. Cartas que puderam ser lidas, preservadas, e que vêm sendo manipuladas e pesquisadas há duas décadas por sua atual titular, depois de terem escapado à destruição.

Coisas únicas. Insubstituíveis, não se desgastam nem perecem. Esgotam-se, porém, na medida em que cessou a relação de pertencimento que mantinham com o sujeito que empreendeu sua coleta, acúmulo e conservação. Contudo, esse vazio — representado pelo esgotamento da irredutível originalidade do que já se deu a ver — pode vir a ser o elemento primordial que vai engendrar, por sua vez, perguntas e respostas de particular interesse à história social.

¹⁷ É fácil distinguir um texto histórico de um texto literário. Enquanto este último se deixa marcar por convenções de ordem ficcional, o texto histórico presume, da parte de seu enunciador, um profundo comprometimento com a veracidade daquilo que afirma, outorgando-lhe — dir-se-ia — caráter de verossimilhança, a deixar-se aqui a *verdade* a cargo dos filósofos. Verossímil é quase que uma modalidade, uma forma de representar ao leitor fatos, acontecimentos, de sorte a fazê-lo compreender dado contexto, graças à imaginação. “O verossímil é a modalidade intermediária, mediadora, necessária destas construções tanto nas representações visuais como naquelas que se apoiam sobre a linguagem” (LEENHARDT, 1998, p. 43). Existe ainda, da parte do enunciador de um texto que se pretende expressão da verdade, uma expectativa de que aquilo que diz seja tomado como tal, ou ele teria incidido em erro. Em caso de ficcionalidade, não haveria risco de exposição ao erro, uma vez que o leitor não deve esperar encontrar ali o mesmo conteúdo de verdade que encontra — ou que deveria encontrar — num texto histórico. Para Leenhardt (ibidem) no debate teórico travado entre a história e a literatura, seria preciso admitir que a produção da linguagem da verossimilhança, a colocação estratégica do “efeito de crença” buscaria apoio “na vontade de fazer crer que as coisas se passaram realmente assim”, esta produção, enfim, seria devida “menos a uma suposta exatidão dos fatos do que à função imaginária que preenche o verossímil na construção da consciência individual e social” (idem, p. 42/43).

3 UNIDADES ARQUIVÍSTICAS: COERÊNCIA NA DISPERSÃO¹⁸

3.1 Em busca de uma razão de ser: função e destino

Uma vez incorporado ao patrimônio da pesquisadora, o arquivo de Lysia foi mantido com todos os seus itens, dentre os quais coisas que, originalmente, pertenceram a Maria. Era ela a destinatária das cartas de Francisco, além de irmã de Lysia. Dentre os papéis acumulados, as cartas de Francisco, contudo, estavam reunidas em um maço, colocadas assim à parte dos demais documentos reunidos. A saber como vieram a cair na posse de Lysia. Contudo, ali estando, serão tratadas como pertencentes ao arquivo em questão. Trata-se de um conjunto epistolar que, muito embora enseje uma pesquisa que não se relaciona diretamente com os demais itens do conjunto, mantém, com estes últimos, uma origem comum, fato que, por si mesmo, evidencia e reforça tanto sua própria autenticidade como aquela pertinente aos demais componentes do arquivo.

Coisas dispersas para uns, coisas cheias de sentido para outros: é assim que o exame das unidades arquivísticas costuma apresentar, quase sempre, dificuldades ao pesquisador, especialmente quando este se encontra diante de enigmas ou de curiosidades. Embora sejam unidades criadas em datas, locais e contextos muito diversos entre si, — oriundas, assim, dessa dispersão —, o fato de fazerem parte de um mesmo arquivo lhes impõe uma coerência, vinculando-as à condição arquivística.

A manutenção e o acúmulo de documentos tão díspares entre si quanto podem ser os pertinentes a um arquivo pessoal só se pode explicar por razões predominantemente afetivas, sem descartar interesses outros, de ordem jurídica, por exemplo, que justificam a guarda de documentos legais, como de recibos, comprovantes de pagamentos, lançamentos de imposto de renda, por exemplo.

Nem todos os documentos pertinentes a um arquivo pessoal seriam, pois, dotados da misteriosa aura esotérica que por vezes imaginamos deva existir em torno de assuntos secretos, segredos de família, correspondência comprometedora ou algo semelhante. Ao contrário, documentos de arquivo podem ser bastante comuns, além de reiteradamente presentes entre os guardados da maior parte das famílias:

¹⁸ Todas as figuras que aparecem nesta tese têm como fonte original o arquivo de Lysia, integrando atualmente o acervo particular da autora. As imagens correspondentes às figuras de números 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 30, 31 e 32 foram digitalizadas e sofreram alterações visando à preservação da identidade das pessoas envolvidas. As imagens correspondentes às figuras de números 20, 23, 24 e 26 são fotografias da autora que também foram alteradas digitalmente com o mesmo objetivo. As demais imagens não sofreram alterações.

Les papiers personnels qui jalonnent la vie d'un individu, tels que papiers d'identité, actes intéressant la filiation, livrets militaires, cahiers scolaires, diplômes, sont présents, en plus ou moins grande quantité, dans toutes les familles, où ils constituent les souvenirs de famille (NOUGARET, 2006b, p.21).

Há ainda as razões relacionadas à saúde, que explicam, por sua vez, a existência de exames médicos e outros itens a tanto relacionados. Coisas que provocam às vezes um irresistível impulso de guardar, preservar, a despeito da perda de utilidade prática com o passar dos anos. Curiosidades, sem dúvida, tais como a receita vinculada ao aviamento de sua fórmula (figura 1) ou o resultado de um exame laboratorial que permite supor que Lysia fosse diabética (figura 2).

Figura 1 — Receita médica e respectivo cupom de aviamento, Porto Alegre, 14/01/1937.

Fonte: acervo da autora

Figura 2 — Resultado de exame médico, frente e verso, Porto Alegre, 14/01/1937.

Fonte: acervo da autora.

O laboratório Weinmann ainda funciona em Porto Alegre, em outro endereço, e não mais com o mesmo logotipo expressivo de outrora, cujos detalhes podem ser apreciados a seguir, e dentre os quais não nos escapam os quatro dígitos do telefone, suficientes diante do limitado número de assinantes de então.

Figura 3 — Detalhe ampliado da figura 2.

Fonte: acervo da autora.

A propósito de logotipos, essa identificação de locais e de serviços traz em si certa nostalgia. Outro exemplo, o do envelope disponibilizado aos seus hóspedes pelo Hotel Quitandinha, Petrópolis, Rio de Janeiro, espécie de palácio brasileiro construído na década de 1940. No arquivo, uma das cartas que Maria escreveu a Lysia enquanto hospedada naquele hotel, com Francisco, aliás, depois de casados, em 1950. Quatro anos depois, outra carta de

Minas Gerais. O uso de logotipos não apenas singularizava os papéis oferecidos por alguns hotéis. No futuro, eles servirão ainda para conferir maior autenticidade aos documentos produzidos a partir deles, permitindo maior certeza em termos de tempo, lugar e contexto, quanto mais não sendo quando conservados os selos e os carimbos dos correios.

Figura 4 — Envelope e parte de carta de Maria para Lysia, Petrópolis, RJ, 1º/04/1950.

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 — Envelope de carta de Maria para Lysia, São Lourenço, RS, 15/05/1954.

Fonte: acervo da autora.

Curiosa também nos parece hoje a conta de eletricidade e gás (figura 6), documento equivalente às contas de energia elétrica que conhecemos, preenchida quase que artesanalmente com emprego de máquina de escrever e paga mediante aposição de carimbo de recibo e assinatura. Tais detalhes nos fazem pensar na burocracia de então, bem como no

número de consumidores servidos de eletricidade naquela Porto Alegre de 1952, quando se exigia tal sorte de empenho em termos de tempo e pessoal para confecção unitária de cada documento.

Figura 6 — Conta de eletricidade e gás, Porto Alegre, 12/02/1952.

NO R. G. 36 REV. CIA. ENERGIA ELÉTRICA RIOGRANDENSE
ANDRADAS, 1223 — TEL.: 5028 e 5990

Nº

EXPEDIENTE:

Período findo em	Conta apresentada em	Pagamento sem acréscimo até
15-1-52	21-1-52	6-2-52

DIAS ÚTEIS:
(Exceto Sábados)
DAS 8 AS 12 HORAS
DAS 14 AS 16,30 HORAS
AOS SÁBADOS:
DAS 8 AS 12 HORAS

ESTR. 12-14-996-2
D. 193580-\$100 OS-C20027-28-11-51
M. 561128 CL. 300W
R 5AP-M. 12KH \$14.1-M. 1.20 CAIKW

CASA
INCLUIDO O AJUSTAMENTO RESULTANTE DO AUMENTO NO CUSTO DO COMBUSTÍVEL
POR KWH. 0.44
POR M3 GAS

LEITURA DO MEDIDOR		Nº da Conta	CL	Consumo KWH. M 3.	Import. inclusive alug. do Medidor	Importe de Consumo	Quota de Previdência	TOTAL DA CONTA CRUZEIROS
ANTERIOR	ATUAL							
4	20	12		16	266		1,0	27,6

Conta de ELETRICIDADE E GAS

As contas não pagas dentro de 15 dias da sua apresentação serão acrescidas de 10%. Se a conta não for paga dentro de 30 dias, será suspenso o fornecimento.

RECEBEMOS
PORTO ALEGRE
21-2-1952
CIA. E. E. Riograndense
— MUCO

ACRÉS. 10% ELETR. 27.0
GAS 0.0
TOTAL Cr\$ 30.3.0
FOI PAGO POR VERBA O SELO DAS CONTAS SUJEITAS A ESSE TRIBUTO.

Fonte: acervo da autora.

No arquivo não falta tampouco um *Western* (figura 7). Tratam-se de muito protocolares felicitações a Lysia pela passagem da data que deve marcar, possivelmente, seu aniversário. Todavia, se a função de saudar se cumpriu no tempo e no espaço, o documento, em sua materialidade, dá a ver bem mais, na medida em que mostra seu uso para finalidades quase banais, ao alcance do comum dos homens.

Seriam os novos tempos de então, novidade peculiar a cada tempo vivido. E eis que os homens podiam se valer agora, cotidianamente, de certas facilidades que traziam implícita a marca do progresso.

Induvidosa marca, neste caso, a considerar-se o significado que se atribuiu à implantação do cabo submarino que uniu continentes. Não é por acaso, certamente, que o documento detalhe, à esquerda, cidades e nações assim integradas.

Figura 8 — Envelope de negativos para revelação, São Paulo, 23/04/1930.

Negativos 23-4-30

S.º *28/130* N.º *159602*

Data *28/130*

Cópias *cada 2*

Revelação *4s-*

Cópias *4s-*

Ampliações *\$*

Retoques *\$*

Total *6s-*

25-5

CASA STOLZE, S.A.

R. DIREITA 16 CAIXA POSTAL 106

Quando melhores cópias se fizerem em S. Paulo,
a CASA STOLZE as fará

M-80. 29-50

O Cinema no Lar

Tira cinematographias com a mesma facilidade com que a Kodak faz photographias. Faça de sua família e de seus amigos «estrelas» de cinema.

CINE KODAK

O mesmo film que tira as vistas é projectado no lar, pelo Kodascope, com a maior naturalidade

KODASCOPE

Este accessorio mostra como se deve trabalhar com o Cine Kodak de accordo com a luz existente. Nunca mais films perdidos.

CINOPHOT

Fonte: acervo da autora.

Figura 9 — Envelope de negativos para revelação, Porto Alegre, 04/05/1929.

5994

CASA SENIOR DE ALFRED DENNIN
RUA DOS ANDRADES 1454
PORTO ALEGRE

Sr. _____

REVELAÇÃO		
COPIAS	<i>262</i>	<i>1.200</i>
RETOQUE		
AMPLIAÇÕES		
		<i>1.200</i>

RS. _____

Recebido em *4/5/29*

Entregado em *6/5/29*

Leiss Ikon

CASA SENIOR DE Alfred Dennin

PORTO ALEGRE
Rua dos Andradas, 1454
CAIXA POSTAL, 186 - TEL. 4724

Fonte: acervo da autora.

3.2 Arquivos que diferem muito: o pessoal e o institucional

Se arquivos são arquivos, sejam pessoais, sejam institucionais, e se, por isso mesmo, se identificam em muitos aspectos, os pessoais, especialmente aqueles que advêm de pessoas comuns, conformam-se de maneira única. Dir-se-ia que são irreplicáveis. Além disso, nem mesmo seu formador teria como prever todos os elementos que, ao longo do tempo, ali seriam inclusos. Se, por um lado, boa parte desses elementos se repetem, como cartões de natal, documentos legais, atestados, certificados, diplomas, etc.¹⁹, por outro, existem aqueles que, aparecendo ocasionalmente, acabam por se integrarem aos demais, porque com estes convivem, contribuindo assim para conferir aos arquivos pessoais uma singularidade notória, devida a um conteúdo quase sempre imprevisto e imprevisível. Exemplo? As pequenas indiscrições que eles não excluem, e que nos fornecem pistas seguras de certo refinamento de espírito onde as reticências se substituem aos discursos. Como o bilhete (figura 10) guardado por Lysia em meio a anotações manuscritas em francês. Ou ainda uma fotografia autografada oferecida como lembrança (figura 11).

Figura 10 — Bilhete, provavelmente Porto Alegre, 28/05/1952.

Fonte: acervo da autora

¹⁹ Cox (2008, p. 164, 165) considera como uma parte essencial dos arquivos pessoais aqueles documentos que marcariam o progresso do indivíduo. Certificados, diplomas, atestados de expertises seriam marcas pessoais que ajudam na construção da identidade.

Figura 11 — Fotografia autografada, 1943.

Fonte: acervo da autora.

Esses dados circunstanciais vêm ao encontro de nossas afirmações no que respeita à diferença entre arquivos pessoais e arquivos institucionais, relativos estes a entidades organizacionais, de ordem pública ou privada, cuja atuação obedece, — ou deve obedecer, sob pena de desvio —, a finalidades determinadas antes mesmo de seu surgimento e da aquisição de sua personalidade no âmbito jurídico e social. Dir-se-ia, que os arquivos institucionais se deixam permear por uma racionalidade apreensível por quem quer que razoavelmente conheça as finalidades e as rotinas da instituição. Seus arquivos refletem o exercício de atividades fins, cuja predeterminação é conhecida de antemão e cuja correspondência encontra reflexo no todo e em cada uma das unidades arquivísticas que lhes dizem respeito. Não há lugar para o imprevisto em arquivos institucionais, porque instituições se configuram através de planejamentos, de objetivos que impõem o desempenho de atividades rotineiras. Nasce com seu destino traçado, e sua existência, predominantemente indeterminada no tempo, pouco se sujeita às vicissitudes do destino. Mesmo a dissolução de uma entidade organizacional ou empresarial não refoge à predeterminação legal ou convencional.

Os arquivos pessoais, ao contrário, têm a emoção como tônica, de sorte que, muitas vezes, nos refoge a razão por que certos itens foram parar ali, como as anotações que aparecem na figura 12, a seguir. O que se sabe é que Lysia as guardou, não obstante sua

simplicidade. Pode-se tão só especular sobre as razões acerca de combinar entre si os tons da indumentária e dos cabelos, visando, quem sabe, algum acontecimento social, onde a senhora de cabelos castanhos veste marinho, o senhor, de cabelos claros, um terno cinza e gravata *grenat*, a menina e o menino, ambos de cabelos louros, usarão, respectivamente, vestido rosa e azul e roupa marinho.

Os algarismos 12x18 grafados acima da observação riscada sobre tamanho, que aparece ao alto da figura 12, somados à decifração da palavra *colorido*, sublinhada, sugere que se trate de uma fotografia: tamanho *postal* colorido. Mas é em vão que se procura pela fotografia no arquivo. Não se sabe se ela existe. Pode-se supor, contudo, uma intenção nesse sentido. Seria o casal e filhos planejando uma foto de família? Não há como saber. As especulações nesse campo são arriscadas. Elas podem levar ao erro, podem comprometer toda a lógica de uma interpretação:

Se os historiadores ignoram a natureza contextual dos documentos de arquivo e o vínculo que os mantém ligados entre si e às ações que lhes são exteriores, acabam por tratar cada documento e cada parcela de seu conteúdo como entidades discretas, com existência independente e autônoma, cometendo interpretações equivocadas e anacronismos (CAMARGO e GOULART, 2007, p. 48).

Não obstante esse risco, o que importa ressaltar é a enorme importância de se manterem unidas todas as unidades, mormente as um arquivo pessoal, na medida em que uma esclarece o sentido de outra.

Figura 12 — Anotações pessoais, provavelmente Porto Alegre, sem data.

Fonte: acervo da autora.

Não é demais acrescentar que arquivos pessoais de pessoas comuns são, sob a ótica do cotidiano, muito expressivos. Os bafejados pela fama já vivem e convivem com a certeza, ou com a grande probabilidade, de terem seus objetos e arquivos pessoais tratados quase como se

reliquias fossem, quando não são mesmo, é verdade. Não é duvidoso, assim, que a celebridade do acumulador seja inversamente proporcional à espontaneidade com que se concretizou a coleta das unidades de seu arquivo pessoal. Afinal, a vida humana é caprichosa.

Por mais comuns e corriqueiras que sejam nossas existências, para elas sempre haverá o concurso de alguma porção de caos, que sujeita o fio de nossas vidas ao trabalho das Moiras²⁰, assim como tão bem representado na Antiguidade. Porque a complexidade humana desdobra-se para muito além dos horizontes preconcebidos, das finalidades e objetivos que determinam o aparecimento dos entes organizacionais, os quais, em que pese ostentarem uma personalidade jurídica, assim como também ocorre com as pessoas naturais, produzem apenas registros limitados à identificação de atividades planejadas, sempre associadas a finalidades previamente estabelecidas.

Cox (2008, p. 140), por sua vez, lembra que costumes e tradições sociais também são causas de registros documentais. As formas que tais documentos apresentam se devem a longos anos de contínua elaboração. Elas seriam mesmo enunciadoras da intenção que determinou sua criação. Exemplo disso, diríamos a propósito, seria o cartão e o santinho fúnebres (figuras 13 e 14). O cartão era enviado posteriormente às exéquias a todos os que compareceram à despedida do ente querido, enquanto o santinho era distribuído entre os presentes por ocasião do velório e enterro. Características de sobriedade ressaltam de tais documentos, como a tarja preta e falta de colorido das imagens, tudo a lembrar o luto e a consternação. Como bem ressalta Cox (2008), ainda que se desconhecesse o idioma em que foi escrito o documento, seria possível adivinhar o seu propósito — não propriamente suas especificidades — através da forma e da estrutura exibidas. As diversas maneiras como os documentos se materializam não se limitam a refletir as funções que se destinam a executar, mas vão além delas, ao espelharem convenções e também tradições sociais. Ele lembra ainda que certos acontecimentos são determinantes para a criação de um documento, como a morte de uma pessoa amiga, que exige uma carta de condolências, mesmo que atualmente se trate de algo que possa ser tratado via correio eletrônico.

²⁰ Divindades pré-olímpicas, as Moiras foram identificadas pelos romanos como Parcas. Inflexíveis em seu mister, Átropos, Cloto e Láquesis determinavam o destino das criaturas humanas, guiando os fios de suas vidas que uma fiava, outra enrolava e a última cortava (KURY, p. 273).

Figura 13 — Cartão fúnebre respectivo envelope, Porto Alegre, 1958.

Fonte: acervo da autora.

Figura 14 — Santinho fúnebre, Porto Alegre, 08/03/1958.

Fonte: acervo da autora

Ainda a propósito dos ritos fúnebres, outro documento (figura 15), dá testemunho de um costume, a saber, oportuniza a entrega de um óbolo, — no caso recebido por uma entidade beneficente —, em homenagem à memória do defunto.

Figura 15 — Comprovante de doação praticada em memória de pessoa falecida, Porto Alegre, 07/02/1958.

Fonte: acervo da autora.

Por mais variada e complexa que possa vir a ser uma atividade organizacional e, por consequência, seus arquivos, estes últimos se afastariam por completo dos arquivos pessoais, especialmente pela intenção que determinou a guarda e o acúmulo dos itens componentes de um e de outro. Nenhuma entidade organizacional teria como dispor de tamanha variedade tipológica, de tantos e de tão variados elementos, — senão em número, em natureza —, quantos são os componentes passíveis de serem encontrados em arquivos pessoais. Obedientes a uma intenção, eles traduzem representações sociais que se oferecem a uma espécie de decifração que deve ser operada pelo pesquisador. Já os arquivos organizacionais refletem o que uma determinada organização faz, o cumprimento ou não de seus objetivos. Eles dão conta apenas de um acontecer no tempo que é, todavia, bem diferente e quase sem paralelo com o que tem lugar na pessoa humana, criadora de recordações, artesã de suas próprias vivências, cuja memória ela assenta em seus arquivos. Neles, cada dado, cada elemento, cada coisa se integra e interage, ancorada em lembranças, em acontecimentos corriqueiros ou excepcionais, mas sempre, de algum modo, portadores de representatividade. Eis aí, por consequência, um indicador seguro que deve nortear a aproximação do pesquisador na hora de abordar um arquivo pessoal: ter sempre presente em seu espírito a flexibilidade do olhar que deve se refletir na flexibilidade do método, dando lugar ao inaudito, como que naturalizando o inesperado.

3.3 Dados plurais: a variedade na unidade, a unidade na variedade

Não é o dado bruto específico de cada um dos componentes materiais em si — papel, foto, documento, oração, lista de compras, santinho, carta, cartão, envelope, etc., às vezes

raros e valiosos, outras, insignificantes —, é, antes disso, o conviver em constelação de tudo isso o que confere aos arquivos pessoais o fascínio que eles exercem sobre alguns de nós.

Difícil ficar insensível à beleza singela de um santinho (figura 16) que traz uma citação em latim, com vistas a inculcar na criança que comunga que ela recebe ali o pão que vem dos céus. E quem não se encanta com o colorido do envelope que chegou às mãos de Maria trazendo-lhe uma carta (figura 17) pela via aérea? O envelope da Panair, com sua inusitada ilustração, chama a atenção pela estratégia de marketing que veicula. Mais uma das idiossincrasias do arquivo de Lysia que continha tantas coisas de Maria.

Figura 16 — Santinho.

Fonte: acervo da autora.

Figura 17 — Envelope e carta, Porto Alegre, 29/09/1933.

Fonte: acervo da autora.

A função do documento acumulado em um arquivo pessoal é ultrapassada pelo significado atrelado à memória que o qualificou para integrar esse acervo tão particular quanto único. Quando se manejam os objetos que integram o arquivo de Lysia, por exemplo, é possível, sim, perceber — ou talvez fosse melhor dizer que é possível pressentir — uma estrutura à qual o arranjo obedece.

O bilhete, — figura 18 — cuja letra infantil denuncia a autoria de uma criança que ainda não domina nem a linguagem nem a escrita, salta aos olhos por força da espontaneidade, bem como da ilustração que exhibe. Um ano antes, a mesma criança já escrevera para sua mãe fazendo uso da máquina de escrever do escritório do pai (figura 19). A criança procura explicar a razão por que não sabe se poderá levar a encomenda para sua mãe, no caso, bananas. A simplicidade da mensagem sugere a cumplicidade entre pai e filho, de tal sorte que não se pode ficar indiferente ao contexto das relações familiares que tinham lugar ali, ou antes, que têm lugar ali, num passado que se materializa, que se faz presente com a mesma intensidade e concretude física do próprio documento. Além disso, a origem de tais documentos e sua pertinência a pessoas sem qualquer expressão torna-os ainda mais próximos do tempo passado que eventualmente nos interesse pesquisar. Prosaico? Certamente. Irrelevante? Não necessariamente, porque tais documentos sempre podem se constituir na resposta a uma pergunta que ainda não foi feita.

Figura 18 — Bilhete escrito em Porto Alegre, 12/07/1950.

Fonte: acervo da autora.

Figura 19 — Bilhete escrito em Porto Alegre, 28/07/1949.

Fonte: acervo da autora.

Figura 20 — Bilhetes escritos em Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950.

Fonte: acervo da autora.

Os bilhetes que aparecem nas figuras 18 e 19 foram guardados junto a outros, — figura 20 — dentre os quais se descobre, pela letra imprecisa e hesitante, a mão de uma mesma criança. Se, por um lado, é evidente o motivo de ordem afetiva que determinou a conservação de tais elementos por tantos anos, isso não é o que neles há de mais valioso. Esses simples bilhetes, em outra via, poderiam consistir na evidência que Cox (2008, p. X) nos aponta ao afirmar que a fala, assim como a escrita e a leitura são registros que integram as atividades humanas mais fundamentais há nada menos que alguns milhares de anos, e que isso permanece assim, mesmo em nossa era digital onde as características dessas atividades se alteram rapidamente²¹. É possível. Sua materialidade dá provas disso, embora de seu conteúdo

²¹ “Speaking, writing, reading, and recordkeeping are all part of the most fundamental human activities. This has been the case for a few thousand years, and it continues to be the case even in the digital era, where the characteristics of the activities are changing rapidly” (COX, 2008, p.X).

se depreenda uma ação cheia de significado, conquanto intensamente subjetiva, tanto quanto pode ser o bilhete de uma criança escrito para seus pais.

Há uma variedade documental tão rica quanto inusitada no arquivo de Lysia. Ali nomes e sobrenomes se combinam, referências recíprocas começam a fazer sentido não apenas por si, mas umas pelas outras, sistematicamente. Então, percepção e pressentimento disputam o ânimo daquele que maneja o achado, oferecendo-se à sua interpretação. Houve uma intenção, sim, uma determinante que atuou no sentido de manter todas e cada uma daquelas unidades em convívio. Porque cada elemento presente em um arquivo pessoal representa não algo simplesmente vivido, mas algo vivido que foi tornado digno de ser recordado. Tais peculiaridades são muito específicas aos arquivos pessoais, e dir-se-ia, indo mais além, que os caracterizam e que os singularizam em particular. Isso não lhes retira, porém, o atributo de objeto passível de comportar o olhar do pesquisador, porque, teoricamente, careceriam de generalidades. Ao contrário, dir-se-ia que, exatamente por isso, desafiam um método que permita que se encontrem neles justamente essas particularidades, e, tomado o devido distanciamento, dariam a ver, nas singularidades individuais, as generalidades coletivas.

3.4 Arquivos pessoais: evidências de memória e reflexos do cotidiano

O caráter dos chamados arquivos pessoais suscita reflexões sobre o valor dos registros individuais, na medida em que — como acentua Hobbs (2001) — os debates sobre avaliação e aquisição de documentos centralizam-se sobre modelos administrativos e governamentais, sendo mais raros os debates sobre documentos pessoais²². Assim, a adoção de estratégias identificadas com entidades organizacionais até podem servir para o estabelecimento de convergências interativas entre aqueles que protagonizam os mais diversos papéis na sociedade. Todavia, arquivos pessoais seriam construções pessoais, esquemas singulares que refletiriam características e mesmo idiossincrasias profundamente individuais, não raro, até mesmo dramas e conflitos interiores, dado que os diferencia e distancia dos documentos institucionais. Dir-se-ia que arquivos pessoais refletem experiências cotidianas que, memorizadas, — assentadas sobre um suporte material —, foram submetidas a um processo de sistematização. Com isso, à sua maneira, foram organizadas, valendo ressaltar aqui o que há de *orgânico* nesta palavra. Esta *organização* até pode se dar de maneira semelhante àquela

²² “I believe that archival theory needs to be elaborated with more nuance for personal archives. Indeed, there is a need to put a consideration of the “personal” back in the personal archives” (HOBBS, 2001, p. 127).

que acontece no âmbito das instituições, é verdade, mas em que pese assemelhados os métodos, elementos organizados diferem.

Não é raro que arquivos pessoais se percam. Os de gente comum, menos raramente ainda. Sua perda seria, aliás, a própria regra, especialmente após o desaparecimento de quem acumulou os documentos. Outras vezes, o descarte parcial ou total dos elementos integrantes desse tipo arquivo é feito pela própria pessoa que os reuniu, quando, por exemplo, não encontra mais sentido em manter a lembrança de certas experiências vividas²³. Circunstancialmente, dado um arquivo como o de Lysia, porém, que por sorte — há outra palavra? — foi preservado, a saber como assinar-lhe um sentido na pesquisa, um sentido bem diferente daquele que presidiu à sua formação, porque voltado agora à sua historicidade, à exploração dos dados ali entesourados, das fórmulas ali reiteradas, e que refletem desde a linguagem até o proceder social.

Arquivos resultam de uma prática individual, daí sua unicidade, os aspectos particulares que se refletem em sua singularidade. Muito embora não sujeito a controle nem a predição, um arquivo pessoal, — não obstante abrigue conteúdos voltados à intimidade de seu formador, a lembranças que se ligam a fatos memoráveis para aquele que o criou —, espelha modos de agir, de fazer e de pensar afeitos a pessoas, a tempos e a lugares, sugerindo que é possível, sim, extrair universais deste produto único de vivências humanas. O documento de arquivo, além do que enuncia por si mesmo em particular e também como unidade integrante de um todo maior, — o arquivo mesmo, materializa uma relação de intimidade que enlaça fato e memória. A memória não opera arbitrariamente²⁴, como afirma Eclea Bosi (2003, p. 31), mas, sim, livremente, ao escolher acontecimentos no espaço e no tempo, à vista de índices comuns através dos quais esses acontecimentos se relacionam. E mais: ela afirma ainda que tais configurações seriam tanto mais intensas quanto maior a sua significação coletiva. Procurar esses vínculos de afinidade, esses índices comuns que relacionam os acontecimentos distanciados no tempo e seria a tarefa do cientista social. Tudo isso aponta também para a possibilidade da reconstrução do processo social a partir da verificação de elementos integrantes de memória coletiva. Como bem observou Halbwachs (1968, p. 13), reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um evento não seria o bastante, porque tal reconstrução deve se operar sempre a partir de dados ou de noções comuns, presentes estas tanto no nosso espírito

²³ “Personal archives contain the personal view of life’s experiences; they represent a departure from the collective formality and systemic organization found in other types of records” (HOBBS, 2001, p. 127).

²⁴ Dir-se-ia aqui, em caráter meramente especulativo, que a memória institucional operaria, sim, arbitrariamente, porque deve obedecer a objetivos previamente traçados, o que se refletiria em seus arquivos.

quanto no dos outros, numa troca que faz reciprocamente. Uma lembrança seria assim, ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. Nesse contexto, é preciso ter presente que o documento de arquivo, em que pese particular e às vezes singular, vincula-se a uma lembrança que se reconhece, porque até uma lembrança estritamente individual precisa de dados e de noções comuns a todos para que possa ser reconhecida e reconstituída.

A visibilidade do comum das existências se materializa em arquivos pessoais, que podem ser tomados como verdadeiros monumentos erguidos em honra da memória, de uma memória histórica, rica da inventividade presente da cotidianidade, no dia a dia, faina diária já abordada por Michel de Certeau (1998, p. 41), que colocou em discussão este espaço social e cultural organizado, onde modos de fazer diversificados ligam o homem à sociedade. Ao documentar o dia a dia, um arquivo pessoal materializa vivências. Sendo os seus protagonistas titulares de vidas comuns, Antônio, Pedro, assim como Maria e Francisco, ao acumularem suas lembranças, — espólios inestimáveis cujo inventário pode ser espinhoso — podem fazê-lo com obstinada regularidade. Assim foi com Lysia. A cada fato, um atributo: cartões de Natal, de Páscoa, aniversários, parabéns e pêsames, entradas de teatro, fotografias, orações, receitas, exames médicos, sedimentos que se acumulam, cronologicamente — porque quase sempre datados ou datáveis —, enfim, o arquivo, recheado de documentos e mesmo de outros objetos que refletem a história de uma vida. Entre estes documentos e o titular do arquivo existe um vínculo, um espaço, no qual toda intromissão parece indiscreta. Porque, como já disse Violet Morin (1969), [...] s’immiscer entre l’object biographique et son possesseur est toujours, en puissance ou en réalité, une operation de voyeur” (idem, p. 133). Mas, uma vez desaparecidos esses Antônio, esses Pedro, essas Maria e Francisco, essas Lysias, seus arquivos são desmembrados ou descartados. Preservam-se desses homens e mulheres comuns muito pouca coisa além dos registros oficiais, que deram publicidade às suas existências e que garantirão a produção de efeitos de ordem jurídica que interessam a seus sucessores e ao Estado.

Todo o resto, via de regra, se perde, não obstante seu potencial de representação, um potencial que, para ser aproveitado em toda sua extensão, depende da maior ou menor clareza do que se convencionou chamar de *ordem original*. Trata-se, quase sempre, de uma ordem que se estabelece a partir da subjetividade do empreendedor, da pessoa que guardou, às vezes por décadas, tantas coisas que, apesar de profundamente diferentes, mantêm um vínculo em comum. Descobrir esta ordem para decifrá-la, permite-nos uma adequada contextualização dos documentos pessoais, bem como a reconstituição das vivências mais rotineiras de seus titulares.

A propósito disso, Meehan (2010) alude que é recomendável repensar essa ordem original como estrutura conceitual, para analisar e compreender registros pessoais “in all their complexity and on their own terms” (idem, p. 37), ou seja, de acordo com a forma como eles foram criados, mantidos, transmitidos e utilizados ao longo do tempo.

Tênue vínculo, na verdade, onde cada registro corresponderia a uma atividade. Basta que se subtraia do conjunto um só desses itens, para que este, tomado então em sua singularidade, sofra com isso substancial decréscimo, seja do ponto de vista de sua autenticidade, seja daquele atinente à atividade da qual ele é o registro. Por outro lado, do ponto de vista do arquivo, essa intervenção e o consequente desfalque de um ou mais elementos também implicaria em um impacto sofrido pelo conjunto como um todo.

Desnecessário argumentar que aí reside o motivo determinante de que se fale primeiro do arquivo de Lysia e só depois das cartas de Francisco, uma vez que um e outro integram uma mesma, assim digamos, realidade, e ostentam, nesse sentido, uma mesma natureza, espécie de aura arquivística que lhes atribui e confere, não apenas um sentido, mas, e mais importante, sua autenticidade.

Há um dado interessante que se extrai da contemplação de um arquivo pessoal. Se a banalidade dos elementos que o compõem é inconteste, o caráter singular da constelação como um todo não o é. O conjunto se sobrepõe às unidades sem que o valor de cada uma delas por isso mesmo diminua. Antes o contrário. O arquivo de Lysia reflete-se em cada um dos diversos elementos que o integram. Sua reunião em um mesmo arquivo e por uma mesma pessoa nos leva a pensar nas possíveis e prováveis relações. É possível demonstrar essa ordem, ou antes, sugeri-la, através das ilustrações que apresentamos. Somem-se a elas as duas fotografias (figura 21) sem referência ou anotação, e que mostram detalhes de decoração de uma moradia. As imagens traem um estilo. A mesinha alta, sobre a qual se ergue uma luminária que não é sem elegância. Ela emite uma nota *vintage* que nos chega carregada de nostalgia a partir da perspectiva de nossos dias, mas que devia parecer moderna então, talvez mesmo ousada.

Afinal, a dar-se razão a Baudrillard (1968, p. 21-22), o mobiliário de uma casa corresponderia à imagem fiel de estruturas familiares e sociais, porque ele se organizaria em torno de um eixo assegurador da regularidade das condutas. No espaço privado do lar, os objetos personificariam relações humanas, porque a dimensão real onde existem seria cativa da dimensão moral. É com curiosidade que se observa ao lado da jarra de prata com flores um elefante de porcelana, costume persistente que trairia uma superstição: os elefantes devem ser

colocados de sorte a ficarem de costas para porta de entrada da moradia, com a tromba voltada para dentro, de modo a — asseguram-nos — atrair dinheiro e prosperidade.

A decoração das paredes é esmerada. O triângulo branco do guardanapo, que aparece na segunda foto da figura 21 resulta da obra paciente de mãos entregues ao crochê. As floreiras gêmeas, — também de prata, muito provavelmente —, içadas ao alto da cristaleira, o trato com os objetos preservados por detrás de vidraças, o espelho oval bisotado, tudo isso evidencia tratarem-se de objetos cercados de cuidados, que integraram o dia a dia de personagens que podemos imaginar apenas. Também assim a razão pela qual as fotos foram feitas, como recordação de um mobiliário adquirido para identificar seus usuários, os donos da casa, senhores desse domínio doméstico que os singulariza e os diferencia.

Figura 21 — Duas fotografias, sem data.

Fonte: acervo da autora.

Outra fotografia (figura 12) mostra duas mulheres, nas quais, hoje, nos atrai a atenção os trajes da época, bem como a moldura fotográfica que realça as personagens. Percebe-se todo um clima que cercava o ato de “tirar um retrato”. O vestuário é complexo. A clara intenção de combinar as barras dos vestidos de ambas dá a entender tenham sido confeccionados pela mesma modista. Há plumas, chapéus, uma sombrinha que descansa sobre o ombro de uma das personagens e que serve de fundo a um rosto sorridente, cujo olhar vai na direção de alguém ou algo que não nos é dado ver. Há um clima de alegria, de trajes da moda tão ao gosto dos assim chamados anos 20.

Não há como explorar o conteúdo de um arquivo pessoal sem deixar-se levar pela imaginação que sua realidade inspira. Estranho paradoxo. Cada componente de um arquivo responde, a seu modo, a questões que se colocam a partir do simples ato de contemplar os elementos formadores, detalhes que descobrimos em cada objeto, cuja realidade não os deixa mentir sobre serem eles o resultado de ações humanas efetivamente levadas a efeito. Cenários e personagens reais exibem-se diante de nós em toda sua concretude em nada ficcional.

Figura 22 — Fotografia, provavelmente Porto Alegre, sem data.

Fonte: acervo da autora.

O rascunho de um requerimento, feito em elegante letra inclinada, dirigido ao vigário da igreja do Menino Deus, de Porto Alegre, para que este fornecesse a certidão de batismo da criança — figura 23 — nos faz atentar à preocupação relativa ao emprego das fórmulas diplomáticas adequadas, que moldariam o *dever ser* dos documentos à vista de sua finalidade. É a etiqueta do cotidiano sem qualquer intermediação teórica. É a vida do avô preocupado, talvez, com a salvação do neto, com a comprovação de que recebera os sacramentos,

subtraindo-se à condição de pagão. Quem sabe? Podemos recompor os dados e podemos mesmo dar livre curso a especulações. Nada disso, porém, altera o fato de que se trata de algo que traz em si a própria evidência dos fatos que enuncia.

Figura 23 — Rascunho de requerimento, Porto Alegre, sem data.

Fonte: acervo da autora.

Três cupons não preenchidos, onde ainda é visível o carimbo que identifica o Camiseiro Almeida, dão conta de uma campanha “da economia e da sorte” com sorteio de “um finíssimo quarto de casal” (figura 24). Em que consistiria “um finíssimo quarto de casal”? — perguntamo-nos. Talvez fosse alguma coisa que fizesse parte dos sonhos dos ouvintes da Rádio Itaí, que se dizia “a voz do povo”. Ao mesmo tempo, esses cupons amarelados fazem lembrar o sucesso da programação radiofônica. Embora sem datação, sabe-se que os três cupons guardados por Lysia são necessariamente posteriores à data de fundação da rádio Itaí em 1952. O fato de estarem assinados por um fiscal de rendas evidencia a existência de fiscalização e controle desse tipo de campanha promocional.

Figura 24 — Cupons de sorteio, Porto Alegre, sem data.

Fonte: acervo da autora.

Outros achados consistem em anotações referentes a aulas de francês. Dentre eles, encontramos um rascunho de felicitações dirigidas à professora (figura 25), obediente, esse também, às fórmulas de tratamento usais que deviam presidir a relação entre professora e aluna. Tais anotações dão conta também da importância, — sobretudo, nas classes sociais ascendentes ou que almejassem essa ascensão —, de não se ignorar o francês, idioma do qual uma mínima noção era então particularmente importante.

Figura 25 — Rascunho de felicitações e anotações de aulas de francês, provavelmente Porto Alegre, sem data.

Fonte: acervo da autora.

São esses apenas alguns poucos exemplos da variedade documental que apresenta o arquivo de Lysia. Eles, a nosso ver, justificam a afirmação de Christine Nougaret (2006b) de que não haveria domínio nas atividades humanas que não pudessem ser esclarecidos pelos arquivos privados, cuja vastidão alcançaria todos os possíveis à vista da variedade que

apresentam, da diversidade de seus produtores, da riqueza dos campos que permitem explorar. E recomenda: “Il appartient à tous les intervenants de la chaîne de faire preuve de respect et d’imagination pour que les archives privées nous livrent leurs trésors” (idem, p. 23).

Deve-se acrescentar que existem, no arquivo de Lysia, também cartas de Maria²⁵, mas que não se tratam daquelas que Maria teria escrito para Francisco em resposta às por ele escritas. Pode-se especular apenas que, falecida Maria, Lysia tenha guardado as cartas que lhe pertenciam, o que explicaria estarem todas elas separadas dos demais documentos, todos diretamente ligados à Lysia, seu marido e seus filhos, assim como ligados aos pais de ambas.

3.5 Do material ao virtual: como nomear e “salvar como” uma imagem?

3.5.1 Nomear: nem tão simples quanto parece

A pergunta pode até parecer simplória, mas quando se está diante de cartas de três, de quatro ou de cinco folhas e ainda de seu respectivo envelope, o número de imagens virtuais geradas pelo conjunto, ainda que unitário, impõe que se designe aí uma ordem capaz de individualizar cada imagem sem, contudo, comprometer seu vínculo com o que é, em termos materiais, uma unidade arquivística. Enfim, trata-se de um problema que esta pesquisa coloca. Um problema cuja solução exigiu aqui um improviso talvez imperdoável, ao menos quando a solução encontrada para este caso específico vem a ser comparada a métodos institucionalmente adotados.

No presente contexto, — entendendo-se por isso o estudo aqui em discussão —, a nomeação dos arquivos digitais teve em vista concretizar elementos que permitissem definir cada unidade sem que ela se confundisse com outras, no caso, coexistentes no mesmo arquivo.

Mesmo quando diante do que seriam pequenas irrelevâncias que parecem não fazer qualquer sentido, é preciso ter presente que praticamente tudo, em um arquivo pessoal, resulta de convenções, de pactos interpessoais. Nem sempre é fácil definir a função desempenhada por um documento de arquivo, e justamente por isso nem sempre é fácil nomeá-los. Já os documentos que o aparelhamento jurídico reclama como relevantes impõem coerência na sua nomeação, dado que aí faz toda a diferença, porque é preciso que sejam por todos reconhecidos como tais: uma procuração, um contrato, uma nota fiscal, etc. Não é pouco frequente que o equívoco na nomeação de um ato jurídico, — que se formaliza

²⁵ Nesse sentido, a comunicação oral disponível em <<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Maristela%20Bleggi%20Tomasini.pdf>> e intitulada Minha Querida Lysia.

documentalmente, diga-se —, comprometa sua eficácia, como no caso, por exemplo, da interposição de um recurso em vez de outro, erro que nem sempre pode ser reparado pela aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Detalhes à parte, a correta nomeação de um documento é fundamental, sobretudo, no plano arquivístico, onde a imprecisão pode levar ao seu desaparecimento frente à impossibilidade de sua localização.

A nomeação de documentos, especialmente quando textuais, fica na dependência de sua estrutura, da disposição dos elementos que nele se contêm, de sua funcionalidade no âmbito social, aspectos estes que fornecem bons indicadores, mas que, nem por isso, são absolutos. Por que uma carta é uma carta, um poema é poema, um bilhete, um bilhete? Por conta de convenções que permitem que assim se os identifique. Mas nada é tão simples no mundo habitado pelas entidades textuais. Basta lembrar a frequência com que surgem aí novos tipos, e com que frequência também palavras de línguas estrangeiras passam a integrar a linguagem técnica ou aquela empregada cotidianamente. Assim o *e-mail*, para citar apenas um. Registre-se, porém, que o contrário também pode ocorrer, quando a passagem do tempo provoca o obscurecimento de certo tipo documental que venha a cair em desuso, *verbi gratia*, o *western*, — figura 7 —, metonímia que designava um telegrama.

Documentos de arquivo remetem a peculiaridades próprias a tal condição, mormente no âmbito privado. Isso porque a nomenclatura usada para designar essas unidades é empregada apenas posteriormente ao seu surgimento no mundo, como posteriormente também à sua vigência. Mas nem a gênese nem a vigência de um documento são inerentes ao arquivo em si, porque o arquivo acontece sempre ao depois disso. Isso vale particularmente para a designação tipológica. Como saber que nome dar a este ou aquele documento que foi acumulado junto a outro não obstante as diferenças profundas que guardam entre si? Há uma subjetividade que é peculiar à acumulação, algo que, em princípio, deve ser preservado da subjetividade do pesquisador que ali bem pode imprimir a ideologia que lhe fosse particular, alterando assim o sentido original, verdadeiro sacramento em termos de arquivística. Algo a observar, não obstante a discricionariedade dos procedimentos aqui adotados.

Não é raro que um arquivo pessoal contenha até mesmo coisas sem nome, coisas inesperadas, irrelevantes ou estranhas à esfera do pesquisador, restando por isso dificultosas frente à necessidade de sua nomeação. Isso não ocorre, todavia, em relação a arquivos pertinentes à esfera institucional, onde tudo nasce a partir de uma função previamente designada. Bem diferente, como já vimos, é a esfera privada, personalíssima, de sorte que, do ponto de vista de um arquivo pessoal, o reflexo da atividade do acumulador, do titular do arquivo, prevalece em relação à sua função original. Sempre é bom ter presente que “dar

nome aos documentos, identificando-os a partir da espécie ou o tipo, constitui uma das operações mais importantes da arquivística, cujas afinidades com a tradição diplomática foram muito bem delineadas por Heloísa Liberalli Bellotto” (CAMARGO E GOULART, 2007, p. 65).

Um exemplo? Nomearíamos de *poema* a uma *fatura*, porque o suporte, o papel onde tal poema fosse escrito, coincidissem com a impressão mecânica de uma fatura. Assim também no caso de um poema haver sido escrito sobre um guardanapo de papel ou mesmo um bilhete apressado escrito no interior de uma embalagem de cigarros. Nesse mesmo diapasão, Camargo (1998, p. 169) refere o curioso caso do pequeno livro de poesias, que não media mais que dez por sete centímetros, e que, no entanto, não era um livro, mas uma participação de casamento. Tratavam-se das *Heloisianas* de Montenegro Cordeiro, em alusão óbvia ao nome de sua noiva chamada Heloísa. Ter-se-ia aí uma disputa entre duas modalidades de expressão, onde se reconhece, porém, “a supremacia do vínculo que relaciona as *Heloisianas* com a função de anunciar o casamento do autor” (idem, p. 171). No arquivo de Lysia mesmo encontramos um envelope (figura 26) que serviu de suporte para a escrita de um bilhete de felicitações do avô pela passagem do quinto aniversário do neto. Que tenha cumprido a função de envelope não é duvidoso, pois que ali bem poderia haver um presente em dinheiro. Todavia, os votos de felicitações são inequívocos, não obstante a ubiquidade criada pelas circunstâncias. Nesse sentido, poderia ser um bilhete que faz às vezes de um cartão de felicitações.

Figura 26 — Envelope com mensagem de parabéns, Porto Alegre, 17/06/19.

Fonte: acervo da autora.

Muitos seriam os exemplos capazes de demonstrar as dificuldades que podem se apresentar frente à necessidade de nomeação de documentos pertencentes a arquivos pessoais. Sua polissemia não raras vezes é inconteste. Muitos ainda há que, desde a sua origem, não

possuem clareza acerca de sua função, como um santinho que, no verso, contivesse registro de celebração de uma primeira comunhão, uma agenda reaproveitada fora do período ao qual se refere e tantos outros improvisos, que podem ser irrelevantes para o observador, mas que importam ao pesquisador, porque alguém os julgou dignos de guarda: o acumulador do arquivo. É em vão que aí se buscaria a esperada estabilidade de sentido, quanto mais em presença de tais antagonismos. Ou seja: a razão de ser do documento presente em um arquivo pessoal deve ser procurada no âmbito individual de quem reuniu o arquivo, em sua personalidade.

Não obstante ambiguidades frequentes, mister adentrar ao campo do simbólico, que emerge do discurso do produtor. Assim até mesmo as coisas, em que pese mudas, desprovidas da palavra, se transformam em documentos, como a pétala de rosa, a fita, a flor guardada que ali secou. Importa sempre procurar alcançar aquele sentido original que não pode se perder nem mesmo diante da generalização que a custódia e o cuidado do arquivo impõe.

Há muitos sistemas destinados a responder adequadamente às exigências que o estudo e as pesquisas realizadas sobre arquivos impõem. Mas tais sistemas, em sua maioria, permanecem voltados às intuições. Sua adequação a um arquivo privado, — notadamente um arquivo de gente comum, cuja acumulação jamais teve em vista que sobre ele fosse realizado um estudo —, vai sempre deixar a desejar, especialmente quando se leva em consideração o dado surpresa, que não é excepcional no âmbito das subjetividades. E foi principalmente por se levar em conta esse dado, somado ainda à simplicidade do arquivo de Lysia, que se afastou a aplicação de metodologias complexas de tratamento documental para classificação e identificação das unidades que o compõe.

3.5.2 A produção de imagens virtuais

A opção por uma metodologia cuja simplicidade é manifesta deveu-se, sobretudo, ao fato de contar-se apenas com um *scanner* e um computador sem maiores recursos. Era mister, porém, conseguir imagens claras dos documentos e, sobretudo, das cartas de Francisco. Tais imagens deveriam ainda se mostrar aptas a sofrer intervenções destinadas a fazer desaparecer referências que permitissem identificar tanto remetente e destinatária quanto terceiros eventualmente citados. A reprodução de algumas unidades do arquivo de Lysia utilizadas no corpo desta tese, bem como a criação do anexo destinado à reprodução de imagens tomadas às cartas de Francisco exigiu a criação de um referencial mínimo que permitisse a nomeação das imagens virtuais obtidas, como mencionado, mediante simples escaneamento.

Tentou-se, contudo, na medida do possível, que esta prática não se afastasse muito dos princípios já abordados no primeiro capítulo precedente, a saber: o da proveniência, o da unicidade, o da organicidade e o da indivisibilidade. Assim, cada imagem gerada foi designada por uma série de números ou letras em onze campos ou segmentos separados pelo caractere *underline*, indicando, sucessivamente, sua proveniência (1), data (2), lugar (3), tipologia (4), gênero (5), suporte (6), forma (7), elementos internos (8), indicador de dois algarismos que traduzem a relação entre a imagem em foco e a quantidade de outras imagens sequenciais inerentes à unidade arquivística à qual se refere (9), a subclasse do arquivo (10) e, finalmente (11), a indicação do local onde a unidade arquivística material é guardada, bem como a ordem numérica de seu arquivamento²⁶.

Desde logo é importante deixar bem claro que não se trata aqui de inovar sistemas já existentes no universo da arquivística. Tratou-se, sim, de resolver um problema específico implicado nesta pesquisa em particular, que consistiu na nomeação das imagens virtuais criadas em função da tese e ainda de sua utilização eventual em outras publicações. Como cada unidade desdobrava-se em várias imagens, — há cartas de dez páginas ou mais —, foi necessário nomeá-las de sorte que permanecessem tão sequencias na virtualidade como o são em sua realidade material. Além disso, o sistema permite que as imagens salvas guardem entre si uma relação sequencial, facilitando sua localização nas mídias utilizadas para sua gravação.

Dessa sorte, as imagens geradas, além de nomeadas em termos de sua tipologia, tiveram de ser “salvas como” de sorte a preservar suas características não apenas na ordem documental como ainda na esfera virtual, onde, privadas de sua tridimensionalidade, ganham foros de sobrevivência em um além não imaginado nem sonhado por sua acumuladora. Assim é que foram salvas já com seus respectivos indicadores específicos distribuídos em onze campos.

Explique-se melhor. O primeiro, segundo e terceiro campos ou segmentos referem-se à proveniência e à datação tópica, onde as letras “al” designam o arquivo de Lysia, seguido da data e da cidade de onde proveio o documento. Não havendo data nem condições de fixar aproximadamente pelo menos a década (_192_, 193_, etc.), coloca-se “_sd”. Da mesma sorte, não havendo referência tópica, as letras “_sl”. O quarto campo está reservado à tipologia, que

²⁶ Os documentos pertencentes ao arquivo de Lysia foram alojados em cinco pastas tamanho ofício (A, B, C, D e E) com divisões que permitem o isolamento de cada unidade, sendo que muitas são formadas de mais de um elemento. Preferiu-se pastas a caixas, por uma questão de praticidade. Ainda que caixas sejam mais adequadas para fins de conservação, o manuseio frequente do arquivo foi determinante para que se optasse pela alternativa mais prática.

considerou elementos cuja existência é comum em arquivos pessoais, mormente no de Lysia. Este quarto segmento é numerado de 1 a 29²⁷ e consiste em nomes dados a documentos ou conjuntos de documentos comumente encontrados em arquivos pessoais, conforme tabela que segue:

Tabela 1 — Tipologia dos documentos existentes no arquivo de Lysia.

01 Agenda
02 Anotações pessoais
03 Bilhete
04 Caderneta
05 Calendário
06 Carta
07 Cartão de felicitações
08 Cartão de Natal
09 Cartão de visita
10 Cartão fúnebre
11 Cartão de sorteio
12 Desenho
13 Entrada de teatro
14 Envelope
15 Envelope e cartão de Natal
16 Envelope e carta
17 Envelope e cartão de felicitações
18 Envelope e cartão fúnebre
19 Exame médico
20 Fotografia
21 Lançamento de imposto de renda
22 Lista
23 Negativo
24 Nota fiscal
25 Rascunho
26 Receituário médico
27 Recibo
28 Santinho
29 Outro

Fonte: Concepção da autora.

O quinto campo ou segmento indica o gênero: textual (1), iconográfico (2) misto²⁸ (3) ou outro (4), este último, para o caso de documentos sonoros ou audiovisuais, por exemplo, ausentes, contudo, do arquivo de Lysia. Segue-se, em sexto lugar, o tipo de suporte: papel (1) ou outro (2); em sétimo, a forma: original (1) ou cópia (2); em oitavo lugar vêm os indicadores de elementos internos: impressão mecânica (1), manuscrito (2) misto (3) ou outro

²⁷ Nada impede que tais opções de nomeação se ampliem para que respondam a necessidades impostas por outros casos concretos

²⁸ Foi considerada como de gênero misto, por exemplo, a entrada de teatro reproduzida na figura X, cuja impressão mecânica (elemento interno) somou ornamentos gráficos ao texto.

(3). O nono campo, formado por dois algarismos separados por um ponto dão a relação entre o arquivo salvo e o número de imagens geradas pela unidade em questão: 01.08 ou 08.08, por exemplo. Por que o uso do zero à esquerda? Simplesmente para que a listagem dos arquivos nomeados não se altere em sua sequência numérica. O décimo campo vai identificar a subclasse do documento: “cf” ou “pf” para cartas ou poemas de Francisco e “os”, outra subclasse. Por fim, a indicação da pasta — A, B, C, D ou E onde se encontra guardada a unidade arquivística material bem como a ordem numérica de sua inserção na respectiva pasta.

Um exemplo com finalidade didática. Diante de um arquivo nomeado com os seguintes caracteres: al_19320523_sl_06_1_1_1_2_1.8_cf_pc34. Apenas pela nomeação, podemos depreender que: o documento que originou a imagem provém do arquivo de Lysia (al); data do dia 23 de maio de 1932 (19320523); não possui designação do lugar de origem (sl); é uma carta (6); é um documento de gênero textual (1); tem como suporte papel (1); trata-se de um original (1); foi manuscrito (2); o arquivo assim nomeado corresponde à primeira de oito (01.08) imagens geradas pela unidade: uma carta de Francisco (cf) que se encontra guardada na pasta C, na 34ª divisão desta. A unidade arquivística em questão, dessa sorte, poderia ser “descrita” a partir de oito sequências: al_19320523_sl_06_1_1_1_2_01.08_cf_pc34; al_19320523_sl_06_1_1_1_2_02.08_c-f_pc34; al_19320523_sl_06_1_1_1_2_03.08_cf_pc34; e assim por diante, valendo referir que apenas o penúltimo campo sofre alterações, o que facilita bastante um trabalho que tende a se tornar repetitivo.

A imagem tomada sobre um negativo fotográfico (figura 27), sem data, mas seguramente do século XX, foi assim nomeada: al_19_sl_23_2_2_1_3_1.1_ss_pa26. A entrada de teatro: al_19250105_portoalegre_13_1_1_3_1.1_ss_pa15. E o envelope, cuja ilustração acabamos de ver mais acima, é nomeado como bilhete, — al_19470617_portoalegre_03_1_1_1_2_1.1_ss_pa10 —, real função desempenhada pela escrita que lhe conferiu uma destinação específica. A propósito deste último, embora não haja indicação de lugar, sabe-se que se trata de Porto Alegre, pelo cotejo em relação a outros elementos existentes no arquivo.

Figura 27 – Negativo, sem data.

Fonte: acervo da autora.

Figura 28 – Entrada de teatro, Porto Alegre, 05/01/1925.

Fonte: acervo da autora.

Importa reforçar que nossa pretensão não é a de propor qualquer inovação nos sistemas de digitalização de arquivos. Trata-se, antes, da solução de um problema de pesquisa, bem como de dar continuidade a um trabalho que vem sendo elaborado a partir do arquivo de Lysia, inclusive com manutenção de uma plataforma de acesso digital, para divulgação de trabalhos relacionados a documentos oriundos desse arquivo dentre outros. O *site In Oblivium*²⁹ em constante construção, acabou por ser determinante em termos de exigir

²⁹ < <http://maristelableggitomas.wixsite.com/inoblivium> >.

soluções no campo da pesquisa, até mesmo porque consiste no mais simples recurso de viabilização de acesso a documentos oriundos da esfera privada: *site* gratuito, que exige tão só a manutenção mínima do domínio *inoblivium.com.br*, por ora, ainda não agregado à URL.

Não obstante a tabela que segue tenha sido criada em função desta tese, fato é que se aplica também a outros arquivos pessoais que tenham de sofrer o processo de digitalização, ao menos quando as circunstâncias em tela também impliquem, como no caso, em poucos recursos técnicos da parte de quem empreende a pesquisa. Não obstante tudo isso, é fato que universo digital reflete um fenômeno técnico que se se impôs velozmente, com consequências irreversíveis do ponto de vista social, cultural e jurídico. A virtualidade, a seu modo, incrementa cada vez mais um processo de inclusão, uma vez que permite o compartilhamento e o acesso simultâneo de considerável número de pessoas a dados digitais. Disso resulta, em termos de pesquisa em arquivos pessoais, a necessidade de se investir em medidas com o objetivo de garantir confiabilidade, credibilidade e segurança relativamente à proveniência dos documentos utilizados, sua conservação e, sobretudo, garantir proteção à privacidade das pessoas envolvidas frente a um poderoso mecanismo de divulgação que pode sempre implicar em risco de exposição.

Os documentos em pauta, sendo pré-existentis ao processo de digitalização, como que mudam de universo, de sorte que o que era oculto, particular e absolutamente privado ganha foros de espetacularização. O remédio, se tanto assim o é, consiste em suprimir dados que permitam identificação, com intervenção nas imagens antes de elas serem expostas, em homenagem à privacidade dos direta e indiretamente implicados. No caso desta pesquisa, as intervenções foram procedidas através de um editor de imagens que, deslocando o fundo do documento sobre nomes e endereços, permitiu sua omissão, sem grande perda do ponto de vista estético da reprodução.

Finalmente, como justificativa maior da criação desse modelo, o próprio fato da construção do anexo destinado à disponibilização das imagens geradas a partir das cartas e de alguns poemas de Francisco, sorte de aproximação entre leitor e autor desses escritos, ora submetidos ao crivo de tantos referenciais sem qualquer perda de suas peculiaridades poéticas propostas a nossa sensibilidade.

Tabela 2 – Parâmetros de nomeação de arquivos virtuais.

Proveniência	Datação	Local	Tipologia	Gênero	Suporte	Forma	Elementos Internos	Quantificação	Subclasse	Localização
a	00000000	xxxxxxxx	01 Agenda	1 Textual	1 Papel	1 Original	1 Impressão mecânica	00.00	cf Carta de Francisco	pa.00 Pasta A
-	sd	sl	02 Anotações pessoais	2 Iconográfico	2 Outro	2 Cópia	2 Manuscrito	-	pf Poema de Franc.	pb.00 Pasta B
-	-	-	03 Billhete	3 Misto	-	-	3 Misto	-	ss Sem Subclasse	pc.00 Pasta C
-	-	-	04 Caderneta	4 Outro	-	-	4 Outro	-	-	pd.00 Pasta D
-	-	-	05 Calendário	-	-	-	-	-	-	pe.00 Pasta E
-	-	-	06 Carta	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	07 Cartão de felicitações	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	08 Cartão de Natal	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	09 Cartão de visita	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	10 Cartão fúnebre	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	11 Cartão de sorteio	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	12 Desenho	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	13 Entrada de teatro	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	14 Envelope	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	15 Envelope e cartão de Natal	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	16 Envelope e carta	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	17 Envelope e cartão de felicitações	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	18 Envelope e cartão fúnebre	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	19 Exame médico	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	20 Fotografia	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	21 Lançamento de imposto de renda	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	22 Lista	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	23 Negativo	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	24 Nota fiscal	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	25 Rascunho	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	26 Recetário médico	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	27 Recibo	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	28 Santinho	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	29 Outro	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Concepção da autora.

4 ALGUÉM A CARTEAR-SE

4.1 Uma conversação entre ausentes

Quadro 1 — Trecho de carta de 19/04/1932.

Algumas vezes a carta faz o papel de cocaína pra alma, nas crises de saudade. Procurei essa cocaína inocente e agora estou sorvendo a calma branca como poeira da tua lembrança insistente entranhada no meu espírito e nos meus sentidos, de tal maneira que eu penso que ella se desprende do papel.

Alguém a cartear-se, porque é preciso estar presente, ainda que na ausência, mormente na ausência sentida da saudade. Não obstante a presença do amor não seja excepcional, nas cartas há lugar para todos os assuntos, para todos os gostos, para todos os estilos. Roquette (1860), na abertura de seu hoje clássico “Novo Secretário Portuguez ou código epistolar contendo regras e advertências para escrever com elegancia toda sorte de cartas”, considerava a comunicação epistolar como o mais importante laço social, só perdendo, em extensão e variedade, para as visitas e as conversações. Não sem poesia, ele nos fala do que chamou de invento admirável que, além de aproximar os ausentes e de encurtar as distâncias, servia ainda para mitigar as saudades, adoçando os dissabores decorrentes da separação.

Dissabores não poucos, — registre-se —, que dão lugar a escritas cuja intensidade nos comove, documentos de um sentir que não vence apenas as distâncias físicas, mas que vão mesmo além de seu tempo, quando chegam até nós.

Quadro 2 — Trecho de carta de 30/09/1924.

Maria – Afastado de ti, mas não separado, que isso é impossível, eu soffro à míngua da sensação physica do teu amor, sem as projecções affectivas do teu ser amante e amado. Que eu te amo muito! E sem a caricia de velludo dos teus olhos, sem o perfume matinal e bom do teu corpo, sem o prazer amavel do teu ~~corpo~~ contacto, sem a harmonia musial da tua voz, longe de ti, enfim, eu não vivo, porque tu és a fonte da minha vida.

Não só estreitando os vínculos da amizade e nutrindo o fogo da esperança, as cartas poderiam vencer a morte, em se tonando “monumento perdurável da afeição e ternura com que dois corações se amaram”, sinala Roquette (1860, p. 1). Sem dúvida, dir-se-ia, não sem ceder à tentação de especular a propósito desses *monumentos* da afeição, se não perdurariam eles até mesmo além do próprio amor que lhes deu causa. Seja como for, inegável que se pode, sim, pelas cartas, ou antes, *através* delas, dar a ver algo que vai muito além de seu sentido original.

Quadro 3 — Trecho de carta de 2/10/1932, Santo Ângelo, RS.

Maria, meu amor —

Hontem, depois do jantar, quiz escrever-te, para continuar um doce costume tão ligeiro e tão amavel: conversar contigo. Uma necessidade de doçura e de encontro me apontava a folha em branco como o unico meio de satisfaze-la. Todas as pequenas imagens adoraveis, toda as sensações deliciosas que a tua ternura morena crêa pairavam em confusão dentro de mim, fazendo-me desejar uma consciencia dolorosa de impossibilidade a tua presença real.

Tornando presentes os desejos e as vontades, Chartier (1995) observa que estes apareceriam nas cartas, ora eufemizados por pudor, ora dissimulados por detrás das convenções de uma linguagem que ousaria pouco e de uma sociabilidade que exigiria muito. Enfim, ter-se-ia então, “les sentiments toujours à fleur de la lettre” (idem, p. 14)

Quadro 4 — Trecho de carta de 19/04/1932.

Quero me lembrar agora só o instante em que eu te dizia adeus na escada e descia pra rua e pro mal estar da ausencia. Como naquellas noites, te jogo com a mão de longe o meu beijo, e fecho a carta pra sentir mais forte a tristeza da separação.

Esta universalidade das cartas é praticamente indiscutível, tanto quanto sua versatilidade. Segundo Mireille Bossis (1997, p. 49), presente em todos os domínios, a carta aparece com a escrita, e ela expressaria a própria consciência ocidental. É que cartas não documentam apenas fatos, mas ainda posicionamentos dos homens, os mais variados, diante desses fatos, numa escala axiológica que vai do íntimo até o institucional, do formal ao informal, do eu ao outro, pelo e para o outro. Não obstante isso, — acrescenta ela —, é em vão que se procura uma síntese sobre a função da carta, bem como sobre as modalidades desse tipo de escrita, cuja plasticidade se prestaria à expressão dos mais diversos conteúdos. Haveria assim, segundo ela, toda uma topografia epistolar a ser estabelecida ainda, topografia esta que nos permitiria explorar esse imenso território em constante expansão. Para Bossis (1997), dois eixos estruturam esse campo: um sincrônico, inerente a determinado período histórico; outro diacrônico, que permitiria observar a evolução temporal de um modelo de escrita atestada pela primeira vez em 2400 da AEC³⁰. Esse território do eu ou das escritas de si, sedimentado desde há séculos, circunscreve um domínio privado que, em tese, se subtrai ao público. Dessa sorte, a exploração dessa instância por pesquisadores só vai ocorrer por volta dos anos 50 do século passado, em face do desenvolvimento das ciências humanas. A partir dessa nova reflexão sobre o universo epistolar, as cartas teriam se constituído em “gênero” literário e, por

³⁰ Ao menos a que parece ser a primeira carta data desta época e foi escrita em caracteres cuneiformes. Pertencia a Enna Dagan, rei de Mari ou rei de Elba, no vale do Eufrates. Essa carta faz a narrativa das conquistas de quatro de seus predecessores bem como das suas. Nesse documento, — acentua Bossis (1997) —, a escrita torna acessível o simbólico e, nela, a memória aparece “em todo o seu esplendor” (idem, p. 57).

consequente, estariam sujeitas a um estilo literário que se convencionou chamar de estilo epistolar³¹, gênero onde caberiam discussões acerca da própria dinâmica de uma comunicação sempre sujeita a vicissitudes até sua chegada às mãos do destinatário.

Quadro 5 — Trecho de carta de 12/05/1932.

Mariasinha – Recebi ha poucos momentos a tua carta desejada, com um grande atraso inexplicavel. Datada de 29 de abril, me veio às mãos hoje, 12 de maio. Mas veio, é a minha consolação e a resposta que o Correio podia largar com displicencia si eu reclamasse. Prefiro não reclamar e gozar, sem o azedume da irritação, o mel gostoso das tuas palavras. Gostoso e pena que tão pouco. E no entanto tu tens tanto tempo para fabrica-lo, minha abelha preguiçosa.
Tua pequena carta agitou dentro de mim um mundo de emoções adormecidas.

A materialização do outro pela magia da palavra como que supre uma ausência sentida. O circunstancial se ajusta, precisamente, às metáforas que a fantasia produz. Ir além do tempo, construir o outro, fazendo-o presente, tudo isso não pode ser menos que um estilo, verdadeira administração dos recursos linguísticos dos quais se dispõem para expressão de nossos pensamentos e, sobretudo, de nossos sentimentos, como no caso de Francisco.

Quadro 6 — Trecho de carta de 04/05/1932.

Maria – Vim falar contigo. Esta é a tua hora, o teu momento em que o outro mundo pára de viver pra mim. Entrei na solidão em que a tua presença é a minha realidade, em que a tua ausencia é presença verdadeira. Neste momento tu vens. A solidão se fez para tu appareceres, esphera magica em que todas as cousas do mundo morrem e vivem ao mesmo tempo, e em que se fecha a minha espera entre paredes e sonhos. Este momento não se conta entre os meus dias e as minhas noites e tudo que me rodeia é projeção de tua presença sonhada e de minha ausencia dos longes.

Enfim, é a nítida presentificação do outro que se percebe nessa carta, assim como em muitas outras que a esta podem se assemelhar, frutos de um sentir individual generalizável em tese e de uma época com hábitos e costumes comuns a muitos dos homens que então viveram. Não é sem razão que o clássico Dalloz (1906), — repertório alfabético de legislação, de doutrina e de jurisprudência do início do século XX —, no verbete carta missiva, define esta última como “um escrito que se confia a um particular ou à administração dos correios para fazê-lo chegar a uma pessoa determinada. É uma maneira de conversar com aqueles dos quais se está distante, *é uma conversação entre ausentes*” (idem, p. 105) —, com grifo nosso, para enfatizar essa *ausência*, expressão sempre reiterada quando se fala de cartas.

Nesse sentido, não faltariam exemplos. Roquette (1860), que também definiu as cartas em seu clássico *Secretário* como “uma conversação por escrito entre ausentes” (idem, p. 19), registra, na mesma obra, uma curiosa carta de São Jerônimo para Niceo, subdiácono de Aquilea, que fora seu companheiro de recreio e de viagens, carta cujo tema era justamente o

³¹ O estilo epistolar será explorado no próximo capítulo, dedicado à etiqueta social e às convenções epistolares.

comércio epistolar. Ou seja: há muito que há cartas que falam de cartas, que atestam sua importância, que dão a ver a própria consciência daquelas que delas lançam mão:

O comércio epistolar, como diz o poeta cômico Turpílio, torna presentes os que vivem distantes. E na verdade, não é por meio dele que conversamos com os ausentes? É tão necessário aos homens este comércio que o vemos estabelecido em os antiquíssimos povos da Itália, a que Ênio chama cascos, e que viviam de bolota no coração das matas. Isto mesmo diz Cícero nos seus livros de Retórica, apesar de que nesse tempo ainda se não escrevia em peles nem em estofos; escrevia-se em taboinhas de madeira, ou em cascas de árvores; d'onde veio dar-se aos portadores de cartas o nome de *tabelários* [*tabellarii*, taboinhas] ou *livreiros* [*librarii de líber*, entrecasca de árvore]³² (ROQUETTE, 1860, p. 26).

Suard (1858) via cartas como tendo por objeto a comunicação de pensamentos e de sentimentos a pessoas ausentes em razão de amizade, confiança ou polidez. Cartas consistiriam em uma conversação por escrito, cujo tom não deveria diferir daquele usado nas comunicações ordinárias, salvo nos cuidados devidos à correção e ao estilo. O leitor nunca seria tão indulgente quanto aquele que escuta. A escrita epistolar, pobre ou rica, simples ou complexa, refletiria gostos, seu potencial criativo e mesmo as idiossincrasias confessas do escritor.

Quadro 7 — Trecho de carta da década de 1930.

Mary, eu tenho uma tragédia de espírito, que é a fonte de minha angustia e do meu scepticismo. Eu não poderei ver em torno de mim senão o vazio, sempre e sempre. Eu sou dessas naturezas que carregam uma realidade própria, invencível, e que reduzem a essa realidade todas as cousas exteriores, e a ella incorporam todas as emoções e sentimentos, cortando a sua correspondencia com o mundo externo. Essa realidade é susceptível de alargamento, porém, talvez não de enriquecimento: todas as cousas se sbatem em face della, ella forma por assim dizer um universo fechado. Existirá alguma cousa fora della? Os fatos, os objetos, os homens, não serão simples reflexos, apenas representações? Tenho lutado para romper este meu mundo fechado, encontrei um caminho uma vez: a comunhão com o todo universal, a solidariedade com todos os homens, pela intelligencia ou pelo coração. Escrevi o “carvão”: que exprime este estado. Infelizmente, verifiquei que só no isolamento, só longe dos homens é possível a permanencia de semelhante attitude, e que ella só pode ser gerada em estado de contemplação. Quando se desce para o dominio da acção, encontra-se no homem o inimigo. E este encontro, este choque, quebra aquella attitude. Como unica defesa, apresenta-se o recurso e volta a si mesmo, ao seu universo fechado, ao seu refugio.

Eis aí retratos íntimos, sem dúvida, mas nem por isso menos interessantes, na medida em que registram uma verdadeira consciência de si no mundo. Expressão de sentimentos e testemunho de ações, cartas, sincrônicas, suprem as ausências de então; diacrônicas, materializam o tempo, documentando-o diante de nossos olhos.

³² Roquette (op. cit), em notas, acrescenta que Turpílio foi um poeta contemporâneo de Pompeu, cujas obras, todavia, não teriam chegado até nós. Os cascos, por sua vez, — *casci*, palavra da língua dos Sabinos que significa velho, antigo —, teriam sido referidos por S. Jeronimo a partir dos versos latinos: *Quam primam casei, populi caruere latini*.

4.1.1 *Eles e elas*

Haveria diferença de gêneros na escrita epistolar? No mínimo, dir-se-ia, que não é de hoje que se afirma que esta escrita pode refletir, sim, além das distinções específicas aos correspondentes, diferenças outras que permeiam o mundo social.

A pergunta surgiu ao se encontrar em Suard (1858, p. 26) especulações acerca de quem escreveria melhor, se homens ou mulheres. Ele conclui, nesse sentido, que melhor escreve aquele ser que for dotado de mais imaginação, de mais espontaneidade, de mais alegria e originalidade no modo de exprimir-se. Certo atrevimento, enfim, no emprego de recursos literários.

Francisco, por sua vez, parece que também deixa claro que percebe esta diferença nas cartas que teria recebido de Maria. Eis aí uma curiosidade que merece registro, porque essa percepção de Francisco foi por ele assinalada em pelo menos duas oportunidades.

Quadro 8 — Trecho de carta de 7/04/1936.

Tu sabes que eu gosto de tua alegria, e as tuas cartas são um espelho dela. Tu escreves com uma ligeireza infantil, uma ligeireza de quem, apesar de tudo, não foi tocada pela amargura da vida. Mary, que admirável alegria de viver alimenta a tua alma! E como se vê em todas as tuas palavras a persistência da fantasia e do sonho corrigindo a realidade! Só por esse motivo tu me pareces preciosa, se tu não fosses dona de outras virtudes tão grandes.[...]
Tua alegria é uma alegria instintiva. Como a das crianças, natural, sem reflexão. Faz boa companhia à minha tristeza, inquieta, meditativa, tristeza de quem já observou muita coisa.

Sem entrar no mérito das intenções de um discurso que ressalta a infantilidade feminina quando a relaciona à alegria, certo é que, nesta carta de 1936, Francisco fala de Maria para Maria, descrevendo-a diante dela própria.

Uma década antes, em 1925 ele já fazia isso, como se pode ver a seguir, numa crítica nada velada às habilidades de Maria no manejo da ironia:

Quadro 9 — Trecho de carta de 09/03/1925.

9-III-MCMXXV

Maria – Não sei se me engano. Mas, através dos primeiros periodos nervosos da tua carta, eu sinto fulgurar uma subtil e feminina ironia. Ella é amável tambem. A ironia feita por uma mulher tem sabor de mel e toques de pluma. Alem do mais, elles são contraditorios. Elles encerram duas suggestões, na forma de pedidos. Não sei qual dellas tomarei para meu uso, notando-se que qualquer das duas, num certo sentido, podem assumir o papel de abusos. De abuso, sim, senhora. Tu comprehendes...

Dizem que o homens têm a tendencia irresistível e dominadora de seguirem, irremediavelmente, os impulsos do instincto. Eu, por seu homem, não posso fugir a essa regra geral e millenar. Sigo sempre os impetos do meu instincto. Os resultados, bons ou maus, desse systema (não sei bem se é um systema), não dependem, de forma alguma, delle, e, sim, do grau de educação do instincto. Por isso, um sociologo patricio moderno, num de seus mais profundos livros, dá uma lição bem aproveitavel, quando recommenda aos homens de educarem o insticnto.

Não obstante o caráter privado e particularíssimo da correspondência, pode-se encontrar aí uma descrição tentadoramente generalizável, ao menos em relação à realidade social daquelas mulheres capazes de dominar a escrita a ponto de enviarem e receberem cartas. Suard (1858), inspirado em Madame Sévigné, ela mesma, que nos legou um riquíssimo espólio epistolar, já dizia que mulheres cultas escreveriam melhor, porque a natureza as teria dotado de uma imaginação mais ágil e de uma organização mais delicada. Menos reflexiva que o homem, ela disporia por isso mesmo de maior vivacidade. Uma sensibilidade mais aguçada a habilitaria a perceber um grande número de objetos, de sorte a poder passar de um assunto para outro, em transições inesperadas, mas naturais. Já os homens dotados de espírito, mais afeitos a pensar e a escrever, não fugiriam a certo ar reflexivo, resultando daí que seu estilo apresentaria certa correção incompatível com a graça, que ele considera negligente e abandonada, mas que tanto se admira nas cartas de mulheres.

Como visto, Suard (1858), se não sondou as escritas do eu, nisso precedendo a nossos contemporâneos, não deixou de esboçar uma análise sobre sensibilidades, quando procurou definir as formas de expressão inerentes aos homens e às mulheres. Coisas peculiares ao azul e ao rosa, na poesia das cores romantizadas e obedientes a um estilo documentado e monumentalizado.

4.1.2 A significação das insignificâncias

Nos tempos de Suard, ainda que bem diferenciados os modos de expressão epistolar que caracterizavam homens e mulheres, como se viu, a exumação da intimidade bem como a da escrita comum ainda não começara. Nossas insignificâncias não teriam adquirido ainda nenhum significado que as tornassem dignas de atenção. Bossis (1997, p. 54) observa muito a propósito que, da mesma forma como não faz muito tempo foi explorada uma literatura menor,

— os desdenhados romances populares de grande tiragem que floresceram no século XIX —, assim os antropólogos teriam adotado essa mesma direção ao trazerem para a luz toda uma documentação, de modo geral tão ignorada quanto desprezada: justamente a das assim chamadas escritas ordinárias, brutas e negligenciadas como modos de expressão.

Dir-se-ia que a emergência de uma estética nova e inovadora, voltada ao homem tornado objeto de estudo, abriu caminho para que o belo assumisse formas até então inéditas, que foram, pouco a pouco, se impondo. Nessas escritas ditas brutas, talvez justamente por sua falta de lapidação, ou antes, pela espontaneidade que preside sua gênese, quase sempre circunstancial, os modos de expressão denotam ali uma maior criatividade não apenas quando procuram dar a ver ao outro a interioridade do remetente, mas também quando se tem nas cartas a oportunidade de ver, muito de perto, filigranas das sociabilidades, clichês de comportamentos:

Quadro 10 — Trecho de carta de 17/05/1932.

Maria – Há uma phrase na tua carta que resume uma philosophia. Philosophia com a marca viva de uma vida vivida. “C’est la vie” é formula expontanea do conformismo. Esta expressão é corriqueira hoje em dia, anda na boca de todo o mundo como commentario banal deante de certos factos tristes da vida, por isso mesmo pouca gente sabe arrancar della o seu sentido profundo. Porem para quem sabe enxergar o fundo, ela deixa de ser simplesmente o “cliche” do nosso comportamento bem educado ou a expressão do nosso interesse commovido, para reumir um estado amargo e sereno de acceitação, de revolta que deixou de ser revolta e se transformou num conformismo necessario. Conformismo que não significa derrota nem renuncia porem uma sabia adaptação às circunstancias da vida.

Quem quer que um dia tenha escrito e recebido cartas conhece as expectativas que acompanham esses ritos que já fizeram, e que ainda fazem, hoje menos intensamente, todavia, parte do cotidiano. Não apenas tais ritos dão conta do que pode ser o extraordinário desse dia a dia, mas também do que houver aí de mais corriqueiro. Porque em toda correspondência — afirma Cécile Dauphin (2002, p. 45) — se poderia encontrar aquilo que ela chama de pequenos nada da vida, considerações a propósito do tempo que passa e mesmo sobre o sentido do que acontece. É a pequena vida que passa em meio a dramas, por certo, mas também em meio a banalidades. É a alegria muitas vezes que nos chega ao encontrar, ainda em uso, como moeda corrente da linguagem, esse *gosto dos potins* ao qual se referiu Francisco ao falar de mexericos como fontes de interpretações e conclusões acerca da realidade social:

Quadro 11 — Trecho de carta da década de 1930.

Mary, nas tuas cartas tu não tens falado de ti, da pequena vida que te cerca, das novidades que nascem e morrem no teu circulo. Eu tenho, entre outros, este lado futil: eu gosto dos “potins”, porem não para gosa-los em si, no que elles tenham de picante ou malicioso, e sim para tirar delles interpretações e conclusões. Estas pequenas cousas quotidianas são tão interessantes. Ainda mais quando a tua vida está projectada nellas, ou quando ellas são mesmo qualquer cousa de ti mesma. O menor acontecimento assume sempre tanta importancia, cerca-se sempre de um prestígio especial quando a “bem amada” toma parte nelle. Além disso, eu descubro nestas cousas diarias uma poesia paradoxal: a poesia da mesmice quotidiana, do sempre-o-mesmo da vida, com as pequenas variações pessoais.

Tem-se aí, um atestado documental de que poesia da mesmice pode conferir significado a tantas insignificâncias tornadas assim dignas de nossos olhares e de nossos estudos. Palavra de Francisco que vem ao encontro do que observou Dauphin (2002, p. 43) quando afirmou que não haveria pessoas mais simples ou menos dignas de interesse, porque a via imaginativa e emocional se mostraria rica e complexa em toda parte, não obstante ferramentas mais ou menos elaboradas, mais ou menos aptas a resistir à erosão de tempo, alcançando a posteridade.

Bossis (1997), por sua vez, acrescenta ainda que a carta é frequentemente tomada como uma escrita ordinária e mesmo bruta, por ser instrumental e utilitária e, por conta disso, estaria situada na fronteira exterior à literatura. Inconsciente de si, essa escrita bruta se limitaria a uma utilidade meramente prática, quando não se limitaria a simplesmente reproduzir normas sociais. Todavia, a mais ordinária das cartas integraria, segundo ela, um processo de formação da personalidade, além de perpetuar as relações sociais, conferindo-lhes durabilidade na medida em que as materializa, inscrevendo-as “dans l’ordre durable des signes” (idem, p. 55). O uso da carta confere distinção, valoriza quem dela faz uso, porque “la belle lettre” ou a “lettre interessante” (ibidem) emana de alguém que se faz reconhecer socialmente, embora ausente. “S’exprimer par écrit est beaucoup plus intégré à notre conscience que nous ne le pensons trop souvent, c’est un geste fondateur pour communiquer dans les situations d’éloignement et d’absence” (idem, p. 62).

Quadro 12 — Trecho de carta de fevereiro 1933.

Te mando uma “foto” já que eu não posso ir agora passar uns dias contigo. Não te irrites, a ausencia é presença, quando sabemos vive-la. E ela talvez já não seja tão longa e demorada.

É difícil manusear cartas, ainda mais quando elas formam um conjunto raro e precioso como são as de Francisco, e não se deixar levar pelo entusiasmo das descobertas que dali emergem. Não menos difícil é deixar de, sensibilizar-se por seu valor documental que é sem precedentes, em especial, quando se trata de examinar detidamente o rés do chão do passado, com suas camas e janelas abertas aos céus de então:

Quadro 13 — Trecho de carta da década de 1930.

Recostado na cama, junto à janella, fumei alguns cigarros, olhando a noite. Tinha impressão, de repente, (puerilissima, lyrica), de que no cartaz do céu o nosso noivado era anunciado com letras de estrellas.

Dessa sorte, — além de devaneios ocasionais tirantes a cartazes no céu —, mesmo os acontecimentos mais ordinários, cotidianamente encontráveis, poderiam se dar a ver nas comunicações epistolares:

Quadro 14 — Trecho de carta de 18/08/1933, Porto Alegre.

18-Agosto-1933

Mary – minha querida.

Não é bem uma carta que vou te escrever, ou então é uma carta em vôo de aeroplano. Vertiginosa. Rapida. Trepidante. Sinão ella não poderá chegar às tuas mãos no horario que já estabeleci...

Não fui, ou melhor, não voltei pra casa à hora que desejava com tempo assim de te escrever uma carta pensada e sentida tranquillã. E então para não deixar de te mandar pelo avião de amanhã um pouco do fremito da minha saudade e do meu amor, resolvi abarcar-me na mesinha cubiculo da Condor e te escrever esta carta aeroplanica, em peso e tamanho medidas, todas as minha ancias reduzidas, todas as minhas tristezas submissas, toda a minha alma dobrada, vergada como um galho cheio de frutos tristes, e em que o passaros alegres não pousam mais nem cantam.

Pelo outro avião te escreverei mais longamente, mais calmamente, uma carta mais sentada.

É que ainda nos saudamos e nos despedimos quando conversamos com os ausentes, — hoje tão mais próximos —, conservando algumas formalidades ao menos, não obstante a velocidade de nossas comunicações que a quase tudo simplificam.

4.2 O objeto carta

De certo modo, foi ao longo do tempo que se consolidou a própria correspondência como tal, mostrando-se, a cada época, de um modo, falando, a cada tempo, uma linguagem, articulando-se e adaptando-se às sociedades. Não se trata, naturalmente, de contar aqui a história das cartas, empresa que demandaria esforços inauditos. Contudo, é possível, muito resumidamente, apontar as principais fases que marcaram a comunicação ao longo da história.

4.2.1 Cartas na história e a história nas cartas

De certo modo, foi ao longo do tempo que se consolidou a própria correspondência como tal, mostrando-se, a cada época, de um modo, falando, a cada tempo, uma linguagem, articulando-se e adaptando-se às sociedades. Não se trata, naturalmente, de contar aqui a história das cartas, empresa que demandaria esforços inauditos. Contudo, é possível, muito resumidamente, apontar as principais fases que marcaram a comunicação ao longo da história.

Para introduzir o tema não recorremos à bibliografia que se pode dizer oficial, acadêmica, devidamente distanciada daquilo que se propõe a analisar. Buscamos antes o contingente, o pontual, o sugestivo que encontramos em um livro de etiqueta social. Léa Silva (1962, p. 37-40) faz um não pouco interessante relato sobre o tema. Fornece-nos ela um panorama bastante pertinente, quando nos conta que, — em apertada síntese que vai aqui —, ao tempo de Dario e Xerxes, existiam, na Pérsia, postos de troca de cavalos à vista da transmissão de notícias guerreiras e ordens da administração. Soldados gregos percorriam longas distâncias a cavalo para comunicação de notícias relacionadas à guerra. É notória a façanha de Feidípedes, que percorreu a distância entre Atenas e Esparta em 48 horas, em busca de socorro contra os persas de Dario, consagrando assim a maratona. Roma, ao final da República, estabeleceu um serviço de correios que, posteriormente, foi desenvolvido por Augusto. Cabia aos escravos o ofício de mensageiro em Roma. Eram cartas orais, porque poucos eram os que sabiam ler. Com a decadência do Império e o advento do Cristianismo, as ordens religiosas que foram surgindo, — beneditina, sobretudo —, mantinham intenso intercâmbio escrito. O saber da antiguidade concentrara-se nos monastérios e daí se irradiavam a longas distâncias: de Santo Agostinho, ao norte da África, a São Jerônimo, nos desertos da Ásia Menor. Não se podia falar, contudo, de um sistema de comunicação regular no medievo além daquele realizado pelos emissários. Dentre estes, os jograis, encarregados da recitação dos recados reais e os dos principais membros das cortes. A circulação de cartas, rara então, devia-se à carência de material de escrita. Da raridade do papel e do pergaminho resultou a valorização das cópias principalmente. Obras manuscritas atingiam altíssimo custo, e os escribas, com razão, consideravam-se privilegiados. Em 1315, já havia, na França, troca de correspondência entre a capital e as províncias, especialmente à vista das corporações. Em 1464, porém, Luiz XI determina, nas principais estradas de seu reino, a criação de estações para troca de cavalos a cada quatro léguas. Contudo, mesmo após o advento da imprensa, o serviço postal propriamente dito ainda estava por fazer sua aparição. Havia, porém, os pombos, dos quais os árabes souberam valer-se para cobrir os céus do império muçulmano e territórios conquistados. Em 1520, Dom Manuel cria correio-mor da terra, encarregando dele Luís Homem, depois sucedido por Luís Afonso, Francisco Carvalho e Manoel Gouveia. Nos seiscentos, já com certa facilidade para obtenção de papel que se soma à maior regularidade dos serviços e ao prestígio aristocrático, difunde-se a prática epistolar. No século XVII, pode-se dizer que as cartas se constituem em crônicas semanais, na medida em que documentavam acontecimentos. “Mal chegavam os correios, anotava-se isso ou aquilo ou retinham-se de memória certos fatos. E assim, as cartas adquiriram, antes do jornal, o seu característico”

(idem, p. 39). Aquelas que causavam maior sensação iam se espalhando pelas províncias, passando de mãos em mão, chegando mesmo até o estrangeiro. Algumas coleções de cartas tornaram-se verdadeiros repositórios de fatos sociais, políticos, novidades, enfim, os acontecimentos de determinada época. Isso explica que certos personagens, como Madame Sévigné³³, adquirissem prestígio em função de suas cartas pessoais. Nelas, tudo que constitui hoje a base da imprensa falada e escrita, — assuntos da corte, da cidade, teatro, letras, moda, família, etc. —, era retratado em linguagem coloquial. Ler as cartas de Madame Sevigné era um modo de manter-se informado.

Mas esse panorama informal que introduz o tema não nos basta. Sobre a evolução da escrita epistolar, Corbin Alain (1994, p. 722), observa que a Antiguidade teria proposto dois modelos. O primeiro, combinação de sacralidade e familiaridade, pode ser representado pelas cartas de Paulo de Tarso; o segundo, retórico, por Cícero. O Medievo, porém, leva a que se pense numa sociedade hierárquica, ao menos até a chegada do século XIX, quando se pode constatar uma espécie de tensão. De um lado, os manuais epistolares; de outro, a ilusão de uma comunicação universal. Porque essa arte epistolar, — que sofre a regência de tantas normas de polidez —, é, a seu modo, assustadora quando dá a ver as diferenças que existem no mundo social e que, pode-se dizer, o organizam. Os manuais epistolares, por sua vez, teriam aí um importante papel a desempenhar. Desde seu apogeu no Segundo Império, sob Bonaparte, foram perdendo seu prestígio, a ponto de serem considerados obsoletos e mesmo banais. Nem por isso, todavia, seriam menos definidores das distâncias sociais, que podem ser traduzidas por toda uma série de detalhes, nesse sentido, determinantes.

Jelena Jovicic (2010, p.12), por sua vez, registra que a origem das cartas também coincidiria com a origem da escrita. Assim as tabuletas de barro cozido da Mesopotâmia cobertas pelos caracteres cuneiformes há cerca de 1.800 anos antes da Era Cristã. Embora ausente um estudo exaustivo sobre sua história, seria possível enfocar determinadas épocas, ligando momentos fundamentais para uma perspectiva global da carta. Dessa sorte, Jovicic apresenta um resumo esquemático das principais etapas do epistolário. A origem do termo *carta familiar* — diz ela — viria de Cícero que, referindo-se a cartas, distinguiu-as entre *severas ou graves e familiares e jocosas*. Na Idade Média, rompendo com seu emprego íntimo, as cartas ganharam um contexto religioso e monástico. É a correspondência sagrada, litúrgica,

³³ Carmen D'Ávila (1958), ao tratar da correspondência em seu livro intitulado *Boas Maneiras*, diz que Madame Sévigné, apesar de “pouco letrada” e apesar de “cometer erros de ortografia”, escrevia “cartas justamente celebradas pela espontânea elegância do espírito e da forma”, acrescentando ainda que “nenhum homem, em idênticas condições, teria alcançado semelhante sucesso” (idem, p.197).

que os monges praticam no contexto do cristianismo. Na Renascença, a carta ganha uma dimensão erudita e sábia, desenvolve uma eloquência humanista, para depois mundanizar-se no século XVII, quando se ajusta à retórica dos salões. Polidez e elegância proscurem o eu, tudo para persuadir o destinatário de que ele seria, sim, o centro do universo epistolar. No XVIII, ao lado da chamada carta filosófica, em pleno século das Luzes, teriam surgido duas outras formas epistolares: a carta filosófica e a carta íntima, que se afirma como expressão de si. De notar que seria em meio ao XVIII que a carta teria passado da perspectiva retórica, consubstanciada na estrita observância dos modelos canônicos, à poética, dando lugar à expressividade do eu. Mas — prossegue Jovicic (2010) — apenas no século XIX veremos a carta como um lugar de intimidade, fato que ela atribui a dois fatores, a saber, a concepção do indivíduo — uma concepção nova então —, e “a privatização do ato epistolar” como “um direito pessoal e íntimo” (idem, p. 12)³⁴.

4.2.2 *O que as cartas têm a dizer? Dimensão historiográfica das cartas*

Diante de cartas, deve-se hesitar. Embora a prática historiográfica tenha habituado o historiador, desde há muito, a servir-se de objetos pessoais, com seriam as cartas assim consideradas em seu aspecto documental, Bossis (1997) adverte que, não obstante seu rico conteúdo, nem sempre são tomadas as devidas cautelas quanto às condições nas quais teria se dado sua enunciação, circunstância que bem poderia afetar o seu enunciado, modelando-o segundo a personalidade do escritor. Ela afirma que existiria um reflexo primário, algo irresistível em nossa precipitação sobre cartas. Elas guardariam consigo a verdade do vivido, parecendo gozar de uma inata objetividade que nos permitiria penetrar na intimidade daquele que escreve, e observa: “On ne peut s’empêcher de croire à la « vérité » de la lettre” (idem, p. 58). Contudo, acrescenta, estaria aí uma perspectiva enganadora, pois se faria mister, no trato com as cartas, uma aproximação mais crítica, mais concreta, para capturar a *verdade*. Enfim, processos que passariam pela definição do objeto carta, em que pese a maioria de nós já ter tido a experiência epistolar, seja como escritor, seja como destinatário. A carta seria, em si, um objeto complexo e específico em razão da extrema variedade que assume sua forma e seu conteúdo e ainda porque os fatores que a constituem agiriam sempre em conjunto, em diversos graus que, a cada vez, elaborariam como que uma particular mistura, única e

³⁴ JOVICIC reforça em nota essa questão da privatização do ato epistolar: “La correspondance au XIXe siècle se privatise au point qu’elle apparaît comme un droit personnel et intime” (op. cit, p. 13).

insubstituível, explica. Por isso Bossis (1997) encontra na carta gesto, objeto da escrita, discurso e ainda o caráter de documento reputado como verdadeiro. Seriam quatro, assim, que cobririam a carta, estabelecendo um campo epistolar em sua totalidade, em vastidão onde se confunde na territorialidade e na temporalidade. A carta como um todo, quando vista de perto sob a perspectiva de um presente que não é mais o seu, sugere que poderia ser ela própria, uma célula autônoma nascida espontaneamente de um gesto próprio, objetivada pela e através da escrita que traduz seu discurso e sua verdade material e mesmo ideológica.

Quadro 15 — Carta de 13/12/1932.

Mary — Tu és uma perfeiçõzinha de mulher, uma perfeiçõzinha gostosa e imperfeita, em todas as pequeninas cousas femininas que delicias e torturam. Teu bem e meu mal é a tua excessiva feminilidade. Tu és mulher demais para não me fazer soffrer. E esta é a tua victoria.

Me lembro agora de dois versinhos que me subiram aos labios, um dia em que eu pensava intensamente em ti e no nosso drama. Creio que foi em 1929, numa tarde milongueira, dentro de um silencio evocatorio, eu procurava descobrir o motivo da resistencia de meu ser ao esquecimento do nosso caso, a força poderosa que se oppunha ao esforço do meu coração para afugentar a tua imagem persistente. E a explicação exteriorizou-se em duas rimas:

Tu me fizeste soffrer, isto é,
Eu não posso te esquecer:
tu me fizeste soffrer.

Assim a dor foi que perpetuou o amor. E para minha sensibilidade, eu não compreendo amor sem dor. Eu soffro sempre, o amor em mim por enquanto é inquietação, é angustia. Talvez depois venha o repouso. Mas ainda dentro do amor, ou num ambiente calmo e doce de amizade? A gente não sabe nunca. O que vem é quase sempre imprevisto, na maior parte. E esse aspecto de aventura que ha na vida é que dá o sal à existência. Si a humanidade conhecesse em absoluto o que vem, haveria com certeza mais suicidios no mundo.

Não quero affirmar que tudo é dor no mundo. Nem tudo é dor como queria Buda. Nem tão pouco todos os homens soffrem no amor. Mas nem por isso eu soffro menos. Ninguém tem culpa disso. Si se quisesse culpar alguém, a minha sensibilidade é que appareceria como culpada única.

Aqui eu poderia perguntar si é possível a felicidade no amor, com tal sensibilidade. O momento mais feliz do homem é o momento em que ele encontra a plenitude do ser. O amor é complemento. Mas todos os homens se completam no amor? Eu me refiro a um complemento absoluto em corpo e espírito. Um complemento que, pela união, permitta realizar-se o que um pensador atleta entendia por amor: a absorção no todo infinito.

De mim, eu digo: eu sou feliz quando estou a teu lado, longe dos outros. É estranho: meu amor não sabe quase suportar a presença dos outros e de cousa alguma que o disperse. O meu amor é para totalista: elle quer a totalidade de teu ser para elle, tu que és o seu objeto unico.

E eu estou convencido: entre dois seres que se buscam, não deve ser discutido o amor. Dante aconselhava: non ragionare da loro. Eu sei o que é o amor, conheço a sua expressão humana, não desconheço a sua significação natural, sou sensato, não exijo mais do que a mulher pode dar, tenho certeza de que não existe o absoluto, sei que no continuo esta incluído o discontinuo, que no inconsciente dorme muita coisa que não devemos saber (porem que hoje já se pôde descobrir, felizmente ou infelizmente?) e que tudo na vida é um jogo interessante e universal e tu, meu amor, o mais bonito brinquedo que a vida me deu.

Todo o Francisco
13-Dezembro, 932

Acrescente-se, particularmente, que no caso das cartas de Francisco, ter-se-ia um quinto campo, qual seja, aquele que decorreria de sua pertinência arquivística, de onde se colhe reflexo direto sobre sua autenticidade. Os quatro campos nos quais o documento epistolar se desdobraria, como assim os enuncia Bossis (1997), consistem em uma verdadeira proposta metodológica, desde que se observe, contudo, como ela mesma recomenda, que se tratam de

condições decorrentes umas das outras, agindo em conjunto e de modo concomitante. Não se poderia, pois, separar, salvo artificialmente, gesto, objeto da escrita, discurso e documento. Dessa sorte, simultaneamente, o gesto se objetivaria no discurso que vai documentar uma verdade, ainda que esta última nos chegue com estatuto meramente autobiográfico, cujo grau de sinceridade não se pode estar sempre à altura de medir.

Quadro 16 — Trecho de carta de 22/03/1936, a bordo do Itaquera.

Bordo do Itaquera, 22 de março de 1936

Minha Mary adorada

Que estarás fazendo agora, meu “bichinho” querido? Enquanto o Francisco navega, navega, navega... São 6 ½ . Estamos deslisando pela lagoa, lento, lento... a tarde está carregada, fustigada por um ventinho com pingos de chuva. Faz um friozinho que dá saudade de aconchegos veludosos... (sem literatura)

....

O Itaquera deve chegar em Pelotas entre 8 ½ e 9 horas de amanhã, si tiver tempo tomarei o trem de Herval, que parte de Pelotas às 9,9. Em Pelotas, botarei este “bilhete de bordo” no correio, e caso fique para seguir para Herval terça, te telefonarei daquela cidade.

A cautela deve prevalecer quando se trata de buscar a verdade, e trataremos disso mais de perto ao final deste capítulo. A riqueza de detalhes, que não é muito incomum na escrita epistolar, nos inspira a sensação de franqueza, quando não de verossimilhança. Nesse sentido, uma carta poderia mesmo balizar um álibi ou certificar a pontualidade de um meio de transporte. A complexidade do objeto carta determinaria também o risco constante de sua desfiguração, caso a ele se impusesse uma lógica outra que não aquela da carta em si. Nesse ponto, diga-se, assemelha-se a carta ao documento de arquivo, ele também trazendo em si sua condição arquivística como paradigma para sua compreensão.

Escrita para ser lida, toda carta é a antecipação de uma leitura, e pode assim ser pensada, ou antes calculada em seus efeitos:

Quadro 17 — Trecho de carta de 25/11/1932.

Mas a tua ultima carta vem cheia de cousas que devem ser responidas. Em primeiro lugar eu mando meus parabens a todos os teus pela alegria da chegada da ..., um papai Noel disfarçado numa moça morena e meiga, como tu dizes e eu sei. Retribui-lhe o abraço com efusão. (Então ella sabia do tu chamas o “nosso caso”, e eu ignorava. As cartas que lhe escreveste devem conter uma parte bem sincera de ter ser. Eu poderia le-las? Que material excellente para um conhecimento mais completo de tua alma. Assim também se eu pudesse ler as cartas que escreves às tuas amigas... Sabe lá quantas revelações, quanta coisa imprevista que talvez me deixasse mais feliz (ou infeliz?) Eu cheguei a essa conclusão de que o melhor da tua essencia tu não me revelas. Mostras ao outros. Mas eu adivinho, ou melhor, eu sinto quanto ella é pura. Todas as pequenas maldades são humanas e devem ser acceitas.)

“Combien de fois avons nous jugé des effects de lecture ou vice versa suivant nos dispositions du moment ?” — observa Bossis (1997, p. 60). Tratar-se-ia, antes de tudo, de se proceder a uma dissociação entre escrita e leitura, até mesmo porque, no caso da carta como objeto de pesquisa, existiria a indiscreta introdução de um terceiro nesse campo, em tese exclusivamente dual, algo que questiona competência de nossas interpretações, quase sempre conformes a nossas escolhas e, portanto, discricionárias:

Quadro 18 — Trecho de carta da década de 1930.

É preciso matar as ervas más que brotaram em nossa vida. Porque será esta tendencia de só se lembrar dos momentos amargos da historia de cada um? Como na historia das nações, a gente devia recordar apenas os dias gloriosos vividos.

Seleciona-se o que merece ser lembrado e, sobretudo, é preciso lembrar daquilo que se deve esquecer. A memória é seletiva, porque é ideológica. Ela não conhece, ela crê, com base em evidências que seleciona a partir das impressões que recolhe. Não há como saber ao certo sob que estado de espírito estava cada um ao escrever uma carta, quanto mais quando esta tem destinatário certo.

A par disso, o pesquisador ocupa, ele também, a posição de leitor dessa escrita ordinária, porém real, que tanto difere da ficção construída. Todavia, é aí um intruso. É que as linhas e as entrelinhas de uma carta guardam o dito como também o não dito, presumivelmente sabido pelo destinatário. Assim a referência a um ato cometido em certa noite terrível, para o qual Francisco não encontra explicação e que o tornaria merecedor da condenação eterna.

Quadro 19 — Trecho de carta da década de 1930.

Não esqueço aquela noite terrível. Não encontro explicação para o meu ato. Eu mereço a condenação eterna. Eu sou execrando. Como tive coragem para fazer o que fiz? Agora foi que pude pensar bem no meu gesto, e avaliar toda sua brutalidade, toda sua ignominia.

Eu tenho te magoado muitas vezes. Mas nunca como aquela noite.

Penso às vezes que foi algum poder demoníaco, que acaso mora dentro de mim, que animou o meu gesto.

Cartas, território onde se alternam transparências e opacidades, bem podem dar lugar ao implícito ou ao subentendido nas particularidades e segredos compartilhados, em meio a reticências:

Quadro 20 — Trecho de carta de 31/08/1924.

E o teu retrato, minha pluma. Não te zangues: sinto não poder tel-o sobre a minha mesa de estudo e mostrá-lo, orgulhoso, a toda gente... E, também, aquela imagem, a tua imagem evoca a imagem de um tempo tão doloroso para mim... Lembras-te? Era no Carnaval... Eu soffria a tortura de não te ver e a tortura, ainda maior, da minha imaginação, cujos olhos viam-te sempre embriagada ao perfume dos galanteios... E o teu olhar, para os outros... O teu sorriso, para os outros... Os gestos do teu corpo, para os outros... E para mim, apenas a dor... Essa dor eu quase esquecia à sombra do teu amor... Mas, foste perversa, talvez sem o querer, e me mandaste o teu retrato, aquelle retrato, que é, para mim, a memoria despiadosa da minha dor daquelle tempo...

Pelo retrato, mando-te uma lagrima.

Do teu

Francisco

31-VIII-MCMXXIV

Cartas figuram assim um território movediço. Elas deixam atrás de si, uma longa história que se confunde com a nossa grande história, mas trazem também em si, simultaneamente, fragmentos de outras histórias, particulares, íntimas, nem sempre compreensíveis.

Quadro 21 — Carta de 18/11/1925.

Maria – Magro e triste. Eis como te appareci em sonho, numa noite que talvez marcaste.

Magro, sim. Muito mais magro que antes, porem, menos triste. E isto explica-se. Mas, para que explicar? Seria tirar a única importancia que “isto” talvez possuia. Seria tirar todo encanto mysterioso das cousas inexplicaveis ou inexplicadas. E, depois, que adeanta saber o motivo de uma cousa tão sem importancia? Nem, ao menos, distrahe. Nem tão pouco traz consigo o maravilhoso condão de alegrar a alma ou illuminar o espirito. E em mesmo abria um sorriso na bocca ou arredondaria uma lagrima no olhos de quem soubesse. É uma cousa fria, morta, sem valor. É uma cousa que nem mereceria existir. E, no entanto, existe. Mas, é como se não existisse. Ninguém pensa nella. Ninguém se lembra della. Coitada!Tenho-lhe pena. Como de todas as cousas pobres, nullas, impreteaveis.

Contudo, que fazer? Si ninguem quer saber della, si ninguem lhe dá importancia... Nem siquer encontro alguem que queira escutal-a...

— Mas, eu quero.

— Porque?

—Porque começaste a dar-lhe importancia.

— E então?

— E, agora, conhecendo-a, não lhe darias mais.

— Ora!...

18-XI-MXMXXV

Do teu Francisco

Enfim, como acentua Bossis (1997), frente a cartas “on ne comprend tout” (idem, p. 62).

4.2.3 Devassando intimidades

É evidente que cartas alheias nada teriam a nos dizer, na medida em que não somos seus destinatários. Todavia, não há um inegável fascínio que se desprende de uma carta? Isso quando sua própria forma material não nos atrai, seja pelo envelope fechado, que em princípio proíbe, seja pelo colorido dos selos, que nos sugere mil coisas, seja pelo conteúdo, que podemos imaginar, seja pela maneira como se organizam seus enunciados escritos.

Toda carta, enquanto não lida ainda, oculta alguma coisa que, por isso mesmo, já toma um aspecto de verdade. Que dizer então de um conjunto epistolar de cartas pessoais? Lidar com cartas é lidar com a intimidade alheia, e nisso já vem um selo de proibição, uma imposição de respeito, como veremos adiante. Há uma aura de violação em toda prática que devassa a intimidade do outro, como se o que ali estivesse registrado não devesse ser visto por mais ninguém. Todavia, o território historiográfico presume-se neutro, e o historiador, em seu ofício, se vale de uma espécie de imunidade que o habilita a inventariar esses acervos do passado, quando já se desprenderam dos sujeitos ali envolvidos. Estes últimos são mantidos no anonimato em muitos casos, como modo de se preservar as cartas tanto do mau uso que delas se possa fazer, quanto de especulações profanas. Cécile Dauphin (2002) acentua também que, provenham de personagens célebres ou anônimos, correspondências aparecem como um meio eficaz de se penetrar no que chama de *bastidores do privado*, porque a carta teria o poder de intrigar, de despertar nossa curiosidade no que concerne àquilo que ela traz de mistério e de implícito³⁵. Residiria aí o lado sedutor que a carta exerce sobre o seu leitor, mas também, — adverte —, a resistência que ela opõe à sua imediata utilização. Haveria, pois, uma sorte de estética do oculto. “Ouvrir une correspondance, c’est déjà participer de l’idée ou de l’illusion que le caché est plus instructif que le visible ou l’apparent” (idem, p. 47).

³⁵ Ainda que hoje se escrevam cada vez menos cartas, verdade é que nem mesmo os correios eletrônicos, predominantes na atualidade, e que se caracterizam pela busca de um tipo de comunicação mais simplificada, estariam “isentos de alguns hábitos epistolares consolidados ao longo do tempo” (CASTILLO GÓMEZ, 2011, p. 20-21).

Quadro 22 — Trecho de carta da década de 1930.

Mary —. Estou com uma saudade grande, grande de ti, nunca desejei tanto que estivesse a meu lado como hoje, nesta hora de cesta preguiçosa porém saudosa, apenas me domina o coração uma vontade única, profunda, profundamente de te ver, de conversar contigo, de olhar os teus olhos, de beber a água pura de tua voz, enquanto o mundo vai marchando e a terra vai rodando no seu ciclo irreductível, e os homens vão vivendo e vão morrendo. Só tenho voz hoje para falar a minha saudade. Quizera poder gritar ao mundo o que eu sinto, mas o mundo não tem nada com isso.

Talvez o mundo tenha alguma coisa com isso, ao menos quando nos chegam os ecos desse grito que se manteve escondido e que talvez seja, sim, mais instrutivo que o visível e o aparente. Talvez se tenha algo com isso, para que se possa, por exemplo, redescobrir o sentido de uma palavra:

Quadro 23 — Trecho de carta da década de 1930.

Tempo bom para estar a teu lado, conversando, lendo, não dizendo nada, te sentindo. Mary, tu és a mais querida mulherzinha de todos os planetas. (mulherzinha, não no sentido matrimonial, está claro, ainda não posso me expandir nesse sentido).

Não no sentido matrimonial, bem entendido. Eis aí uma incursão, por efração, dir-se-ia, ao contexto da intimidade, dando a ver que o grau de cumplicidade que existia entre o casal, — que noivara em 1932 —, *está claro*, não era o mesmo que existiria caso fossem marido e mulher. Intimidade é um sentimento que comporta variações no tempo e no espaço e que, — como colocam Brigitte e José-Luis Diaz (2009, p. 2)³⁶ —, é prescrito num século e proscrito no outro, numa egofilia, antes praticada como arte de si a que se seguiu a austeridade de um culto voltado ao neutro e à ausência. Ora, justamente em função dessa aura de intimidade, quase que de mistério e de segredo, instaurado então em torno da correspondência epistolar, é que se poderia explicar tanto a sua raridade quanto as suas lacunas:

Le “matériau” épistolaire est presque toujours lacunaire: certaines lettres ne sont pas accessibles — soit parce qu’elles sont détruites ou perdues, soit parce qu’elles appartiennent encore à des collections familiales non publiées (JOVICIC, 2010, p. 19).

E não apenas lacunar, mas ambígua, talvez tão ambígua quanto o segredo decretado em torno dessa intimidade, — “L’intimité, espace de retrait et de réserve où se dilate la possession de soi [...]” (SIMONET-TENANT, 2009, p.1) —, que se instala e que se objetiva,

³⁶ Le siècle romantique a édicté la prescription de l’intime, le suivant voudra parfois sa proscription : à l’*egophilie* pratiquée comme un « art de soi » a succédé l’austère religion du neutre et de l’absence [...] (DIAZ e DIAZ, 2009, p. 2).

uma vez tornada objeto de proteção. O próprio segredo, — para Simonet-Tenant —, encobriria os silêncios de uma intimidade compartilhada (2009, p.6).

Quadro 24 — Trecho de carta de 10/01/1932.

A unica cousa que tem vindo de ti é o teu silencio imutavel. Apenas sonorizado levemente por algumas palavras da tua ternura que tornavam o teu silencio mais penoso para mim. Houve um silencio tão grande no principio, que eu tive a impressão que as minhas cartas não tinham destino, que escrevia a alguma desconhecida...

Já Cécile Dauphin (2002, p. 48) aborda o íntimo de uma forma inusitada: para ela, o íntimo seria a coisa mais partilhada do mundo. Ele imporia uma presença, uma intensidade, uma profundidade, um saber particular que faria parte do jogo daquilo que se descobre e encobre e que revelaria simultaneamente pessoas, relações, escritas, espaços e gestos a serem inscritos em uma história do íntimo. Essa dimensão do íntimo não deveria ser reduzida às formas discursivas mais evidentes, — acrescenta Dauphin (idem, p. 49) —, mas decifrar nestas últimas as fórmulas socialmente construídas. Nesse diapasão, por exemplo, os espaços não compartilhados em razão do gênero:

Quadro 25 — Trecho de carta de 05/03/1925.

Ha assumptos, como esse, que não se podem tratar com uma mulher, sempre toda coração, sem lhe ferir a doçura da alma.

Formas discursivas que têm lugar no íntimo podem ser evidenciadas na escrita de Francisco, porque ainda que existam coisas que ele só poderia dizer pessoalmente à Maria, explicando-as por um gestual carregado de significações, a simples menção desses assuntos indizíveis por escrito — *dessa chusma de coisas* — caracterizaria o território da intimidade, do segredo e de toda essa ambiguidade que por vezes caracteriza a própria carta de amor:

Quadro 26 — Trecho de carta de 03/10/1924.

Vivo os meus dias a pensar em ti. E só a memoria trabalha. Nosso pequeno passado desenrola-se aos meus olhos. E a memoria põe-se então a allumiar os quadros mais vivos da minha historia romantica de rapaz simples e sentimental. E ella começa a dizer a legenda de cada um. Foi um olhar... foi um gesto... foi uma promessa... Naquelle manhã, no passeio de um jardim...as nossas mãos enlaçadas...Depois numa noite, uma rusga...uma lagrima...um perdão... E uma chusma de coisas mais que eu só poderei dizer de viva voz, explicadas pela expressão dos olhos e dos movimentos...

A pessoa amada é tornada presente num processo que se pode dizer alquímico, porque advindo da própria falta, da própria ausência que se dissolve e coagula no cadinho do coração. É a saudade que preenche um vazio atemporal, onde o ser amado é (re)presentado a partir das sensações percebidas pelo sujeito em sua mais profunda intimidade, sensações que ele explora,

rememora, guarda e compartilha outra vez pela escrita de um eu que é para si e para o outro simultaneamente:

Quadro 27 — Trecho de carta da década de 1920.

Maria — Saudade, muita saudade, sempre saudade... Saudade de ti, que é a mais forte, saudade do que passou, saudade do que ha de vir... Saudade do passado, saudade do futuro, que é que mais tortura, porque é a ansia do sonho. Saudade da minha vida que se foi, saudade da minha vida que virá... Saudade de rir, que é a mais nobre, porque o riso é a expressão da alegria, e a Alegria, como prega Graça Aranha, imitando Spinoza, é “o estado superior da alma”... Saudade de chorar, que é tão nobre também, porque a lagrima é a manifestação da dôr, e a dôr é a mais alta nota da vida...

Interpretar, porém, implica em reconhecer limites, tais como o que se instalaria — segundo Dauphin (2002, p. 49) —, a partir do diálogo que se estabelece entre as práticas atuais, que influenciariam nosso olhar e nossas interrogações, e as práticas do passado pesquisado com seus diferentes usos do íntimo.

É que nosso olhar atual é orientado por paradigmas de nosso presente, onde o estatuto da correspondência quase que se perdeu diante da virtualidade. A carta se desmaterializou. Assim, o exame de uma correspondência do passado não prescinde de uma investidura nossa nas sensibilidades de então, tentando burlar rupturas temporais. E se estas últimas preocupam o historiador em seu ofício, não preocupavam menos os amantes, tentando manter a continuidade do afeto. A intimidade vivida era preservada através da própria palavra escrita, usada como ponte para o futuro:

Quadro 28 — Trecho de carta da década de 1920.

Entretanto, unidos pelo pensamento, nós revivemos momentos felizes do passado, pela evocação, e construímos minutos doirados e risonhos no futuro, pela phantasia. E assim vivemos, com um pouco de passado e com um pouco de futuro, a nos amarmos dentro delles, contentes do que fomos, felizes do que seremos ainda.

E assim como Francisco propunha a união de pensamentos para preservar sua memória dos efeitos deletérios do tempo, em outro patamar, o historiador imagina estratégias não menos engenhosas para poder adentrar na intimidade do outro, nem sempre logrando decifrar os seus códigos. Resulta daí que quase sempre estaremos à margem de um discurso que, no caso de Francisco e Maria, mostrou-se de uma persistência ímpar. Nem por isso, todavia, fica imperceptível sua intensidade. Assim, se o íntimo é impenetrável, não o é a intensidade de um sentir que se passa no interior de Francisco, e que é expresso numa linguagem compreensível e generalizável como amostra do sensível.

4.3 Afinal, o que é uma carta de amor?

Se há algo bastante íntimo, esse algo é o amor ou, antes, o sentimento amoroso, que embora não seja apreensível como coisa em si, se exprime por uma retórica amorosa que, por sua vez, insere-se em códigos compreensíveis e compartilháveis. Todavia, como muito bem observou Barthes (1981) “[...] que dizer da Languidez, da Imagem, da Carta de Amor, se o discurso amoroso é na sua totalidade tecido de desejo, de imaginário e de declarações” (idem, p.2). Exemplos não faltariam para ilustrar essa linguagem do amor, especialmente nas artes, na literatura, sobretudo. Cartas, especialmente quando de amor, também são fontes das quais se pode extrair exemplos dessa retórica, ainda que autobiográfica e, por isso, sujeita às condições pessoais dos envolvidos: remetente e destinatário. O que se buscava em vão, contudo, é uma ordem, um ritmo nesse discurso³⁷. Ao longo da vida amorosa, afirma Barthes (idem, p. 4), as figuras surgiram na cabeça do sujeito apaixonado independente de uma ordem, porque elas dependem de um *acaso* que tanto pode ser interior quanto exterior ao sujeito. Surgem, sim, a propósito de qualquer coisa, porque tudo começa e termina no ser amado, eixo em torno do qual gira o mundo do enamorado:

Quadro 29 — Carta de 08/1924.

Maria - Longos dias a te procurar em vão, andei pelas ruas da cidade. Meu vulto doloroso, meio esbatido entre a nevoa destes últimos dias, era todo o anseio de uma busca e o desanimo de uma desillusão. Tu não me aparecias...

Da primeira claridade do dia, no meio do bulício, entre o torvelinho humano, à meia tinta do crepusculo, sempre em vão, rodei pelos caminhos, em procura da minha vida, em procura de mim mesmo...

E a tua figura, vezes e vezes, vivia, ephemeramente, aos olhos da minha illusão, na figura das outras mulheres que passavam, vagas, indistintas, tecendo o meu engano.

Rodavam comigo a saudade, a soluçar a canção das lagrimas, e o meu cigarro.

E depois, na solidão da noite, todo o impossível de te ver doia-me nalma... Era uma dor absconsa, enorme, a apertar-me o coração e a humedecer-me os olhos... E eu desesperava...

De repente, ella veio... Veio vindo, vagarosa, timida... Começou tomando-me as mãos entre as suas mãos longas e frias... Depois, enlaçou-me o busto, recolheu-me as lagrimas dos olhos com os labios de morta, e poz-se a murmurar, num sopro, ao meu ouvido, palavras de conforto.

Um pouco anesthesiado da grande dor, olhei-a com sympathia de infeliz...

Era a chuva, a minha irmã... A minha doce e melancolica irmã... Trazia nos olhos de violeta toda a doçura e nos gestos de sombra toda a ternura do amor.

Cessaram as minhas lagrimas. Já não era tão só. Envolvia-me, então, longamente, tristemente, nas suas caricias frias, a sonhar, de palpebras cahidas, com as caricias mornas do teu corpo de pássaro...

E quando a chuva se foi, tu vieste
para o teu
Francisco.
VIII-MCMXXIV

As cartas de Francisco, — esse conjunto epistolar que abrange quase duas décadas do século XX —, nasceram como cartas de amor e permanecem como cartas de amor, pois que é

³⁷ A propósito da palavra discurso, Barthes (1981, p.1) observa que é, originalmente, um *dis-cursus*, ação decorrer para o lado, uma *démarche*, “lufadas de linguagem, que lhe vem [ao enamorado] no decorrer de circunstâncias ínfimas, aleatórias”.

assim que se definem como unidades documentais. Nascem já em tempos de uma garantia assegurada aos segredos que possam conter, à intimidade que possam consubstanciar. Que se tratem de coisas íntimas, não há dúvida. Mas seriam essas cartas de Francisco efetivamente cartas de amor? O que é uma carta de amor? Haveria critérios para se definir uma carta de amor? Quais?

Partindo dessas inquietações Jelena Jovicic (2010, p. 122) buscou respostas, primeiro em Grassis e depois em Bossis. A primeira enumera como que ingredientes presentes numa carta de amor, onde o tempo verbal combinaria presente e futuro, empregaria os modos imperfeitos; onde haveria, por imposição dialógica, exagero na expressão dos sentimentos, e imperativos, e exigências amorosas, e tudo sempre a falar de amor, insistentemente.

Quadro 30 — Trecho de carta de 30/10/1924.

Ouve: eu exijo uma explicação desse teu silencio. Sabes? Pensa bem na significação dessa exigencia. Porque, se não me explicares, eu... eu... implorar-te-hei, de joelhos, o favor acariciante de uma resposta, para socego da minha alma.

Estariam aí características certamente simples de encontrar, pois que objetivas e inerentes à própria estrutura epistolar.

Sur le plan du style, la lettre [d'amour] se marque par le rythme spécifique de l'utilisation des trois temps, present, imparfait, futur, par l'expression hyperbolique des sentiments, par la force du dialogisme, par l'imperatif, véritable injonction amoureuse. Sur le plan thématique, elle présente une unicité ou une quasi-unicité du thème : on ne parle que de son amour (GRASSI apud JOVICIC, 2010, p. 122).

Contudo, haveria lugar para critérios de ordem formal e absoluta no que tange à definição de cartas de amor?

Quadro 31 — Trecho de carta de 03/04/1936, Herval, RS.

Acabei de jantar e vim escrever-te para iludir o desejo forte e irremediavel de te ver. Escrevo-te num ambiente "goetheano", à luz de uma vela. Pelos cantos do quarto, as sombras moveis ensaiam misterios de Mefistofeles, e a alma do Dr. Fausto baila na chama titubeante da vela. Ambiente bom para conversas com a minha Margarida...

É preciso ponderar que nem mesmo existem palavras de amor, — lembra Jovicic (2010), citando Bossis —, mas, sim, um contexto amoroso dentro do qual elas seriam empregadas.

[...] on est souvent à la recherche des mots de l'amour en oubliant qu'il n'y a pas de mots de l'amour, et que tous, absolument tous, peuvent dire l'amour selon le contexte dans lequel ils sont employé. [...] en règle général, plus les lettres d'amour sont fortes, plus elles sont pudiques et parfois même désincarnées (BOSSIS apud JOVICIC, 2010, p. 122-123).

Quadro 32— Trecho de carta de agosto de 1924.

Encontrei, no mundo, a minha “pedra luminosa”... Na extinção da sua luz está a extinção da minha vida. E és tu a guardadora dessa minha pedra... Está nas tuas mãos, pois, a minha vida, a vida do teu para o sempre
Francisco
VIII-MCMXXIV

Assim, de um lado, cartas de amor definem-se por uma estrutura, cujos elementos poderíamos ser capazes de apontar; de outro, definem-se através de um contexto funcional, onde o amor se encontraria no sentido bem mais do que nas palavras. Muito a propósito disso talvez seja a menção de Francisco a uma observação que Maria lhe fizera:

Quadro 33 — Trecho de carta de 23/05/1932.

É a seguinte [frase] que me veio à memória quando me lembrava de alguns instantes nossos e pensava em ti: depois de perguntares si eu não preferia que falasses em nossa vida, em nosso amor, tu respondeste: o nosso amor é a nossa vida e nós para vivermos não precisamos falar nelle.

Para Jovicic, estariam aí duas posições inconciliáveis, uma de ordem formal e outra contextual que ela propõe combinar no que se poderia chamar de uma concepção cenográfica, cuja pertinência residiria no fato de que

[...] la lettre d’amour est toujours plus que une spécification formelle ou qu’un contexte affectif. Sa fonction consiste à présenter l’aveau amoureux comme un scénario, ou plutôt comme une scène, au sens barthésien du terme (JOVICIC, 2010, p. 123).

Isso nos leva a pensar que se trataria, talvez, de uma definição cultural, pois é necessário, — antes de identificar uma estrutura como tal ou mesmo de definir uma função dentro de um contexto qualquer —, compartilhar códigos. É preciso reconhecer-se, a si mesmo e ao outro, como que inseridos também dentro desta mesma cena. E no que consistiria esta cena? Para Barthes (1981), o “sentido doméstico do termo” seria o lugar de “uma troca de contestações recíprocas” (idem, p.36). O parceiro sonharia sempre em dar a última palavra — diz ele — porque “dar um destino a tudo o que se disse é dominar, possuir, dar atribuir sentido: no espaço da fala, aquele que vem por último ocupa um lugar soberano” (idem, p. 39).

Mais talvez. Haveria uma cenografia do amor e o amor transformaria em cenário tudo que não fosse seus protagonistas.

Quadro 34 — Trecho de carta de 1º/08/1924.

Eu vivi contigo dentro da tua velha casa. Tu partiste; eu fiquei. Ficaram comigo a tua imagem e a saudade, que acorda dentro de mim a imagem da vida que lá vivemos.
 A nossa velha casa... Ella era grande, mas para mim se resumia, apenas, no aposento onde tu pensavas no teu amor, sosinha com elle, perfumando-o de caricias.
 O teu aposento era pequenino e lindo. Tinha um ar estranho de mysticismo e sensualidade. Evocava-me, não sei porque, em originaes e suaves mutações, scenas febris do oriente e a vida limpida e pacifica dos santos.
 A um canto, sobre um tapete persa, repousava um divã cor de trevo. Era esse o teu recanto predilecto.
 — É o templo da preguiça e dos sonhos, tu me dirias, sorrindo.
 E o teu sorriso, de súbito, abria um reflexo de luz na sala toda e allumiava a minha alma.
 O piano, ao longo da parede, punha uma nota solenne de melacholia no aposento.
 À noite, antes do chá, mal acavam de soar, no relógio da Igreja, as badaladas das dez horas, tu te sentavas ao piano. E logo, o primeiros acordes da “Cathedral engloutie” começavam espaçados, sonnolentos, envoltos em sombra, a arrancar pedaços de alma...
 Bem me lembro de tudo isso... Eras muito religiosa tambem. Junto a uma janella, collocaste um oratorio, com a imagem de Santa Thereza do Menino Jesus, e uma chama de amor e de fé, a crepitar.
 [...] Tudo isso na velha casa... Como eu me lembro!... E como é bom lembrar!... Como é bom evocar o tempo que passou, o nosso tempo, aquelle tempo... Recordar, ressentir o que ficou lá longe, perdido... Velhas sensações que nos despertam novas... Frangalhos de nós mesmos deixados ao longo do tempo... O passado...

Território de disputa, onde tudo é discutível, caberia indagar, — como intérpretes não de uma cena, mas, literalmente *em cena* —, das cartas de Francisco, se são mesmo de amor, e se isso deriva de sua estrutura ou de sua função. Que a discussão é instigante, não há dúvida. Seja como for, as cartas de amor de Francisco devem ser cartas de amor, simplesmente porque ele mesmo as fez assim, e ele mesmo as destinou como sendo tais.

Além disso, tanto correspondem a cartas de amor pela estrutura que exibem como ainda pelo contexto de intimidade que se pode depreender a partir de seu conteúdo. São cartas de amor também porque se parecem a outras cartas de amor, ainda que estas outras possam corresponder a grandes amores ou, no mínimo, a grandes atores, seus protagonistas. São cartas de amor, sim, e permaneceriam sendo tais ainda que supuséssemos uma Maria incorpórea, uma Maria imaginada, uma Maria sonhada por Francisco. Nem por isso ela não seria menos a sua Maria, a destinatária, se não de seu amor — afinal, como sabê-lo? — a de suas cartas.

Quadro 35 — Trecho de carta de 12/06/1932.

Cheguei e entre as alegrias muitas domesticas tive a differente bem grande de encontrar um pedaço delicioso de ti uma carta que me reconciliou com a tua imagem, nem todo ainda, mas o bastante para me fazer pensar em ti com calma e com doçura, sem nenhuma vontade perversa de te fazer mal, sem amargura, sem aquella dor tão minha que me inspirou tantas vezes a resolução desesperada de afogar num exilio de alma, de amortecer no abandono mudo da renuncia este amor, quando eu não o julgava correspondido em certos momentos atrozes.

Francisco é aqui o sujeito que fala. É ele um indivíduo na mais pura acepção do termo. Francisco fala por si, fala para si e fala de si. Já o sujeito apaixonado de Barthes (1981) —

singularmente *barthesiano* — resulta, como ele mesmo afirma (idem, p. 5), de uma montagem feita a partir de fragmentos de discursos amorosos, de *pedaços* das mais diversas origens: o que lhe veio de uma leitura regular: Werther, Goethe; o que lhe veio de leituras insistentes: Platão, psicanálise, certos místicos, Nietzsche, canções populares alemãs; o que veio de leituras ocasionais, de conversas com amigos e ainda o que lhe veio de sua própria vida. É um sujeito apaixonado efetivamente cenográfico, ao qual não falta nem mesmo o brilho que reflete de muitas das celebridades que o compõem. É ainda um sujeito apaixonado ao qual o autor afirma ter emprestado sua *cultura*, recebendo em troca “a inocência de seu imaginário indiferente aos bons costumes do saber” (ibidem). Já Francisco sustenta-se aqui a partir do cenário prosaico de um eu que é simplesmente alguém, mas que poderia tranquilamente ser ninguém. Sua presença não faz falta, sua ausência não é sentida em uma grande história da qual ele não foi protagonista. Ele é alguém ou qualquer pessoa, ora sujeito, ora objeto do amor que declara a Maria. Esta, por sua vez, resta inseparável deste amor, por força de um dialogismo epistolar sempre presente, e que se constitui na própria razão de ser de uma fala da qual nos apropriamos.

4.4 Cartas de amor: de Francisco às celebridades

De certo modo, o discurso amoroso parece que pode ser encontrado em todos os cantos do universo social, sem exclusão dos mais ilustres personagens. A força expressiva de alguns desses nomes, por si mesma, é bastante sugestiva e induz nosso imaginário a compor em torno deles uma cenografia envolvente e — por que não? — sedutora.

E como não ser assim, diante de um Flaubert (2009) que, descobrindo sua intimidade a Louise Colet em 1852, escreveu-lhe: “J’éprouve pour toi un mélange d’amitié, d’attrait, d’estime, d’attendrissement de coeur et d’entraînement de sens qui fait un tout complexe, dont je ne sais pas le nom mais qui me paraît solide” (idem, p. 21).

Antes disso, em 1780, Benjamim Franklin confessou sua decepção diante da recusa de Madame Helvétius em aceitar seu pedido de casamento: “Magoado com sua resolução, dita com tanta firmeza, ontem à noite, de conservar-se viúva em memória de seu querido marido, fui para casa, deixei-me cair na cama, julguei-me morto e vi-me nos Campos Elísios” (BROCKWAY, WINER, 1949, p. 207). E o drama de Camille Desmoulins, que na véspera do dia 02 de abril de 1794, quando foi guilhotinado, escreveu a sua esposa: “Perdão, minha querida, minha verdadeira vida, que eu perdi, quando fomos separados, perdão de me ocupar com essas lembranças. Teria feito muito melhor tratando de fazer-te esquecer” (idem, p. 207).

Não menos drama veremos com Nélson que, sem saber o que lhe reservava o destino em Trafalgar, assim escreveu a Lady Hamilton em 19/10/1805: “E como as últimas palavras que escrevo antes da Batalha são para ti, espero em Deus sobreviver para terminar minha carta depois da Batalha” (idem, p. 253).

Trocas epistolares? Há uma bem interessante, de 03/10/1826, que envolve Carlyle e sua então noiva Jane Welsh, que se queixava dos beijos no papel:

Mas na verdade, querido, esses beijos no papel não merecem consideração. O que me deste na nuca naquela noite em que estavas de tão bom humor e o outro na boca em ocasião que já esqueci, não os trocaria por centenas de milhares dos de papel (BROCKWAY, WINER, 1949, p.299).

E na carta do dia 09, ele:

Nada receeis, querida, pois tudo será cumprido como deve, e serei admitido em teu coração e em tua alma, e faremos os dois uma só vida diante do Senhor e dos homens! É minha Jane! Muito poderia dizer ainda: mas de que valem as palavras para a multidão de pensamentos que me inundam o coração quando sinto que és minha e que sou teu e que daqui por diante não viveremos para nós mesmos e sim um para o outro (ibidem).

Quanto mais nos damos ao trabalho de ler cartas de amor, mesmo aquelas que o passado bem poderia ter tornado completamente anacrônicas ou mesmo incompreensíveis, mais e mais cresce nossa convicção de que esse sentimento inspirador, em boa parte, é generalizável quanto aos efeitos que produz no íntimo daqueles que, feliz ou infelizmente, foram vítimas de Cupido: criança irresponsável munida de asas, cega e armada, como tão bem descrito na Antiguidade. Talvez o amor pudesse ser diagnosticado a partir do mapeamento de toda uma sintomatologia, persistente, e detectável a partir de uma realidade epistolar. Tentador. Quem sabe? Especialmente quando esse amor nos vem colocado por escrito, *declarado*, portanto, pelos que o experimentam em si, em que pesem as grandes diferenças pessoais, temporais e topológicas, especialmente quando o assunto é a saudade, a falta que um enamorado sente do outro.

É que o epistolário amoroso nasce predominantemente a partir de ausências, de separações entre os amantes, boa parte da prosa da paixão decorrendo, ao que parece, da necessidade de avivar o tal *fogo ardente que não se vê*. Roquette (1860) nos presentearia, nesse sentido e muito a propósito, com a reprodução de duas cartas de Plínio para Calpúrnia, sua mulher. “Dizes-me que minha ausência te causa grande magoa, e que não tens outra consolação mais que a de ler as minhas obras, e que até muitas vezes as pões ao teu lado em

lugar de mim” (idem, p. 93). E se ela lia e relia as obras dele, ele fazia o mesmo com as cartas dela: “[...] leio e releio tuas cartas, tomo-as nas mãos de tempos a tempos com tanto prazer como se fossem chegadas de fresco; porém com elas mais se acende o fogo de minha saudade” (ibidem). Tudo saudades, efeito cujas causas seriam duas: “[...] a primeira é o amor; a segunda, o não termos nunca estado separados um do outro. D'aqui nasce que a maior parte das noites passo acordado com o pensamento em ti [...]” (ibidem).

Mas há ainda as cartas de amor notabilizadas pela polêmica. Ao que parece, assim ocorreu aquelas atribuídas a Mariana de Alcoforado (1640-1723) — Soror Mariana — para o Cavaleiro de Chamilly, aliás, Noël Bouton de Chamilly, por quem se apaixonara tão logo o teria avistado da varanda do convento da Conceição da Beja, em Portugal. Ela teria 26, ele, 30 anos, afirma Júlio Brandão (s.d.), que explica que uma tradução francesa anônima dessas cartas, — que aparece pela primeira vez em 1669 com o nome de “Lettres portugaises” —, causa comoção em Paris. Uma segunda edição, em 1690, revela o tradutor e o destinatário. A autora, porém, é simplesmente chamada Mariana, assim permanecendo até 1810, quando por acaso, graças à descoberta de uma nota manuscrita na edição original, aparece como Mariana de Alcoforado. Apesar disso, apenas em 1888 sua existência será documentada por Luciano Cordeiro, segundo Brandão (idem, p. XII) no prólogo de uma edição portuguesa dessas cartas, retro traduzidas por Morgado de Mateus. Para ele, as cinco cartas teriam sido efetivamente escritas por Mariana Alcoforado, e dirigidas ao oficial francês. Isso teria sido o que Luciano Cordeiro apurara em seus estudos. Brandão (s/d) deu-se por convencido. E assim o mistério acerca da adorável apaixonada teria ficado irrefutavelmente esclarecido. A polêmica, sobre a autoria das cartas, todavia, permanece. Indiscutível nelas, ao que parece, é o arrebatamento amoroso que retratam: “Estou resolvida a adorar-te toda minha vida, e não ver mais pessoa alguma [...] Acaso poderias contentar-te com outra paixão menos ardente que a minha?” (idem, p. 5). E ainda:

Consumiste-me com as tuas assíduas perseveranças, inflamaste-me com os teus transportes, encantaste-me com as tuas finezas, asseguraste-me com os teus juramentos, a minha inclinação violenta seduziu-me, e as consequências destes começos tão agradáveis e tão venturosos não são mais do que lágrimas, gemidos, e uma funesta morte, sem que possa achar-lhe algum remédio! (MARIANA, s.d., p. 12).

Mariana (s/d), que nascera de família ilustre, morre com 83 anos, dos quais mais de sessenta foram passados no claustro, onde ninguém dela tinha queixas, afirma Brandão (s/d, p. XIX), dizendo-a muito benigna para com todos. Ao que consta, ela não se arrependeu de ter

amado: “Agradeço-te, contudo, do fundo de meu coração, o desespero que me causas, e detesto a tranquilidade que vivi antes de conhecer-te” — escreveu ela na terceira carta (MARIANA, s/d, p. XX-XXI).

Dentre outras polêmicas que envolvem cartas de amor, podemos citar um caso cuja repercussão terminou numa disputa jurídica. Tudo começou em 30 de junho de 1849, quando o jornal francês *Presse* anunciou que iria publicar dezenas de cartas que Benjamim Constant escrevera a senhora Récamier, dama que, alguns anos antes de sua morte, teria doado à senhora Collet, cópia dessas cartas que o jornal desejava publicar. A senhora Lenormand, contudo, sobrinha e herdeira da Récamier, indignou-se, e chamou ao tribunal o Jornal, na pessoa de seu gerente, o senhor Girardin. O processo — interessantíssimo do ponto de vista jurídico — envolveu diversas discussões, e até uma herdeira de Benjamin Constant, que também procurou impedir a publicação. O caso mereceu um verbete, que trata da propriedade das cartas missivas, direito e publicação, mandato, falecimento, direitos do executor testamentário, e que figura na *Pasicrisie* de Devilleneuve (1850, p.429 e seg.). As cartas não foram publicadas. Mais recentemente, em 2009, outro caso, na França, envolveu a correspondência amorosa do poeta René Char, conforme Miconnet (2012). Philippe Lejeune (2008, p. 251) também aborda a problemática (e até a polêmica) que envolve a divulgação do conteúdo privado.

Todavia, em se tratando de personagens cuja trajetória histórica foi, de algum modo, marcante, não parece assim tão invasiva nossa curiosidade, como se fosse mesmo justificável a violação desses códigos, a apropriação dessas sensibilidades pelas nossas. Aliás, tão plurais são as vozes que nos falam do amor dos célebres e tão disponíveis se encontram que Barthes (1981), como vimos, criou a partir delas um único sujeito. Já a palavra de Francisco, essa é uma só. Ela bem poderia figurar seu retrato, um retrato, — diria Barthes (1981) — estrutural. Ao tomar de fragmentos de discursos amorosos, Barthes (1981) dotou seu método de certa dramaticidade. Nele, a descrição do discurso amoroso se faria substituir por sua simulação. A palavra é devolvida ao eu. “Devolveu-se a esse discurso sua pessoa fundamental, que é o eu, de modo a pôr em cena uma enunciação e não uma análise” (idem, p. 1). Há ainda outro delicado ponto a considerar. Barthes (1981) fez literatura. Mas ele teria feito história? Ao partir de documentos autênticos e nos fornecer uma tipologia generalizável a todo sujeito amoroso ele nos sugere um método ao menos, um novo olhar projetado sobre o sujeito amoroso.

É que há sentires humanos, demais humanos. Saudade, por exemplo, que não conhece fronteiras. Talvez a saudade seja sentida e as ausências sejam reclamadas tanto no século I,

com Plínio, quanto no XXI e talvez nos próximos. Exemplos não faltam, e dúvidas não pesam sobre se tratarem de cartas de amor, sentimento ao qual nem a fama nem a celebridade imunizam. Abelardo e Heloísa, unidos pela paixão e pela tragédia no século XII, protagonizaram talvez um dos casos de amor mais célebres de que se tem notícia. Sua correspondência há séculos vem suscitando o interesse não só de historiadores e de literatos, mas ainda do público em geral. Uma edição de 1865 dessas cartas vem precedida de uma notícia literária de Villenave (1865) que fornece ali um resumo da história de Abelardo com base em uma longa carta deste último, dividida em quinze capítulos e escrita no monastério de Saint-Gildas, na pequena Bretanha e dirigida a um amigo que ele não nomeia. Esta carta, na verdade um escrito autobiográfico, integraria, segundo Villenave (idem, p. 2) uma rara edição impressa em Paris em 1616 sob o título de “Petri Abélardi et Héloïssæ opera”, 1 vol., in-4°. Pierre Abélard nasce em 1079 no burgo Palais, Bretanha, a oito milhas de Nantes. Seu pai, senhor do burgo, em que pese ter feito a guerra, cultivava o espírito, e desejou que seus filhos recebessem uma cuidadosa educação. Abelardo conta que preferiu as armas da dialética aos troféus da guerra, tornando-se êmulo dos peripatéticos. Dominando o latim, o grego e o hebraico, tornou-se filósofo, poeta e orador, talentos que o levaram a Paris onde, tornado célebre, atraiu alunos inclusive do estrangeiro. Entre os 37 e 38 anos, conhece Heloísa, sobrinha do cônego Fulbert, que se faz sua aluna e da qual teria dito: “Elle n'était pas au dernier rang par sa beaute, mais elle n'avait pas d'égale pour le savoir. Tout ce qui peut séduire les amants vint s'offrir a mon imagination” (idem, p. 10).

Apaixonada, Heloísa, em uma das cartas que escreve a Abelardo, demonstra ser capaz de um amor violento e ardente, e toma a Deus por testemunha: “Jamais, Dieu le sait, jamais en vous je n'ai cherché autre chose que vous [...]” (idem, p. 129). E, a propósito de seu papel na vida do amado, escreve: “Bien que le nom d'épouse paraisse plus fort et plus saint, celui de votre maîtresse a toujours été plus doux à mon coeur; et même, si vous me permettez de le dire, celui de votre concubine, de votre fille de joie [...]” (ibidem). Abelardo, por sua vez, escreve a ela que o casamento santificara a união de ambos, especialmente com a retirada dela para o convento das religiosas, até onde ele fora “un certain jour, vous visiter secrètement, et là, faute d'un autre endroit où nous pussions être libres, ce fut dans le réfectoire même que nous nous abandonnâmes aux dérèglements de notre libertinage” (idem, p. 167). Ele lamenta, porém, o episódio e a impudência de ambos: “Souvenez-vous, dis-je, de ce que nous avons eu l'impudence de faire dans un lieu si respectable et consacré à la Vierge? N'eussions-nous pas commis d'autres péchés, celui-là seul était bien digne de la vengeance la plus éclatante” (ibidem). E como que justifica o ferimento que sofreu: “Certes, si je ne me trompe

grossièrement, cette plaie très salubre compte moins pour châtement de mes fautes que la continuité des maux que jê supporte aujourd'hui” (idem, p.168).

Sem dúvida, são paixões intensas, marcantes, documentadas, que a história nos legou generosamente. São tantas, porém, que nos é difícil decidir pelos exemplos a registrar, e sempre ficará aqui a vontade de lembrar mais algumas. A saber, todavia, se alguns dos protagonistas dessas escritas não vislumbravam já, ou melhor, não pressentissem, quem sabe, estes nossos olhos, estas nossas inquietações ou mesmo esta nossa pura e simples curiosidade a imiscuir-se como *voyeur* em sua intimidade. Porque há, sim, algo de profano nesta incursão.

Ao contrário, porém, desses tantos personagens célebres que nos deixaram seus discursos amorosos em cartas que dificilmente se perderiam, como efetivamente não se perderam, chegando-nos como um legado e suscitando sempre novos discursos, que dizer das cartas que documentam o amor de pessoas comuns, que viveram uma vida comum? Que dizer das cartas de amor que nada têm de especial? Das cartas descartadas e das cartas de amor que simplesmente não passam disso? E essas cartas, então, o que teriam elas a dizer a quem, como nós, nenhuma participação teve nos eventos vividos por seus protagonistas? Não seriam elas simples fragmentos imprestáveis de uma memória afetiva?

4.5 As cartas não mentem? Reflexões sobre a verdade

Não se tem a menor dúvida quanto à possibilidade de as cartas de Francisco responderem aos objetivos gerais desta pesquisa e ainda satisfazerem, plenamente, a especificidade que envolve o trato direto com o material epistolar. Seja na forma, seja no conteúdo, são cartas que, certamente, encerram invejável potencial de informação. Respostas existem. Resta saber se a pergunta foi corretamente formulada e, ainda, se essas respostas satisfazem às exigências da História ou se contentam em responder às exigências da memória, circunscrevendo-se num território que margeia história e literatura, quiçá, à psicologia. O resultado da pesquisa, não obstante satisfatório perante nossa sensibilidade e capaz de nos oferecer passagens de indubitável lirismo, satisfaria a um historiador exigente? Do ponto de vista da verdade, da escrita da história, com que olhos apreciar esse epistolário, o que esperar dele relativamente à possibilidade de generalizar seu conteúdo tão singular?

O adjetivo histórico pressupõe legitimidade e, sobretudo, autenticidade, atributos que sabem à memória, mormente à memória que documenta e que também monumentaliza aquilo que for digno de ser lembrado. Prost (1996), — que se diz, aliás, um racionalista impenitente —, daria aqui o seu aval? É preciso estar atento. “La mémoire se justifie à ses propres yeux

d'être moralement et politiquement correcte, et elle tire sa force des sentiments qu'elle mobilise. L'histoire exige des raisons et des preuves" (idem, p. 306). É preciso refletir sobre a pesquisa, e sobre a verdade ou as verdades que nos propomos a encontrar.

Se as cartas não mentem, jamais saberemos. Caso queiramos, contudo, podemos crer, pois que se trata de uma afirmação que, como ocorre com os aforismos, se presta a tanto. Saber implica em examinar, aos moldes do que preconiza uma racionalidade cujo percurso marcou a própria história e a forma como se a escreve. Hoje é mister a crítica documental, um olhar que interroga, que duvida, que analisa. Um olhar que o historiador compartilha com o jurista. Assim, quando o operador do Direito se debruça sobre um documento que ele pretende utilizar como evidência de algum fato, ele o faz sob uma dupla perspectiva, um método que se poderia caracterizar como crítico e como axiológico, e que se volta para duas vias distintas, embora não necessariamente interdependentes: de um lado, a natureza do documento em si, em sua realidade material, cartular, onde se encontram indicativos não necessariamente de ordem verbal, nem por isso menos significativos como enunciadores de sua autenticidade; de outro, a natureza do conteúdo desse documentos, do que ele pretende circunscrever, enunciar, na perspectiva de sua realidade ideológica. Um documento materialmente autêntico pode abrigar um conteúdo ideologicamente falso, e vice-versa. E isso vale para o jurista tanto quanto para o historiador. Ambos, — presume-se, — obrigam-se, ou no mínimo pretendem, e de boa-fé se empenham, na produção de verdades³⁸.

Jurista e historiador aí se encontram em seus misteres. Ambos assinam sentidos aos documentos que se propõem a utilizar, e ambos precisam se manter atentos ao contexto primário no qual o documento foi gerado e onde residiriam os universos distintos já mencionados anteriormente: o da documentação e o dos sentidos de que poderão ser tributários (CAMARGO, 2004, p. 25). A verdade é uma preocupação constante e é ela a grande justificativa de se ter partido do arquivo de Lysia para as cartas de Francisco, numa dinâmica de veracidades que funciona em duas mãos: das cartas para o arquivo e do arquivo para as cartas, com as peculiaridades inerentes a cada elemento conferindo simultaneamente aos demais a segurança de que se lida com material autêntico.

³⁸ "Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde certo número de regras de jogo são definidas — regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber — e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior, da verdade" (FOUCAULT, 2009, p.11).

Quadro 36 — Trecho de carta de 28/08/1932.

Eu tinha pensado numa carta séria muito grave, carregada de reflexões sombrias, só porque tu disseste que chegaste a me escrever uma carta e não me remetteste por ter sido escripta num momento de incerteza e duvida, e talvez contivesse alguma confissão muito íntima. Não quero dizer que tu fizeste mal nem bem. Mas eu fiquei chocado e decepcionado, me senti logrado porque escondeste o fructo momentaneo de uma sinceridade interior, e me enviste uma carta que si não deixa de ser verdadeira, no entanto é mais superficial, e não revela o que dorme no fundo e é verdade mais verdadeira.

Nem Francisco se dispensava de buscar a verdade. É por ela que parece querer orientar-se. Buscar a verdade, mas contentar-se com verdades, e, a partir delas, verificar a etiqueta no cotidiano a partir da escrita epistolar de Francisco é procurar chegar ao universal pela via do que há de mais íntimo, individual, particular e exclusivo. Diz respeito ao sujeito apenas. Ciência se faz com repetições, mas a história não se repete. Nem por isso o tecido social no qual ela tem lugar é menos uniforme. O que nele se repetem são formas de agir, de pensar e de fazer. Lida-se com fatos humanos que, para Bloch (2001)

[...] são, por essência, fenômenos muito delicados, dentre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande *finesse* de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir (BLOCH, 2001, p. 54-55).

Intuição, sugestão. Sem duvida há, nas palavras, um potencial sensível capaz de acionar mecanismos de representação. Muitas vezes, ditados populares, aforismos, por exemplo, despertam imediatamente a memória através da qual reconhecemos aquilo como reflexo de uma prática social, como dado cultural, como registro de uma sensibilidade³⁹. A propósito:

Quadro 37 — Trecho de carta de 02/06/1932.

O homem põe e Deus dispõe. Mas prefiro dizer (porque no meu caso é verdade): as necessidades põem, o homem dispõe (às vezes) e as circunstancias contrapõem (muitas vezes).

Se, de um lado, todas as cartas de Francisco têm muito em comum, cada uma delas é única e seu modo. Ora prepondera o conjunto, ora a unidade, de sorte que o discurso, que permeia este todo, é o ponto onde se quer fixar a pesquisa, para dele extrair aqueles dados, aqueles indícios, fragmentos capazes de nos fornecer uma amostra de Francisco no tempo, seu tempo. Trata-se, então, de proceder a uma investigação. No caso, do arquivo de Lysia, desde as cartas de Francisco, desde fragmentos destas cartas de onde se extrai um discurso único, uma fala única. Disso se sabe. Mas, é ela generalizável, essa fala? Será que se pode

³⁹ Para Ginzburg, a literatura aforismática consistiria em uma “tentativa de reformular juízos sobre o homem e a sociedade a partir de sintomas, de indícios” (1989, p. 178).

sistematizá-la e estender essas sensibilidades do epistolário franciscano aos seus contemporâneos?

É em Prost, (1996, p. 283) em sua lição sobre a história intitulada “Vérité et fontion sociale de l’histoire”, que fomos buscar respostas para essa questão que não pode passar em branco. Segundo ele, haveria duas posturas a considerar, posturas que caracterizariam aqueles cuja pretensão é a de escrever sobre a história: a postura do inovador e a postura do desmistificador. O inovador, como a palavra já diz, quer inovar, quer fazer de outra maneira. Ele diz que a história *como sempre se fez* não interessa a mais ninguém. O segundo, o desmistificador, alia-se à experiência, à inteligência e à lucidez. Com o auxílio delas, pretende, com brio, demonstrar que a história não é uma ciência, mas somente um discurso mais ou menos interessante (idem, p. 284).

Esta postura, que se pretende desmistificadora, seria tributária de duas correntes intelectuais que apareceram ao longo das últimas décadas do século XX, uma inspirada em trabalhos de Michel Foucault e outra que se inspira na chamada virada linguística. Foucault concentra-se nos dispositivos de poder, e é a partir deles que vai analisar o discurso dos historiadores, encontrando aí o exercício de uma autoridade através da qual uma visão de mundo é imposta. Já a virada linguística encontrará seus métodos junto à crítica literária, a linguística, a semiótica, aplicando-os aos textos históricos. A relação desses textos com o real que pretendem dar a conhecer desaparece então e, com ela, desaparece também a fronteira entre a história e a ficção. Este seria um processo retórico com pretensão não apenas a obter a confiança do leitor, mas ainda despertar nele a desconfiança, levando-o a indagar sobre os motivos pelos quais querem fazê-lo crer naquela determinada versão dos fatos. A história, então, assume caráter de ficção, de gênero literário que cumpriria um propósito de seu autor.

O efeito do desencanto não tarda, sinala Prost. Um desencanto que recai tanto sobre a história total quanto sobre a história verdadeira. A isso se deve o abandono das grandes sínteses. Os historiadores, todavia, teriam permanecido cuidadosos. Cultuando a exatidão, eles não aderem às práticas que, devastadoras, pretenderiam reduzir a história a um simples ponto de vista de seu autor. As verdades, porém, se tornam parciais. Elas adquirem caráter provisório. Citando Chartier, Prost (1996) alude tratar-se de outro modo de decifrar as sociedades, penetrando o cruzamento de relações que teriam lugar a partir de um ponto particular, que pode ser um acontecimento obscuro ou notório, a narrativa de uma vida ou um conjunto de práticas específicas. Todavia, ele observa que não haveria nem práticas nem estruturas que não fossem produto de representações e estas, mesmo que contraditórias,

mesmo quando em conflito umas com as outras, viabilizariam o sentido que os homens conferem ao mundo.

Quadro 38 — Trecho de carta de 06/04/1936, Herval, RS.

Começou a esfarinhar-se uma garôa leve. E a lua aparece daqui do meu quarto, através da janela, entre nuvens magras e transparentes. Sente-se no ar um prenuncio dos dias lindos e frescos de abril. [...] Por que lamentas a morte prematura de Bellini? Bellini morreu quando tinha de morrer: em plena gloria. Elle teria sido mais feliz si tivesse conhecido a propria decadencia? Morte bonita é a que vem quando o homem está no apogeu. Deixa na memoria dos homens a beleza triste de um truncamento na plenitude de sua forças, e um entusiasmo de espírito maior e uma emoção mais profunda. Morrer na decadencia do corpo ou do espírito é sucumbir duas vezes. Por isso os gregos diziam que os eleitos dos deuses morriam em plena juventude.

Hoje não se compreende mais essa felicidade e essa gloria. O homens querem viver o mais possivel, o que não deixa de ser um ideal... [...] Nem o mundo atual tem lugar hoje para os Bellinis, nem os artistas modernos o invejariam. Na verdade, cada um no seu tempo, e com o ideal proprio de seu tempo.

Levados nessa direção, os historiadores se transformariam em joalheiros ou relojoeiros e produziriam pequenas joias habilmente cinzeladas. Um ofício lúdico, que consistiria em visitar e revisitar infinitamente hipóteses e interpretações, diz Prost (1996, p. 286). Seria esta uma história onde talentos se desperdiçariam no trato de objetos insignificantes? Uma produção desencantada, que o ceticismo exporia a riscos devastadores, graças à reiterada repetição, pelos jornais em coro, de que, em história, não haveria verdades, mas tão só interpretações impregnadas de subjetividade e sempre relativas. Todavia, — acrescenta Prost (1996) —, a força e a importância social da história seriam devidas ao fato de ela avançar em nome de verdades certificadas. A história então seria detentora de um saber da sociedade sobre ela mesma (idem, p. 287).

Seja como for, haveria um consenso da corporação que, evitando as teses hiper-críticas assim como as niilistas, se posicionaria entre a certeza científica que caracterizou o início do século XX e aquele relativismo que — ironiza Prost (1996) — o bom-tom recomenda adotar. Acentua, então, o paradoxo que teria se estabelecido com uma história que diria a verdade com verdades não absolutas. Tal contradição que, para Prost (1996), seria constitutiva da própria disciplina, poderia, entretanto, ser compreendida. Para isso, seria mister considerar duas razões: a primeira, dizendo com a obrigatória contextualização dos objetos da história; a segunda, levar em conta o ponto de vista do historiador na contextualização desses objetos. “Au sens strict, l’objectivité est impossible en histoire comme en sociologie ou en anthropologie” (idem, p. 288).

Mas quando a desejável objetividade se mostra inatingível, nem por isso o historiador pode deixar de adotar uma postura de distanciamento e de imparcialidade. Tal e qual o jurista. Estariam aí bons conselhos, válidos na ordem moral e intelectual. Além disso, uma questão de

método, porque “la vérité, en histoire, c’est qui est prouvé” (idem, p. 289)⁴⁰. Tal e qual acontece no Direito, é pelo método que se administra a prova, e se a história não tem nenhum método que lhe seja específico, nem por isso ela não teria métodos. Ela os tem quando investiga (estabelece fatos⁴¹) e os tem quando sistematiza, na enunciação de verdades que se aplicam a um conjunto de realidades, algo que — observa Prost (1996) — seria peculiar à sociologia e à antropologia. Segue-se daí a importância dos exemplos e o da construção, a partir deles, de indicadores quantificáveis, sempre que possível. A par disso, haveria ainda todos aqueles outros métodos dos quais o historiador poderia lançar mão, seja em função de suas fontes, seja em função da problemática implicada em sua pesquisa. Advertências sinceras, sábios conselhos que, caso não forem seguidos, arriscam a transmutar história em literatura, aproximando-a do romance ou do drama, diz Prost (idem, p. 293).

Mas, como se falam em verdades, e grandes verdades, não se pode deixar de lembrar que a estrutura social onde tem lugar a história, por sua própria amplitude, apresentaria certa opacidade, por obra e graça do que Ginzburg (1989, p. 177) chamou de névoas da ideologia. Para ele, a pretensão a um conhecimento sistemático se aproximaria de veleidades, o que não implicaria, contudo, no abandono da ideia de uma totalidade. Uma profunda conexão seria a causa explicativa dos fenômenos superficiais e: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios — que permitem decifrá-la” (ibidem).

De certo modo, recorre-se às metáforas, quando se inserem estes quadros ao longo do texto. Como se eles pudessem funcionar como janelas, aproximando-nos de um real sem opacidade alguma, ainda que infraordinário, ainda que feito de verdades acreditadas, inseparáveis da trama da vida:

⁴⁰ Mas o que é uma prova? Benthon (1840) preocupou-se com isso em seu clássico tratado, até hoje uma referência no que concerne à sistematização e tipologia das provas judiciais. Para ele: «Qu’est-ce que’une *preuve*? Dans le sens le plus étendu qu’on puisse donner à ce mot, on entend par là un fait supposé vrai, que l’on considère comme devant servir de motif de crédibilité sur l’existence ou la non-existence d’une autre» (idem, p. 244-245). Já Édouard Bonnier (1873), autor de outro tratado dedicado às provas, entende que «Le mot *preuve*, pris dans le sens le plus large, et c’est ainsi que nous l’entendons ici, désigne tout moyen direct ou indirect d’arriver à la connaissance des faits. Mais on donne souvent à cette expression une signification plus restreinte, lorsqu’on distingue ce qui est évident et ce qui a besoin d’être prouvé. Il y a certains faits qui nous touchent pour ainsi dire immédiatement, que nous percevons sans aucun intermédiaire, dont l’impression sur l’intelligence est aussi vive que celle de la lumière sur l’organe de la vue; il en est auxquels nous n’arrivons que par l’intermédiaire d’autres faits précédemment perçus, par la voie du raisonnement, qui nous conduit du connu à l’inconnu. Dans le premier cas, la preuve est directe, intuitive; dans le second cas, elle est indirecte, médiante. Cette dernière preuve, étant la seule que exige de l’intelligence une opération plus ou moins compliquée, est aussi la seule qui reçoive dans le langage usuel le nom de *preuve*» (idem, p. 6).

⁴¹ “Établir les faits, c’est tirer des données de qui va servir comme *evidence* dans l’argumentation” (PROST, 1996, p. 290).

Quadro 39 — Trecho de carta da década de 1930.

É um sentido philosophico que eu dou ao refrão popular francez: “À quelque chose au moins, malheur est bon”, que tem a conhecida tradução portuguesa: “Há males que vêm para bem”. Me parece, porém, que esse espirito de acceitação está despontando no teu ser, pois tu já usas muito seguido aquela frase, cujo sentido ainda não te expliquei integralmente: “tudo tem de ser assim mesmo”.

Pequenas pistas, indícios, particularidades, detalhes que dariam a ver transformações culturais. A saber, quanto ao rigor do chamado paradigma indiciário. Para Ginzburg (1989) seria preciso considerar que, a partir de Galileu, uma expectativa quantitativa e antropológica se apresentou às ciências humanas, que assim teriam sido colocadas diante de um dilema consistente que não lhes deixava senão duas escolhas: “ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância” (idem, p. 178). Um rigor inatingível e, sobretudo, indesejável no que concerne às formas ligadas ao cotidiano, ou melhor: “a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos” (idem, p. 179). Como exemplo, — nada desinteressante — Ginzburg (1989) alude ao fato de alguém ter dito que o ato de apaixonar-se aconteceria por uma superestimativa das diferenças existentes entre uma mulher e todas as outras, uma superestimativa aplicável também a cavalos e a obras de arte. E o rigor dessa aplicação? Um rigor flexível, — acentua Ginzburg (1989) —, paradoxal, pois presumem uma espécie de saber mudo, cujas regras não seriam formalizáveis. “Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a por em prática regras preexistentes. nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (ibidem).

Essa longa digressão não é sem pertinência, seja à vista do objeto, seja à vista dos problemas implicados nesta pesquisa, que busca preservar a integralidade das fontes das quais extrai os fatos, sem atentar contra o contexto de origem de todos esses elementos que ora aparecem como unidades arquivísticas, ora como tipos documentais, ora como discurso. Voltando-se sobre si mesma, a própria pesquisa se propõe a cumprir etapas ao fim das quais há considerações a fazer a guisa de uma conclusividade cuidadosamente evitada, ainda mais quando seguir a recomendação de se manter em guarda e adotar certo ceticismo seria de bom-tom. A par, e mesmo a despeito, das verdades implicadas nessas declarações — mormente amorosas — existe aí toda uma série de atos reiterados, repetidos, mecanizados, produtos de uma prática cultural por um indivíduo identificável, atos que se prestam, por isso mesmo, à sistematização e mesmo à quantificação.

Apesar de tudo, não obstante a problemática implicada num objeto que sofreu descarte, na falta de expressão social, política, econômica, intelectual de Francisco, nada disso parece ter impedido que se lograsse satisfazer adequadamente ao menos duas exigências até aqui: a primeira diz com a autenticidade do arquivo do Lysia, que abarca a totalidade de seu conteúdo e que se estende, como consequência, às cartas de Francisco; a segunda é a relevância desse material — em especial o epistolário franciscano — como fonte explorável, de onde podem ser extraídos dados concretos, sobretudo, pelo cunho declaratório que se depreende da própria natureza do ato de uma escrita praticada por um sujeito.

5 RÉPONDEZ S'IL VOUS PLAÎT

5.1 Norteamentos

Em que consiste a etiqueta social? Como se mostram suas regras e valores nos manuais, no trato epistolar e na retórica do amor? Como se apresenta o epistolário franciscano? Como as normas do bom-tom, socialidade e civilidade, modos de ser e de amar se refletem nas cartas de Francisco? Como se explicaria a ação das normas de etiqueta no comportamento social? Como se explica a influência francesa na construção dos ideais da etiqueta? Essa influência se verifica nas cartas de Francisco?

Eis questões às quais tentaremos responder, à vista dos objetivos específicos traçados para esta tese, não sem antes ponderar sobre sua complexidade, o que justifica a necessidade destes norteamentos. Registre-se que etiqueta social é um tema, no âmbito das ciências sociais, que desafia o pensamento conceitual, visto que não despertou, senão recentemente⁴², grande interesse da parte de historiadores. Norbert Elias (2011) faz menção explícita a este fato quando argumenta que, apesar de Erasmo de Rotterdam ter se ocupado de etiqueta já em 1530, sua obra⁴³, não obstante tenha alcançado sucesso à época, não mereceu muita atenção por parte da literatura mais recente. “O tema, — costumes, maneiras, etiqueta, códigos de conduta —, por mais informativo que seja para a educação de pessoas e para suas relações, tem talvez interesse apenas limitado para historiadores de ideias” (idem, p. 246). Sem dúvida, interessa aos historiadores de ideias, e ainda aos sociólogos, antropólogos, psicólogos, na medida em que a etiqueta se ocupa dos homens em sociedade, em relação uns com os outros, indicando modos e maneiras de como tais relações devem se estabelecer, ao menos idealmente.

⁴² A propósito, ABRUTYN, S.; CARTER, M. J. (2015). The Decline in Shared Collective Conscience as Found in the Shifting Norms and Values of Etiquette Manuals. *J Theory Soc Behav*, 45: 352–376, artigo que registra o interesse de Elias em como as mudanças registradas nos manuais de etiqueta se relacionariam a mudanças na personalidade e nos significados atribuídos ao espaço pessoal. Também, conforme eles, Wouters teria analisado tais mudanças como reflexo da democratização das sociedades ocidentais e a subsequente distância social e psíquica decrescente entre classes e sexos. Para Arditi, contudo, elas não eram indicativas do declínio do poder entre as classes, mas sim o reflexo de sua reconfiguração e a descentralização. Nesse sentido, as pessoas recorreriam aos manuais à vista de uma reorganização conceitual na ordem das relações sociais, ajudando, com isso, os membros dos grupos sociais imediatamente abaixo, de modo que as classes dominantes determinariam a lógica da vida social.

⁴³ *De civilitate morum puerilium* é o título do tratado de Erasmo surgido, conforme Elias (2001, p. 82), no período que se situa logo após o abrandamento da hierarquia medieval, com o declínio da velha nobreza cavaleiresca, porém ainda antes da estabilização moderna, período de formação da nova aristocracia das cortes absolutistas, de sorte a permitir o emprego de uma linguagem franca e imparcial, oportunizando o distanciamento dos intelectuais, livres então para não se identificarem total e incondicionalmente com os grupos sociais do mundo no qual viviam.

No que toca às cartas de Francisco, seu conteúdo nos coloca, desde logo, frente a um desafio: por se tratarem de cartas simples, espontâneas e informais, nascidas no âmbito da intimidade, elas não servem de exemplo justamente à chamada etiqueta epistolar, cuja exploração pareceria, à primeira vista, mais pertinente em se tratando de cartas. Não é este o caso, todavia, porque no epistolário franciscano não encontramos aquele rigor formal que, não raramente, preside a correspondência, refletindo hierarquias. O que ali transparece com bastante nitidez é o universo de um dever ser permeado de complexidades, de dúvidas, de decisões ponderadas, fruto de uma verdadeira filosofia de vida, que não se limita ao território da simples adequação a tradicionais modos de tratamento. Muito além disso, situa-se no terreno existencial, aquele que exige do homem a elegância das atitudes, a adaptação a um modelo que é, em última análise, refletido pela etiqueta vigente.

Em síntese, para saber em que consiste a etiqueta social, foi preciso explorar o universo dos manuais, à luz dos objetivos que eles próprios traçam, quando se arrogam mesmo aquelas tarefas inerentes ao educador e à luz também de como eles se prestam a narrar a etiqueta e o seu acontecer no tempo. Carmen D'Ávila (1958) e seu “Boas Maneiras”, com prólogo de Cesar Netto (1958), acumulando 11 edições em 1958, Lea Silva (1962) e seu “Em Sociedade, Etiqueta Social através da História”, quatro edições em 1962, José Tavares de Miranda (1965), com “Boas Maneiras e outras Maneiras”, 1965, Paul Guth e Michelle Maurois (1959), com “Le Savoir-Vivre Actuel, Dictionnaire”, com seis edições em 1959 foram as obras mais próximas ao período explorado. São todas posteriores à II Guerra, época em que a edição desses manuais se tornou mais comum. Sua aplicabilidade ao caso concreto, que abrange as décadas de 1920 e 1930, se dá não apenas em função de não se haver encontrado edições de manuais anteriores à II Guerra, como também em função de tais obras se mostrarem conservadoras por excelência, mas já tendentes a se deixarem generalizar e abrandar⁴⁴. Manuais antigos, tradicionais, de Roquette (1860) e (1997), Biscarrat (1835) e Suard (1858), por exemplo, também foram consultados, para que se buscassem as bases da etiqueta e ainda do assim chamado estilo epistolar. Noções de sociedade foram buscadas junto a Durkheim (1975), cuja teoria foi testada, aliás, por Abrutyn e Carter (2015). Todavia, não se deixou de

⁴⁴ Dado interessante nesse sentido são as reticentes menções às separações de casais. Assim, por exemplo, Miranda (1965, p. 206-207), aborda o desquite e observa: “Desquitar-se civilizadamente, cortesmente, é uma prova de elegância e inteligência”. Lea Silva (1962, p. 69) apenas menciona a condição de desquitados quando dá as regras para a confecção de convites de casamento dos filhos de pais desquitados. Em Carmen D'Ávila não se encontra menção ao fato. No *Savoir-vivre* de Guth e Maurois (1959, 99-100) lê-se que não há uma maneira de dar parte de um divórcio, mas que é melhor comunicá-lo sem comentários e sem dar mostras de alegria, ainda que se tenha razão, tudo para evitar constrangimentos. Mas, se os protagonistas não se sentirem com coragem bastante para revelarem eles mesmos sua nova condição, devem confiá-la, “em secret, à la personne la plus indiscrete de leus entourage. Le lendemain, tout ela ville le saura”.

referir a imitação de Gabriel Tarde (2001), como forma de generalização de condutas, e ainda Luhmann (1986) (2006) (2010), que escreveu sobre amor e sobre sociedade. Assim, além dos manuais, contingentes ao tema, recorreu-se também a referenciais acadêmicos, mormente aqueles que se inserem no terreno sociológico, a fim de descobrir caminhos teóricos pelos quais se poderia explicar a eficácia das regras de etiqueta no cumprimento de seu mister, se não na condução dos passos dos homens, nos de Francisco, naturalmente, quando o descobrimos *em sociedade*.

5.2 Em que consiste a etiqueta social?

A etiqueta social consiste em um conjunto de normas e valores que visam a facilitar o convívio social, normatizando-o através de comportamentos conformes a modelos de idealidade que variam de acordo com a sociedade no tempo e no espaço. Tais comportamentos dependem da aquisição de um saber bastante específico, um *savoir faire* que contempla um *dever* ser que se configura no plano das idealidades e que regra desde o vestir até o falar e o escrever, estabelecendo o uso correto das luvas ao lenço, ensinando a comer e a beber com elegância, a arrumar a mesa, com seus copos, pratos, talheres, guardanapos. Entre linhos e lavandas, eis a complexidade sutil de regras que vão estabelecer as infinitas nuances do bom-tom. Trata-se, contudo, de algo que ultrapassa a aparente futilidade desses pequenos gestos, penetrando as estruturas mais profundas do homem quando *em sociedade*, o que se pode constatar, como veremos, a partir do exame dos manuais. Aparentemente voltada às conveniências e às superficialidades, a etiqueta, muito embora não se confunda com a educação, com esta se associa, e não deixa de fazer sentir sua influência, nem que seja na superficialidade de um verniz capaz de disfarçar ou de abrandar arestas da personalidade, especialmente quando recomenda certas atitudes em detrimento de outras. A etiqueta impõe assim, — ainda que sob um matiz de suavidade —, o reconhecimento do outro com o qual é necessário conviver, não obstante interesses de ordem individual.

5.2.1 Muito discretamente: os manuais

Em geral, qualquer manual, os de etiqueta, inclusive, tem sempre uma estratégia por objetivo, no caso, uma transformação, a aquisição da certa civilidade, ainda que meramente superficial. Daí darem a ver uma paisagem idílica, que se pretende o reflexo de uma realidade permeada por esquemas que refletem a imagem que a sociedade desejaria fazer de si mesma.

Para tanto, desenham-se hierarquias e impõe-se um estilo, inclusive. A linguagem é apurada e filtrada e serve à expressão de personagens perfeitos que habitam esse mundo ideal. Nesse sentido, por efeito mesmo dos filtros e idealidades, manuais são reducionistas. E como não sê-lo, se dão voz à etiqueta, surgida, segundo Augé (1930, p. 319), com o escopo de fixar o cerimonial da nobreza entre príncipes, reis e rainhas, estabelecendo a hierarquia das cortes, regulamentando, portanto, as relações entre a altivez e a subalternidade. Seja como for, verdade é que 1789 não aboliu de todo as excentricidades. Ainda que, depois da Revolução, pouco sobrasse de prescrições tais como aquelas relativas ao número de passos a serem dados antes da saudação real, cujo ângulo de inclinação estava prescrito, assim como a amplitude dos mantos, a ordem das apresentações, etc. Foi rigorosa e complexa a etiqueta em Bizâncio. Os latinos do oriente a imitaram. Começou a fixar-se como tal na França do século XV, atingindo seu apogeu com Luís XIV, em importância que pode ser atestada em memórias da época. Assumiu tal complexidade, que terminou por representar um verdadeiro entrave, tanto para súditos quanto para soberanos, de sorte que se atenua até que Napoleão I a restaura. Grã-Bretanha e Espanha, sobretudo, ainda a observam, mantendo muito do seu antigo rigor. Também os governos democráticos a têm, embora bem menos complexa.

Não são poucas as obras que têm por objetivo o estabelecimento dessas referências comportamentais, especialmente voltadas à aquisição de certo requinte de maneiras, ao menos da parte de quem já não os tivesse desde o berço, por privilégio de nascença. Por isso, o delicado sentido das distâncias, nascido das estruturas hierárquicas, impõe recomendações sobre a discrição que deve cercar a posse e o uso dos manuais de etiqueta, cuja consulta não raro obrigatória equivale à confissão de uma falha a ser suprida. Etiqueta social é um tema delicado, cercado de discrição, na medida em que buscá-la em livros implica na incontornável confissão de sua carência. Isso pode ser facilmente constatado através do exame dos próprios manuais que se propõe a ensiná-la. Carmen d'Ávila (1958), por exemplo, autora de um dos mais conhecidos manuais de etiqueta publicados no Brasil, dá início à décima primeira edição de sua obra confessando, reticente, não conhecer ninguém de suas relações a quem pudesse recomendar, ou oferecer, um só exemplar de sua obra:

Este livro é um secretário particular, confidente discreto dos pequeninos embaraços da nossa vida em sociedade. A edição que hoje vem a público é a décima primeira, e, como das outras vezes, não me ocorre a quem possa eu oferecer um só dos seus exemplares... Porque foi precisamente na convivência fidalga de todos quantos me cercam, que aprendi as lições que deixo aqui (d'ÁVILA, 1958, p. 5).

O que chama mais atenção nessa sutil advertência é o fato de autora afirmar que suas relações pessoais não incluem quem quer que precise consultar seu livro. Ou seja: afirma sua pertinência a um mundo à parte, fidalgo, segundo suas próprias palavras, que se utilizam da etiqueta na prática, dispensando-se dos manuais. Um mundo ideal, dir-se-ia, mas que não ignora os riscos da anomia. Cesar Netto (1958), em suas “Palavras Preambulares” escritas para a décima primeira edição do manual de Carmen D’Ávila afirma que a lei da cortesia, — encarregada de suavizar os costumes —, seria, até certo ponto, uma modalidade da lei da ética, — substância da norma jurídica —, complementos essenciais dos preceitos encarregados da preservação da estabilidade dos Estados. (idem, p. 8). Ele atribui a Senhora de Rambouillet (1588-1665) a inauguração do magistério do bom-tom, forjando, em seu próprio lar, uma escola de costumes “onde tudo se depura, suaviza e aprimora, desde as formas da sensibilidade até os sestros do pensamento, desde as atitudes e os ademanos de salão até a própria linguagem, que se atavia, de todas as graças da simplicidade” (idem, p. 9). Esse magistério teria surgido em função de uma violência crescente praticada em fins do século XVI e início do XVII pelo abuso dos floretes da parte de espadachins e de desordeiros que se injuriavam reciprocamente com o propósito de dar ocasião a lutas, coisa que Richelieu não lograra inibir, mas que a escola de costumes de Senhora de Rambouillet obtivera, com o decréscimo dos duelos já no reinado de Luiz XIV. Esse mesmo magistério foi depois exercido por Molière, no teatro, e por La Bruyère, na literatura, ambos mestres da polidez, que expuseram certas práticas ao ridículo, ou antes, “ao riso dos homens, no pelourinho imortal do sarcasmo” (idem, p. 10). Netto exalta, nesse preâmbulo, as qualidades da obra e da autora, a quem atribui função de verdadeira educadora que deve prevenir, em sociedade, “de fausses grâces, la minauderie, l’afféterie, la préciosité, la fausse dignité, la fausse modestie, la fausse piété, la fausse douleur” (idem, p. 11), vícios que não escapariam a sua severidade.

O manual de José Tavares de Miranda (1965), no mesmo diapasão de Carmem D’Ávila (1958), também não admite conviver com quem não dominasse as boas maneiras, dentre os quais não se encontrariam sequer os seus leitores: “E há o capítulo das boas maneiras. Que não pretendo ensinar a ninguém, exceto aos que ainda não as aprenderam, gente que não conheço e que certamente não inclui em seu contingente o leitor” (idem, p. 9). Tão importante quanto a civilidade, a etiqueta seria essencial à formação do “ente social”. Miranda (1965) ainda evidencia o caráter conservador da etiqueta ao afirmar a existência de normas de estáveis de boas maneiras, quase que impermeáveis à passagem do tempo, e que o uso teria autenticado:

Se os tempos mudam, se os costumes se alteram, de ano para ano, quase, há umas tantas normas de civilidade que permanecem imutáveis. Há um código não escrito que regula as relações na Sociedade, para torná-las possíveis com o mínimo de atrito... E é esse, exatamente, o ponto ao qual desejava chegar. Neste instante preciso, neste justo momento, há ditames de etiqueta, aceitos, autenticados pelo uso, aos quais não podemos deixar de obedecer, em Sociedade. E, como em todas as épocas, há normas estáveis de boas maneiras que são instrumento indispensável de vida em grupo (MIRANDA, 1965, p. 8).

Em seu manual, como em praticamente todos os demais, encontramos regras de convívio, aí incluídas as apresentações, o comportamento pessoal, comportamento à mesa, frente a bebidas, convites, correspondência, família, cartas, moda, luto, etc., tudo para uma consulta rápida, que evitaria o embaraço de uma exposição mesmo aos amigos.

Lea Silva (1962) apresenta seu livro à leitora, em clara eleição de gênero, talvez resultante de sua prática no rádio e na imprensa cariocas. Na justificativa que faz à edição, vai explícita a presumível condição de uma amiga leitora que “viva num âmbito mais restrito como o da família e entre amigos” (idem, p. 21) e que se encontre, eventualmente, numa situação embaraçosa, caso obrigada a frequentar salões sociais. Um manual completo que, além de abordar os mesmos temas, sempre recorrentes, comuns aos demais, nos fornece ainda um breve histórico de costumes, bastante interessante, traçando um panorama do passado, onde procura realçar que, apesar das enormes diferenças entre povos, tempos e lugares, as convenções persistem, sempre tendo em vista reger o convívio entre os homens⁴⁵. Dos hábitos vigentes na Grécia de Péricles, observa ela que os homens saudavam-se mediante a troca de uma palavra de bom augúrio enquanto inclinavam levemente a cabeça. Não curvavam o corpo como persas e egípcios, porque consideravam tal gesto contrário a um povo que cultuava a liberdade. Os romanos tinham em alta conta a saudação, e negligenciar o cumprimento era uma descortesia. Nas vias públicas, cabia ao inferior tomar a iniciativa de cumprimentar o superior que tinha o dever de responder. O imperador era saudado com o

⁴⁵ A temática é tão interessante que merece uma incursão à parte dos manuais, para referir, a propósito, Emil Ludvig (1937, p. 41), em seu livro que trata do rio Nilo, ao dar destaque às sociedades que se estabeleceram às suas margens, nos faz ver não havia menos etiqueta na corte de Mutesa (1840-1884), último soberano de Uganda. Emil dá 1840 como ano do nascimento de Mutesa. A informação é controversa, pois consta que Muteesa I Mukaabya Walugembe Kayiira teria nascido em 1837, reinando de 1856 até sua morte em 1884. Bem, não obstante eventual contradição, ele nos conta que este soberano acolhia os visitantes em uma vasta sala de palha de trinta metros de comprimento “com a dignidade dum Rei-Sol, ao som de timbales, entre bandeiras e lanceiros”. Tratava com honras e dignamente aos seus visitantes, mostrando-se “envolto em sedas índicas, na sua poltrona de cobre antigo, com uma perna estendida, como os monarcas ocidentais”. À mesa, rodeava-se de homens e mulheres de sua corte. Seu ministro, porém, mantinha-se à porta “para conjurar o mau olhado que pudesse incidir nos pratos cobertos, pois só ele tinha a honra de comer os restos”. E sempre que Mutesa fazia uso da palavra, mandava a etiqueta que seus cortesãos dissessem *niyanzi-ge*, expressão que equivalia a “muito obrigado, notável!”. Enfim, exemplos não faltam.

braço direito erguido, como se pode observar nos relevos esculpidos no foro romano. No Oriente, a genuflexão é de praxe, variando em graus: sobre um ou ambos os pés, como entre os chineses. Já os hebreus ajoelhavam-se exclusivamente perante a divindade. No medievo, ajoelhava-se com um ou com ambos os joelhos, conforme a adoração se dirigisse às damas ou a Deus. Nigerianos manifestavam respeito tocando o chão com a fronte. No Congo e na Costa do Ouro, ao dirigir-se a um superior, o inferior se punha de joelhos. Na Abissínia, dois iguais se cumprimentam erguendo a borda das vestes, mas o inferior deve descobrir-se até a cintura diante de um superior. Esfregar o nariz é um ato de cortesia entre lapões, polinésios e malaios. Diante do Dalai Lama, o tibetano ergue o chapéu, cruza os braços sobre o peito e mostra a língua.

Finalmente o dicionário de Paul Guth e Michelle Maurois (1959) que, em resposta à pergunta de por que mais um *Savoir-Vivre* entre centenas de outros, justifica sua edição na própria continuidade da vida e nas mudanças que ela acarreta, sobretudo quando se acelera, e quando se sucedem gerações audiovisuais. “La stabilité d’autrefois est rempalcée par l’insécurité de l’instant, les loisirs des grâces par l’efficacité” (idem, p. 11). A par disso, grande número de usos teriam resistido à passagem do tempo, o que comprovaria sua utilidade, de sorte que devem ser ainda respeitados, mesmo que reformulados à luz das inovações. Assim, editada como dicionário, a obra permite consultas rápidas a verbetes colocados em ordem alfabética e ao minucioso índice remissivo. Como abertura, a regra de ouro de Confúcio que estaria em fazer aos outros aquilo que desejaríamos que se nos fizessem. A linguagem é direta, repleta de um humor francês, muitas vezes epigramático, fazendo referência a escritores como Antoine de Courtin, Hesíodo, Teofrasto, Erasmo, Alfred Franklin e outros. No verbete “protocolo”, os autores afirmam que, desde que os homens se agruparam em sociedade, independente de seu regime, obedecem a protocolos. Citando Jules Cambon, refere o fato de não haver pessoas mais cerimoniosas do que os *selvagens*, dando, como exemplo, tuaregues que, ao se encontrarem no deserto, param, descem de suas montarias, sentam-se sobre a areia e ensaiam gestos, com as lanças e escudos, que têm alguma coisa de ritual. Só então, depois de se darem a conhecer dessa forma, aproximam-se um do outro. Exemplos assim, como muitos outros, levariam a crer que talvez a origem da polidez não fosse outra que não o medo (idem, p. 235). De qualquer sorte, as boas maneiras deveriam ser vistas como um meio de tornar mais agradáveis as relações entre os homens, sem se tornarem jamais um fim em si mesmas.

A etiqueta e suas regras aparecem, pois, na conjuntura social ou mesmo na conjuntura das sensibilidades, em tese, para atenuar diferenças, discrepâncias eventualmente geradoras de

conflitos em sociedade, território de disputas individuais. Ao menos a partir de seu próprio discurso, a etiqueta edita suas normas não se furtando a uma exposição de motivos. Assim, o polimento e a padronização dos espíritos, com a generalização das condutas do *dever ser*, teria a finalidade de abrandar e facilitar as relações sociais, a ponto de a maioria compreender, por exemplo, que é a mão direita que se estende na hora do cumprimento. No preâmbulo de “Boas Maneiras”, Carmen d’Ávila (1958) dá início ao seu livro dizendo: “Polir costumes é exercer uma função de alta benemerência” (idem, p. 7). Como agir? O que dizer? O que fazer? Tais cuidados, no trato social, precedem mesmo aqueles que veremos mais de perto e que buscam responder a perguntas do tipo: como escrever? O que devo dizer? E, sobretudo, o que não devo dizer ou fazer? É a etiqueta que responde a essas questões quando prescreve seus ritos e simultaneamente monitora o comportamento dos atores sociais sobre os quais exerce o seu poder. Um poder que impera sob a abstrata expectativa não de punições sensíveis, mas de consequências sociais que variam conforme as circunstâncias, conforme as ações sejam elogiáveis ou detestáveis, desculpáveis ou não.

Eis o que se tinha a dizer sobre etiqueta. Trata-se agora de responder a segunda questão proposta, que indaga sobre as regras no trato epistolar e na retórica do amor. Para tanto, procedeu-se, primeiro, ao exame de manuais do passado e do presente, para, ao depois, nos voltarmos especificamente aos protocolos do amor.

5.2.2 Protocolos Epistolares: formas, fórmulas e estilo como expressão de distinção e requinte

A vida social é mediada de prescrições, as mais complexas, verdadeiro cerimonial que abrange todas as ocasiões, prescrevendo regras para o namoro, o noivado, o casamento. Há regras para o luto, para os festejos e mesmo para o amor. Na correspondência, nada é menos detalhista. Nela, tudo é repleto de significados. Corbin Alain (1994, p. 722) menciona a textura do papel, o uso do branco, a forma do envelope, a amplitude das margens assim como a distância que separa as linhas, o manejo das fórmulas, a observância das proibições do emprego de abreviaturas, tudo isso se constitui em verdadeiros sinais de distinção regularmente prescritos. E mesmo a desenvoltura à vista da norma, que certamente se constituiria no verdadeiro indício da distinção epistolar, o exercício de certa naturalidade a envolver o domínio sutil que repousa nas fronteiras da aprendizagem.

É importante dar uma palavra sobre protocolos de formas e fórmulas epistolares, ainda que as cartas de Francisco os dispensem em grande parte, graças a sua simplicidade, não

obstante se ajustem a um estilo que se pode dizer amoroso. A razão de pesquisar e de aqui registrar aspectos gerais de formas, fórmulas e estilos epistolares no âmbito da etiqueta social, ainda que resumidamente, reside no fato de que tais protocolos documentam de forma indelével todo peso das estruturas hierárquicas que a etiqueta delineia com suas regras. Daí percorrerem-se os manuais, inclusive aqueles considerados clássicos, pesquisando neles o prescrito e o proscrito em termos de elegância epistolar, de sorte a elucidar os significados atribuídos às formas que são o revestimento desse tipo de escrita. Porque são tantos e tão rígidos os protocolos dos quais se trata, que eles acabam por estabelecer as distâncias, arbitrando as conveniências. Fica sempre claro que, no território da etiqueta, as regras se articulam à vista de iguais, de inferiores e de superiores que coexistem em sociedade à vista da realização de expectativas sutis em matéria de comportamento, especialmente quando se trata da escrita epistolar. De certo modo, tomando de uma liberalidade poética, seria permitido dizer que a forma, as fórmulas e o estilo de uma carta estariam para o seu conteúdo assim como o corpo estaria para a alma. A beleza desta poderia ser ocultada ou realçada de acordo com a forma visível e palpável que o envelope, o papel e a escrita assumem.

De complexidade elevada, a etiqueta epistolar, especialmente no passado — eis que hoje as cartas missivas são cada vez mais raras — impunha a prática de verdadeiros ritos, ao menos se atentarmos aos preceitos consignados já em 1845 por Roquette em seu “Código do bom-tom”⁴⁶, obra notabilizada entre nobres e plebeus. Ao tratar de cartas, Roquette (1997) observa que exteriormente, uma carta deveria causar a melhor impressão possível, por personificar ninguém menos que o próprio remetente perante o destinatário. Assim, uma boa letra era fundamental, bem como o domínio da linguagem. Um borrão ou nódoa eram inadmissíveis, sendo sempre preferível elaborar-se outra carta no lugar daquela que sofresse tal injúria. Mesma sorte deveria assinar-se àquelas nas quais uma palavra ou expressão houvesse sido riscada⁴⁷. Conservar uma cópia era também aconselhável, de sorte que o hábito de passar a limpo poderia servir para habituar o escrevente à prática, anota, recomendando ainda que se lesse e relese a carta, explicando que a primeira leitura serviria ao exame dos negócios; a segunda, do estilo e da correção. Além disso, a carta deveria ser sempre — ou, antes, preferencialmente —, escrita de próprio punho, regra que Francisco apenas

⁴⁶ A obra foi republicada no Brasil em 1997, organizada por Lilia Moritz Schwarcz.

⁴⁷ Como veremos mais adiante, Francisco muitas vezes se permitia riscar certas expressões e mesmo inserir palavras entre as linhas. Presumível que essa liberdade se deva ao relacionamento íntimo que havia entre ele e Maria.

excepcionalmente quebrava⁴⁸. Seja como for, a última linha e, naturalmente, a assinatura deveriam ser escritas à mão. Roquette recomendava ainda o emprego de expressões tais como criado, amigo, venerador. Quanto às cartas que devessem ter resposta, esta deveria ser dada sem demora, sob pena de descortesia, ainda que se tratasse de um “inferior”, observação que demonstra o quanto a hierarquia social era permeada pela etiqueta, verdadeira ossatura dessas diferenças. O tipo de papel também era objeto de regramentos. E quanto mais simples fosse, mais elegante seria. Os excessos deveriam ser evitados. O luto, entretanto, pedia sobrescrito preto. E ele alerta: apenas o vulgo e os criados escreviam usando meia folha de papel grosso. Entre outras prescrições formais, a de evitar abreviaturas. Em se tratando de um superior, o tratamento deveria ser escrito por extenso. Ao finalizar uma carta, a menor ou maior cerimônia envolvida no ato era determinante da fórmula a ser empregada. A correspondência destinada aos reis exigia que o papel fosse dobrado em quatro, e apenas um quarto da folha deveria ser usado, tanto na primeira como nas subsequentes. Já os tribunais exigiam páginas nem tão largas e assim por diante, extraíndo-se daí uma regra: quanto maior a importância do destinatário, maiores deveriam ser as margens. Concluir uma carta implicava no domínio de complexos protocolos. Ilustríssimo era o tratamento dado a pessoas de condição nem tão elevada. Ao final, um muito atento *venerador* ou *fiel criado*. Quando o distanciamento social não fosse tão grande, cabiam protestos de consideração e estima. Entre amigos, graça e polidez nas comunicações. Era preciso atentar, porém, que as palavras *consideração* e *estima* jamais deveriam ser empregadas de inferior para superior, “porque só a este pertence dar consideração e estima; aquele é feliz quando a merece” (idem, p. 275).

Em outra de suas obras, — “O novo secretário português ou código epistolar contendo regras e advertências para escrever com elegância toda sorte de cartas acompanhadas de modelos sobre todos os assuntos extraídos dos melhores escritores antigos e modernos nacionais e estrangeiros” —, editada em terceira edição no ano de 1860, Roquette (1860, p. 21-23) nos fornece oito recomendações que podemos assim resumir: Em primeiro lugar viria a simplicidade e a naturalidade; a seguir, a singeleza, que não deveria comprometer nem

⁴⁸ Existe no arquivo um poema datilografado, do qual se têm a cópia manuscrita. Ambos os documentos datam de 25 de maio de 1923. O poema intitulado “Cantique d’Amour”, foi escrito em duas versões, uma manuscrita e outra datilografada. Há rasuras e alterações, de modo que aquela que se supõe seja a última versão vem precedida de uma citação em francês. O papel apresenta a marca d’água que aparece em diversas das cartas de Francisco escritas entre 1923 e 1924. Aparece ali o símbolo da república e, logo abaixo, a referência “Extra Strong”, “Leinen Bond” e “Schleicher e Schull”, marca de papel que é fabricado até hoje e que é ainda de uso comum em repartições públicas.

engenhosidade nem a profundidade dos pensamentos. Em terceiro lugar, a linguagem e o tom conformes ao destinatário, à sua maior ou menor dignidade; em quarto, uma escrita correta, evitando-se expressões vulgares ou triviais; em quinto, escrever o quanto baste, evitado durezas e asperezas. A sexta recomendação diz com os longos períodos que deveriam ser usados apenas quando o pensamento a isso convidasse. A penúltima recomendação é a de evitar toda obscuridade bem como a demasiada erudição, o tom enfático, as prosopopeias e outros artifícios retóricos, salvo nos raros casos em que essa linguagem se mostrasse apropriada. Finalmente, que as cartas fossem breves sem serem lacônicas: a seqüidão seria pouco respeitosa; a digressão, sempre repreensível, denotando ignorância e despreparo.

Enfim, uma imensa gama de contrastes se estabelecia, em última análise, com vistas a preservar as relações pessoais, porém com rígida observância das hierarquias envolvidas, as quais, na verdade, ditavam os protocolos epistolares. Roquette ainda fornece regras gerais que considera válidas para todas as cartas, regras que compreendem estilo, profundidade de linguagem — esta deveria corresponder ao grau de intimidade existente entre os missivistas —, simplicidade, — que não deve confundir com desalinho. Importante ainda evitar todos os excessos de construção, bem como de cláusulas, privilegiando-se uma naturalidade que deveria provir “do coração”. Por fim, atenção aos pernosticismos e outros “movimentos oratórios do gênero” (idem, p. 283).

Mas haveria divergências. O “Manuel Complet du stylo epistolaire ou choix de lettres puisées dans nos meilleurs auteurs precede d’instructions sur l’art épistolaire et de notices biographiques par M. F. Biscarrat”, segunda edição de 1835, que nos dá uma abrangente definição: “Le style épistolaire prend tous le tons et se plie à toutes les formes : il n’est point, en littérature, de genre plus varié, plus étendu ; il comprend tout ce que la pensée embrasse, tout ce que la parole peu exprimer” (BISCARRAT, 1835, p. 1). Reproduzindo a conversação, inclusive no que tem esta de irregular, a carta emprestaria eloquência ou gravidade à ocasião. Intérprete de sentimentos íntimos, ela pode traduzir tanto a ternura quando os acentos apaixonados, o ódio e sarcasmo mais amargos, os costumes, os hábitos e o ridículo dos homens, adentrando aos limites da história, da política às abstrações filosóficas. Indo do sublime ou trivial, lacônica ou loquaz, severa ou negligente, a carta é repleta de nuances e de contrastes. Assim, estabelecer os princípios do estilo epistolar seria ter em vista que a primeira lei seria a de não haver lei. “Comment définir un art que apprend au talent même a se jouer de toutes les règles et de tous les préceptes?” (idem, p. 3). Para Biscarrat (1835), não haveria como estabelecer os princípios do estilo epistolar, porque estes seriam necessariamente vagos e gerais, de sorte a nada ensinarem, desprovidos assim de uma real

utilidade. Dizer-se que a qualidade essencial da carta seria a de ser natural implicaria em dizer que haveria gêneros que não o seriam. Por outro lado, pretender que a carta refletisse uma sorte de abandono à sucessão de nossos pensamentos ou os movimentos de nossa alma seria como assinar-lhe um gênero comum a tantos outros, como que desviando para o particular aquilo que fosse próprio a quaisquer outras obras do espírito. Assim, contrariando o que outros autores já teriam dito sobre cartas consistirem numa conversação, Biscarrat (1835) prefere denunciar como inexata essa definição, para ele, contestável, não sem propor outra:

Uma lettre n'est point une conversation ou un entretien, pas plus qu'elle n'en est le résumé: ele sera, suivant les sujets, la description d'un objet, la narration ou la discussion d'un fait, l'expression d'un sentiment, limites dans lesquelles est renfermée toute espèce de lettre. (BISCARRAT, 1835, p. 3)

E, para encerrar as questões de estilo tais como foram discutidas por autores do passado, Suard, que escreveu o tratado sobre o estilo epistolar que precede a edição das “Lettres de Mme de Sévigné” publicadas em 1858: “Qu'est-ce que caractérise essentiellement le style épistolaire? Il est embarrassant de répondre à cette question. Le style épistolaire est celui que convient à la personne qui écrit et aux choses qu'elle écrit” (SUARD, 1851, p. 25).

Não obstante se tratem de manuais que datam de mais de um século, veremos que muito da antiga rigidez no trato epistolar alcançou boa parte do século XX. Miranda (1965, p. 103-104), por exemplo, fala-nos da “epistolografia”, que seria, segundo Laudelino Freire, a arte de escrever cartas. Um hábito que estaria já então se perdendo, acrescenta, de sorte que não se deveria culpar o Correio pelo extravio das cartas que teríamos deixado de escrever. Acentua, em primeiro lugar, a qualidade do papel, que deve ser excelente. Se individual, simples, sem arrebitos, sem enfeites, preferencialmente apenas com o nome ou iniciais da pessoa no canto, ao alto, à esquerda, com variações que ficariam a cargo do bom gosto. Para cavalheiros, sempre o branco, no máximo, marfim; para senhoras, tons discretos, com assinatura a guisa de timbre, dependendo da caligrafia. Envelope do mesmo papel, preferencialmente liso, mas forrado, evitando-se aí as cores vivas. Iniciais no verso ou na aba que se cola, sempre, porém, discretamente. Papeis e envelopes pessoais nunca devem trazer o endereço, pois isso se aplica apenas à correspondência comercial. Cartas pessoais, quando escritas de outra cidade que não aquela onde se reside, a indicação no endereço vai ao final da missiva ou no verso do envelope. Que a carta, em seu conteúdo, não consista em um hieróglifo. Se for escrita a mão, o que é sempre preferível, que a letra o permita, caso contrário, a datilografia seria a melhor

alternativa. Não se deve usar a caneta esferográfica, mas de tinta azul ou preta. “Cartas em verde, vermelho, roxo, por exemplo, são um mau gosto epistolar” (idem, p. 104).

Lea Silva (1962, 41-52), falando da carta moderna, diz que cartas sociais requerem caligrafia legível e português correto, com substituição dos termos empregados antigamente por um fraseado mais natural e espontâneo. A diferença marcante seria o uso da máquina de escrever, cujo emprego ainda traria dúvidas, que não seria inconveniente no caso de longas missivas enviadas a parentes e amigos. Agradecimentos e pêsames, porém, assim como notas sociais e de convívio deveriam ser sempre escritos de próprio punho, conservando assim a correspondência manuscrita “seu antigo prestígio e renomada elegância” (idem, p. 42). Independente da natureza da carta, 1/3 da folha deve ser deixada em branco antes do início da carta; após a data e do lado esquerdo cerca de 3 centímetros de margem. Ela ainda aconselha a não se escrever sob estado de excitação, nervosismo ou má disposição, tudo para que se evitem futuros aborrecimentos. Prudência, pois, sobre tudo o que precipitadamente se tenha escrito e, sobretudo, lembrar-se de que quanto mais sóbria for a carta, mais elegante ela será. A caligrafia, na carta moderna, já admitia maior naturalidade e mesmo originalidade, mas sempre aos moldes de um talhe natural, evitando arrebiques, argolinhas, traços revirados, todos abolidos da moderna caligrafia. O papel deve ser branco para homens, admitindo-se o creme e o cinza claro, em tamanho maior do que o usado pelas mulheres. Senhoras, dirigindo-se a parentes ou amigos, encontram distinção em cores neutras: linho azul, malva, rosa, verde, lilás bege e branco. Todavia, a etiqueta condena o papel pautado, as beiradas douradas e o perfume excessivo. O luto epistolar se expressa pela tarja preto, tanto mais larga quanto for o sentimento, variando entre 1 e 1,5cm. A tarja é reduzida à medida que o luto se alivia. O luto epistolar, contudo, é abolido quando se escreve a um magistrado. Quanto à cor da tinta, a distinção é simbolizada pelo preto em papel branco. Admite-se o azul, mas o colorido deve ser proscrito, como quaisquer outras originalidades banais. Escrever a lápis revela desconsideração relativamente à pessoa para quem se escreve. A paginação admite a dobra do papel, devendo a escrita ocupar a primeira e a terceira página e assim sucessivamente. A datação das cartas traduz distinção quando aparece no início, indicando local, dia, mês e ano. Cartas sociais admitem o uso da data no canto superior à direita ou embaixo, após a assinatura, à esquerda. As fórmulas de início e encerramento também obedecem a regras, que variam conforme se trate de amigos, de um *superior* ou de um *inferior*, assim como entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens entre eles. Quanto ao endereçamento, Lea Silva já proclamava a abolição, nas cartas sociais, das expressões Excelentíssimo, Ilustríssimo e Digníssimo, pois a etiqueta moderna já teria simplificado a norma, de sorte a se adotar Senhor

e Senhora. Tratando-se de um casal, apenas o nome do marido figura no envelope. Este último, diga-se, deve ser sempre da mesma cor da carta, cuja dobra, nunca em mais do que quatro partes, deve permitir o encaixe. Por fim, os lembretes. Nunca se deve negligenciar a regra que diz que, ao se receber uma carta em presença de qualquer pessoa, é delicado pedir licença para abri-la. Inicia-se uma carta, preferencialmente, com uma saudação. Atrasos, na resposta a uma carta, devem ser justificados. Deve-se falar, na resposta, da satisfação que nos causa o recebimento da carta. Para referências aos esposos deve-se adotar as expressões “meu marido” e “minha mulher”, nunca “minha esposa” ou “minha senhora”. Apelidos ou diminutivos nunca devem ser usados fora do círculo familiar.

O manual de Carmen D’Ávila (1958, p. 196-259) segue de perto as mesmas regras no que toca à escolha do papel, da tinta, —, pois o “lápiz é incivil” (idem, p. 200) —, e dos demais detalhes, sempre recorrentes. Ela acrescenta, todavia, que, sendo indeclinável o dever de escrever para amigos, para indiferentes e até mesmo para inimigos, é importante saber como, o que e quando escrever, residindo aí grande parte da educação. Observa que os bem falantes raramente escrevem bem. Os que não possuem o dom natural de um estilo epistolar devem, contudo, ater-se “à moeda corrente das expressões costumeiras” (idem, p. 197), evitando os arremedos de originalidade, pois ser desafetado é uma maneira elementar de ser honesto. Carmen D’Ávila (1958) fornece uma técnica de perfumar o papel de cartas, que devem ser guardados em uma caixa, enrolados em panos, em contato com papel do tipo mata-borrão embebido em nossa fragrância predileta. Ela menciona os selos, que devem ser colocados à direita, ao alto do envelope, com precisão. No caso de informações solicitadas de uma pessoa que não pertença a nossas relações, ou junto a um superior hierárquico, é de praxe enviar, dentro da carta, um selo no valor da resposta. Isso é exigido sempre que se escreva a religiosos que fizeram votos de pobreza, mas nunca no caso de se escrever a um bispo. Quanto à escrita, Carmen é pela legibilidade da letra e lamenta a pouca elegância de cartas datilografadas, em que pese já se terem tornado admissíveis nas cartas sociais e mesmo indispensáveis à correspondência comercial. Comenta que a caligrafia inglesa, além de ter contra si a opinião dos grafólogos, teria o inconveniente de retirar o caráter de uma escrita.

Guth e Mourois (1959, p. 165-186) dão início ao verbete dedicado a cartas em seu *Savoir-Vivre* mostrando que se deve responder a uma carta, para economizar o remorso de não havê-la respondido e as desculpas devidas no caso de respondê-la com atraso. Ler e responder a todas as cartas que nos enviam e evitar o emprego do pronome eu, dos incontáveis eu..., eu..., eu..., as abreviaturas, não esquecer das margens, escrever legivelmente sempre em azul ou preto,— a tolerância para com as refinadas tintas coloridas teria ficado em

1900 —, e pesar todas as palavras. Eis as regras gerais. Mas haveria regras de polidez. A carta confiada deve ser sempre entregue aberta. Do contrário, poderia parecer que insinuaríamos que o portador fosse capaz de lê-la. Cabe, todavia, ao portador fechar o envelope dando assim provas de que não abusará da confiança de que é depositário. “Ne lisez jamais une lettre qui vous tombe entre las mains, même si vous la trouvez par terre dans la rue” (idem. 165). Devemos ler a sós as cartas que recebemos. Apenas se for urgente é permitido lê-la, mas sempre mediante licença dos presentes. Não se a lerá, porém, em voz alta, ao menos não antes de nos certificarmos de seu conteúdo, sob pena de, conforme as circunstâncias, termos de nos deter abruptamente na leitura.

Veja-se, pois, que não são poucos os regramentos que cingem a escrita epistolar em matéria de forma, fórmulas e mesmo de estilo. E, se considerarmos que esta escrita é outra coisa não é que a expressão mais marcante das hierarquias sociais, tem-se que seu exame se impõe como de rigor no âmbito da etiqueta social. Menos rígidos, porém não menos interessantes, são os protocolos do amor que nos propomos a examinar a seguir, fugindo um pouco às hierarquias para adentrar à esfera do sensível.

5.2.3 A retórica epistolar do amor

Se houve e se há ainda protocolos epistolares, os há também amorosos, e as cartas aí desempenham um papel crucial. É que as paixões, a seu modo, obedecem a certos estilos amorosos que, como bem acentuou Jelena Jovicic (2010), corresponderiam a formas de atualização do discurso amoroso. Para compreender o que haveria de genérico em uma carta de amor, — não obstante sua singularidade —, ela recomenda aferir a tensão dialética, fixando-se atenção em dois componentes, a saber, nos processos de codificação socioculturais e na expressividade individual. Não se deve esquecer ainda o fato de o amor possuir uma base orgânica. Nesse sentido, ele seria um fenômeno natural que veio a sofrer, posteriormente, uma *naturalização* pela cultura, acrescenta ela, fazendo referência a Niklas Luhmann. Para ela, o ocidente teria dissimulado o amor sob um aparelho ideológico imaginário, de sorte que, no decorrer dos séculos, sucederam-se diversos protocolos amorosos, podendo-se referir aí os trovadores medievais, os gentis cavalheiros das cortes do século XVII, os românticos do século XIX, os decadentes da Belle Époque — por que não? — os Franciscos do século XX. Como qualquer outro discurso, a escrita amorosa compreenderia uma retórica que, como tal, é devedora de obediência a um *dever ser* que, por certo, deve se espelhar na correspondência. Daí toda uma gama de códigos epistolares que foram, por sinal, como que consagrados em

manuais que se chamavam de *secretários amorosos*. Esses “réservoirs d’idées et de conduites discursives reçues” apareceram em almanaques, em guias mundanos, em secretários galantes, enfim uma “riche production romanesque (romans ‘précieux’ et ‘épistolaires’), sans oublier des ‘Cathéchismes’ [...]” (idem, p.116). Abundantes no mercado, eles circularam sob os mais variados e curiosos títulos, como por exemplo: “Le Secrétaire des Amants ou Le nouveau messenger d’amour. Parfait guide des jeunes gens dans leurs correspondances amoureuses, par lettres et par fleurs; conversations galantes; cadeaux à faire à sa fiancée, devoirs envers les parents; cérémonial pour la mariage; mairie, église, jeux et chansons, pour noces; Suivis et terminés par le Secrétaire conjugal. Lettres de un mari à sa femme et d’une femme à son mari. Cérémonial et chansons pour le baptême (idem, p. 117). Na introdução desse secretário a justificativa de sua necessidade. O autor ali argumenta que, não obstante a correspondência amorosa seja um caso particular do gênero epistolar que deve recusar todo artifício e originar-se de um coração sincero, ela exigiria “une maîtrise du langage et une facilité d’expression, faute de quoi le message n’atteint pas son destinataire; e, ce qui est pire encore, la maladresse attire l’échec et la dérision” (ibidem).

Esses antigos *Secretários* são obras curiosas, que dão mostras do quanto importante era revelar-se por escrito ao ser amado. O temor de expor-se aconselhava e às vezes até impunha a busca por um modelo. Encontramos um desses manuais, anônimo, sem data (1850, aproximadamente) cujo título já em si um enunciado abrangente do tema: “Le bosquet des amours ou le catéchisme des amants, lettres d’amour, leurs réponses, anecdotes et chansons, conseils aux grandes filles qui souhaitent se marier, pensées et réflexions de nos meilleurs auteurs sur l’amour”. Um conselho do editor, na abertura, estimula os jovens amantes a escreverem, renunciando, porém, às frases pomposas ou inúteis, primando pela naturalidade. Mas, acrescenta, os conselhos ali contidos referiam-se tão só à forma, porque « le fond doit partir di coeur » (idem, p. 12). Dentre muitas sugestões do editor, destaque para a que se segue, sugerida a um jovem tímido que quisesse confessar seu amor por uma senhorita :

Lettre d’un jeune homme timide à una demoiselle.

Mademoiselle,

J’ai combattu longtemps la plus honorable et la plus respectueuse passion qui jamais ait rempli le coeur d’un homme. Souvent j’ai voulu vous la déclarer de vive voix, plus souvent encore j’ai tenté de vous écrire ; mais je n’ai jamais pu trouver assez de courage pour accomplir mon dessein. J’ai en beaucoup de peine à garder mon secret : mon embarras a redoublé pour le révéler ; mais aujourd’hui je ne puis plus de retenir. Je vole avec ravissement pour vous voir, et, quand je jouis de ce bonheur, au lieu de me trouver animé, comme cela devrait être, j’éprouve, au contraire, un embarras qui m’ôte tout pouvoir de m’exprimer. C’est la défiance de moi-même, la persuasion de mon peu de mérite, la haute opinion que j’ai du vôtre, qui me donnent cette timidité. L’amour, dit-on, inspire du courage aux hommes et les excite aux plus

nobles actions : qu'il opère différemment sur moi, puisqu'il m'ôte jusqu'à l'assurance nécessaire ! Tout romanesque que ma passion puisse vous paraître, croyez, Mademoiselle, à ma sincérité. Si l'excès du respect est un crime, il porte son châtiment avec lui. Il est inutile d'ajouter que mes desseins sont honnêtes : qui oserait approcher d'un object ausse parfait avec des vues coupables ? J'ose me flatter que ma famille, mon état, ma fortune peuvent soutenir l'épreuve du plus sévère examen.

Daignez donc, Mademoiselle, encourager mon respectueux amour par une réponse favorable, et je serai à jamais votre, etc. (LE BOSQUET, s/d, p. 14-15).

Ainda a propósito dos *Secretários*, estes mereceram não só referências como comentários em nota da parte de Luhmann (1986, p. 191), que cita alguns deles, publicados no passado, todos tendo em vista fornecer auxílio àquele que pretendesse exercitar uma verdadeira arte da conquista. Assim, Bernard Bray, *L'Art de la lettre amoureuse: Des manuels aux romans* (1550-1700), (The Hague/Paris, 1967), obra a partir da qual se constata que formulações elegantes e elogios em profusão eram fundamentais em cartas, inclusive nas de amor. Ele cita ainda Jean Puget de La Serre, *Le Secrétaire de la cour ou la manière d'écrire selon le temps*, (reimpresso Lyon, 1646); Boursault, *Lettres de respect, d'obligation et d'amour*, (Paris, 1669), que inclui o notável *Lettres a/de Babet*; Raymond Lebeque, *La sensibilité dans les lettres d'amour au XVIIe siècle*, em *Cahiers de l'Association internationale de l'études françaises*, 11 (1959), pp. 77-85, que propõe que a autenticidade da expressão emocional e, com esta também sua percepção pública, teria aumentado ao longo do último terço do século XVII, dado que estaria relacionado ao fato de que as mulheres teriam então começado a escrever cartas de amor.

Para Lumann (2010, p. 24-25) a concepção do amor viria do final da Idade Média e teria se tornado dominante na modernidade. É uma concepção que interpreta amor como paixão, algo que antes era excluído como sem função social, mas que veio a tornar-se agora como característica dominante. Na imaginação comum, quase banal de hoje, o amor paixão apareceria como associado a momentos cheios de significação, tais como sentir-se impotente pela emoção e à mercê de uma obsessão quase patológica. Some-se a isso a aleatoriedade do encontro e a sensação de serem destinados um ao outro, tal qual um milagre inesperado, inexplicável, impulsivo, mas intensamente aguardado, que aconteceria em algum dado momento da vida.

Trata-se aqui do pequeno grande mundo das sociabilidades, das objeções, dos regramentos do que deve ser e do que não deve ser a suscitarem, na faina diária, toda uma série de pequenos conflitos, de dúvidas, de incertezas quanto a posições a tomar. Leenhardt (2010, p. 27-28) observa que há dois termos que se equivalem, ambos designando a emergência da assim chamada *civilização*. Estes termos são *civilidade* e *socialidade* e eles se

fundiriam, em dado momento histórico e em especiais circunstâncias, com a noção de *sociabilidade*. São termos que teriam em vista designar formas de respeito para com o próximo, regulando uma violência que seria natural ao indivíduo. “Assim, a construção histórica do *saber-viver* pode legitimamente aparecer como uma maneira de gerir a contradição entre o indivíduo e a sociedade, entre a liberdade individual e a regulação das paixões. O *saber-viver* instaura uma domesticação coletiva” (idem, p. 28). Luhmann (1986, p. 36), por sua vez, chama a atenção para o fato de a sociabilidade, assim como o polimento social e mesmo detalhes estilizados de comportamento, serem considerados como pré-condição a ser observada em futuros parceiros, ou seja, naqueles que se teria em mente como possíveis candidatos a relacionamentos futuros.

Ainda que mais perto de nós no tempo, Carmen D’Ávila (1958, p. 219) faz questão de honrar os portugueses que não dão publicidade às cartas de amor acaso recebidas porque a todo homem de honra assistiria o dever de as lançar ao fogo. E cita Garret, a propósito, que teria comentado a suavidade do cheiro das cartas de amor, quando se queimam. Já os franceses, diz ela, não só as conservam como as publicam, daí a celebridade de livros baseados na correspondência íntima de pessoas célebres, o que não deixaria de ser útil para a crítica histórica. Mas, lamenta:

[...] hoje em dia, em nosso meio de brasileiros bem nascidos, já temos visto cometer-se o crime nefando de publicar, nos seus mínimos pormenores, uma correspondência entre esposos... (!) quando um homem de bem, nem mesmo em defesa própria, pode permitir-se lançar mão de documentos íntimos (D’ÁVILA, 1958, p. 220).

Guth e Maurois (1959, p. 177-178) abordam o assunto aconselhando cautela. Deve-se sempre pensar que uma carta de amor pode cair em mãos outras que não as de seu destinatário, sem falar que podem até comprometer o adorado correspondente. Não obstante isso, pensar muito poderia deter nosso *elán* quando “l’amour, même dans le lettres, deteste freins” (idem, p. 177). Todavia: “Montrer à um tiers des lettres d’amour, c’est commettre um attentat à la pudeur” (ibidem). Cartas de amor devem ser escritas quando se dispõe de tempo, porque devem ser intermináveis. Não tendo tempo, fazer chegar às mãos do ser amado um bilhete, prometendo escrever no dia seguinte. E se hoje não sentirmos prazer em escrever uma carta de amor, devemos esperar o dia de amanhã. Todavia... “Si demains vous n’en trouvez pas davantage, changez d’amour. Il serait sacrilège de conseiller des formules de lettres d’amour. Si le coeur ne vous les dicte pas, écrivez plutôt des lettres d’affaires” (ibidem). Não obstante

tal recomendação, os autores não se furtaram de fornecer um exemplo tomado ao *Le Nouveau Secrétaire de la cour ou Lettres familières sur toutes sortes de sujets*, 1761, como segue:

La passion que j'ai pour vous, Mademoiselle, est si forte que je ne puis me dispenser de vous écrire pour vous assurer de mes respects, et pour offrir mes très humbles services. Mais ce n'est pas assez, il faut qu'elles (mes lettres) vous disent tout bas que je vous aime. Cet mot est trop hardi, je ne veux plus les dire, sans avoir souffrié que j'aie toute l'estime possible pour vous ; et je me tiendrai fort heureux, si elle pouvait m'attirer l'honneur de vous plaire et le privilège de me le dire ; Mademoiselle, votre, etc. (GUTH E MAUROIS, 1959, p. 178).

Enfim, protocolos de amor. Nem porque nascidos da espontaneidade dos corações refogem aos regramentos de um dever ser que se insinua também nos manuais. Agora, dando por finda essa parte introdutória, resta examinar como se apresenta o epistolário franciscano e, depois, como as normas do bom-tom, socialidade e civilidade, modos de ser e de amar nelas se refletem, tentando explicar esta ação, ou antes, essa disputa entre ação individual e ordem social. Ao final, tentar saber como se explica a influência francesa nas normas de etiqueta, verificando sua presença das cartas de Francisco.

5.3 Espontaneidade, informalidade e originalidade em um longo romance epistolar

Quadro 40 — Trecho de carta de 07/04/1936.

Herval – 7 – abril -936

Querida Mary

Recebi as tuas duas cartas, uma de 10 e outra de 12 do corrente. Vieram trazer-me uma saudade maior: a saudade de estar a teu lado, de ouvir a tua voz, e, sobretudo, de sentir a tua alegria ainda meio criança, clara, feita de pensamentos leves, e que repousa e faz bem.

As cartas que Francisco escreveu para Maria são espontâneas e informais. Ainda que tenha observado a correção no emprego da tinta quase sempre preta, às vezes azul, a paginação inclui a escrita em todos os lados da folha. Ele não se detém na primeira e terceira páginas do papel dobrado. Ele parece economizar espaços. A data, porém, quando não omitida, colocava-a ao compasso das regras: às vezes no início, mas quase sempre ao final, após a assinatura, embaixo, à esquerda.

Informalidade e espontaneidade. Eis aí características que saltam aos olhos do observador menos avisado e que podem parecer relevantes para que se ajuíze seu grau de autenticidade ideológica. A mentira seria mais rebuscada? E termos de sociedade, consciência e comunicação não operam em um mesmo nível. A primeira é individual e só se torna visível,

— não necessariamente crível —, quando a segunda se efetiva⁴⁹. Não se trata aqui, pois, do exame do estatuto de veracidade das cartas, mas de sua realidade como legado epistolar, como documento de época, como escrita de si em toda extensão da subjetividade inerente ao sujeito que o produziu. O que se pode afirmar, do ponto de vista da prática epistolar, é que Francisco não recorre a artifícios que tornem suas cartas rebuscadas e artificiais. Antes, chega mesmo a tratar com naturalidade os erros decorrentes, ora da pressa, ora da espontaneidade. A saber, se, como ele mesmo refere no trecho que segue, guardaria cópias consigo:

Quadro 41— Trecho de carta de 22/08/1925.

Maria – Pelo correio de hoje, mando-te uma copia nova da minha ultima “carta”, com ligeiras modificações no fim. Na pressa com que escrevi, cometi alguns cochilos, que eu me apresso em reparar.

A simplicidade dessas cartas, porém, não compromete sua elegância, porque Francisco observa, — ou, no mínimo, não se distancia —, dos cânones básicos prescritos para uma escrita correta. Não se encontra, em Francisco, tendência a servir-se de expressões rebuscadas e lugares comuns tão hábeis a dissimular um ardil amoroso da parte daquele que se dá a ver ao ser amado da forma como deseja ser visto. Afinal, a corte amorosa presume um cálculo, um objetivo a alcançar da parte do outro, quanto mais na carta, sabidamente indelével. Trata-se de conferir visibilidade ao que seriam as instâncias mais íntimas do eu, missão que pressupõe o domínio de certas habilidades, não importa se para expressar um sentimento que o sujeito tenha por real, ou se, por cálculo, age com intuito de simulador. Nada indica que Francisco tenha se servido de modelos epistolares encontráveis em manuais e secretários. Ele parece muito simplesmente limitar-se a descrever o que supostamente sente, como sente, com aparente sinceridade. É em vão que em suas cartas se procura o rigor das prescrições. É comum, por exemplo, que nelas se encontrem até mesmo palavras riscadas. Às vezes, tendo em vista uma possível economia de espaço no papel, a escrita vai para cima, invade as margens, aperta-se, comprime a assinatura, evidenciando um grau notável de descontração e mesmo de intimidade (figura 29).

⁴⁹ “Aqui no se trata de discutir, ni de justificar las razones que una persona puede tener para mentir, de lo que se trata es de constatar la diferencia operativa entre consciencia y comunicación” — adverte Monteagudo (2006, p.XXXI) no Prólogo à edição mexicana da obra de Luhmann, que considerava a comunicação como fundamental à compreensão da sociedade.

Figura 29 — Detalhe de carta de 1936, Herval, RS, reproduzida no quadro 19 do anexo.

Fonte: Acervo da autora.

Uma informalidade que afeta, todavia, tão só o aspecto material dessas cartas, cuja originalidade, que pode até apresentar-se como transgressora, não encontra precedentes em modelos epistolares:

Quadro 42 — Trecho de carta de 18/08/1924.

Mas, eu te amo. E não sei donde nasceu este amor, não sei donde ele veio... Sei apenas que te amo, e muito. Será por seres mulher, e por ser eu homem? Mas, se fosses homem, não serias meu amigo? Eu, por certo, se fosse mulher, seria tua amiga, tua amiga exclusivista, que não te permitiria a graça de um namorado... Viveria contigo, e contigo morreria... Que loucura, Santo Deus! Que ninguém saiba dessas cousas! Apaga, por favor, os últimos períodos. Mulher, eu? Que blasphemia! Perdoa-me, meu amor!

Perdoa
o teu
Francisco
18-8-24

Tais características, entretanto, não impedem que, como cartas, obedeçam a uma estrutura mínima: começam por Maria ou Mary, nome às vezes precedido dos adjetivos “querida”, “adorada”, “minha noiva”, após 1932, e se encerram com a assinatura de Francisco, muitas vezes antecedida do pronome possessivo: “do teu Francisco”. Há cartas da década de 20, por exemplo, escritas em papel cartonado de alta gramatura, que tiveram uma medida estabelecida por Francisco:

Quadro 43 — Trecho de carta de 22/08/1925.

Desse jeito, eu fixe a medida para as minhas cartas. É do meu gosto que todas acabem invariavelmente na quarta página. Entretanto, haverá transigências: quando o sentimento romper os preceitos da medida.
 at. am.
 Do teu
 Francisco

Ainda que o epistolário franciscano não mantenha equivalência com rigorosas lições de etiqueta epistolar e ainda que não sirva de modelo neutro que se preste para ser copiado por apaixonados carentes de inspiração ou inseguros no que respeita à escrita, são cartas que vão muito além disso, porque nos privilegiam o contato com um nível sutil de adaptação ao mundo, aproximando-nos de vivências reais, além de nos propiciar a visão cenográfica de todo um gestual inerente à corte amorosa:

Quadro 44 — Trecho de carta da década de 1930.

Mary adorada
 Estou aqui em plena campanha. Que saudade de ti, meu amor. Vejo a tua sombra em tudo, nas arvores, nas nuvens, nas coxilhas. Viver longe de ti não é viver, é uma “morte temporária”, um mergulho passageiro no nada, um estacionamento no vazio.

Francisco nem sempre datava suas cartas e a maioria delas foi guardada sem o respectivo envelope. Alguns destes, contudo, aparecem no arquivo, até mesmo com selo e carimbo dos correios. Separados das cartas, porém, não podem ser mais vinculados com certeza à missiva que um dia conduziram à sua destinatária. Além de cartas, há poemas, bilhetes, telegramas, estes últimos com sua clássica economia de palavras. A correspondência cobre em parte duas décadas: de 1922 a 1926 e de 1930 a 1937. De todo o conjunto, o mais antigo documento datado que evidencia a relação entre Francisco e Maria é um telegrama. Foi passado da cidade de Encantado para Porto Alegre, no dia 03 de janeiro de 1922, aniversário de Maria (figura 30). Ela recebe o tratamento de “senhorita” e as carinhosas felicitações daquele que seria, quem sabe, o grande amor de sua vida.

Figura 30 — Telegrama de felicitações de 03/11/1922, Encantado, RS.

Fonte: Acervo da autora

Desde o envio deste telegrama que, com sua despretensiosa e breve saudação, nos revela a data de aniversário de Maria, o tempo exigirá ainda da parte dos enamorados o pagamento do pesado tributo de dez anos, nem mais, nem menos, para que aconteça o noivado do qual se tem a participação. A data do chamado “contrato de casamento” coincide exatamente com a do aniversário de Maria. Uma década, — reflita-se —, em termos de namoro e compromisso, indica contrariedades proporcionais, quem sabe, ao grau de persistência e empenho exigidos da parte de ambos, um exercício de paciência que as cartas atestam em detalhes cheios de drama e de romance⁵⁰.

⁵⁰ A propósito dos noivados, Carmen D’Ávida (1958) dedica-se minuciosamente ao assunto. Entre noivos, diz ela, a troca de correspondência era permitida, desde que fosse observada reserva na maneira de exprimir por escrito os sentimentos e isso não apenas por uma questão de fato, mas por uma medida de prudência. Quanto à duração, acrescenta que “um noivado oficial, porém, para manter a sua elegância, deve ser curto: três meses no máximo” (idem, p. 310).

Figura 31 — Participação de noivado de Maria e Francisco em 03/11/1932.

Fonte: Acervo da autora

A última carta da década de 1920, escrita em 17/03/1926 (quadro 45) merece especial destaque, porque é, em parte, esclarecedora ao mesmo tempo em que obscura. Esclarecedora à medida que nela Francisco confessa sua apreensão com a possibilidade de suas cartas terem sido interceptadas, bem como seu temor de “serem descobertos”. Obscura, porque omite de nós, no papel de terceiros que se introduzem na história, detalhes que seriam decisivos para se saber, afinal, por qual razão o casal temia ser descoberto. É permitido, contudo, especular.

A dar-se razão a Luhmann (1986, p. 172), relacionamentos íntimos seriam sistemas sociais carregados de expectativa, — espécie de busca por uma reciprocidade de perspectivas —, particularmente, mas não exclusivamente, da parte dos participantes, uma vez que há sempre outros envolvidos. Tais relacionamentos precisam responder ao que se espera deles, sob pena de enfrentarem dificuldades no âmbito social. Em tal contexto, seria importante distinguir as relações de um sistema com seu ambiente das relações do sistema com os sistemas individuais em seu ambiente. Uma visão mecânica de conflitos íntimos que se exteriorizariam a partir de encontros e desencontros, mormente na frustração dessas expectativas, ou reciprocamente, da parte dos participantes, ou na perspectiva destes em

disputa com o ambiente. Um ambiente se não hostil, inspirador de desconfianças, repleto de incertezas que *devem ser* mediadas por regramentos de conduta, na vida e no papel. Incertezas e desconfianças que vão aí narradas em detalhes:

Quadro 45 — Carta de 17/03/1926.

Maria – Em tua carta de hoje, supuzeste muita cousa para explicar o não recebimento da minha carta de dez e, entanto, não supuzeste tudo. Deixaste até de fazer suposições mais acceitaveis, pelo [menos] para mim, que aquellas de fizeste. Pensaste, antes de tudo (era natural...) numa exageração de castigo; depois, numa viagem imprevista; e, afinal, num outro qualquer motivo grandemente dominador. Erraste em todas as tuas conjecturas, em todas as tuas hypotheses. Motivo grandemente dominador, viagem, exageração de castigo, nada disso houve. Nem pouca vontade de escrever, nem preguiça, nem falta de prazer, nem desejo de dizer-te qualquer cousa, illuminado pela ancia de receber de ti alguma cousa. Ao contrario: Foi até radiante de felicidade que senti chegar o dia oito, que te escrevi, e tão anciosamente esperava já a tua resposta que nem puz, nessa carta, o dia em que devias esperar a outra... Em vez de te castigar, eu é que estava sendo castigado... Por isso foi com surpresa que soube do não recebimento da minha carta. Esta, como disse, foi escripta e deitada na caixa postal, dia oito. Agora, para mim, as presumpções possiveis, admissiveis, verdadeiras, são estas: ou ~~a carta~~ houve extravio ou interceptação. Tanto a primeira quanto a segunda hypothese são acceitaveis. Mas quem poderá saber qual foi a realisada? Em todo caso, a segunda é a menos difficil de ser verificada.

Essa “complicação” veio trazer-me o antigo temor na fragilidade do nosso plano. Eu tenho bem consciencia da sua inconsistencia. Receio que sejamos descobertos. Não que eu tema por mim. Eu temo por ti unicamente, que estás tão perto das creaturas que se preocupam tanto contigo e com as nossas cousas.

Porisso, doute uma suggestão prudente: cessarmos a nossa correspondencia. Eu irei soffrer muito. Irei entir mais desolada a minha solidão. Mas, é necessario. A vida, continuamente, exige do homem para a sua felicidade, um novo sacrificio. Eu estou prompto a fazer ~~he~~ todos os que me pedir. Irei fazer mais um.

Responde-me logo.

Do Francisco

17-III-MCMXXVI – Media nocte

Tudo indica que, por conta de uma disputa, em parte clara, em parte obscura, entre o casal e outros personagens desse mesmo drama, o romance epistolar é interrompido. Ao menos é o que deduz do fato de que será apenas a partir de 1930 que haverá outras cartas, levando-se em conta, todavia, o risco implicado em parte correpondência apresentar-se sem data. E também a mencionada participação do noivado em 1932 (figura 31), que formalizará, aos moldes da etiqueta vigente⁵¹, o relacionamento de ambos. Noivado prolongado, contudo. De 1937 tem-se um cartão, marco temporal limite da correspondência estudada, datado de 1º de janeiro (figura 32), pela passagem do Ano Novo. Ainda não estavam casados. A correspondência cessa a partir daí. No arquivo de Lysia, todavia, há cartas de Maria, da década de 1950, pelas quais se pode saber que o casamento aconteceu realmente, embora apenas em 1948.

⁵¹ A figura 31 mostra a participação do noivado de Maria e Francisco. Os nomes dos pais dela, que aparecem em primeiro lugar, seguidos dos nomes dos pais dele foram omitidos da imagem, evitando a publicação de dados de identificação. O documento se apresenta de acordo com as formalidades que são peculiares às participações: nome das duas famílias em folhas duplas, brancas, de tamanho razoável, observa Carmen D’Ávila (1958), exceto que não se lê ali a praxe usual do “têm a honra de participar” (idem, p. 321). Uma omissão que talvez se explique pelas contrariedades ao relacionamento das quais as cartas dão testemunho.

Figura 32 — Cartão de felicitações pela passagem do Ano Novo, Porto Alegre, 1º/01/1937.

Fonte: Acervo da autora

Vão aqui detalhes dessa longa história de amor que se fez documentar. As cartas de Francisco dão a ver não apenas a dispensa de formalismos epistolares rígidos, mas ainda detalhes que evidenciam a existência de um romance dramatizado pela separação. Há resistências de lado a lado, e tudo à vista de implicações de ordem social, de uma conformação e mesmo de um conformismo que exigiu sacrifícios de ambos, muito embora em prol de uma felicidade futura com a qual sonhavam. Todavia, se a história de vida de Maria e de Francisco não interessa nem a nós e menos ainda à história, o gesto epistolar do qual dão prova é valioso, até mesmo porque são cartas que não falam apenas de amor. Como correspondência afetiva são eloquentes para enunciar maneiras de ser no mundo de outro modo dificilmente observáveis tão de perto, além de apontar para formas de linguagem e para maneiras de amar e de ser amado. Inserem-se, por isso, no amplo contexto da etiqueta social, ou antes, dessas prescrições do dever ser na vida social da qual são o reflexo e que merecem ser examinadas mais de perto.

5.4 Em sociedade, pela sociedade, para a sociedade: com licença, por favor, perdão, muito obrigado

Quadro 46 — Carta da década de 1920.

Não posso ver-te. Essa impossibilidade é irremediável. Resigno-me. Para sua felicidade, a creatura humana, em face do irremediável, resigna-se facilmente ou difficilmente, conforme a intensidade do golpe. Eu me resigno também, não em toda extensão do acto. A resignação é o último estado da alma. Ella pertence aos sábios e aos philosophos. Mas, falo da resignação total, da resignação bondade, que esquece e perdoa. E na minha alma move-se um turbilhão de paixões diversas e contrarias...

A civilidade parece impor um custo, uma disputa entre a vontade de agir e uma ordem vigente. Cobra-se, ao menos no que se extrai das afirmativas de Francisco nesta carta. É de bom-tom resignar-se, não obstante as paixões da alma, sacrificado o interesse pessoal à vista das conveniências ditadas pela socialidade e pela civilidade, aspectos que devem ser aproximados por sua vez. É que, ao estabelecer regramentos aplicáveis a tipos *ideais*, a etiqueta, torna tais tipos efetivamente *reais*, tão reais quanto o legado epistolar de Francisco.

A estrutura de uma sociedade foi e será sempre uma amálgama dos sacrifícios pessoais em benefício das coletividades; na serventia do apóstolo, vive a caridade cristã; na abnegação do sábio, a ciência; no sofrimento da maternidade, o filho; na virtude individual, a santidade. Fora desses princípios, é o atentado à honradez, ao caráter, é a caçada ao prazer e ao gozo, enfim, é a promiscuidade barbarizante das sociedades modernas (CARMEM D'ÁVILA, 1958, p. 308).

Atente-se ao caráter austero dessas exortações que integram um manual de etiqueta e talvez possamos valorar com mais precisão os rigores que a vida em sociedade impõe, as adaptações que exige. Trata-se de uma idealidade real, todavia. Explique-se. Reais, porque tais tipos não seriam o resultado de construções levadas a efeito no campo teórico por cientistas sociais, como bem observaram Abrutyn e Carter (2015, p. 353), apoiados em Wouters. Ao contrário, tratam-se de adaptações a ideais efetivamente reais, à medida que deles resultam adaptações na prática. A palavra etiqueta lembra ética, sem com ela confundir-se, e sugere mesmo a noção de uma espécie de ética menor, insipiente, porque generalizável socialmente e, sobretudo, presente desde a dimensão mais ordinária do dia a dia. O aprendizado da paciência, do heroísmo, do perdão, instâncias do ser frente à vida e ao outro, a exigirem do homem, constantemente, o exercício da vontade frente às contingências da vida real rumo a um dever ser que se delineia sutilmente pela via dos regramentos que a etiqueta traça. Tais esforços de adaptação são perceptíveis na escrita de Francisco, e mais ainda, deixou-nos ele suas reflexões acerca dessa necessidade de adaptação.

Quadro 47 — Carta da década de 1920.

E a creatura humana aprende a soffrer somente quando attinge a esse estado que eu chamo divino, de paciencia depois de haver soffrido, com resignação, toda gama pungente das dores deste mundo.

...

Vieram-me ao pensamento essas breves considerações, por que um homem, perverso e infeliz, e a quem dediquei, há até bem pouco tempo, grande parte da minha affetividade, acaba de projetar na minha vida a amargura de um mal, felizmente reparavel, por ser apenas material. E é esse homem que me impede de ir visitar-te... Saberás o porque mais tarde.

Mas eu, que já apprendi a soffrer, sei perdoar. E perdoei-o. Perdoei-o como se deve perdoar, com o mais nobre e verdadeiro perdão: esquecendo o mal produzido.

Abrutyn e Carter (2015, p. 354-355) destacam ainda que as normas e valores inerentes à etiqueta social tendem à generalização e à abstração, à medida que a sociedade se torna mais complexa e diferenciada, o que confirmaria, segundo eles, o que Durkheim já afirmara ao analisar a organização do trabalho. Haveria uma lógica teórica subjacente à etiqueta, e o problema aí implicado consistiria na identificação desta lógica gerenciadora da tensão entre ação e ordem. Se há regras de etiqueta às quais todos devem respeitar, qual seria o processo pelo qual se estaria em conformidade com tais regras? A proposta de Durkheim, afirmam eles, é a de uma teoria normativa da ação, segundo a qual a socialização internalizaria as normas cuja violação teria sanções como consequência, daí resultando uma espécie de autorregulação por parte dos indivíduos pela pressão de uma ordem moral. Ao menos quando se trata da etiqueta do dever ser. Não raro, têm-se as autossanções, autocensuras resultantes de uma falta que causa sofrimento só aliviado com o perdão que se busca:

Quadro 48 — Carta de 24/10/1925.

Não posso por um ponto final nestas linhas desbotadas, sem dizer-te uma cousa: a angustia tortura terrivelmente o meu coração por saber que o meu miseravel e torpe silencio te martyrizou dias e dias, noites e noites. E, assim, mais uma vez que quero o teu perdão, e te prometto nunca mais fazer-te soffrer com o meu silencio...

Eventuais conflitos resultantes entre ação e ordem seriam mediados por normas definidoras do comportamento, normas estas que constituem, justamente, a substância dos manuais. Se o homem vive em sociedade uma vida de relações, os conflitos são o resultado natural de ajustes devidos a eventuais não conformidades. Daí a noção de sociedade resultar como fundamental, ainda mais quando se busca compreender a atuação de normas⁵² de etiqueta:

⁵² Para Koller (2014, p. 157) o termo “norma”, de ampla utilização na atualidade, abrangeria uma variedade considerável de entidades que teriam, todavia, uma coisa em comum, qual seja, o fato de terem sido concebidas com vista ao fornecimento de diretrizes para a ação humana. Seriam diretrizes de ordem legal, cujo

Quadro 49 — Carta de 07/11/1924.

Quanto ao nosso caso, acho que não devemos nos explicar. Que poderia eu dizer-te? Que me responderias tu? Si eu te explicasse, talvez rompessesmos. E tu mesma me disseste que, por esse preço, não querias explicação... Lembra-te?

E depois, para explicar, eu teria que recordar certos detalhes amargos do meu passado; certos pedaços dolorosos da minha vida.

Seria sofrer, tão cedo, de novo, a mesma dor.

Foi um simples incidente de amor, nascido, somente, do meu demasiado amor por ti.

Esquece-o. E não me o relembres nunca.

Abrutyn e Carter (2015) detiveram-se também na análise de como as transgressões e violações são tratadas pelos manuais, fazendo ver que a noção de Durkheim de sagrado e de profano deveria filtrar os efeitos perturbadores decorrentes da violação da ordem moral. Dentre os estigmas impostos, a vergonha seria uma das emoções mais poderosas no que concerne ao questionamento pessoal do violador, e não ao seu comportamento, contatando-se que, enquanto manuais mais antigos enfocam as consequência de um comportamento violado para o eu, voltando-se, assim, aos conteúdos éticos da norma, os manuais mais recentes suavizariam o golpe, imputando-lhe condenações de menor severidade e impacto. Seja como for, a realidade é sempre mais rica e abundante do que qualquer concepção teórica, de sorte que, em sociedade, diante das exigências que a vida impõe, pode-se oscilar entre a dúvida e a certeza:

Quadro 50 — Carta de 15/12/1924.

Hontem, após aquella longa e torturante situação de duvida “hamletica”, em face de um acto, cuja decorrença talvez receiavas, tu me abandonaste à tristeza dolorosa do meu isolamento. Bem compreendeste isto, como bem compreendi eu a tragedia emocional do teu espirito, a hesitação a ultimo grau, enleando-te, desfallecedora, se fixava em todos os teu gestos. A indecisão prendia, barbara, sem piedade, o mecanismo dos teus movimentos naturaes, impedidndo, assim, uma firme e espontanea realização da tua vontade. Torturava-te um vago temor, com raizes, quem sabe, na consciência que iria produzir em mim o teu procedimento.

Rompimentos de namoro, de noivado, o corte social de alguém, os erros na apresentação de uma pessoa para outra, a falta de controle na expressão das emoções são exemplos das violações analisadas por Abrutyn e Carter (2015., p. 372) que tiveram suas penalidades revistas ao longo do tempo, com abrandamento das sanções pertinentes. Resulta daí que as normas de etiqueta tenham se tornado menos rigorosas em suas sanções. A

cumprimento se daria por força obrigatória; de ordem convencional, por pressão social, seriam as regras de interação, como são as regras de jogos; e as regras de etiqueta social também, inspiradoras de prudência e eficiência, de decisões privadas correlatas a princípios morais e convicções, inclusive políticas.

formalidade, que já imperou um dia, vem dando lugar à informalidade. Os marcadores de status social que servem para diferenciar a elite daqueles que têm a expectativa de atingi-la um dia passam hoje por um comportamento “apropriado” relativamente aos padrões de consumo, assim como pelo prestígio residencial, educacional, ocupacional. Eis aí fatores eminentemente econômicos, compatíveis com uma noção econômica de sociedade.

Mas se, — como afirma Marsilla (2006, IV) —, Durkheim explica as transformações sociais pela ampliação do conceito econômico da divisão do trabalho e, antes dele, Marx postulara a importância das relações sociais originadas pela produção organizada de bens materiais, pode-se acrescentar que o sociólogo da imitação, Gabriel Tarde (2001)⁵³, não se mostra satisfeito com as explicações puramente econômicas da sociedade. Aquelas que, em termos gerais comumente aceitos, a definem como um grupo de indivíduos distintos que se prestam mútuos serviços. Uma definição de ordem econômica, para ele, “aussi false que claire” (idem, p. 119), que poderia, até com vantagem, ser substituída, por exemplo, por uma concepção jurídica, não utilitária: o indivíduo se aproximaria de todos os demais por força de direitos análogos, com ou sem reciprocidade, estabelecidos em leis, costumes ou convenções admitidas. Para Tarde (2001), seria um erro pensar que, com a civilização, as sociedades dariam preferência às relações econômicas sobre as jurídicas, porque todo trabalho, serviço ou troca sofreriam controle por parte de uma legislação tendente a tornar-se cada vez mais complexa. Assim, às prescrições legais se acrescentariam usos comerciais ou mesmo outros, que ganhariam força de lei, e que iriam desde as formalidades simplificadas e generalizadas da polidez até os usos eleitorais. Para se estar em relação social com os outros homens, todavia, seria preciso mais do que as relações puramente vitais : todos comem, bebem, digerem, caminham, mas, para falar, seria preciso ouvir falar, e tem-se aí um liame social valioso. Tanto que, argumenta (idem, p. 127), os animais de La Fontaine, — raposa, cegonha, cão e gato —, vivem em sociedade, malgrado a distância que os separa, por falarem uma

⁵³ A propósito, o polêmico confronto que aconteceu entre Durkheim e Tarde do qual se tem o resumo extraído da *Revue Internationale de Sociologie*, 1904, 12. A conferência teve lugar na École des Hautes Études Sociales, à Paris, no início do ano escolar 1903-1904, e foi reproduzido em: Émile Durkheim (1975), *Textes*. 1. *Éléments de théorie sociale*, pp. 160 à 165. Paris: Éditions de Minuit, 1975, 512 pages. Collection: *Le sens commun*. Em apertada síntese, Durkheim defendia que a Sociologia deveria abandonar seu caráter filosófico, aproximando-se da realidade concreta. Afirmava também que os fatos estudados por ciências sociais distintas teriam um caráter comum, eis que sociais, tendo a Sociologia, por objeto, justamente o estudo do fato social em sua abstração. Comparando os fatos sociais, ver-se-ia que eles teriam em comum os caracteres gerais da socialidade. Já Gabriel Tarde, ainda que admita a importância de leis gerais extraídas de uma metodologia comparativa, persegue, em paralelo, outro método que se serviria de « de cette microscopie sociale qu'est la psychologie intermentale ». Ele afirma ainda ser desnecessária a formulação de leis para a constituição definitiva das ciências, mas, sim, uma ideia diretriz nas pesquisas. Porque as ciências sociais, argumenta ele, não seriam devedoras de regras de métodos objetivos, mas realizaram seu desenvolvimento no sentido da psicologia : na vida social não haveria senão atos de indivíduos a indivíduos.

mesma língua. A generalização de ideias e gostos nos salões do século XVIII, teria inclusive aproximado os dois sexos, vantagem social adquirida ao preço da fecundidade e da honestidade das famílias (idem, p. 126). Gabriel Tarde, assim, vai encontrar na imitação o fato social elementar, fundamento das relações sociais, de onde sua definição de grupo social como uma coleção de seres em vias de se imitarem mutuamente ou, ainda que sem se imitarem mutuamente, mostrem traços comuns que seriam cópias antigas de um mesmo modelo (idem, p. 128). Ter-se-ia aí uma preciosa ênfase menos à sociedade do que propriamente a uma *socialidade* intrinsecamente associada a uma imitatividade: “Une société est toujours, à des degrés divers, une association, et une association est à la socialité, à l’imitativité, pour ainsi dire, ce que l’organisation est à la vitalité ou même ce que la constitution moléculaire est à l’élasticité de l’éther” (ibidem). E essa imitação resultaria da ação exercida por um espírito modelo sobre um espírito copista, a repetir-se regularmente, ensejando, segundo Tarde, uma nova visão sobre as ciências sociais. É a preponderância dos fatos psicológicos ou interpsicológicos que devem ser levada em consideração. Imitação e invenção devem ser prescrutados na sociedade, porque o que é inventado ou imitado apresenta certa constância : imita-se ou inventa-se uma ideia, um querer, um julgamento ou um desejo. Há nisso crenças e desejos: eis aí a substância e a força, para Tarde (idem, p. 203), verdadeiras quantidades psicológicas. Porque parece mesmo que é preciso — indispensável até — que certos gestos, hábitos, práticas se repitam e se reiterem de sorte a se imporem como verdadeiros modelos a seguir:

Quadro 51 —Trecho de carta da década de 1920, Porto Alegre.

Maria – Na tua carta de hontem, accusas-me, num tom de queixa e de magua, de encontrar singular encanto na novidade.

E, com subtileza de phrase, realçada pelo prestigio perverso das reticencias, que são tudo e dizem tudo, deixas entrever uma ponta de surpresa, explicavel apenas nas creaturas que não têm consciencia da delicia fina e capiosa do “frisson nouveau”. Digo das creaturas que não têm consciencia, porque todas, sem excepção, consciente ou inconscientemente, não deixam nunca de vibrar, de fremir, de estremecer, ao serem tocadas pela magia mysteriosa da novidade.

A novidade, esse poderodo quasi nada, essa abstracção que se realisa em todas as cousas da vida, manifesta-se de cambiantes formas sem interrupção, em todas as circunstancias, a pretexto de tudo.

É ella a pedra luminosa, a lanterna magica, côr, perfume, som, sabor, a alma indefinivel de tudo isso que traz os homens presos a uma perpetua fascinação.

É ella o sol magnífico radiante, que, numa apoteose de luz, incendeia, de relampagos de curiosidade, os olhos das creaturas.

E quando surge, de improviso, da nevoa doirada do não concebido ainda, electriza, sacode, derrama nos nervos vibrações riosas de delirio.

....

Entretanto, não quero correr do prazer delicado de falar-te, em resumo, num dos aspectos, o mais brilhante e o mais material, mas onde tambem inclui-se uma infinidade consideravel de traços espirituais, que a novidade assume ao exprimir-se: na Moda.

Escolhi de preferencia esse assumpto, porque sei que elle te interessa, particularmente, como a todas as mulheres, para quem a Moda constitui, na terra, a mais tyrana e a mais effectiva das realidades.

Marca o tempo de duração da novidade a intensidade da sensação por ella causada. E é na Moda que a novidade mais perdura.

Ella aponta, num destaque maravilhoso de ineditismo, que é a sua pompa principesca, e estabelece o seu imperio absoluto.

Reina, subjuga, domina, cria as leis do bom gosto. Desenha os modelos da elegancia. Traça as linhas momentaneas da distincção. (Eu falo na novidade da moda lançada por um arbitro, por um mestre perfeito do bom gosto e da elegancia). Afinal, chega à culminancia de seu reinado deslumbrante.

E um dia marca o inicio da sua decadencia, sobba e triste...

O seu esplendor despotico é ephemero como todas as cousas da vida... E ella cae... ella morre...

Mas, realisando o milagre divino da Phenix, vencedora gloriosa, ella ressurge das proprias cinzas, e reluta, mais scintillante ainda, mais dominadora, numa outra forma de encoanto e fascinação.

...

Porque, novidade, no sentido abstracto, é única, susceptivel de dividir-se em varias e differentes modalidades, que são as suas expressões, os seus aspectos, constituindo, portanto, de um certo modo, outras tantas novidades.

...

Disseste-me que vaes cortar os cabellos para te innovar em parte. Mas, cuidado! Alem de muito material, essa innovação é inesthetica...

...

Sinto, com sinceridade, não dispor de tempo sufficiente para fallar-te, longamente, nesses assumptos elegantes e na apparencia futeis, com o repouso que elles pedem. Por isso, só te mando frangalhos do que penso.

Não apenas maneiras são prescritas, mas ainda uma ética pessoal, verdadeira moralidade encarregada de gerir e regular as emoções. Nossas escolhas, contudo, nos sujeitariam a certas consequências, dentre outras, à exposição à crítica alheia.

Quadro 52 — Trecho de carta de 15/12/1924.

Da gloria deste amor tão infeliz correste para o esplendor ephemero de uma exhibição. Bem valeu, decerto, essa tua eleição, a tua preferencia. Qualquer cousa esperavas. E ella veio... És mulher demais para te enganar... O brilho, ainda que rapido e fugaz, de um salão embora pequenino de familia, attrahia-te. E tu foste para elle e para outras possibilidades. E depois, pobre de nós! O nosso amor está tão velho... Falta-lhe o encanto das revelações. Não lhe dá mais prestígio a novidade das primeiras emoções, que reside no segredo, no mysterio. Nós já somos tão conhecidos um do outro. Tu sabes quem eu sou, eu sei quem tu és... Nós nos entendemos tanto... Nem sei até si era bom acabar com isso... Nem sei mesmo... O acaso decide tudo... O primeiro olhar... O primeiro contacto... Depende disso, afinal, o amor... E, demais, acabar com isso por meio de carta é tão banal já, tão repetido. Não tem nem o relevo dos lances dramaticos do terceiro ou quarto acto... Acaba tão fria, tão “imediatamente”. As paixões não se accendem, os dialogos, ardentes de commoção, não relampagueiam e a “tragicomedia epistolar” não termina nunca com o classico gesto romantico do enxugar das lagrimas derramadas...

Talvez aí uma evidência da prevalência dos fatos psicológicos ou interpsicológicos nas relações sociais que, para Tarde, se mostra fundamental.

Não se omita que Luhmann (2006), que escreveu sobre amor e paixão, também propõe uma concepção de sociedade, no caso, não territorial (sociedade mundo) onde os conceitos de ação e de comunicação seriam fundamentais para diferenciar a sociologia de outras ciências⁵⁴. Importa-nos referir aqui, por oportuno, as críticas que fez a Durkheim e a Gabriel Tarde. Do

⁵⁴ Para Luhmann (2006), o conhecimento pressupõe uma certeza subjetiva de um lado, e objetos estáveis de outro. Este esquema sujeito/objeto deveria ser renunciado, pois redundaria em desastre, especialmente para a teoria da sociedade à qual se colocaria a questão de saber se e em que sentido pode ela conceber-se a si mesma como comunicação de um sujeito que conhece um objeto. Luhmann (2006) questiona o status cognitivo dos esquemas de autodescrição: “Con el concepto de construcción imaginaria (= autodescripción) hemos preparado un lugar hacia el cual sea posible desplazarse si se renuncia al esquema de cognición sujeto/objeto” (idem, p. 688). Por outro lado, a sociologia poderia perfeitamente partir do fato de a individualidade ser um objeto cultural comum a todos os seres humanos, aí incluídos os desconhecidos, o que não se explicaria nem biológica nem psicologicamente: “La singularidade de cuerpo y conciencia de cada ser humano y las clausuras operativas de las *autopoiesis* correspondientes son obviedad antepuesta a todas las variaciones historicas de la sociedad” (idem., p. 806). Sendo assim, — observa —, na medida em que a sociologia oferece uma teoria da sociedade, só pode fazê-lo a partir de suas próprias circunstâncias. A partir disso ficaria evidente a autorreflexão em sociologia que se consubstanciaria em um *observar e descrever* utilizados em comunicação (idem., p. 878). Destaca, por fim, que em sua dimensão social, toda autodescrição colocaria em destaque meios vinculantes, seja na ordem moral, racional, axiológica, seja mesmo na ordem de compreensão ou consenso do desejável; em uma dimensão analítica, toda comunicação se bifurcaria em sim/não, de sorte que tal descrição evitaria tanto uma caracterização positiva quanto negativa da sociedade, evitando a identidade do sistema, seja como valor, seja como norma, a partir dos quais se poderia produzir juízos de conduta. Da mesma forma, não se poderiam eleger posições progressistas ou conservadoras, sempre na pressuposição de que haveria um observador externo a comunicar aos demais o que de seu ponto de vista ele pudesse observar. A proposta de Luhmann, à vista disso, é a de substituição de tais pressuposições pela tese de que a sociedade constitui sentido pelo simples fato de produzir-se e reproduzir-se. Assim, os critérios de bom, mau, verdadeiro, falso, racional ou irracional, funcional ou disfuncional seriam produzidos, em sociedade, pela comunicação, ou seja, “en un modo que pueda ser observado y que abra las posibilidades de aceptación o rechazo” (idem, p. 903). Ainda que haja uma pluralidade de autodescrições da sociedade na sociedade, nem por isso existem múltiplas sociedades, como se cada observador observasse objetos distintos. “La sociedad moderna se observa a si misma como observador, se describe a si misma como descriptor y solo esto es justo *autodescripción* o bien *autoobservación* en un sentido estrictamente logico” (idem, p. 904).

primeiro, diz que teria confundido conceitos ao afirmar que a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas, sim, o sistema que resulta dessa associação. Haveria um vazio teórico, uma vez que esses homens associados não formariam a sociedade, porque seriam, antes, o pressuposto condicional, aliás, de sua própria existência (idem, p. 11). De Tarde ele pouco fala, limitando-se a afirmar que o método por ele utilizado não pode ser confirmado (idem, p. 477), e remetendo-nos, nesse sentido, a um artigo da autoria de Andre Bejin intitulado “Differentiation, complexification, evolution des societies”, *Communications* 22 (1974), pp. 109-118.

Essas noções de sociedade no campo teórico que acabamos de examinar encontram eco no real, especialmente no trato das hierarquias, dos deveres, dos ajustes de conduta que, quando não mediados pelas regras cogentes do direito, obedecem ao comando mais sutil, mas não menos eficaz, da etiqueta. Exemplo disso seria a autossanção implicada no dever de desculpar-se. Assim o pedido de desculpas de Francisco, por ter enviado à Maria *cartas aeroplânicas*⁵⁵, como ele chamou algumas que remeteu a São Paulo através do correio aéreo exprime bem essa autorregulação de um eu frente ao outro, um conflito que tem lugar no sutil território de uma disputa que se dá entre diferentes graus de sensibilidades.

Quadro 53 — Trecho de carta da década de 1930.

Mary – minha noiva – A ultima terça-feira, te escrevi mais uma carta aeroplanica, bem contra a minha vontade. Tinha pensado que nunca mais te mandaria semelhantes cartas, desejado mesmo evitar a necessidade te escrever sob a pressão da falta de tempo, porem a gente nem sempre pode dominar o imprevisto das circunstancias, ser dono dos momentos que fogem muitas vezes inesperadamente. Sei que estas cartas te desgostam, elas não exprimem a totalidade das emoções e sentimentos, quando muito deixam a impressão aérea e inconsistente, superficial e fugaz de alguma cousa que a gente desejava bem real e concreta. Foi mais uma, infelizmente, creio que será a última, si Deus quizer.

Como visto, nada é tão simples no mundo das relações sociais, um mundo que se faz mais complexo na medida em que o *dever ser* se torna menos explícito, sutaliza-se frente às circunstâncias, modelando-se a cada tipo de ocasião. A intimidade de um namoro prolongado não dispensava Francisco de um pedido formal de desculpas. Tudo porque escrevera com pressa.

A interpretação dos ritos prescritos pela etiqueta desafia, em tese, um método de aferição do rigor das sanções reservadas aos transgressores desta mesma etiqueta, espécie de delinquência na ordem das sensibilidades. De mãos dadas com os preconceitos e as discriminações, as regras de etiqueta marcam territórios onde hierarquias são estabelecidas, e embora não correspondam a nenhum formalismo de ordem legal, nem por isso são menos

⁵⁵ Vide anexo, imagens do quadro 14, carta de 18/08/1933.

rigorosas. Não são promulgadas nem assinadas por quem de direito, mas emanam de instâncias de controle onde o poder existe de fato. É evidente que entre o ato de subtrair um objeto alheio e ser penalizado por isso no âmbito legal, e o de não manifestar-se formalmente à vista de um convite assinalado com as iniciais R. S. V. P, vai uma grande distância. Tratam-se de duas instâncias paralelas, ambas encarregadas de controlar e de constranger, mas cada qual a seu modo. O desejável — espécie de idealidade — é variável no tempo e no espaço. O que parece constante é que se assine como modelo, conformando normas, regras que, em última análise, terminam por exercer um tipo de controle social. Um controle aparentemente suave, no caso da chamada etiqueta, ao qual não se atrela nenhuma punição na ordem formal⁵⁶, salvo a proscrição que se lança contra aqueles que, faltos de elegância, incidem nas gafes, inclusive epistolares, graves, porque documentalmente comprovadas, algo que pode, sem dívida, desqualificar o indivíduo frente a seus semelhantes. Uma proscrição que se dá, porém, em uma dimensão simbólica do ambiente social. Simbólica, sim, dir-se-ia. Porque se está diante de algo inabordável, na medida em que se tratam de expectativas à vista de uma performance social sujeita, portanto, a tropeços. Eis a gafe, que encontra seus teóricos entre os autores de Manuais. Em Guth e Maurois (1959), por exemplo, que dizem da gafe o ser “aussi rapide que la foudre. Il est difficile de prévoir où elle va tomber” (idem, p. 136). Todavia, quando ela acontece, deve-se silenciar, porque: “Gaffe qui s’excuse s’aggrave” (ibidem). Antes não se deveriam poupar esforços para atenuá-las, tornando-as menos deletérias ao desavisado que comete um deslize mais ou menos grave.

Quem não sorriu, discretamente, com a anedota da lavanda? Pois dizem que o dono da casa, ao perceber que um de seus convidados confundiu-se com a lavanda e bebeu-a, no mesmo instante, imitou-lhe o gesto. Todos os demais convidados então, percebendo o que havia de imperativo na atitude do dono da casa, incontinenti, tomaram da lavanda e beberam-na como se fosse de praxe. Estaria aí um exemplo daquele tipo de refinamento que não hesita em sacrificar as regras em nome da boa educação, evitando sempre ferir ou expor o semelhante, especialmente quando ele se confunde na complexa semiologia que caracteriza o território da etiqueta social.

⁵⁶ No que tange às normas jurídicas, esse controle social é evidente. Elas têm, porém, uma natureza cogente, ou seja, o seu descumprimento por alguém acarreta sempre algum tipo de punição, que pode ser de ordem patrimonial ou mesmo corporal, limitando a liberdade de ir e vir. Mesmo a pena de morte é associada à prática de certos delitos. Predominantemente, o Direito visa à proteção do patrimônio, da integridade física, da vida, da honra, . Sua incidência, porém, dá-se em caráter excepcional, ou seja, a norma jurídica é limitada, e este limite se assina por um preceito hoje quase que universalmente consagrado, que reza que *ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*. Em direito penal, especialmente, o princípio da legalidade determina que o intérprete considere que tudo aquilo que não é objeto de proibição é permitido, daí o brocardo *nullum crimen nulla poena sine lege*, que implica também na prévia disposição legal, e não o contrário.

Complexa, sim, especialmente no terreno da escrita amorosa. Quando e como empregar uma expressão *da moda* sem ferir suscetibilidades, sem cometer *um pequenino crime*? E até que ponto a performance do feminino perde em espontaneidade o que ganha em intencionalidade diante de um olhar crítico como o de Francisco?

Quadro 54 — Carta de 09/10/1924.

Maria – Hoje direi de um pequeno desgosto que eu guardo. Não sei se tenho razão. Entretanto, dir-te-hei, de primeiro, que tu sabes amar bem à moderna, que tu amas com sabedoria e com elegância bem feminina. Não sei si que digo vae um excesso de engano. Assim acontecesse! Para meu socego e felicidade. Talvez seja uma simples impressão sem correspondencia de verdade do fundo. Talvez seja uma illusoria sensação, aliás não bôa, que minta pela sua força de realidade, na apparencia. Bem pode ser. Tenho esta esperança, que me dá conforto.

Porque, no fim de duas das tuas cartas, “Forguet me not”, “Mon plus grand doux souvenir”? Na frieza destas expressões estrangeiras não sinto o reflexo da tua alma. Bem vês que na petulancia (perdoa-me o dito) um pouco litteraria desses termos não pode caber a sinceridade de um coração que ama cegamente. E o amor, quando não é cego, não é verdadeiro. Nelle entra o calculo, o equilibrio das conveniencias.

Como antes disse, eu quero crer: eu não tenho razão. E é justamente por isso que eu te perdôo. Eu te sei inocente desse pequenino “crime” que me magoou. Desse pequenino crime que me fez tão infeliz, uns dias, que foi a tortura sentimental

Do teu
Francisco
-9-X-MCMXXIV

Nesse espaço, campo das conveniências, onde comédias e dramas se alternam, nem tudo são futilidades ou exageros, impondo-se, de regra, a necessidade de se adquirir o autodomínio diante das contrariedades da vida, das grandes decepções, para fazer o que se deve e não o que se quer:

Quadro 55 — Trecho de carta de 05/03/1925, Porto Alegre.

5-III-MCMXXV _

Maria – Soube tudo da Deixei de escrever-te ante-hontem e hontem por falta de serenidade de espírito. Revolta íntima profunda, profunda indignação me latejava a alma ante a brutalidade da surpresa.

Hoje, mais calmo, essa indignação palpitante transformou-se num quieto sentimento de dor, não pela infamia que, como bem sabes, não me mancha, mas por sentir que a maldade ainda não abandonou o coração dos homens.

Não atino, como talvez não atines, com o motivo que moveu meus tios a semelhante gesto, de uma torpeza culminante, por terem trabalhado de socapa, silenciosamente, mostrando-nos sempre grande amizade e grande interesse. Não atino, e fujo à apreciação desse attitude para não magoar a delizadeza de teus sentimentos.

E, sobretudo, o sentido da resignação tomado como regra de conduta diante da vida e de seus imponderáveis:

Quadro 56 — Trecho de carta de 31/10/1925.

Que seria de nós se a vida não fosse cheia de ascensões bruscas, de quedas imprevistas, de lutas, de misérias, de soffrimentos? Não ousou dizê-lo. Entretanto, acho que a alegria talvez, não seria tão divina, tão justa e tão sedutora. E o homem, levando uma vida invariavelmente serena, sem accidentes, sem tropeços, não poderia chegar nunca, por meio da dor, a esse estado sublime, luminoso, divino, que é a resignação. Uma resignação que brilha na suavidade dos gestos, na doçura da voz, na serenidade do olhar, na bondade do espirito. Uma resignação que o azul do céu calmo, límpido, transparente, nos ensina. Uma resignação suave, doce, serena, boa.

Indignação, resignação, incerteza, dúvida experimentada por Francisco diante do emprego, por Maria, de uma expressão “moderna”, a reação diante de uma infâmia, a resignação diante dos sofrimentos. Atitudes que se elaboram socialmente de acordo com as chamadas regras de civilidade. Mesmo os indicadores de requinte e de sofisticação não se presumem apenas e simplesmente do correto emprego das fórmulas, mas também das atitudes diante da vida. Nesse sentido, a riqueza das cartas não se limita a uma síntese de formalidades, mas documenta uma verdadeira etiqueta do dever ser.

Enfim, tudo isso nos leva a crer que, se estamos longe de um consenso histórico sobre o que é a sociedade, o que nela ocorre e como ocorre, inclusive no âmbito do *dever ser* que a etiqueta social pretende definir, também se constitui numa proposta aberta às mais diversas considerações. Que a etiqueta social projeta um *dever ser* no âmbito da vida social isso não é duvidoso. Tampouco se pode dizer que essa pressão social não transpareça nas cartas de Francisco, onde se evidenciam com ênfase até. Se isso se explica através de uma teoria normativa da ação, se resulta da imitação, ou se é o resultado de uma operação comunicativa entre indivíduos não é nosso escopo chegar a uma conclusão. Muito ao contrário disso, o que se quer é dar a ver toda a amplitude de possibilidades que resultam da exploração do objeto, das múltiplas abordagens que ele permite, da riqueza de um epistolário cuja produção se deu de forma despretensiosa e que não nos chegou às mãos senão que por obra do acaso.

5.5 Civilizadamente à francesa: ser como se deve ser

Antes de se chegar à temática *civilidade à francesa*, observe-se que não são poucas as considerações que o conceito de sociedade suscita. O de civilização, por sua vez, também merece ser aproximado, até mesmo porque a etiqueta não deixa de ser uma questão de civilidade. E, sendo assim, educar é preciso, porque, como afirma Elias (2001) “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e [que] o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (idem, p.15). Da mesma

forma como a criança guardaria certa semelhança com pessoas tidas como “incivis” — prossegue — o progresso da civilização submeteria o adulto, com rigor variável, a uma censura. O ideal do adulto civilizado teria padrões variados ao longo da história. Elias (2001, p. 23-31), ao analisar a origem social da diferença entre civilização e cultura, observa, em primeiro lugar, a dificuldade em sumariar tudo o que se poderia descrever como civilização. De qualquer sorte, estaria aí um conceito que expressaria a consciência que Ocidente teria de si mesmo, uma consciência nacional. Tal conceito, aliás, resumiria tudo aquilo a partir de que a sociedade ocidental se julgaria superior, seja às sociedades mais antigas que ela mesma, seja àquelas que, mesmo contemporâneas, fossem mais primitivas. Essa superioridade, — acrescenta —, decorreria também da natureza de suas maneiras, além de seu nível tecnológico e de sua visão científica do mundo. Mas não se trata de uma concepção homogênea, dado que civilização não significa a mesma coisa para as diferentes nações ocidentais. Ingleses, franceses e alemães, por exemplo, compreendem-no de forma diversa. Enquanto para os dois primeiros o conceito resumiria seu orgulho nacional, os últimos nisso não veem mais que uma utilidade até mesmo superficial, não indo além da aparência exterior dos seres humanos. A palavra alemã correspondente ao orgulho de suas próprias realizações é *Kultur*, aludindo a fatos intelectuais, artísticos, religiosos, para separá-los dos fatos políticos, econômicos e sociais. O adjetivo *Kulturell*, por sua vez, — palavra que não encontra equivalente exato nem no inglês nem no francês —, designa o caráter e o valor intrínseco da pessoa humana. A mais elevada forma do ser civilizado, sua qualidade social, habitações, maneiras, fala, roupas, enfim, aplicável primariamente à forma de conduta ou comportamento é definida pela palavra *Kultivert*. Peculiaridades de um idioma cuja principal característica estaria em sua tão decantada precisão. Elias (idem, p. 29-32), muito a propósito, observa nesse sentido que a Alemanha, após a Guerra dos 30 Anos, encontrava-se devastada economicamente. Nos séculos XVII e mesmo no XVIII, a burguesia alemã era pobre à vista dos padrões ingleses e franceses. Pequenos horizontes que não iam além das necessidades locais não davam lugar à arte e à literatura. Diferentemente, nas cortes, onde os recursos se mostravam suficientes, falava-se não o alemão, mas o francês, e imitavam-se os padrões de Luiz XIV. A língua alemã era, enfim, relegada às classes média e baixa, tanto que Leibnitz, o maior alemão de seu tempo, escrevia e falava em francês ou latim, raramente no idioma nativo. Das cortes para a alta burguesia, a língua francesa propaga-se e adquire status. Ela refletiria a condição de homem de bem, *l'honnête gens*. Era de bom-tom incluir palavras francesas no vocabulário. Frederico, o Grande, teria lamentado o seu idioma em 1780, com a publicação de “De la littérature allemande”, mas profetiza sua recuperação com o advento da prosperidade, no que

teve razão: apenas um anos depois, Schiller publica “Os bandidos”, Kant, “A crítica da razão pura” e, seis anos depois, Goethe publica “Ifigênia” e “Dom Carlos”. Não que a língua alemã adquirisse em tão poucos anos o caráter capaz de explicar essa rica eflorescência, porque, antes, o que Frederico escreve fora bem mais o resultado de uma tradição intelectual na qual ele se formou, uma tradição, aliás, comum a assim chamada boa sociedade. Uma política eminentemente prussiana temperada com uma estética francesa absolutista, peculiar à sociedade de corte, estratificada socialmente pelo gosto, pelo estilo e por uma língua que se refletiria em toda a Europa. Isso explica muita coisa, e justifica que R. S. V. P possa ter um efeito metonímico aqui, na nomeação deste capítulo. Explica também o fato de o domínio da língua francesa ter se tornado tão importante para uma educação considerada boa, a ponto de Francisco e também Maria, pelo que se depreende do contexto, fazerem uso dela em suas cartas, demonstrando certa intimidade com a língua:

Quadro 57 — Trecho de carta de 17/05/1932.

Sem querer ser pessimista, eu penso que a vida e a morte são cousas tão engraçadas, e o fino e doloroso Paul Morand tem razão:
 La vie et la mort sont d'un excellent comique,
 Le tout est de les lire dans uma bonne traduction.
 ...
 Me perdoa, meu amor, estas bobagens meio philosophicas. Mas a culpada é a tua frase “c’ est la vie”, que tu empregaste com um sentimento tão vivo da vida.

Eis aí, na esteira do que se tem de mais próximo à vida real de pessoas comuns, a influência da etiqueta do *dever ser*, fazendo-se presente em um diálogo epistolar prosaico até, e persistente ao dialogar com a literatura francesa também aqui:

Quadro 58 — Trecho de carta de 12/05/1932.

Tu falaste em dias cinzentos, na tua alminha “gris”, por causa do dia lacrimoso de outono. E um nome: Henry Bataille. Eu li Henry Bataille em 1924, me lembro bem, no outono. Nesse tempo andava com uma bruta paixão que ainda não acabou por uma menina chamada... como é?
 Outonno, folhas mortas, bruma cinzenta, “sanglots longs”, tu, goso doloroso do amor, saudade maluca de mim mesmo, Henry Bataille, “viver é deixar ao longo da vida frangalhos de nós-mesmos”.

Eis a ação de um dever ser sobre os espíritos, moldando maneiras de ser e de entender o mundo. É fato, pois, que existem prescrições e proscricões que permeiam a sociedade, na qual os homens não se dispensam de articular protocolos que aparecem entre os *civilizados* e até entre os tidos como *não civilizados*, ao menos do ponto de vista do orgulho nacional de uns projetado sobre o dos outros. Tantas são as regras e as disposições que, ao final, se olhadas como um todo, percebe-se que atuam como autênticas barreiras entre indivíduos e classes, servindo para manutenção das *devidas distâncias*, não obstante a persistência de um

discurso onde sua instituição teria por escopo a facilitação das relações sociais. E isso não se aplicaria somente às sociedades ocidentais, europeias, supostas como modelos de civilização frente a outras, inclusive mais antigas. Relatos de antropólogos, de aventureiros e de literatos estão repletos de exemplos que poderíamos citar relativamente à fidalguia dos que já foram tidos como *selvagens*. Modos de cumprimentar, de tratar-se em casa e na sociedade, de receber visitas, de cultuar os mortos, enfim, tantos estatutos que, ao longo do tempo, não desmereceram a atenção dos homens para a fixação de seus protocolos.

Em tudo isso, porém, pode-se perceber a existência de um modelo ideal, conservador por excelência, ao qual devemos nos conformar, sob pena de uma exclusão sutil que se dá no plano das sensibilidades. Ideal de homem, ideal de mulher. Damas e cavalheiros nos surgem como abstrações. Eles teriam, “a obrigação de suportar impertinências e mesmo inconveniências, certo ponto”, diz-nos Miranda (1965, p. 43). Até certo ponto, naturalmente, porque haveria um limite após o qual a educação cederia espaço à reação, porque o verdadeiro *gentleman* só seria grosseiro intencionalmente, acrescenta (idem, pg. 44). Não mesmo diapasão, Guth e Maurois (1959, p. 144): “A gentleman is a man who does things no gentleman should do in the way only a gentleman can do then”. Enfim, homens dentre os quais a palavra de honra uma vez empenhada seria mais sólida que um contrato (idem, p. 145). E, vale lembrar, que aquelas mulheres que por acaso não nascessem damas, restaria o esforço para as imitar (idem, p. 93). Uma vez “em sociedade”, o trabalho dessa interface com o mundo se imporia, sobretudo, às mulheres, às quais uma infinidade de manuais era especialmente dedicado.

Seguramente, na corte amorosa a situação é ainda mais complexa, porque não se trata apenas de uma idealidade voltada ao social, mas, sobretudo, voltada a não provocar, no seu amado, um desapontamento, uma decepção. A adesão a certas novidades, — efeito da imitação? —, seria um indicador seguro da fragilidade de nossa conformação a esse modelo ideal conservador? Ao sentir de Francisco, sim, ao menos se atentarmos ao conteúdo de uma carta que escreveu a Maria década de 1920 (quadro 51), e que fala justamente sobre adesão às novidades. Um Francisco, se não misoneísta, ao menos filósofo da inovação.

6 O DIA A DIA É PARA SEMPRE

6.1 Norteamentos

Nosso objetivo, neste último capítulo, é recuperar vivências cotidianas desse homem comum que foi Francisco, a partir de trechos tomados ao seu epistolário. Mas por que *recuperar*? Por que não outra palavra, quem sabe mais adequada tecnicamente a uma linguagem que deve estar, na medida do possível, comprometida com a exatidão. Recuperar aqui se emprega justamente porque se tratam de vivências que, sem este registro, estariam simplesmente perdidas, não pelo anonimato que se deve garantir a Francisco, mas porque condenadas pelo silêncio que se faria reinar sobre tudo aquilo que ele viveu e que, metodicamente, registrou.

Ainda que não sejamos destinatários das palavras de Francisco, seu valor é considerável, não só pelo conjunto, mas pela aura de autenticidade que já se discutiu por ocasião da abordagem arquivística desses documentos, como ainda por seu valor epistolar. É justo que nos habilitemos a esta herança. Ressalte-se ainda que, por se tratarem de documentos pertinentes à esfera privada e, mais que isso, íntima, é altamente provável, a nosso ver, que a eles possa ser atribuído um grau a mais de autenticidade. Embora se possa mentir em cartas, mente-se *para alguém*, mas não se fantasia o comum, ainda que este comum possa refletir o que nossa imaginação livremente constrói, sobretudo sob a inspiração do amor.

Para a abordagem do dia a dia, as vivências de Francisco que tratam dessa temática foram organizadas em quatro eixos. Não por arbitrariedade. Antes por discricionariedade, porque nos pareceu como a via mais adequada ao exame que se tem em vista. Registre-se ainda que os eixos poderiam ser de ordem diferente dos que se verá aqui, desde que obedientes a um conteúdo geral, seguido do histórico-social e, por fim, do excepcional, no caso, o eixo poético geográfico.

O primeiro eixo, — “Se e quando” — tem em vista evidenciar a variedade caleidoscópica de assuntos e temas encontráveis nas cartas de Francisco, variedade esta, todavia, não raramente devida à força dos condicionamentos circunstanciais que orientaram praticamente toda a sua produção. Esses elementos de ordem condicional e temporal, por outro lado, prenunciam o caráter do que será, depois, chancelado como histórico, como acontecido no tempo, quase sempre de forma irrevogável.

O segundo eixo intitula-se “Cotidiano e história”, e pretende evidenciar a importância da estrutura da vida cotidiana na historiografia, da qual consistiria o próprio fundamento.

Afinal, se o homem é o destinatário de uma história que se constrói por ele e para ele, é a ele — e a mais ninguém, aliás —, que cabe o exercício de uma filosofia dessa sua história, expressão das suas necessidades, apanágio do seu destino individual.

Mas o histórico é social por excelência. E o terceiro eixo, — “Cotidiano como invenção” —, em alusão a Certeau (1998), apresenta um pouco da sociologia do cotidiano. Uma sociologia que dribla o destino, que reage para não ser para sempre refém das circunstâncias. Uma sociologia inovadora, estabelecida a partir das estratégias e das táticas que o homem comum emprega para superar, de forma contingente, suas próprias circunstâncias, seu destino, dir-se-ia, no que ele tem de imponderável.

Como complemento, um quarto eixo, que se propõe erigir sobre o imaginário franciscano. Um eixo eminentemente poético, extraído de recortes de quatro cartas das quais a cidade é o tema, cidade berço desse romance, e que, por conta disso, assume capital importância para seus protagonistas. “A propósito daquela Porto Alegre” não vai contar a história da cidade, mas vai fornecer ao leitor um mapa cujo guia será sua própria sensibilidade. Uma Porto Alegre aberta à naturalização de quem por ela quiser se deixar encantar. Cidade imaginada, capaz, todavia, de assumir foros de concretude, ao sabor da poesia de uma prosa que se quis, sim, recuperar também.

Há ressalvas a fazer, contudo. A primeira delas é para que não se espere do que se verá a seguir mais que um retrato que alterna nitidez e opacidade. Tal e qual a obra da memória⁵⁷, tratam-se de fragmentos de uma escrita descontínua no tempo e no espaço, condicionada ao *se* e ao *quando* caprichosos do destino, mas continuamente voltada a um objeto amoroso em seu vir a ser ao longo de duas décadas. Uma escrita comum à vista dos protagonistas dessa pequena história, repleta, todavia, de intensa representatividade no campo das sensibilidades.

Como segunda ressalva, acrescente-se que não existe onde nem quando que possam mapear com exatidão esse território inerente ao cotidiano. Território conceitual, que se intui mais do que se define, é como um invólucro que camufla o extraordinário, nem sempre compreensível. Não se vai fazer aqui o que se fez no capítulo precedente, que exigiu de nós toda uma redefinição de contexto sobre o tema etiqueta social e de como ela se desdobra na etiqueta epistolar bem como nos protocolos da comunicação amorosa. Do cotidiano, aqui, dir-

⁵⁷ “De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também e as palavras, são ocos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se onde dormitavam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras” (CERTEAU, 1998, p. 189).

se-ia apenas que se pode concebê-lo: antes que se o pode intuir mesmo, como se intui cada um o próprio eu e as próprias circunstâncias.

A propósito, haveria como circunscrever o cotidiano? Lefebvre (1991, p. 97-98), ao tratar do assunto, sugere que haveria diferentes níveis de realidade que bem poderiam modular uma concepção adequada ao tema. O ápice desta escala estaria reservado ao conhecimento conceitual e teórico. A seguir, viriam as ideologias e os sistemas de valores. Logo após, as instâncias do imaginário, — reforçado por seus investimentos afetivos —, tanto na ordem individual quanto concernente aos simbolismos coletivos. Só então, na base, estaria a cotidianidade e suas práticas do dia a dia, conjugando produtos, obras e atividades aparentemente modestas que escapariam, assim, ao domínio do mítico e do divino.

Trata-se de uma escala, todavia, que não deve ser entendida como estruturante. Deve ser, de preferência, considerada como funcional, simplesmente porque não se pode excluir a cotidianidade do que é vivencial e vivenciado. Seria o caminho da exceção ou o da exclusão. Seria cotidiano o que refugisse ao puramente conceitual e teórico, aquilo que não refletisse ideologia, que não representasse valor, que não comportasse o simbólico, não porque fosse pobre, mas porque seria uma resultante mista de tudo isso, de sorte que não se tem como filtrar cada nota em si.

Por mais que o conceitual e o teórico, por sua homogeneidade, se elevem como categorias do real, os conceitos precedem as práticas e estas, necessariamente, terão lugar no território heterogêneo da cotidianidade. E mesmo a arte, ainda que concebida como conceito, é praticada como obra, só ao depois, obra *artística*. Mesmo o imaginário e o cultural descem ao urbano e nele se imiscuem com todos os seus ritos, comportamentos e atitudes, assimiláveis e assimilados pelo habitual. Entre o trivial e o extraordinário há uma zona cinzenta que se estabelece justamente quando se trata de operar nesses campos onde o saber não penetra facilmente.

Nesse contexto, informações sobre como a cotidianidade é vivida por pessoas em regra sem qualquer importância, em que pese abundantes, correm o risco de se perderem, por exemplo, na trivialidade dos arquivos de pessoas comuns, no âmbito da esfera privada. Da mesma forma como, por exemplo, no âmbito da esfera pública, estariam os anúncios de produtos voltados às atividades mais corriqueiras das quais se ocupa o homem ordinário quando trabalha ou se diverte. Para Lefebvre (1991, p. 7) o cotidiano teria entrado no pensamento e na consciência pela via literária, observação facilmente constatável quando se pensa em Balzac, Flaubert, Zolá, que ele cita, sem deixar de mencionar que haveria muitos outros. Ou porque o olhar do artista resgataria o banal da banalidade, ou porque, justamente

por ser artista, perceberia o extraordinário no banal. Efetivamente, é a arte, e é a poesia, sobretudo, que pode direcionar o olhar para o que não se costuma sequer notar. Mas o destino dos homens é decidido em regra na não cotidianidade. Decide-se nas guerras, decide-se ao tempo das paixões, decide-se em outros níveis de uma mesma realidade que precisamos às vezes homogeneizar artificialmente para podermos, depois, sobre ela operar as generalizações que a tornariam conceitual ou teórica. O olhar do sábio estaria sempre à procura das repetições.

Não obstante isso, o registro de eventos por vezes excepcionais se dá a ver com nitidez nas cartas de Francisco, seja quando ele fala do amor que sentiu, seja, por exemplo, quando fala da revolução de 30 e de 32, seja quando ele faz literatura em suas cartas, não raramente verdadeiras crônicas da vida cotidiana. Ele nos entrega um dia a dia refinado por sua subjetividade, mas repleto do que há de mais verossímil em termos de cotidianidade.

Por isso, valer-se dessas fontes, não ortodoxas talvez, discutíveis a partir da própria historicidade e de como e onde ela se faz viável, possível e confiável é adentrar no campo de uma microscopia histórica, aventura que exige, talvez, o reagente das sensibilidades, que revela toda a micropolítica do embate crítico dos interesses individuais no quadro da existência cotidiana do comum dos homens. Mais do que cartas, formas conformadas, quer-se aproximar agora o seu enunciado contingente, discursivo, que veicula o íntimo epistolar a cuja exploração nos entregamos.

O trecho da carta não é mais a carta, é a palavra dada a Francisco que toma o lugar de todo mundo mesmo quando não é ninguém. Porque ele é, mais que alguém, a emoção sentida, a vida por ele vivida. Para compreender isso, é preciso que se alcance aquele entendimento que requer um olhar acostumado à escuridão e que, indo além dela, sensibilize nossa percepção pela simpatia — esse quase amor — encarregada de desfazer o feitiço da indiferença — e do indiferenciado. É preciso ainda ousadia na palavra, certo atrevimento de linguagem. Meios e fins se confundem para desvendar esses cenários por onde se movimentam milhões de homenzinhos ordinários, comuns, medianos, mediocrizados às vezes.

Um Francisco então como amostra desse todo, assume um nome e, aos poucos, como que por efeito de uma intermediação discursiva, apropria-se das definições, conceitua, presentifica-se, norteia, enfim, a própria compreensão das ideias que traduz.

6.2 Se e quando

Pode-se perceber, através das normas e das regras que examinamos no capítulo precedente, a idealização de um mundo social, onde tudo e todos fossem como deveriam ser. *Comme il faut* irrealizável na expectativa de *finesses* e de delicadezas explícitas, não raramente implícitas também, no exercício de uma semiótica que se refina, como que acompanhando as promessas de realização de um sonho futuro, não raro frustrado, porque condicionado ao *se* e ao *quando* contidos na retórica do amor que permeia o epistolário Franciscano.

Porque pensar *se* é reconhecer-se sujeito às adversidades condicionantes da vida; pensar quando, é planejar, é querer, é mesmo temer e recear acontecimentos na projeção de um futuro que se quer nosso. E é entre o previsto e os imprevistos que se vive a vida, cotidianamente, mesmo na pressa que impõe um telegrama urgente passado à mulher amada por quem não se pode esperar:

Quadro 59 — Telegrama, Porto Alegre.

Telegramma Maria Capital Te esperei até agora. Tu não acordaste ainda, as cobertas abraçam mornamente o teu corpo e as minhas mãos ausentes estão frias de saudade. Cadê a quentura morena? Agora me vou pra rua ou pra Liverpool. Deixo as malas. Te telefono de lá. Adeus Francisco
--

Ao adentrar na intimidade do cotidiano — neste dia a dia que é para sempre —, observa-se toda uma rede de pertinências que envolvem tanto as condições de produção dessas constelações documentais, — as cartas de Francisco—, quanto o seu produto: o que delas emerge. E temos que esse produto não se resume apenas a registros eventual e regularmente bem ou mal ajustados a expectativas padronizadas de uma idealidade sonhada, que desejava elevar-se bem acima da própria cotidianidade onde tinha lugar.

Ainda que fragmentado como comunicação epistolar que presume um ser ausente que não é nenhum de nós, ainda que sujeito à arbitrariedade dos recortes que isolam o trecho de um todo, ainda assim, trata-se de um discurso que traduz o vivido, tanto no que foi efetivamente experimentado pelo sujeito, quanto no que não chegou a ser: interrupções de uma sequencia acidentada no tempo.

Além disso, trata-se, muitas vezes, da violação direta ou indireta de expectativas ideais. Trata-se de lidar com a vida, com os inesperados que nela se produzem, trata-se do namoro contrariado, da ansiedade pela carta que não chegou, dos desabafos, das saudades, das frustrações, das decepções e das confissões tão intensamente humanas quanto são as alegrias e

mesmo a gratuidade da própria existência daquele que é, todavia, capaz de compreender e compreender-se no presente que o cerca.

Quadro 60 — Trecho de carta de 1932, Santa Maria, RS.

Alem disso, nós estamos vivendo a nossa desordem politica e social. Antes de Outubro de 1930, acreditavamos que a salvação estava na revolução. Veio a revolução, e em menos de dois annos explode um movimento de proporções formidaveis e consequencias ainda imprevistas. Existe apenas uma certeza, lançando o espirito sobre o plano do mundo: nós estamos vivendo a hora universal inquieta das transformações profundas. O occidente, quero dizer a europa faliu, está em decomposição. De lá não poderá vir o novo verbo criador, a nova palavra de ordem. A civilização norte-americana não satisfaz por ser demasiado mecanica e materialista. É unilateral, não basta á nossa ancia de plenitude. Alguns filosofos, como Keyserling, apontam a espiritualização como o único caminho da salvação e chamam para nós o exemplo do oriente, especialmente da India. Devemos temperar a nossa civilização, que se desenvolveu no sentido da extensão, com a profundidade da civilização indu, isto é, neutralizar os effeitos de uma civilização excessivamente materialista com a riqueza de uma civilização espiritualista. Não quer dizer que copiemos as civilizações orientaes, mas que nos espiritualizemos, colocando o nosso ideal muito acima do plano materail do conforto. A libertação do espirito é a salvação. O caso revolucionario de agora ainda não pode ser examinado com justeza. Não possuímos todos os dados para um julgamento exacto. Porem me parece um symptoma alarmante de que a dictadura actual não é a dictadura da cura, pois a doença continua, isto é, a desordem. A attitude do povo brasileiro, a esta hora, deve ser de expectiva angustiosa. Como tu, eu digo, de coração: pobre Brasil, mas com consciencia admiro a vitalidade de um povo que sabe lutar pelos seus ideais.

O cotidiano do comum dos homens é como uma trama fragmentada, que tanto pode ser repleta de reflexões profundas, quanto de obviedades regidas pelo senso comum, repetidas e repetíveis, que o imprevisto por vezes surpreende, como que acidentando o tempo que passa, como disse Certeau (1998, p. 311). É a história tão perto dos fatos que não difere mesmo dela própria nessa equivalência registral.

Quadro 61 — Trecho de carta de 1º/04/1936, Herval, RS.

Algumas cousas novas por ahi? Creio que só na capital se vive um pouco, porque o interior do Rio Grande é uma sepultura de espiritos, de vontades e de prazeres. Perde-se, até, o sentido da evolução, da marcha progressiva da vida, em virtude de se permanecer no meio do marasmo e do estacionamento. Até agora, desde que cheguei, a vila está sem luz. Estava ha uns quinze dias. Para hoje ha promessa de luz. Não se podia ler à noite quase, porque a luz da vela castiga muito os olhos. Com a promessa da luz, ha promessa de algumas horas melhores à noite. O constituinte possui radio eletrico, que não funciona por falta de energia. Com o retorno da luz, poderemos gozar alguns momentos de contacto com as zonas civilizadas, através do noticiario falado e programas de arte.

Na exploração do cotidiano, a partir da perspectiva dessas fontes geradas na intimidade, é difícil perceber bem de perto o próprio fundo de um social no qual os personagens se inserem, em que as formas mudam a todo instante, alternando os cenários nos quais a vida tem lugar. Essa dificuldade decorre da necessidade de se definir o comum, chegando à base onde o indiferenciado poderia agir como uma barreira. Todavia, aproximado na medida certa, assume, como nas pinturas impressionistas, uma exatidão arrebatadora.

Quadro 62 — Trecho de carta da década de 1930, Porto Alegre.

Então foste assistir o monstruoso Guarany, e como é natural em pessoas mesmo de não muito grau de senso musical, não gostaste, quer dizer, não gostaste delle em conjunto, no seu todo. Destacaste os trechos destacaveis e sempre destacados, a symphonia, e a canção do aventureiro, algumas arias. Mas o Guarany não deve ser encenado. Elle é de encenação difficil, por causa de certos elementos constitutivos absurdos, e por causa desta besteira de indios, cocares, etc. Além disso, a opposição de lingua do libreto com os motivos e scenas e a propria contextura scenica de inspiração selvagem, etc. Tudo isso, fazendo em todo o caso muita concessão, por que tu conheces meu ponto de vista em materia de opera. Por patriotismo, não se deveria deixar de encenar o guarany...

Para tanto, todavia, são necessários aqueles reagentes de que falamos ao buscar os norteamentos para confecção desta etapa cotidiana: os corantes da ordem do sensível, do poético, do trivial mesmo, para que essas minúsculas partículas — que atendem por Pedros, Marias, Antônio, Franciscos, — nos permitam seguir suas pegadas, adentrar a intimidade dos ambientes por eles frequentados, dos objetos por eles percebidos, assumindo os seus olhos de ver e o seu coração de sentir. Ou seja: experimentar uma sensibilidade individual para, através dela, aproximar representações culturais do passado e, mesmo, seu imaginário coletivo.

Quadro 63 — Trecho de carta da década de 19/04/1932.

E que vontade de lembrar! Por toda parte onde andamos nós deixamos um pouco de nós mesmos sobre as coisas materiaes que nos cercam, porque de certo modo cada objeto distincto resulta da influencia que nós exercemos no espaço, e quando estes objetos estão ligados no tempo a algumas sensações fortes da nossa vida, cuja lembrança nos torna feliz, nós então humanisamos elles pela sympathia e pela saudade. É o que acontece quando eu me lembro dos nossos encontros em casa da, como que marcando um novo periodo e assignalando em mim uma outra consciência. Que sympathia pelo sofá verde da sala de musica, incorporado agora à nossa historia como um objecto de uma grande importancia sentimental. E o cinzeiro ao lado, recebendo o cadaver dos cigarros que eu queimava para abrandar o fogo do coração, e, entre elles, algum levando pra morte no corpo branco a marca de vida vermelha e artificial de “baton” deixada pelos teus lábios. E em frente o piano de cauda, quase sempre silencioso, como um austero cidadão de casaca, desdenhoso e solene, mas que de vez em quando abria a bocca para contar a tragedia sonora de algum classico, ou narrar a milongagem crioula de um tango argentino, ou descrever geometricamente o desengonço arlequinal de um “fox”. E ainda os tres globos de luz suspensos do tecto em conjuncto, de uma disposição irregular tão lindamente poetica, e que tu disseste que foram escolhidos por ti. Porém essas cousas todas e mais as que eu lembro e não assignalei e que formavam o quadro em que nos vemos nos nossos encontros eram antes para mim frios e não tinham voz. Foi a nossa vida vivida tão densamente entre ellas que lhe comunicou um pouco de vida e alma com que hoje ellas falam, e lhes transmittiu uma physionomia que exprime no seu todo a felicidade dos nossos momentos vividos perto dellas.

Mas o *se* e o *quando* deste primeiro eixo temático do cotidiano não parecem ser contingentes apenas à cotidianidade Franciscana. São contingentes à dele tanto quanto à de seus contemporâneos, e quiçá persista ainda contingentes à nossa. Porque somos reféns de instantes que trazem em si tanto a poção da felicidade, esquecida sobre as coisas entre as quais se vive, quanto das vicissitudes que acentuam o sofrimento causado pela ausência do

que se deseja. Seríamos um pouco como Francisco em busca de sua Maria? Estaríamos sujeitos aos caprichos do *se* e do *quando* também no mister na descoberta historiográfica, quase casual, desses fragmentos, cujo sentido resta guardado até que possam vir a ser recuperados como vivências? Talvez, como agora. Servindo à história, quem sabe?

Estamos, mais que sob a égide do privado, em pleno território da intimidade. Como tudo o que resulta do íntimo, o predomínio da subjetividade requer adequações contínuas a cada passo, uma sondagem de terreno, sob pena de se submergir na banalidade, de nos perdermos mesmo na semiótica do efêmero. Um risco sempre presente, porém, e que é preciso correr quando se está diante de múltiplas representações, fragmentárias, que não se deixam conduzir nem guiar, verdadeiras respostas a perguntas que devemos saber formular.

6.3 Cotidiano e história

Quadro 64 — Trecho de carta de 20/01/1933.

Quem sabe si este desejo de *fuir lá-bas* foi produzido pela saudade que a tua lembrança desperta, este desejo de *fuir lá-bas* à procura da paisagem única que és tu, da paisagem que integra todas as paisagens ideais? Eu descobri que sim, porque este estado de alma se transforma em outro muito mais calmo, quando eu penso na felicidade, irrealizável agora, de estar a teu lado numa sala quieta, entre veludos e sedas, silenciosos os dois, ouvindo a vida pingar as horas docemente no vazio da mesmice quotidiana. Ô chacara dos meus sonhos causticos!

Fuir lá bas... Uma alusão de Francisco ao poema *Brise marine* de Mallarmé, que expressa profundo desgosto pelo presente. Um presente que não deixava adivinhar com certeza o futuro. Um presente feito de angustias que até hoje se dão a perceber nesse discurso epistolar. Levados por esse fluir contínuo, tomado às narrativas colhidas junto às cartas de Francisco, podemos ficar em dúvida quanto ao valor histórico desses registros. Para que servem? Qual seu interesse *prático*? Porque, não obstante poéticos, — quando não exatamente pelo fato de o serem —, eles bem podem ser confinados à categoria do banal, relevantes apenas àquele sujeito e sua interlocutora. Uma conversa que nos escapa, portanto, em termos de tempo, de lugar e mesmo da conveniência destes nossos olhares intrusos lançados sobre a intimidade do outro. Ao refletirmos sobre o que lemos, todavia, é preciso ter em mente que, se de um lado encontramos expostos nessas cartas os reflexos da interioridade do sujeito Francisco, do que ele planeja e almeja para si, de outro, tem-se que sua sujeição a fatores externos é comum a ele e aos seus contemporâneos, espécie de imponderável que já foi consagrado pela voz *Populi* no território onde o homem põe, mas onde deus dispõe.

Quadro 65 — Trecho de carta da década de 1930, Porto Alegre.

Porém, a verdade é que uma resolução, como agora, está sempre sujeita a tomar varias formas e tambem a tomar sentido ou rumo diferente e até contrário. E isso porque ela sempre depende das circunstancias. É o que sucedeu com a minha resolução, tão firmemente tomada, de jamais te escrever nestes papeisinhos, quase impalpaveis e invisiveis, da “Condor”. Contra esta minha deliberação, ergueu-se hoje uma circunstância imprevista e forte, que me obriga a permanecer fóra de casa desde o meio-dia e a jantar também fóra. Este inesperado, não só me fez te escrever neste papelzinho, como também vae me forçar a adiar uma visita que pretendia fazer à noite para teis Papas. Bem repetia Napoleao (desculpa-me fazer comparecer nesta carta minuscula um cidadão tão importante!) os homens sempre dependem das circunsâncias.

Pode estar aí bem representada nesse *homem e suas circunstancias*, o que Agnes Heller (2000, p. 1-4) identificou como imanência e objetividade, dois princípios de inspiração marxista relacionados na ordem ontológico-social. O teleológico coexistiria com o objetivo, a causalidade circunstancial, forças vivas, ou antes, produtivas, presentes na estrutura social e nas formas de pensamento. É preciso ter em vista que o homem, portador de objetividade social, é a substância da sociedade que, por sua vez, consiste na substância da própria história. Heller (2000) observa ainda que a vida cotidiana, por sua vez, seria a vida de todo homem (idem, p. 17), porque vivida por todos, sem exceção. Vida vivida pelo homem, — nascido já na cotidianidade —, ele a frui em sua inteireza, porque a vive, em sociedade, pelos seus sentidos, capacidades, habilidades. De observar, porém, que a vida social — acrescenta ela —, mesmo “a mais elementar seria inimaginável sem imitação” (idem, p. 87), porque o homem teria a capacidade de imitar, inclusive, modos de conduta e de ação. Sem a imitação, não haveria assimilação de papeis. Nascido em um mundo já constituído em sua estrutura de costumes, ao homem cumpriria a assimilação desses usos, da mesma forma como assimilaria as experiências de trabalho. Não haveria usos isolados. “A tradição e a moda são formas particulares de manifestação do sistema consuetudinário e também, até certo ponto, do sistema de valores” (idem, p. 89). Assim, para Heller (2000), haveria um pensamento inerente ao cotidiano, pragmático, resultante dessas assimilações. Esse pragmatismo inerente ao pensamento cotidiano pode bem ser rastreado na escrita de Francisco, mormente quando ele se manifesta acerca de acontecimentos que tinham lugar na vida social:

Quadro 66 — Trecho de carta de 22/09/1933, Porto Alegre.

Talvez saibas que a Bidú está entre nós, já deu dois espetáculos. Fui ao primeiro, quero dizer, ao segundo, porque era aniversário do João, fui visita-lo à noite. Bidú é admirável. Que voz excepcional! Que senso perfeito da arte do canto, que disciplina bem construída, que força de expressão, além do mais! É possível que ella dê mais um ou dois recitales e é bem possível que eu não os perca.

Agnes Heller (1993, pg. 69) afirma que a consciência histórica cotidiana consiste no próprio fundamento da historiografia e da filosofia da história. Daí haver ela afirmado que todos nós seríamos filósofos da história, porque, em última análise, a historiografia, a teoria e a filosofia da história exprimiriam e formulariam nossas necessidades.

Dir-se-ia mesmo que, seja no território de uma *grande história*, como naquele da *grande épica*, o protagonismo do homem comum se faria presente, porque seria sempre um fragmento de vida transposto ao contexto maior, elevado à categoria de realidade na história, ou de ficção, no mito, como disse Lukács, ao teorizar sobre o romance, em seu ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica:

O sujeito da épica é sempre o homem empírico da vida, mas sua presunção criadora e subjugadora da vida transforma-se, na grande épica, em humildade, em contemplação, em admiração muda perante o sentido de clara fulgência que se tornou visível a ele, homem comum da existência cotidiana, de modo tão inesperadamente óbvio (LUKÁCS, 2000, p. 48)

Muito a propósito, as reflexões de Francisco, quando se manifesta sobre os festejos que têm lugar quando da passagem de ano, muito provavelmente em carta escrita ao final de 1932/33, quanto ele questiona Maria a partir do que identifica como uma impossibilidade: a renúncia ao desejo.

Quadro 67 — Trecho de carta da década de 1930.

Foi por causa disso talvez: tu falaste nos festejos populares pela entrada do novo anno, apitos de fabricas, sirenas dos jornaes, buzinas de automoveis, foguetes, esta barulheira de fim de anno que nos desperta um chusma de emoções alegres e ao mesmo tempo nostalgicas. Eu sempre gostei de “assitir” os festejos do anno novo, de “ver” a confiança ingenua e rumorosa com que os homens esperam melhores dias, que o guri symbolico do anno novo exprime na promessa do riso.

Tu dizes bem, o povo diz, na saudação ao anno que chega: anno novo, anno bom... anno feliz, muito feliz.

Mas, ninguem diz: [~~anno novo~~] anno novo, anno bom, bem igual ao que se foi... Porque poucos estao contentes com a sua propria vida, todos têm as suas desilluçõesinhas, todos esperam melhorar de sorte... É por isto que eu encontro certa amargura no estribilho que tu citaste e acho os festejos do anno novo nostalgicos e tristes.

O desejo humano é inegotavel e insaciavel. A nossa inquietação não tem limites, vivemos num estado quase continuo e permanente de tensão. É por isso que não é possível a felicidade completa, que deve ser um estado de serenidade interior total.

...

Para nós, filhos do desejo, nascido no occidente, a renuncia é impossivel, porque ella seria a morte do ser, nós vivemos pelo desejo e a maior victória é a affirmação do próprio individuo.

E onde seríamos mais nós mesmos do que nesse fluir dos dias e dos meses, com suas repetições, com suas constâncias não raramente alternadas com surpresas, que são como que absorvidas, ano após ano, por uma realidade compacta, muitas vezes tediosa? Quando se entra em contato com as cartas de Francisco, essa observação fica mais do que evidente. Porque, sujeito da história, se não a protagoniza, vive-a, mesmo em sua rasa monotonia às vezes interrompida por uma canção:

Quadro 68 — Trecho de carta de 28/05/1936, Herval, RS.

Isto aqui é a mesma chatice pesada de sempre. Ruas desertas, com o frio todo o mundo se entoca. Tenho impressão de que toda essa gente começa a dormir um sono hibernal, como a lebre. Só ante-hontem a vila esteve um pouco alegre. Fizeram musica à noite, numa casa da rua central, perto do hotel, que eu creio que foi ouvida em toda a vila. Moças cantaram. Então, formou-se um grande grupo em frente à casa sonora, para assistir o espetáculo excecional. Mas a verdade é que as raparigas deram um tom alegre e vivo à viola noturna da vila. Infelizmente, parece que esse “tom” vae ser único e isolado. Pelo menos até agora não teve sequencia. Para mim, isto não tem importancia. Porém, em todo o caso, a algazarra solta das moças sempre quebrava a monotonia rasa da vila.

De notar que, sendo de amor, as cartas de Francisco descortinam um cenário amoroso em detrimento de um cenário social, econômico ou político, mas, ainda assim, a crítica do presente vivido se faz presente, mesmo que ele reconheça que tais assuntos não fossem dignos do interesse de sua Maria. Nesse sentido, a visão de Francisco quanto ao cenário político de 1936:

Quadro 69 — Trecho de carta de 13/04/1936, Herval, RS.

Isto aqui, esta vila, anda desoladora com a falta de luz elétrica. Agora veio o frio, trazendo à memória da epiderme as delícias dos aconchegos confortáveis da cidade. Recolho-me ao quarto logo depois do jantar. Às vezes, como hoje, venho escrever-te, outras vezes, ponho-me a ler, ou a matutar sobre o mundo e as cousas...

Mas hoje está um friosinho de verdade mesmo. Vou me meter daqui há pouco debaixo das cobertas para ler e cogitar sobre esse engraçadíssimo planeta.

Hoje, então, tem uma matéria nova excelente para diversão do espírito: o confronto analítico da proposta alemã em torno da denúncia ao tratado de Locarno, com a contra-proposta francesa apresentada agora. Que jogo brabo entre essas duas velhas inimigas! E que encanto de tapeações e subtilezas de parte a parte! Mas isso não te interessa., desculpa essa tirada de encher “cavaco” vadio.

Para Agnes Heller (2000, p. 18) a vida cotidiana apresenta-se como heterogênea quanto a conteúdo e significação das atividades que nela têm lugar: trabalho, vida privada, lazer, descanso, atividade social sistematizada. Heterogeneidade e hierarquia (condição de organicidade) viabilizam a normalidade da produção e da reprodução de formas de intercâmbio, com o funcionamento rotineiro de uma hierarquia espontânea tão essencial quanto a heterogeneidade para manutenção desse movimento simultâneo. De modo algum o cotidiano estaria fora da história. Ao contrário, ela o considera o próprio centro do acontecer histórico, correspondendo à “verdadeira essência da substância social” (idem, p. 20). A vida cotidiana é a vida do homem individual, titular de um “eu” que é único por suas necessidades e por suas paixões. Todavia, na generalidade de todo homem, os sentimentos e as paixões da existência aparecem como inerentes à “substância humana”, devendo-se observar que o particular não seria nem o sentimento nem a paixão, mas a maneira como eles se manifestam conforme as necessidades e finalidades individuais. “Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano [...]” (idem, pag. 21).

Essa condição humano-genérica, todavia, não o deixa ser sozinho, porque integrado, seja na tribo, classe, nação, na própria humanidade, onde se formaria sua consciência da existência de um nós como a de um eu, lócus de sua imanência, dir-se-ia. Nesse sentido, a individualidade conteria tanto o particular quanto o genérico: o ser singular que se relaciona tanto com sua individualidade quanto com sua genericidade humana, dispondo de escolhas, inclusive, porque seria relativamente livre e autônomo. Daí o homem singular não ser simplesmente um indivíduo, porque se fragmentaria em papéis sociais. “O desenvolvimento

do indivíduo é antes de tudo — mas de nenhum modo exclusivamente — função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade”, afirma Heller (2000, p. 22). Porque a vida cotidiana viria repleta de alternativas, nem todas relevantes, especialmente do ponto de vista moral. Contudo, quanto mais uma decisão contivesse implicações de ordem moral, mais elevada estaria do ponto de vista do cotidiano, com maior conteúdo humano-genérico, portanto. Na verdade, estaria aí um critério formal de comportamento que Kant buscara já em seu imperativo categórico. Todavia, seria impossível traçar uma linha divisória nítida entre comportamento cotidiano e não cotidiano, na medida em que haveria comportamentos que exigiriam uma elevação consciente ao humano genérico. Aliás, o amor paixão, por sua intensidade, também se elevaria acima da cotidianidade, porém uma vez tornado costume ou rotina, poderia novamente nela dissolver-se.

A propósito, dir-se-ia que, efetivamente, experimentar uma paixão, ter o outro presente em nossa interioridade, mesmo que não nos eleve ou resgate da cotidianidade, reverbera ainda que na mesmice, reflete-se na esfera do comum. Espécie de magia operada pela afetividade, pela emoção, pela possibilidade de partilha da vida individual com o outro com quem seria possível compartilhar sonhos:

Quadro 70 — Trecho de carta de 14/03/1933, Herval, RS.

A vida é como a menina da história, diz Marcel Proust, e nós somos como o menino sonhador. Sonhamos tudo com perfeição, e sofremos quando comparamos os nossos sonhos perfeitos com a imperfeição da vida, ou melhor, com a “perfeição imperfeita” da vida. E, assim, como bem adverte o admirável Proust, não será preferível sonhar a vida e não viver os nossos sonhos, para não cair na estupidez do boi que ruma, vivendo para o “pasto do momento”? A alma fica vazia e morta sem sonhos, todo o sonho atingido e vivido é uma morte parcial da alma e uma diminuição das nossas possibilidades de sonho. Todo o sonho alcançado e vivido é material inútil que vai depois formar a substância do tédio final.

Além do amor paixão, Heller (2000, p. 22) enumera também a arte e a ciência. A primeira, porque seria a autoconsciência e a memória da humanidade; a segunda, por seu caráter desantropomortizador. Ainda assim, nem ciência nem arte estariam separadas por limites rígidos do pensamento cotidiano, pois seus praticantes, cientistas e artistas, teriam tanto vida cotidiana quanto particularidades individuais. Por fim, toda obra, ainda que significativa, voltaria à cotidianidade, seu efeito sobrevivendo na cotidianidade do outro, inclusive. O particular, para que se elevasse acima da cotidianidade à esfera do humano-genérico, dependeria de três fatores. Primeiro, a homogeneização, que se obteria mediante a concentração de nossa atenção sobre uma única questão, com suspensão de outras atividades, superando-se assim o caráter heterogêneo que caracteriza o cotidiano. Em segundo lugar, que nessa tarefa empregemos integralmente nossa individualidade humana. Finalmente, que esse

processo não se realize arbitrariamente, mas “de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos” (idem, p. 27). Importante ressaltar que apenas quando presentes esses três fatores simultaneamente estaria superada a instância cotidiana, algo raro, excepcional mesmo para a maioria dos seres humanos. “A vida de muitos homens chega ao fim sem que se tenha produzido nem um só ponto crítico semelhante” (ibidem). Grandes estadistas, artistas, cientistas, para os quais “a homogeneização em homem inteiramente é elemento necessário de sua essência, da atividade básica de suas vidas” (ibidem).

Mas não é apenas a heterogeneidade que caracterizaria a vida cotidiana. Sua característica dominante, para Heller (2000, p. 29-30) seria a espontaneidade, ainda que nem toda atividade cotidiana seja, em mesmo nível, espontânea. A espontaneidade permitiria a assimilação de comportamentos consuetudinários, exigências sociais, modismos, escolhas sobre cujos conteúdos usualmente não costumamos refletir, de sorte a permitir a produção e a reprodução da vida social. A atuação humana aí se daria na base do provável e do possível. Entre as atividades humanas e suas consequências haveria uma relação de probabilidade, viabilizando a unidade entre pensamento e ação na cotidianidade, e evitando reflexões acerca do correto ou do verdadeiro. Por isso a fé e a confiança teriam, na vida cotidiana, um papel muito mais importante do que desempenhariam nas demais esferas da vida, não porque fossem mais intensas aqui, mas porque ocupariam mais espaço, sua função mediadora sendo mais necessária em maior número de situações. Disso resultaria o pragmatismo do pensamento cotidiano, os juízos ultrageneralizadores, provisórios, que à prática cumpriria confirmar. “Os juízos provisórios (e os preconceitos) são meros exemplos particulares de ultrageneralização” (idem, p. 35). Agir por analogia é, assim, inevitável nesse contexto, com risco de cristalização. Também os precedentes assumiriam maior importância, — como indicadores úteis de comportamento —, para o conhecimento de uma dada situação, maior do que o conhecimento das pessoas. O risco que daí decorre seria o de não se perceber o novo “o irrepetível e único de uma situação” (idem, p. 36). Nesse cenário, a importância capital da imitação na vida cotidiana se explica e justifica. A espontaneidade, o pragmatismo, o economicismo, a analogia, os precedentes, juízos provisórios, ultrageneralizações, mimese e entonação, — atributo particular a cada individualidade quando *dá o tom* —, são elementos presentes no comportamento e no pensamento cotidianos. Disso decorre sempre a alienação em face de alguma coisa. “A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação” (idem, p. 37). Contudo, não seria necessariamente alienada, nem tampouco as categorias da cotidianidade seriam alheias às esferas não cotidianas. Política,

ciência e arte, todavia, seriam pertinentes a uma limitada comunidade. Importante refletir, nesse sentido, que a ciência moderna, quando se pauta sobre fundamentos pragmáticos, absorveria a estrutura cotidiana e mesmo arte moderna, quando se pauta sobre a efemeridade, abstraindo-se da essência da vida humana, provocaria a absorção da própria arte pelo cotidiano.

A saber se a cotidianidade daria lugar ao homem completo. A resposta estaria na hierarquia espontânea, também inerente à cotidianidade, e que possibilitaria, à individualidade, certa margem para movimentar-se frente a cada caso. É a condução da vida, cuja perfeição “é função da individualidade do homem e não de um dom particular ou de uma capacidade especial” (idem, p. 40). Artífice de seu dia a dia, o homem comum, também ele, deve ter a palavra e o poder, não só de se fazer ouvir, mas de deixar registradas, indelevelmente, nos anais da história, a sua experiência, única e irrepetível, dando a ver o novo e o inovador.

6.4 Cotidiano como invenção

Como compreender o que não nos é dado de imediato? Assim como o muito distante, o muito próximo de nós, para que seja inteligível, necessita ser compreendido. O sem nome, o comum, que desafiam a via da alteridade, porque nem sempre o outro é visível, quanto mais em sua insignificância. No caminho que nos leva ao outro, — e às diferenças —, poderia estar a chave para compreensão do acontecer histórico, sempre intimamente relacionado ao acontecer social. Certeau (1998), em sua análise de modos de fazer empregados no dia a dia, desvenda estratégias e táticas anônimas, minúsculas, empregadas pelo homem comum, silenciosamente subversivo às vezes. Ele seria estratégico, ao identificar relações de força para manipulá-las à vista do poder, na busca de alguma coisa própria a tornar-se a base de onde ele poderia gerir seus interesses. Ele seria tático, — “a tática é a arte do fraco” (idem, p. 101) —, quando agisse com cálculo, mesmo diante de uma ausência de propósitos.

Quadro 71 — Trecho de carta de 1932, Santa Maria, RS.

Que fazer? O homem nunca poderá ser senhor de todas as circunstâncias, talvez de nenhuma. E a sabedoria antiga e moderna ensina que não devemos nos aborrecer com as circunstâncias contrárias, pelo contrario devemos aproveita-las para o delineamento de nossos planos. Foi o que fiz, marcando minha viagem para os primeiros dias de Agosto

Tais ações são elevadas à categoria de fundamentos de uma sociologia do cotidiano, que nos descortina o comum, é verdade, mas um comum que dá lugar à originalidade introduzida

pelo caráter inventivo dessas táticas e estratégias. O reconhecimento da existência dessas formas de agir dá a ver que nem sempre se está diante do puro conformismo, que levaria a uma uniformidade de práticas passivas. Entre a monotonia e a repetição, as mudanças do presente em relação ao futuro são a projeção de perspectivas que integram o vir a ser na esfera cotidiana.

Quadro 72 — Trecho de carta de 08/04/1936, Herval, RS.

Esta vidinha estagnada já me pesa, sinto uma saturação desagradável de marasmo, agravada pelo mau tempo constante. Quando há sol, vale a pena gozar o ocio dourado e verde da campanha, para uma cura de repouso. Mas essa chuvinha de outono, lenta, bolorenta, murrinhenta, gera um tédio embolorado que envenena o humor da gente.

Essa inquietação, experimentada ainda quando o conformismo é imposto pelas circunstâncias e aceito por contingência, seria, para Certeau (1998), objeto de invenção, com suas práticas ordinárias, não raramente criativas, refugindo aos padrões impostos pela ordem vigente.

Quadro 73 — Trecho de carta de 15/04/1936, Herval, RS.

Tens lido? Eu vivo devorando paginas impressas. Para escapar de alguma indigestão é que eu troto a cavalo e fujo para o campo, para caminhos distantes.
Também poucas coisas interessantes pôde-se fazer aqui: ler, passeiar a cavalo.
Anseio por sair desse tédio pegajoso. Felizmente, conto terminar minha tarefa na próxima semana. Já estou aqui faz mais de vinte dias. Saturei-me da vida provinciana.

A dramática desventura do homem comum teria sido trazida à luz por Freud “que estabelece um contato com o ‘homem ordinário’ e conjuga o seu discurso com a multidão, cujo destino comum consiste em ser ludibriada, frustrada, forçada ao trabalho cansativo, submetida portanto à lei da mentira e ao tormento da morte” (idem, p. 61). A exceção, porém, privilegiaria o pequeno número dos pensadores e dos artistas, dos “capazes de metamorfosear o trabalho em prazer pela sublimação” (ibidem). Assim, os que fossem capazes dessa elaboração — espécie de posse de si — teriam não propriamente um poder, mas aquilo que Francisco talvez já identificasse como o especial conformismo que lhe permitia compor verdadeiras preleções epistolares, nas quais expunha à Maria — tanto quanto a si próprio — o que chamava, por vezes, de sua filosofia de vida, filosofia do amor, filosofia das necessidades. Tais ideias, que não estavam longe da concepção de uma providência encarregada de cuidar do mundo, podem assumir proporções filosóficas nos palcos pouco iluminados onde a vida real acontece *de verdade*.

Figura de um universal abstrato o homem ordinário desempenha aqui ainda o papel de um deus que se pode reconhecer por seus efeitos mesmo acanalhado e confundido

com o comum supersticioso: fornece ao discurso um meio de generalizar um saber particular e garantir por toda a história a sua validade (CERTEAU, 1998, p. 62).

Francisco, um dentre esses tantos homens cotidianos, é o homem que espera, que deposita sua confiança no amanhã, mas que se move no presente à medida que suas circunstâncias o permitem. O próprio amor que ele professa é um amor epistolar que só vai acontecer, concretizar-se no mundo, quando esse amanhã chegar. Contudo, ele reflete sobre o que sente e não raramente se mostra capaz de concepções universais, não obstante toda a força de suas circunstâncias. Nesse sentido, dir-se-ia que Francisco ultrapassa a cotidianidade dentro da própria cotidianidade, especialmente quando, mesmo escrevendo cartas, faz literatura, empreendendo um verdadeiro discurso esclarecido que, ao molde de Certeau (1998, p. 62) explicaria a experiência comum, ao generalizar um saber particular.

Quadro 74 — Trecho de carta de 16/12/1932

A tendencia natural de quem ama é procurar a felicidade no amor. Porem os homens deviam de saber que esta, de um modo absoluto como elles desejam, não pode ser attingida. Para existir alguma felicidade no amor, deviam de possuir a sabedoria da acceitação e do conformismo, para o qual “tudo é assim e não pode deixar de ser assim”, por que, do caso contrario, a felicidade ou a eliminação da dor só é possível pela “redução progressiva” e extinção total do desejo de possuir integralmente o ser amado.

Mas, ha alguns seres que desejariam o ser amado total. Esta felicidade jamais é attingida, e eis porque certos tem pensamentos especiais e soffrem sempre no amor, e eis porque nem a certeza de ser amado e de amar porde torna-los felizes. Para estes, amor reciproco não será nunca felicidade, porque elles receiam sempre, quando estão na presença do objeto de seu amor, soffrem sempre a angustia dolorosa de pensar que a mulher amada vae lhe fugir a qualquer momento, e que existe sempre uma parte de um coração que não lhe pertence e que não lhe conhece.

No fundo, reconhece-se que isso é insensatez e infantilidade. Pois quem não sabe que o amor não é uma continuidade perfeita, que a sua unidade é uma illusão nascida da necessidade dos estados affectivos? E que não ha nenhuma pessoa que seja capaz de se livrar do dominio das influencias differentes e divergentes?

Eu te falo com esta sinceridade para mostrar-se que eu amo com lucidez, com consciencia, e que não ha motivo para te julgar com severidade, porque te considero a unica e, de certo modo, predestinada para mim. Tenho certeza que o soffrimento mantem o amor, na maioria dos casos. E que “notre amour pour une persone est comme um tissu qui serait fait des joies et sourtout de peines...”

Francisco bem poderia aqui representar aquele personagem geral do qual Certeau (1998) já disse que tanto pode ser todo mundo como pode ser ninguém, simples homem ordinário que daria como representação o próprio texto, espelho de um “caráter universal do lugar particular onde permanece o louco discurso de uma sabedoria sábia” (idem, p. 60). Suas cartas, porém, muitas vezes dão conta de coisas que vão além da temática do amor, pano de fundo de seu epistolário que não impede a emergência de temas que margeiam o fazer literário, na mais alta expressão do que seria, efetivamente, uma crônica da vida cotidiana:

Quadro 75 — Trecho de carta de 19/04/36, Herval, RS.

Cada rancho parece indiferentemente a “moradia” de uns e de outros. Há um “ar de família” que os irmana, e que cada morador de um rancho não se distingue muito dos de outros. Todos os ranchinhos são iguaes: paredes de barro e taquara, telhado de palha, quase sempre santa-fé. A diferença está no tamanho. Mesmo na miseria existe diferença... Os moradores também dão a impressão de formarem uma família só. Mas, examinando bem, sabe lá quantas cousas não os separam, quanta “trica”, e mesmo quanta inimizade...

Esse bairro fica perto dos cemiterios. Porque aqui existem dois cemiterios, não obstante ser a população muito pequena. Eles têm uma historia curiosa. Foram construidos no tempo do Imperio. Um para cada partido politico da época... Um conservador não cometia a indignidade de ir repousar para eternidade ao lado de um liberal, e um liberal jamais decia à baixeza tamanha de ir apodrecer junto de um conservador... Daí os dois cemiterios. Nem a morte os reconciliava. Continuavam no tumulto a manter as suas convicções politicas, e seus ossos, na fria terra, mantinham-se firma na defesa da fé partidaria... Acima de tudo, o seu programa... Curioso, não achas, querida? Creio que é a unica cousa digna de nota que existe nesta localidade. E, ainda assim, encerra uma curiosidade puramente historica.

Uma das cousas que me tocaram, também, nesta vila, foi uma cruz plantada numa das estradas da localidade. Sem inscrição, sem um nome, sem uma data. Custei a acalmar a minha curiosidade. Ninguém sabia me revelar o motivo dessa cruz. Afinal, um velhinho, chamado xxx, me deu a explicação. A cruz foi erguida na estrada, que era muito transitada, por um padre, que foi vigario aqui, para devoção dos viajantes de passagem e que não tinham tempo de ir fazer as suas orações na igreja. Simples e comovente, não te parece?

Esse velhinho ... é outra curiosidade. É monarchista fervoroso, tem uma idolatria enorme por D. Pedro II e lamenta até hoje a sua abdicação. Fez-se meu amigo. Vez que outra, surge no meu quarto, para “cumprimentar o amigo”. Simpatico o velhinho, ainda forte, careca, barbas brancas, olhar claro bondoso, compassivo. Quando sae, leva um nickel, satisfeito...

Tem uma memoria prodigiosa. Sua paixão foi sempre a historia, politica e militar. Quando conversa comigo, relata longos episodio de batalhas na guerra do Paraguay, na revolução de 93, questiunculas politicas. Uma vez me sapecou de cor uma reclamação que o congresso, digo, o senado e a camara enviaram a D. Pedro II contra o ato do Regente fechando as camaras...

Outra vez, aliás, já por duas vezes, me contou um episodio da guerra de reivindicación movida por D. Pedro I, que já havia abandonado o trono do Brasil, contra o principe D. Miguel, que usurpára a princeza Maria, filha de D. Pedro I o trono de Portugal. Foi quando D. Pedro I, ferido gravemente, se despediu de seus soldados. Chega um destes, abraça D. Pedro I, que tinha o posto de coronel do exercito portuguez, diz ele, e D. Pedro lhe diz: “Vae e distribue este abraço por todos os teus companheiros”. Então o soldado se desprende chorando dos braços de Dom Pedro I e sae exclamando: “Deus do Céu, porque não morri eu nas trincheiras do Porto! Foi para ver o meu coronel neste estado!” Neste ponto, as lágrimas sobem aos olhos do velhinho. E todo ele é uma palida vibração saudosista da monarchia.

A não ser por Francisco e Maria, que se saberia desse personagem que permanecia fiel ao imperador e dessa paisagem de ranchinhos que se igualam uns aos outros perto dos dois cemitérios? Trazidos sem querer para diante de uma realidade que hoje nos escapa, viajamos na sensibilidade individual de um sujeito para, através dela, fazermos presente em nós um discurso histórico nada convencional, que redescobre temas e experiências, assim como abre espaço para novas definições do passado, visto e sentido assim tão de perto.

6.5 Uma cidade epistolar: a propósito daquela Porto Alegre

Quadro 76 — Trecho de carta de 6/5/1932.

Porem é Porto Alegre que me desperta, que me sacode todas as forças profundas do meu ser, e ao lado de um ascetismo amargo de renuncia gerado pela vida tumultuada de uma cidade grande geralmente, e que dura pouco, provoca em mim uma reação salutar contra a renuncia e me convida para uma acção necessaria fortalecendo a consciencia de uma posição nova. Nada mais eficaz do que as dificuldades exteriores para manter a coragem sempre activa e afastar o perigo da renuncia, quando existe a consciencia de que não se deve desanimar. Ellas agem como forças disciplinadoras.

Alem disso Porto Alegre anima dentro de mim o desejo de possui-la. A constante vontade de domina-la, semelhante ao desejo de posse total despertado por uma mulher querida. Quando eu estava longe dessa cidade, meus pensamento eram de um namorado que fizesse da separação seu dramzinho sentimental. Quantas vezes eu me lembrava das suas arvores como se fossem cabellos verdes estranhos, de suas aguas como olhos buliçosos e ingenuos, de seus morros como se fossem seios macios. E ôh, saudade tola!

Não sei porquê todas as cidades têm qualquer cousa de graça mulher e quase todas sentem seu encanto feminino, muito sem saber dizer. Mas eu sinto Porto Alegre de um modo meu bem proprio. Me parece às vezes que empresto a essa cidade o teu corpo harmonioso e visto-a com as roupas da tua sedução. E eu poderia dizer depois de tudo isso que é minha boa mamãe e Porto Alegre é minha noiva bonita.

Porto Alegre, cenário que emoldura essa história de amor entre tantas outras das quais nada sabemos. O que se poderia dizer dela se nos permitíssemos percorrê-la sem destino, sem objetivos nítidos, tão somente encontrando, quase sem querer, aqui e ali, memórias de um cotidiano colocado na mais extrema margem da história de Porto Alegre?

Tudo começou⁵⁸, ou, *era uma vez*, em 26 de março de 1772, data de fundação do que viria a ser a cidade que esperava por Francisco e por Maria, e que se inicia como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. A região começara a povoar-se, contudo, em 1752, quando aportam os 60 casais açorianos. Eles tinham como destino as Missões, região situada a Noroeste do estado. Pelo Tratado de Madrid, a região seria trocada por Sacramento, colônia situada às margens do Prata. Quis o destino, porém, que a negociação demorasse e que os açorianos permanecessem no então Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre, chamada depois Porto do Dorneles em 1740, e Porto dos Casais ou Porto de São Francisco dos Casais em 1772.

Capital da Capitania em 1773, vira Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre e ganha suas mais antigas praças, a XV e a da Matriz, onde, aliás, fica Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, no hoje Centro Histórico. Dom Pedro I a faz cidade “com todos os foros e prerrogativas das outras cidade do Império” em 14 de novembro de 1821. Imigrantes — alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses

⁵⁸ Informações colhidas junto à municipalidade, <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/>.

— começam a chegar a partir de 1824. Palco da Guerra dos Farrapos (1835-1845), — tema do hino do estado — que se inicia em 20 de setembro na Ponte da Azenha, Porto Alegre é fértil em imaginários.

Localizada no paralelo 30, às margens do Guaíba que ora é rio, ora lago, ora estuário, Porto Alegre é mais meridional das capitais do país. Mas e a Porto Alegre do homem comum, do *cidadão cidadão* que Francisco bem poderia generalizar? Na década de 1920, quando tem início o romance epistolar de que nos ocupamos, ainda vivia o Dr. Mario Totta, que hoje reconhecemos no nome de uma rua do bairro Tristeza, e que garantia, em anúncios, os efeitos benéficos do medicamento Coqueluchol (1920) contra a tosse e a coqueluche⁵⁹. Tempos em que o clube Vulcano (1920) anunciava-se como “centro chic de diversões noturnas”⁶⁰, lugar onde se dançava ao som de uma orquestra que animava a cidade na qual a modernidade prometia bordados à máquina anunciados por Dona Victoria de Alcantara (1920)⁶¹. Um edital da Intendência Municipal (1920)⁶² abria um concurso público interessante, para que se escrevesse a história de Porto Alegre. Era em comemoração à proximidade do centenário de sua elevação à categoria de cidade. Um prêmio de três mil réis era prometido ao vencedor em troca da reserva, à Municipalidade, da propriedade editorial do texto, além de cem exemplares da primeira edição. Dario de Bittencourt (1923), curiosíssimo personagem⁶³, aliás, descreve Porto Alegre, em artigo publicado no periódico “O Exemplo”, como *urbs ridens*, cidade ridente, que se fará mais tarde cidade sorriso, no primeiro século de sua cidadania: “[...] imensa cidade ridente, onde me enorgulheço de ter nascido! Como o poeta bizarro que cantou, em estróphes deliciosas, num nervoso modernismo admirável, sua “Cidade Maravilhosa”, também te poderia engrinaldar a fonte com a coroa desses versos [...]”⁶⁴.

⁵⁹ **O Exemplo**. Jornal do Povo. Porto Alegre, 26 dez 1920, nº 50.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Dario de Bittencourt (1901-1974), em 1958, documentou toda sua trajetória de vida em extenso *curriculum vitae*, impresso com tiragem de 200 exemplares que foram distribuídos entre amigos e familiares, colegas da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul e confrades da Academia Sul-rio-grandense de Letras. Era neto de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, — segundo ele “uma eminência duplamente parda”, em bem humorada alusão à cor parda de seu avô —, que fora secretário particular nas administrações de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Segundo José Antônio dos Santos (2008), o trabalho iniciava-se pelo “registro civil de nascimento, batismo, casamento, diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, certificado de livre docente da Faculdade de Direito de Porto Alegre, decreto presidencial de Suplente do Conselho Regional do Trabalho da 4ª. Região, convite para ser imperador festeiro da Irmandade do Divino Espírito Santo, documentos que comprovam ter ocupado a chefia provincial dos integralistas no Estado, várias referências bibliográficas e hemerográficas que fazem referência à sua circulação intelectual, bem como à de seu pai e avô” (idem, p. 3).

⁶⁴ **O Exemplo**. Jornal do Povo. Porto Alegre, 2 jan 1923, nº 1. Conservou-se a grafia original.

Solenemente, Archibaldo Severo (1923) escrevia sobre a falalidade que acabara de “arrebatar do seio dos mortaes a figura excelsa de Guerra Junqueiro”⁶⁵. Descobrimos que o Centro dos Caçadores (1924) anunciava-se como o mais elegante e bem montado do estado, recebendo artistas do Rio, São Paulo e capitais platinas⁶⁶. A propósito dele, Carlos Reverbel (1993) registrou em suas memórias que ali se consumia cocaína que emprestava, então, “certo status aos que tinham condição de consumi-la” (idem, p.59). Textos e contextos que nos entregam uma cidade parcelar, recortada contra o fundo nebuloso de uma memória que espera, paciente, pela história. Outros tempos, nem tão distantes assim, mas que projetam outras sensibilidades. Tais memórias, — esparsas e não sem alguma curiosidade —, não refletem a história, mas uma ideologia existencial, status citadino sem heroísmos. Notas de pequenos feitos adormecidos em hemerotecas digitais ou ilegíveis em jornais consumidos pelo mofo e pela umidade. Todavia, tão perto estão dos fatos que, mesmo quando pinceladas quase que ao acaso em incursões exploratórias operadas sobre velhas publicações, — espécies de repositórios de retalhos do dia a dia —, elas atijam a nossa imaginação.

A memória dessas insignificâncias, sugestivas como pode ser a correspondência, modela a realidade cotidiana que afeta o homem comum, sensível à história, porque a sofre, sem protagonizá-la, todavia, salvo excepcionalmente. Muitos desses retalhos são fontes preciosas para a literatura, e nada impede que o historiador resgate muitas delas, descosturando a obra literária, decompondo-a para isolar aqueles pormenores que darão fé a um hábito, a um pensar ou a um sentir inerente à realidade sensível. Afinal, não é disso que Maria Izilda Santos de Matos (1996) nos fala quando se refere “à descentralização dos sujeitos históricos e a descoberta das ‘histórias de gente sem historia’, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro de um discurso histórico convencional” (idem, p. 129)? Uma descentralização que não é sem risco, na medida em que nos afasta da margem segura das referencias convencionais, e nos remete ao território das emoções, a outra geografia que compara a cidade a um corpo de mulher. A Porto Alegre poetizada por Francisco não é a Porto Alegre de nenhum de nós. É uma cidade epistolar, encantada pela magia do amor e que bem se presta à definição de Pesavento (2005) “núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social” (idem, p.1). E por que não? Francisco metamorfoseia a

⁶⁵ **O Exemplo.** Jornal do Povo. 28 de julho de 1923, n° 29

⁶⁶ **O Exemplo.** Jornal do Povo. Porto Alegre, 25 set 1924, n° 80

cidade, mas, ainda assim, nos aponta sua dimensão social, cultural e simbólica, criando como que um lócus temporal onde materializa a própria experiência afetiva.

Quadro 77 — Trecho de carta de 15/10/1925.

Como vae essa mulher? “Que mulher?...” Essa que vive eternamente deitada, numa indolencia de princeza oriental, ao longo do Guahyba, a espelhar-se no crystal movel das suas aguas? Essa, em que Deus, no logar da bocca, em vez de bocca, poz um coração a sangrar de amor? Essa, em louvor da qual o sol accende, todos os dias, a melhor das suas lampadas de ouro? Essa, que esconde, num dos seus palacios encantados, a menina linda, a menina feliz, que é, afinal, a menina destes olhos tristes e exilados?

Trata-se de uma singularidade que mapeia Porto Alegre como referência indissoluvelmente ligada a uma vivência afetiva. Mas trata-se, ainda assim, de um espaço, de um percurso, sobretudo, porém só encontrável mediante o norte para o qual apontou, por duas décadas quase, a bússola que se escondia no coração de Francisco. Por ela, — e parece que exclusivamente por ela —, ele se deixava guiar pelas ruas de Porto Alegre, sempre a procurá-la, mesmo quando ela se encontrava distante:

Quadro 78 — Trecho de carta de 25/07/1933, Porto Alegre.

Tenho ido ao Pão dos Pobres, aos domingos e lá deixado o meu obulo, em teu nome. Me habituei com estas visitas dominicaes; de manhã saio, cheio de pensamentos evangelicos, olhando com ternura mystica pros homens e pras cousas, tomo o bonde como qualquer pacato, desço perto da ponte da Azenha. E vou andando, olho com eternecimento franciscano para ervinhas que crescem entre as pedras da rua e para a agua do riacho. Vou rezando a minha oração lyrica. A poesia toma uma forma infinita, sem “formas”, dispersa em todo o universo, vou sorvendo o azul como expressão do indefinível. Vou sentindo Deus, vivendo a ideia divina. Depois, entro na igreja de Santo Antônio, e penso em ti. Eu só sei entender Santo Antonio através da minha affeição por ti: Tua existencia se mistura com a existencia de Santo Antonio no altar. Rezando, eu converso também contigo, rezo pra ti, conversando com Santo Antonio. Santo Antonio está em nossa vida como um amigo invisível que só pode fazer bem. A gente tem desses amigos, habitantes do outro mundo.

O fato de ser redutível a um espaço geográfico tangível não impede que a cidade abrigue imaginários, cuja força de expressão pode ser experimentada quando emerge dessas fontes. Mas tal leitura depende um pouco de nós, é verdade, de certa disposição de nossa vontade, de certa perversão de nossa razão, por contágio sugestivo, quem sabe... Ler esta carta e tentar acostumar-se a passear aos domingos por Porto Alegre, em 1933, descer de um bonde bem na ponte da Azenha, aquela onde começara a Guerra dos Farrapos há então quase cem anos, e seguir os passos do pacato Francisco até o Pão dos Pobres, entrando numa igreja onde Maria disputa lugar com Santo Antônio sobre o altar. Nada mais cotidiano e, paradoxalmente, nada mais extraordinário. Porque o dia a dia pode estar repleto dessa propriedade mágica que encanta suas ruas, seus rios, que diviniza altares, ainda que profanando-os, graças às eternas indulgências concedidas pelo amor. Cidades são, sim, fenômenos culturais por excelência e

talvez seja preciso naturalizar-se porto-alegrense para alcançar essa cidadania. Para adquirir-se, talvez, um ethos capaz de atribuir valores ao que se convencionou como urbano, como observa Pesavento (2007). Mudar de tempo, ainda que não se mude de lugar: reconhecer um território imaginário que adquire concretude e que se descortina diante de nós pela força de uma narrativa inspirada pelo amor.

Quadro 79— Trecho de carta de 19/05/1936.

Porem a minha oiára não móra no meio da mata, vive na cidade bonita onde rodam lobis-homens automoveis, cobras grandes eletricas, e veste vestidos godets e usa luvas. Me veio a pergunta velha agora olhando a lua: que estarás tu fazendo agora na cidade bonita minha namorada? Então vou andando, nem sei de que jeito sem me mexer do lugar, pelas ruas da cidade bonita minha namorada procurando encontrar minha namorada ou adivinhar em que casa ella está agora. Vou andando entre os homens coiós sem dar importancia pra elles e arriscando pras mulheres bonitas uma guelada que pega não pega cheia de brasil. Vou procurando, mas não acho na cidade bonita minha namorada a minha namorada. De vez em quando cruza bufando um lobis-homem-automovel levando com elle uma mulher faceira roubada, atiro um olhar tentando fisgar ella mas não acerto. Outra vez deslisa uma cobra gorda eletrica levando no bojo illuminado uma porção de moças novas. Essas cobras eletricas não serão parentes da Cobra Norato? Ellas procuram talvez as filhas de outras rainhas Luzias... Mas onde estará agora na cidade bonita minha namorada a minha namorada? Procuro, procuro e não encontro nem adivinho em que casa ella estará agora. Na cidade minha namorada tem uma rua chamada rua da Praia que não fica na praia as oiáras vestidas innocentes vão contar seducções para os marmanjos bocós. Mas a esta hora não. Então onde estará minha namorada a esta hora? Na rua da Praia que não fica na praia tem uma casa numero ... Ella estará lá? Não sei não sei, mas eu não bato na porta porque os dedos do meu sonho não teem ossos... Vou adeante, vou a procura da minha namorada na cidade bonita minha namorada. Nessa cidade tem outra rua chamada Cel. Vicente que fica na Floresta que não tem floresta. Me toco pra lá. Nessa rua tem uma casa numero... não me lembro agora, grande alta.

Mas eu não bato na porta

Tenho medo de bater,

Há um “guita” na esquina torta

Elle pode me prender.

Vou adeante, descendo, descendo descendo sem saber em que lugar procurar a minha namorada na cidade bonita minha namorada. Caminho caminho de repente estaco. Que é isto prata prateando tremulante mollemente, tão lindo? Meu Deus quê poderá ser, é o rio vestido de luar. Então me assusto: o onde é que eu ando, pra onde é que eu vou? Andei pelas ruas todas da cidade bonita minha namorada, varejei os cinemas quentinhos perfumados de mulheres cheirosas, espiei as bombonieres casas de chá rotisseries, meti o meu olhar dentro de todos os lobis-homens-automoveis e das cobras gordas eletricas, procurei naquellas casas onde não bati porque os dedos do meu sonho não teem ossos e porque tive medo e não encontrei a minha namorada. Mas na cidade bonita minha namorada tem uma outra rua chamada Voluntarios da Patria que fica involuntariamente à beira do rio e olhando para o rio tem uma casa na esquina. E talvez a minha namorada esteja nessa casa olhando o luar no silencio banhado ou dansando a rancheira ou conversando fiado sobre a fita americana assucarada onde há uma galã pachola batuta, uma moça ingenua namorada e o cynico só pra atrapalhar, ou então está no ninho de linhos dormindo nesta noite de luar assombrado, vinte e três e meia horas do dia dezenove de Maio de mil novecentos e trinta e dois no seio da cidade bonita minha nomorada embalada pelo balanço de ninar no Guahyba.

Além de nos certificarmos de uma influência modernista, que se reflete em cheio na escrita aqui curiosamente sincopada de Francisco, tão homem de seu tempo nesta carta. Vemos também que ele já descobrira a Cobra Norato que rouba sua rainha Luzia de Raul Bopp, encontramos a palavra *guita*, que designava um agente da guarda municipal. Descobrimos que Maria usava vestidos godês e que usava luvas, que frequentava casas que

ficavam em ruas conhecidas, como a da Praia, a Cel. Vicente, no bairro Floresta, a Voluntários da Pátria com outra geografia. Ir ao cinema para assistir filmes românticos, comer doces em lugares bem frequentados, dormir entre linhos, tudo na cidade que crescia, que se movimentava. Testemunho eloquente, cuja verossimilhança nos vem como foros de verdade revelada, descoberta em seus menores detalhes, cuja concretude, ao contrário dos dedos do sonho que não batem nas portas, aqui possuem ossos. Porque se tratam de informações concretas que dão conta de vidas comuns vividas numa cidade que crescia, habitada por namorados e namoradas, por mulheres bonitas, perfumadas, que andavam nos carros, percorrendo ruas que ganham, com essas memórias, sobreposições que se somam a sua geografia.

Porque o fato de ser redutível a um espaço geográfico tangível não impede que a cidade abrigue desses imaginários, tão concretos às vezes, todavia, palimpsestos aos quais Certeau (1998, p. 190) se referiu, nos quais a subjetividade se articularia, porque *memorável* seria atributo do que se pudesse sonhar a propósito de um dado lugar. E assim, sonhos sobre sonhos, a cidade se articularia com seus lugares. Estes seriam verdadeiras

[...] histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim, simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo” (CERTEAU, 1998, p. 189).

Não se trata de dar a ver a cidade por mapas e estatísticas, no que ela tem de aferível. Não é tão simples apresentá-la tal como pode ser concebida pelo homem comum que a experimenta de forma elementar, cotidianamente: “caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem ser poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; tem dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso” (CERTEAU, 1998, p. 171). Para Certeau (1998), o discurso utópico e urbanístico se definiria por uma tríplice operação. Muito simplificada aqui, haveria para ele, primeiro, a produção de um espaço *próprio*, organizado racionalmente o colocado a salvo do que o comprometesse, que ele literalmente nomeia como “poluições físicas, mentais ou políticas” (idem, p. 172). Segundo, o estabelecimento de um *não tempo*, sincronia que teria em vista substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições, responsáveis pela introdução de opacidades na história. Finalmente, a criação de um *sujeito universal* e anônimo: a própria cidade com suas funções e predicados. Referindo-se ao caminhante, Certeau (1998) aduz existir uma retórica da caminhada (idem, p. 179), pois da mesma forma como se moldam as frases poder-se-ia moldar percursos, numa arte que

combinaria estilos, estrutura que se manifestaria no plano simbólico, e usos, fenômenos sociais que remetem a normas, ambos visando a maneiras de ser e de fazer, como falar e caminhar. Enfim, uma retórica peculiar ao habitante, gestuais ambulatorios praticados nos espaços, espécie de semântica que, por sua erraticidade, seria “produzida por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na noutra, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel” (idem, p. 182).

No epistolário franciscano existe um imenso *corpus* citadino a exumar, aos pedaços, todavia, peças que se encaixam, porém em tantos quebra-cabeças que, com elas, podem vir a se completar. A Porto Alegre de Francisco, da qual conhecemos algumas ruas, alguns lugares, depositários de suas lembranças, está irrevogavelmente ligada à história de um homem comum, a tantos *não Franciscos*. Se sua história individual não nos diz respeito, o que ele vivenciou como homem e o que, como homem, ele registrou em suas cartas, enriquece o passado, emprestando cor e relevo ao que só poderíamos perceber como esboços, lançando luz a recônditos onde a intimidade foi vivida, revelando práticas, hábitos, linguagens. Fonte inesgotável de informações, a cada época, este tesouro epistolar se abre para nos oferecer suas riquezas, na subjetividade ou na literalidade dos registros ali contidos.

A nós, a esta altura, cabe acrescentar duas palavras ao que foi dito. A primeira é reiterar que a fonte é inesgotável. Que o encerramento não é da pesquisa, nem do campo, que jamais esgotará as riquezas que prodigaliza. Encerra-se a tese, porque é preciso que seja assim, uma vez encontradas respostas, — ainda que sempre dotadas de provisoriedade —, às questões propostas. A segunda e última palavra, enfim, é o registro de nossa gratidão, imensa e sincera gratidão àquele que, debruçado sobre o papel, caneta tinteiro na mão, abriu seu coração à Maria, é verdade, mas que, com toda a sensibilidade de que era capaz, construiu um verdadeiro castelo de cartas, inaugurando um reino, verdadeiro domínio no qual pudemos penetrar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Palavras finais sabem a despedida, mas marcam também o início de novas jornadas. Porque “Segredos de Arquivo, cartas de amor de Francisco para Maria (1922-1937)” até pode ter encontrado um final ao alcançar os objetivos a que se propôs. Todavia, a riqueza dos arquivos pessoais, sobretudo desses, os mais simples, os menos sofisticados, e tão imprevistos em seu aparecimento no mundo, é inesgotável. Eles aparecem diante de nós e se abrem à nossa sensibilidade. Explorá-los, contudo, é um desafio; pesquisá-los, também.

Porque o pesquisador é mais interrogado que o objeto da pesquisa.

Explique-se. Arquivos pessoais até se submetem muito facilmente a uma curiosidade meramente especulativa, mas eles não se rendem assim ao olhar científico. E por científico aqui se compreenda o exercício de controle e de predição sobre determinado objeto, objeto que não é o sujeito, — embora exista na interioridade do sujeito —, e que se presta tanto a ser descrito em si mesmo quanto circunstanciado. Científico é qualidade de um saber elevado, não pelas honras do mundo real, mas porque ascende à consciência abstrata, relacionando a parte ao todo. O produto da ciência é um saber que pode ser compartilhado. O produto da sensibilidade, contudo, maior tesouro de um arquivo pessoal, não é, porque depende de uma especial disposição do espírito, de caráter mais intuitivo que lógico racional.

Por mais que saibamos como catalogar, como classificar, como nomear, como armazenar um arquivo pessoal, — e esses misteres são muito complexos —, sempre devemos ter presente que essas ações também são práticas humanas, e que estão sujeitas a temeridades, a omissões, a desfalques, a novos descartes, enfim, ao risco de imporem ao arquivo uma lógica que nunca foi a dele. — Será que, depois dessa nossa intervenção, o titular do arquivo se reconheceria nele? — Por isso mesmo, os princípios que devem reger a prática arquivística importam tanto. E devem ser observados não como abstrações, mas como ações eminentemente práticas. Indo bem longe, pode-se falar em verdadeiras *promessas ao arquivo*.

Diga-me de onde vieste, arquivo, e eu sempre me lembrarei e farei lembrar esta tua **proveniência**. E te prometo, arquivo, que todas as coisas que eu vier a encontrar contigo serão mantidas assim, em sua **unicidade**, e, por mais insignificantes que elas possam parecer aos meus olhos, eu saberei entender que estão ali por alguma razão que não me cabe questionar, ainda que eu nunca possa alcançá-la. Prometo que tentarei descobrir as circunstâncias vivenciais das quais tu foste o resultado sensível, e saberei compreender que tua **organicidade** é sempre o produto de outro que não eu. E prometo, arquivo, que não te

desfalcarei nem te mutilarei, que sempre honrarei tua **indivisibilidade**, jamais me apropriando indevidamente de nenhuma parte de ti, e tratando-a como um ente isolado de ti.

Uma licenciosidade poética sobre a qual se invocam todas as indulgências.

Mas reflita-se: em um mundo que se especializa cada vez mais, onde os saberes parecem ter dado adeus à cognição, deixando-se acumular como meras informações sobre informações, onde o saber de hoje é o palimpsesto do saber de amanhã e assim sucessivamente; um mundo onde uma teoria do conhecimento dá lugar a uma teoria da informação; um mundo cuja razão se adéqua antes ao como e onde armazenar não importa o quê, do que ao *se e por que* guardar. Desnecessário apontar os riscos implicados em se comprometer, pelo acúmulo, a visibilidade de algo que, efetivamente, pode contribuir para a compreensão da realidade que nos cerca. Realidade que não mais se interroga, e que perde em permanência e em estabilidade o que adquire em termos de efemeridade. É possível. Mas não haveria para isso, não se diga um remédio, mas um paliativo ao menos? Não teríamos todos, afinal, na cotidianidade dos arquivos pessoais, uma filosofia do efêmero?

Porque o vivido se descarta como as páginas dos calendários, sejam eles aqueles que se atualizam em nossos computadores, sejam eles ainda os mais antigos, com nomes de santos. Mas, pensemos um pouco. Será que não estaria em nossos guardados mais íntimos, nessas anotações, cartas, bilhetes e santinhos, justamente aquela estabilidade meio perdida de um mundo que inacreditavelmente foi real? Um mundo cujos programas ainda não foram atualizados até este hoje que sempre apaga o ontem, um mundo que ainda não acertou o passo com o novo real que nos é imposto a cada dia? Essa é nossa crença, ou antes, é a nossa esperança. E justifica a dimensão muito ampla à qual foram direcionados os objetivos desta tese. Mas, antes de tratar dos objetivos e de se eles foram ou não atingidos, é preciso abandonar um pouco essas digressões.

Dizia-se que o pesquisador é mais interrogado que o objeto, e nessa figura de linguagem não vai nenhum exagero, simplesmente porque um arquivo pessoal pode ser dimensionado proporcionalmente à vida humana da qual é o reflexo. Portanto, são sempre complexos. Arquivos pessoais, por mais simplórios que possam parecer, não se esgotam em si, não se esgotam nas categorias das coisas que contém. Nenhuma estatística os dimensiona e nenhum saber os traduz. Embora possam ser reduzidos a números e dimensões, essa redução exige, mais que saberes, o exercício de uma arte. Arquivos pessoais têm sempre um segredo a mais. E, se e enquanto arquivos, tendo sempre segredos *a mais*, teriam sempre *mais a dizer*; o pesquisador, também ele, diante de um arquivo, precisa adotar uma postura que consiste em procurar, na medida do possível, adequar-se ao objeto de preferência a adequar o objeto aos

interesses de sua pesquisa. Não se acredita ser preciso dizer que foi esta a razão de se dedicar dois capítulos a algo exterior às cartas pesquisadas. Desnecessário acrescentar também que não existiria *objeto carta* sem o pressuposto do *objeto arquivo*. E que, uma vez autenticadas pelo arquivo, e só então, essas cartas podem fornecer saberes mais seguros, porque mais verossímeis, servindo, os seus ricos conteúdos, à exploração da etiqueta social, da cotidianidade, onde paramos, como serviriam ainda a temas tão empolgantes quanto. A uma história social do amor epistolar, ou à literatura, por exemplo, frutos reservados a outras jornadas, explorando os caminhos registrados por Francisco, o homem que lia para espantar o tédio. E haveria um estudo sobre casas, mobiliários, música, espetáculos. Haveria um estudo sobre cidades, porque as cartas, centradas em Porto Alegre, irradiam-se pelo interior do Rio Grande do Sul e até por São Paulo, onde Maria chegou a residir. Haveria ainda a possibilidade de uma pesquisa traçada sobre as cartas colocadas em perspectiva cronológica, arranjo que, mesmo assim, daria a ver que o amor pode ser imune ao tempo: seja na década de 20 ou na de 30 a afetividade é o compasso da narrativa, não obstante a crise de 29, não obstante a passagem da velha para a nova república, não obstante 32. Preferiu-se a geografia do arquivo, aliás, também um lugar histórico. Arquivos pessoais são inesgotáveis. Nossos limites, contudo, impõem escolhas e, conseqüentemente, renúncias.

Por tudo isso, *não* se fugiu ao objeto *cartas* quando nos impusemos, e impusemos ao leitor, — impaciente, quem sabe —, uma longa digressão sobre arquivos, obrigando-o, ainda, a deter sua atenção, ora sobre um bilhete, ora sobre uma conta de luz, ora sobre um *western*. Impertinência? Não. O desejo era falar apenas das cartas, mas fez-se delas o que são: um segredo de arquivo, que não pode ser revelado sem que se cumprissem, antes, as *promessas de arquivo*. Daí a imposição de uma penitência, que leva uma tese a se dividir em cinco temas, todos de cognição diversa, valendo-se de referenciais de toda ordem e ainda dando lugar a um discurso anacrônico: as falas de Francisco que atravessam o texto, uma vez chegada a hora de se discutir o objeto carta, a cocaína da alma que é já servida no quadro número um.

A empreitada foi bastante árdua. Só a construção do anexo, na ausência de recursos técnicos à altura do resultado pretendido, demandou um considerável investimento de tempo, pelo faz e desmancha constante, e pelo volume a enfrentar. Em que pese fosse aconselhável diminuir as cartas pesquisadas, mais uma vez os riscos se sobrepuseram ao comodismo de permanecer em uma zona de conforto.

Mas a maturidade é fruto do tempo. E o maior presente do tempo é que se ganha em coragem o que se perde em vitalidade. Não havia, nesta tese, como fugir à fragilidade de uma

estrutura cingida em cinco alicerces senão pela dinâmica de sua funcionalidade. Cinco operações simultâneas à vista de uma só tese. Buscou-se junto à linguagem essa funcionalidade capaz de sistematizar um saber de múltiplas facetas. Objeto multirreferencial, que desafia abordagem multidisciplinar, requer dinamismo de linguagem. Ciência social implica também em subjetividade irrenunciável nesse campo. Daí, ainda que não se falando na primeira pessoa do singular, estar-se pronominalmente presente no texto do início ao fim, com risco de submersão na ordem da coloquialidade. Mas não se espera por tal objeção. Para coordenar conteúdos distribuídos em cinco setores regidos por saberes e referenciais tão diversos entre si, optou-se por uma linguagem que pudesse dar lugar à fala da autora, à dos autores consultados e ainda à de Francisco. Afinal, como falar de cartas de amor e de segredos de arquivo sem invocar, no leitor, o imaginário adormecido capaz de provocar e de estimular a razão? E a sugestão partiu de Francisco. Foi ele, e não a autora, que falou sobre cartas serem como cocaína para a alma, nas crises de saudade.

Aliás, falamos em crises. Em crises do saber pela instabilidade dos tempos presentes. Mas quase todos os *tempos presentes* que hoje integram o passado são instáveis. Muitos o afirmam. Todavia, pouco importam as crises do saber provocadas por sua instabilidade. Devemos nos empenhar em sermos um pouco filósofos e nos conformarmos que não é na instabilidade das coisas que reside o crítico, é na instabilidade que as mudanças provocam em nós. A ciência por si mesma só nos socorre quando nos mostramos capazes de intuir aquilo que ela demonstra. E se isso vale para a lógica abstrata da matemática, que dizer do resto? Ela, ciência, não é a fornecedora de certezas para ávidos consumidores. Ela é, antes, a incentivadora da criação de novas sistemáticas, de novas maneiras de abordar o mundo e os saberes do mundo, maneiras capazes de fazer frente aos problemas que surgem na ordem do que é circunstancial. É preciso refletir também sobre a reflexão, para que ela não se deixe consumir pelo habitual. O provisório é assim, definitivamente. Paradoxos devem ser enfrentados a cada passo. Os meios de prova, por exemplo, que não são a prova: eles são meios de prova porque sistematizados. Daí os misteres jurídicos parecerem chocantes quando desmentem ou mesmo quando mentem com *fatos*. Não são os fatos. São os sistemas que influem sobre nossa percepção dos fatos e mesmo quanto a nossa percepção de nós mesmos.

Necessitamos de reflexão. E de abordagens mais amplas. Podemos pretender o extraordinário ou o grandioso. Mas se trata de um mesmo real abordável pelo telescópio como pelo microscópio. A história desta pesquisa resultou de não pouca insistência, de muita teimosia em resistir aos recortes e às especificações. Na verdade, resistir às facilidades oferecidas por tudo aquilo que se centraliza sobre um único enfoque. A questão é que, em

termos de um arquivo pessoal ou, antes, diante do arquivo de Lysia, a escolha oscilaria entre a facilidade de lidar com um único tema, espécie de *noblesse oblige* acadêmica, e dificuldade de enfrentar o arquivo como tal.

As dificuldades foram enfrentadas.

Proceda-se agora ao inventário dos resultados, a fim de saber do seu produto.

Houve dois objetivos de ordem geral expressos em dois verbos: contribuir e proceder. A busca de uma melhor compreensão dos arquivos é o desejo que impregna toda esta tese. Por isso, na introdução, ele vem entre vírgulas: “além de contribuir para uma melhor compreensão dos arquivos pertinentes à esfera privada”. Justamente por estar além de nossa vontade saber se este trabalho vai efetivamente consistir em uma contribuição. Espera-se que sim. Todavia, o segundo verbo foi o proceder voltado a arquivos pessoais bastante peculiares: arquivos pessoais de gente comum que em regra são descartados, levando ainda em consideração os itens que compõem esses arquivos. O arquivo de Lysia é um arquivo dessa gente comum. E foi salvo do descarte. Um estudo voltado ao que não interessa em tese, e que se validou também pela literatura, voltado ao que não costuma chamar nossa atenção. Assim os objetivos maiores deram como resultados os dois primeiros capítulos que servem de trampolim aos objetivos específicos: apresentar um estudo sobre cartas e voltado às cartas pesquisadas, sobre elas explorando dois temas: cotidiano e etiqueta social.

Cada capítulo consistiria em um estudo autônomo não fosse a realidade do arquivo de Lysia, onipresente em toda a abordagem: no princípio, autenticando o objeto carta e depois, persistindo sempre como receptáculo deste seu segredo. Mas cartas, que cartas? Mais uma vez o abismo da amplitude impondo limites. Seja. Porque as cartas de Francisco também falam de cartas e se explicam por si mesmas. Daí dar-se a Francisco a palavra inicial. É ele que nos fala de cartas, e muitas vezes nesse capítulo. Elemento real no discurso acadêmico, a introdução de uma fala alheia consistiu em mais um risco ao qual se expôs esta tese. Todavia, foi absolutamente indescritível a aventura de percorrer o epistolário franciscano em busca de trechos que, não obstante anacrônicos, dialogassem com a tese, mediando referenciais e temas. Cada achado era mais uma parte do tesouro que soma 79 fragmentos oferecidos ao leitor que pode saboreá-los no todo, caso se dê ao trabalho de folhear o segundo volume desta tese, reservado ao anexo. Assim se falou de cartas, tema tão explorado, só que agora à luz delas mesmas, como cartas falando de cartas.

Feito isso, era hora de explorar dois temas. Etiqueta social e cotidiano. Ambas as explorações foram coordenadas em norteamentos, que definiram objetivos e considerações a propósito do assunto, com posterior distribuição dos temas explorados.

Etiqueta social, contudo, exigiu muito. Não seria satisfatório fazer um resumo estatístico ou voltado às características formais das cartas de Francisco, opção mais simples, que se limitaria a regras de etiqueta epistolar. A questão é que se tratava aqui de etiqueta social, gênero do qual a etiqueta epistolar é espécie. Havia ainda as questões do estilo epistolar e as peculiaridades do amor que transparecem em seus protocolos. Era preciso, assim, explorar o território da história e o da sociologia, tudo para mostrar, nas cartas de Francisco, não as fórmulas e formas epistolares às quais ele pouco se dava ao trabalho de observar, mas algo mais profundo: o dever ser existencial, temática apaixonante que se explorou neste capítulo.

Por fim, seguindo o mesmo eixo aberto para os estudos de etiqueta, o capítulo dedicado ao cotidiano foi precedido de norteamentos que especificaram o tema, que se abriu por quatro eixos. Partido do homem Francisco e de suas circunstâncias, Francisco na história e Francisco na sociedade, por fim, Francisco em uma Porto Alegre que só existia nele e para ele. Porque a história, não é só feita de números. Porque a história não acontece apenas na esfera pública, porque a história também tem lugar no âmbito privado e, mais que isso, no íntimo. Francisco, em sua dimensão humana, ora conformista, ora reacionária, criava o seu dia a dia em função de um futuro sempre iluminado por Maria, presença fenomenal que atravessa todo esse epistolário marcado pela afetividade. Porque a história deve ter lugar para tudo.

Esta pesquisa foi feita para pessoas que vibram quando na presença de arquivos. E quanto mais confusos, mais banais, mais íntimos eles se apresentam, mais elas vibram, mais elas se deixam mesmerizar por eles. Quem quer que se reconheça nessas vibrações, por certo, vai compreender todas estas palavras, ou já as compreendeu e não precisa nem lê-las para saber o que significam. Por outro lado, para aqueles que não se reconhecem nessas vibrações, nossa expectativa é de contaminá-los, atizando seu imaginário, voltando sua atenção para aquela caixa cheia de papéis, aquele maço de cartas, aquele diário esquecido. Talvez no que descartamos obstinadamente pela falta de serventia esteja o remédio que nos estimule a sempre a prosseguir, mesmo quando parece tarde, mesmo quando é bem difícil.

Essa é a história de uma pesquisa, a história de um arquivo, de cartas, de um amor. Esta é uma história que deveria começar como todas as histórias verdadeiras, com *era uma vez*. Mas esta foi uma história muito difícil de contar. Ela exigiu coragem, esforço, tempo. E ela se deve àqueles a quem se homenageou na página de gratidão: Ana Maria, que deu a luz e que abriu o caminho a percorrer. Vera, amiga, que me protege tanto. Angela, apoio generoso nas horas mais difíceis. E houve ainda Lysia, Francisco, Maria e esta cidade de São Paulo que, como a Porto Alegre imaginada de Francisco e Maria, é a cidade imaginada da Maristela e do Rogério, aquele mesmo a quem, no início destas páginas, este trabalho foi dedicado.

REFERÊNCIAS

- ABRUTYN, S.; CARTER, M. J. (2015) The Decline in Shared Collective Conscience as Found in the Shifting Norms and Values of Etiquette Manuals. **J Theory Soc Behav**, 45: 352–376. doi: [10.1111/jtsb.12071](https://doi.org/10.1111/jtsb.12071). Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jtsb.12071/abstract;jsessionid=1D4D759B233A22A665025859E9AF6087.f03t03>> Acesso em: 20/08/2017.
- ALCANTARA, Victoria de. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.50, 26 dez 1920.
- ARTIÈRES P.; KALIFA D. Présentation. L'historien et les archives personnelles: Pas à pas. **Sociétés & Représentations**, v.1, n. 13, p. 7-15, 2002.
- AUGÉ, Paul. **Larousse du XXe Siècle**, v. 3. Paris: Librairie Larousse, 1930, v.3.
- BALZAC, Honoré de. **La peau de chagrin**. Paris: Garnier, 1950.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. Hortênsia dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BAUDRILLARD, Jean. **Le système des Objets**. Paris: Gallimard, 1968.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- BENTHAN, Jérémie. **Théorie des peines et des recompenses. Traité des preuves judiciaires**. Bruxelles: Société Belge de Librairie, 1840, v.2.
- BISCARRAT, Felix. **Manuel complet du style epistolaire ou Choix de lettres puisées dans nos meilleurs auteurs**. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1835.
- BITTENCOURT, Dário de. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.1, 2 jan. 1923.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONNIER, Édouard. **Traité théorique et pratique des preuves en droit civil et en droit criminel**. Paris : Henri Plon, éditeur, Marescq Ainé, éditeur, 1873, v.1.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSSIS, Mireille. Introduction à l'épistolaire. **Revue des lettres et de traduction**, n.3, p. 49-64, 1997. Disponível em: <<http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/41824/1997349-64.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 19 out 2016.
- BRANDÃO, Júlio. **Prólogo**. In: MARIANA, Soror. **Cartas de amor ao Cavaleiro de Chamilly**. Lisboa: Livraria LELLO & IRMÃO, Editores, s.d.

BROCKWAY, Wallace; WINER, Bart Keith. **As grandes cartas da história**. Trad. de Cyra Nery revista por Manuel Bandeira. São Paulo: Editora Nacional, 1949, v.2.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell *et al.* (org). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009a, v.2, p.424-443.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.45, n.2, p.26-39, jul./dez.2009b.

_____. Comentário I. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.12, n. 1, 2004.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065>>. Acesso em: 12 out 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. "Me alegraré que al recibo de ésta...". Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos xvi a xix)" (ISSN:0213-2397). Manuscrs. **Revista d'Història Moderna**. 2011, núm 29, p. 19-50

CENTRO dos Caçadores. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.80, 25 set 1924.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **Prefácio**. In: DAUPHIN, C; Lebrun-Pézeral P; Pouban, D. **Ces bonnes lettres**. Une correspondance familiale au XIXe siècle. Paris : Éditions Albin Michel, 1995.

CLUBE VULCANO. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.50, 26 dez 1920.

COQUELUCHOL. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.50, 26 dez 1920.

CORBIN, Alain. Comptes rendus : Roger Chartier (dir.), La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. v.49, n. 3, p. 720-724, 1994.

COX, J. Richard. **Personal archives and a new archival calling. Redings, reflections and ruminations**. Duluth, Minnesota: Litwin Books, LLC, 2008.

DALLOZ. **Dictionnaire pratique de Droit**. Paris: Librairie Dalloz, 1906, v.2..

DAUPHIN, Cécile. Les correspondances comme objet historique. Un travail sur les limites. **Sociétés & Représentations**, v. 13, n. 1, p. 43-50, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2002-1-page-43.htm>> Acesso em: 11 maio 2015.

d'ÁVILA, Carmen. **Boas maneiras**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DEVILLENEUVE, L. M. **Pasicrisie ou Recueil général de la jurisprudence des cours de France et de Belgique, en matière civile, commerciale, criminelle, de droit public et administratif, depuis l'origine de la Cour de cassation, jusqu'à ce jour**. Bruxelles: Meline, Cans. et Comp., Librairesb Éditeurs, 1850.

DIAZ, Brigitte et DIAZ, José-Luis Brigitte Diaz et José-Luis Diaz, *Le siècle de l'intime », Itinéraires* [En ligne], 2009-4 | 2009, mis en ligne le 01 décembre 2013. DOI : 10.4000/itineraires. Disponível em : <<http://itineraires.revues.org/1052>> Acesso em: 08/05/2015.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURANTI, Luciana. **Diplomática usos nuevos para una antigua ciência**. Carmona: S&C Edições, 1996.

_____. Archive as a place. **Archives & Social Studies - A Journal of Interdisciplinary Research**, v.1, n.0, Cartagena, 2007, p. 445-466.

DURKHEIM, Émile . **Textes. 1. Éléments de théorie sociale**, pp. 160 à 165. Paris: Éditions de Minuit, 1975, 512 pages. Collection: Le sens commun. Disponível em : < http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_1/textes_1_06/socio_tarde.html > Acesso em: 20/08/2017.

ECO, Umberto. **O cemitério de Praga**. Tradução de Joana Angélica d' Ávila Melo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.

EDITAL da Intendência Municipal. **O Exemplo. Jornal do Povo**, Porto Alegre, n.50, 26 dez 1920.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'Histoire**. Paris: Librairie Armand Colin, 1992.

FLAUBERT, Gustave. **Lettres à Louise Colet**. Paris: Magnard, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009.

_____. **Les mots et les choses**. Une archéologie des sciences humaines. Paris : Gallimard, 1966.

GAUTIER, Théophile. **Avatar, Jettadura e O Pé da Múmia**. Trad. de Nair Lacerda. São Paulo, Saraiva, 1957.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história.** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1989.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

GRASSI, Marie-Claire. Des lettres qui parlent d'amour. In: **Romantisme**, 1990, n°68. Amours et société. pp. 23-32. doi: 10.3406/roman.1990.6123. Disponível em: <:/web/revues/home/prescript/article/roman_0048-8593_1990_num_20_68_6123>. Acesso em: 19/04/2015.

GUTH, Paul; MAUROIS, Michelle. **Le savoir-vivre actuel. Dictionnaire.** Paris: Gallimard, 1959.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective.** Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Trad. de Dilson Bento de Faria Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. **O cotidiano e a história.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria* 52 (Fall 2001): 126-135.

JOVICIC, Jelena. **L'Intime épistolaire (1850-1900): genre et pratique culturelle.** Bristol: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

KOLLER, P. On the Nature of Norms. **Ratio Juris**, n.27, p. 155–175, 2014.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LE BOSQUET des amours ou le cathechisme des amants, lettres d'amour, leurs réponses, anecdotes et chansons, conseils aux grandes filles qui souhaitent se marier, pensées et réflexions de nos meilleurs auteurs sur l'amour. Paris: Le Bailly, Libraire-Éditeur, s/d.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Unicamp, 2003.

LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura, in: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra (org.). **Discurso histórico e narrativa literária.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

_____. Sensibilidade e sociabilidade. In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA, Rosangela (Org). **Olhares sobre a história.** Goiás: Editora Ucitec, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Trad. de Alcides João de Barros. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Trad. de Jovita Maria Gerhein Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUDWIG, Emil. **O Nilo. A história de um rio**. Porto Alegre: Editora Globo, 1937.

LUHMANN, Niklas. **Love as passion. The codification of intimacy**. Trad. de Jeremy Gaines e Doris L. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. **La sociedad de la sociedad**. Trad. de Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

_____. **Love a sketch**. Cambridge: Polity Press, 2010. Disponível em: <<https://leseprobe.buch.de/images-adb/20/3e/203e2e2b-9638-48c3-9e84-0821552dd6c2.pdf>> Acesso em: 29/08/2017.

LUKÁS, Georg. **A teoria do romance. Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

MARIANA, Soror. **Cartas de amor ao Cavaleiro de Chamilly**. Lisboa: Livraria LELLO & IRMÃO, Editores, s.d.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Na trama urbana: do público, do privado, e do íntimo”. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 13 (1996) jan/jun, pp. 129-150.

MCKEMMISH, Sue. **Evidence of me... Archivs and manuscripts**, Camberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996. Disponível em: <<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/mckemmish.html>>. Acesso em 25/03/2016.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking Original Order and Personal Records. *Archivaria* 70. (Fall 2010): 27-44.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de – “A História, cativa da memória" Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais, **Revista Inst. Est. Bras.**, 34, 1992.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>>. Acesso em: 09 Jul. 2017.

MICONNET, Thomas. L'exercice du droit de divulgation post-mortem ; La charge de la preuve dans les rapports entre ayant droits de l'auteur détenteur d'un droit de divulgation et les détenteurs de l'oeuvre. **Avocates-Publishing**, Paris, 24 jul 2012. Disponível em: <<http://aocats-publishing.com/L-exercice-du-droit-de-divulgation>> Acesso em 05/05/2015.

MIRANDA, José Tavares de. **Boas maneiras e outras maneiras**. São Paulo: Bestseller, 1965.

MONTEAGUDO, Jorge Galindo. **Presentacion a la edicion en castellano**. In: LUHMANN, Niklas. **Love as passion. The codification of intimacy**. Trad. de Jeremy Gaines e Doris L. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MORIN, Violette. L'object biographique. In: **Communications**, 13, 1969. pp. 131-139. doi: 10.3406/comm. 1969. 1189 Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1969_num_13_1_1189> Acesso em: 05/05/2015.

NETTO, Cesar. **Palavras preambulares**. In: d'ÁVILA, Carmen. **Boas maneiras**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.

NOUGARET, Chritine. «Les archives privées, éléments du patrimoine national ? Des séquestres révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires : un siècle d'hésitations », **Actes du colloque Archivi e storia nell' Europa del XIX secolo**. Alle radici dell'identità culturale europea », Florence, 4-7 décembre 2002, Rome, 2006a, p. 737-750 (Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 90, vol.2). En ligne sur le site des Archives d'Etat de Florence : Disponível em : <<http://www.archiviodistato.firenze.it/nuovosito/index.php?id=90>> Acesso em 30/04/2015.

_____. L'intérêt des archives privées pour l'histoire, **Association des archivistes français**, Paris, France, no. 201, pp. 19-25, 2006b.

PEREC, Georges. **L'Infra-Ordinaire**. Paris: Editions du Seuil, 1989.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra, LANGUAGE, Frédérique (orgs.). **Sensibilidades na História: Memórias Singulares e Identidades Urbanas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007, p. 15.

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Seuil, 1996.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**, Parte II, À sombra das moças em flor, trad. Fernando Py, ISBN 857110770X, 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7233252/Marcel-Proust-Em-Busca-Do-Tempo-Perdido>> Acesso em: 26/06/2011.

REVERBEL, Carlos; LAITANO, Cláudia. **Arca de Blau**. Memórias. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

ROQUETTE, J.I. **Código do Bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver do século XIX**. Org.: Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Novo Secretário Portuguez ou código epistolar contendo regras e advertências para escrever com elegancia toda sorte de cartas**. Paris: J-P. Aillaud, Molon e Cia., 1860.

SANTOS, José Antônio dos. *O Curriculum Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda*. In: **IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS**. Anais (on line). Porto Alegre, 14-18 de julho de 2008. Disponível em: < http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212439744_ARQUIVO_DARIODEBITTENCOURT.pdf >. Acesso em: 05/02/2017.

SEVERO, Archibaldo. **O Exemplo**. *Jornal do Povo*, Porto Alegre, n.50, 28 jul 1923, n.29.

SILVA, Léa. **Em sociedade. Etiqueta social através da História**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1962.

SIMONET-TENANT, Françoise, À la recherche des prémices d'une culture de l'intime, **Itinéraires** [En ligne], 2009-4 | 2009, mis en ligne le 01 décembre 2013. DOI : 10.4000/itineraires.1466. Disponível em : <<http://itineraires.revues.org/1466>> Acesso em : 08/05/2015.

SUARD, M. **Du style épistolaire et de Madame de Sévigné**. In: SÉVIGNÉ, Marie de Rabutin-Chantal, marquise de. **Lettres de Mme de Sévigné : précédées du traité sur le style épistolaire de Madame de Sévigné / par M. Suard**. Paris: Firmin Didot, 1851.

TARDE, Gabriel. **Le lois de l' imitation**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2001.

UHL, Magali. **Subjectivité et sciences humaines**. Essai de métasociologie. Paris: Beauchesne éditeur, 2005.

VIEIRA, Antônio. **Sermões e Lugares Selectos**. Bosquejos histórico-literários, selecção, notas e índices remissivos, por Mário Gonçalves Viana. Porto: Ed. Educação Nacional, 1939, p. 237.

VILLENAVE, Mathieu-Guillaume-Thérèse (1762-1846), ABÉLARD, Pierre (1079-1142), **Lettres d'Abélard et d'Héloïse** / traduction littérale par le bibliophile Jacob ; précédée d'une notice... par M. Villenave. Paris: Charpentier, 1865. Disponível em: < <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9691779v?rk=42918;4> >. Acesso em: 09/03/2017.